

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL – PUCRS  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
NÍVEL MESTRADO

ALINE KASSICK CADAVIDZ

PROLETÁRIOS DE TODO O MUNDO, HIGIENIZAI-VOS!:  
O DISCURSO HIGIENISTA IMPRESSO NOS JORNAIS DOS TRABALHADORES  
(PORTO ALEGRE: 1900-1919).

PORTO ALEGRE

2010

ALINE KASSICK CADAVID

PROLETÁRIOS DE TODO O MUNDO, HIGIENIZAI-VOS!:  
O discurso higienista impresso nos jornais dos trabalhadores (Porto Alegre:  
1900-1919).

Dissertação apresentada como requisito parcial  
para a obtenção do título de Mestre, pelo  
Programa de Pós-Graduação em História da  
Pontifícia Universidade Católica do Rio  
Grande do Sul.

Orientadora: Professora Doutora Janete  
Silveira Abrão.

Porto Alegre

2010

**Dados Internacionais de  
Catalogação na Publicação (CIP)**

C121p Cadaviz, Aline Kassick

Proletários de todo o mundo, higienizai-vos!:o discurso higienista impresso nos jornais dos trabalhadores (Porto Alegre: 1900-1919) / Aline Kassick Cadaviz. – Porto Alegre, 2010.

161 f.

Diss. (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pós-Graduação em História, PUCRS.

Orientador: Professora Doutora Janete Silveira Abrão.

1. Rio Grande do Sul - História. 2. Políticas Públicas. 3. Imprensa. 4. Médico-Higienista - Discurso. 5. Saúde Pública. I. Abrão, Janete Silveira. II. Título.

CDD 981.05

**Bibliotecário Responsável**

Ginamara Lima Jacques Pinto

CRB 10/1204

ALINE KASSICK CADAVID

PROLETÁRIOS DE TODO O MUNDO, HIGIENIZAI-VÓS!  
O discurso higienista impresso nos jornais dos trabalhadores (Porto Alegre:  
1900-1919).

Dissertação apresentada como requisito parcial  
para a obtenção do título de Mestre, pelo  
Programa de Pós-Graduação em História da  
Pontifícia Universidade Católica do Rio  
Grande do Sul.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Janete Silveira Abrão.

Aprovado em: \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2010.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Janete Silveira Abrão - PUCRS

---

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Margaret Marchiori Bakos - PUCRS

---

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Eliane Cristina Deckmann Fleck - UNISINOS

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os professores que integraram minha trajetória, pela curiosidade e fascínio pelo conhecimento que transmitiram em suas aulas e por sua dedicação à educação, mesmo em condições adversas. Em especial, quero expressar minha gratidão à Professora Doutora Janete Silveira Abrão, por sua orientação, seus conselhos, sua compreensão e também por suas provocações, que me mostram que sempre posso dar um passo a mais.

Quero, carinhosamente, agradecer aos meus amigos e colegas pelas estimulantes conversas nos intervalos e nos almoços, por serem prestativos ouvintes nos momentos de dúvidas, em que se mostram solidários ao mesmo tempo em que me dirigem palavras de incentivo.

Também expressei meu reconhecimento às várias pessoas que transitaram por minha vida e me demonstraram, de maneira positiva ou não, a importância da cultura e da erudição.

E por fim, destino minha imensa gratidão aos meus dois amores, Francys e Angelo, que não apenas me auxiliaram a enfrentar o desânimo e acreditaram que eu conseguiria, apesar de todos os percalços, mas por serem o motivo fundamental para eu continuar lutando.

*Bons Dias!*

*Ó doce, ó longa, ó inexprimível melancolia dos jornais velhos!  
Conhece-se um homem diante de um deles. Pessoa que não sentir  
alguma coisa ao ler folhas de meio século, bem pode crer que não  
terá nunca uma das mais profundas sensações da vida, - igual ou  
quase igual à que dá a vista das ruínas de uma civilização. Não é a  
saudade piegas, mas a recomposição do extinto, a revivescência do  
passado, a maneira de Ebers, a alucinação erudita da vida e do  
movimento que parou... (Machado de Assis)*

## RESUMO

Este trabalho se propõe a analisar a incidência do discurso médico-higienista veiculado nos jornais porto-alegrenses direcionados à classe trabalhadora entre os anos de 1900 a 1919. Tal estudo se justifica pelo processo de medicalização que a sociedade brasileira foi submetida a partir de meados do século XIX e que ganha força com a instauração do regime republicano. Inicialmente direcionada às classes mais abastadas, a proposta de medicalização da sociedade logo atinge também os setores populares, que se tornam alvos sistemáticos de campanhas educativas e controladoras, visando a moralização e a higienização de suas condutas. Ainda que as instituições (educadoras, punitivas, hospitalares, repressivas etc.) fossem o lugar privilegiado para a implantação das políticas públicas e iniciativas privadas de controle sobre os corpos, também há eco do discurso higienista na imprensa da época, poderoso instrumento de formação de opinião. Em se tratando da imprensa de grande circulação, ligada a setores políticos e econômicos do estado, não causa surpresa a defesa das políticas higienistas que cotidianamente era publicada em seus números. No entanto, os pequenos jornais que circulavam em Porto Alegre e que se auto-intitulavam representantes dos trabalhadores nos apresentam uma versão não diferente deste processo de medicalização. Ainda que defendendo outros argumentos ou promovendo pontos-de-vista distintos daqueles utilizados pela grande imprensa, instituições e governos, os jornais analisados neste trabalho carregam em suas páginas muitos traços do higienismo que se buscava difundir e, mesmo que em meio a críticas e ressalvas, tornaram-se mais um instrumento de reafirmação da influência da ciência e dos interesses capitalistas sobre a organização da sociedade.

Palavras-chave: Discurso médico-higienista. Moralização. Imprensa dos trabalhadores.

## ABSTRACT

The present work intends to analyze the incidence of the medical-hygiene rhetoric linked to Porto Alegre newspapers read by the working class population between the years 1900 and 1919. This analysis is relevant because of the process of medicalization that Brazilian society was subjugated to at the beginning of the mid-nineteenth century and that had gained force with the establishment of the republican regime. Initially directed towards the better served classes, medicalization soon reached the poorer sectors of society, which soon became systematic targets of controlling educational campaigns that sought the moralization and hygienization of their behavior. Even though institutions (educational, punitive, hospital, repressive, etc.) were ideal places for the implantation of public policies and private initiatives for seeking control of bodies, there are echoes of the hygiene rhetoric in the press, a powerful tool in influencing public opinion at the time. Because we address the widely circulated press linked to the political and economic sectors of the state, we are not surprised by the defense of hygiene policies published daily in its issues. However, the smaller newspapers which circulated in Porto Alegre and auto-declared themselves representatives of the working class convey to us a rather similar version of this medicalization process. Despite promoting and defending other points of view different from those proposed by the more widely circulated press, institutions, and governments, the newspapers analyzed in this study also resonate with the hygiene rhetoric, looking to instill these values to their public. While the hygiene rhetoric in these newspapers inspired warnings and criticism, they nonetheless became one more useful tool in the reaffirmation of scientific influence and capitalist interests over societal organization.

Key Words: Medical-hygiene rhetoric. Moralization. Workers' press.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>1 IMERSOS NUMA <i>BELLE ÈPOQUE</i>: CARACTERIZAÇÕES DE UM PERÍODO .</b>	<b>14</b>
1.1 A imprensa dos e para os trabalhadores .....	37
<b>2 A BATALHA E SUAS TRINCHEIRAS: CIENTIFICISMO, MEDICINA E RACISMO DISCUTIDOS NOS JORNAIS DOS TRABALHADORES .....</b>	<b>47</b>
<b>3 A EXPURGAÇÃO DOS VÍCIOS PELA ARTE DO BEM-VIVER: TRABALHO, LAZER, MORADIA E EDUCAÇÃO .....</b>	<b>72</b>
3.1 O combate aos vícios sociais .....	76
3.2 O lar como reino .....	98
3.3 Educar para o trabalho ou para a liberdade? .....	106
<b>4 A “HARMONIA” FAMILIAR E O GERMÉN DA ORDEM E PROGRESSO .....</b>	<b>116</b>
4.1 A ascensão da rainha do lar .....	117
4.2 Todo o zelo para o “futuro da nação” .....	137
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>149</b>
<b>FONTES PRIMÁRIAS .....</b>	<b>153</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>154</b>
<b>FONTES ELETRÔNICAS .....</b>	<b>160</b>
<b>ACERVOS CONSULTADOS .....</b>	<b>161</b>

## INTRODUÇÃO

Desde as décadas de 70 e 80 do século passado, observamos a profusão de obras sob a temática das relações de poder, dos dispositivos de controle e do processo de normalização de que foram alvo as sociedades no Ocidente, principalmente.

Esse nicho historiográfico, do qual o grande expoente é Michel Foucault, utilizado como referência básica no desenvolvimento deste trabalho, ainda permite várias possibilidades de análise por ser um campo ainda em exploração e por dar conta de um processo mundial que fez sentir-se em diversos âmbitos sociais, principalmente através das instituições.

E foram as instituições e seu poder disciplinar o principal alvo das análises historiográficas até o momento, principalmente por ser este o local privilegiado para a instauração e difusão do controle social.

No entanto, a proposta deste trabalho é sopesar a incidência do discurso médico-higienista através da relação estabelecida entre imprensa e público-leitor, mais especificamente entre a imprensa dos trabalhadores e as classes populares a que se destinava. Restringimos nosso campo de estudo a Porto Alegre, onde se concentrava a maioria dos trabalhadores industriais do estado do Rio Grande do Sul, entre os anos de 1900 a 1919, período que abarca o florescimento científico e econômico vislumbrados na *Belle Époque*, a polarização mundial provocada pela Primeira Guerra incluindo a crise econômica e política que se instaura após o seu término. Neste período de constante transição e instabilidade em todos os níveis, percebemos a intensificação do sentimento de nacionalidade, juntamente com a busca de um caráter nacional que estabeleça particularidade entre as nações, ainda que as aspirações da elite econômica sejam muito similares em todos os cantos do mundo.

A partir de meados do século XIX, difundiu-se de modo generalizado pelos países capitalistas do Ocidente, o projeto de controle social visando a disciplina do comportamento dos indivíduos, com o objetivo de atender às expectativas de crescimento econômico e desenvolvimento industrial, o qual, para se concretizar, precisava contar com uma mão-de-obra ordeira e laboriosa. Dessa forma, a proposta normalizadora aplicada à burguesia décadas antes, com vistas à homogeneizar a classe, é transmitida ao proletariado com a finalidade de enquadrá-lo no protótipo do trabalhador ideal às aspirações burguesas.

De outro lado, temos a crescente participação política dos trabalhadores, que se engajam em entidades representativas da classe, como sindicatos, uniões corporativas e

federações operárias, o que demonstra um avanço na conscientização dos seus membros enquanto classe e da necessidade de unirem-se para barrarem a progressiva exploração capitalista. Diante de tal evento, poderíamos esperar dos meios de divulgação da ideologia operária, principalmente dos setores ligados ao socialismo e ao anarquismo, um posicionamento definido quanto à proposta burguesa de ampliar os seus níveis de dominação, adentrando também na intimidade dos sujeitos, determinando sua maneira de agir em todas as situações cotidianas.

Para melhor observarmos a posição dos dirigentes da classe trabalhadora com relação à aplicação dos preceitos normativos em seu cerne, optamos por focar nosso trabalho nos exemplares de jornais produzidos por estes dirigentes e voltados aos trabalhadores, utilizados como veículos para a divulgação da ideologia de cada uma das correntes que tinham entre a camada social menos favorecida de Porto Alegre, sua plataforma política.

Tendo em conta que o discurso médico-higienista se imiscua em muitas faces da vida em sociedade, os jornais serão analisados em seu todo, desde as grandes e polêmicas matérias da primeira página até as notas sociais e policiais comprimidas anteriormente aos anúncios. O ideal seria acompanhar número a número de cada um dos títulos, o que não é possível devido à descontinuidade das fontes verificada nos arquivos.

Após a transcrição dos jornais, dar-se-á o cruzamento destas informações com as coletadas em outras fontes, como relatórios das administrações estadual e municipal, e também com a bibliografia de apoio. Muito trabalhados por autores locais, como Sandra Pesavento, Sílvia Petersen, Isabel Bilhão, Cláudia Mauch, João Batista Marçal, Benito Bisso Schmidt, entre outros, os jornais dos trabalhadores sempre proporcionam várias opções de enfoque, podendo contribuir com informações inéditas apesar de tão explorados por outros estudiosos.

Já quanto às normas disciplinares, que buscaremos identificar em suas páginas, nos valeremos da abordagem de Michel Foucault, além de autores nacionais que, adotando ou não o enfoque foucaultiano, também detiveram-se ao exame dos padrões comportamentais estabelecidos pelo novo paradigma de progresso, são eles: Margareth Rago, Jurandir Freire Costa, Rachel Soihet, Martha de Abreu Esteves, Madel Luz, Ana Paula Martins, Nilson Rosário da Costa e Sueann Caulfield, entre outros.

Para delinear o contexto cultural, político e econômico do Rio Grande do Sul, além de alguns autores já citados, incluímos também Beatriz Teixeira Weber, Janete Abrão, Lizete Kummer, Margaret Bakos, Nikelen Witter e Éder Silveira. Assim como esses, outros nos auxiliaram a compreender o impacto das mudanças científicas observadas neste período,

como Sidney Chalhoub, Lilia Schwarcz, Gilberto Hochmann, e demais autores que serão arrolados ao longo desta dissertação.

Os vários assuntos abordados por este trabalho dividem-se em quatro capítulos e seis sub-capítulos, que foram estruturados da seguinte forma: o capítulo um, *Imersos numa Belle Époque*, destina-se a traçar um panorama do Brasil e Rio Grande do Sul do período pré-República até o ano que marca o término desta análise, 1919. Ali serão evidenciadas as relações que começam a se estabelecer entre as administrações públicas e a busca ansiosa dos capitalistas industriais pelo progresso nacional, tornando-os competitivos não apenas no mercado nacional, mas também no internacional. Passa-se também à discussão do “ser” brasileiro, na qual a elite buscava estabelecer um perfil de cidadão que se adequasse às suas expectativas, dando início a grandes debates em torno deste tema, contando sempre com a participação das ciências humanas e biológicas, cada qual defendendo posicionamento próprio. Dentro deste capítulo há um sub-capítulo destinado ao proletariado gaúcho, determinando suas características, suas organizações e, principalmente, a imprensa por eles criada, procedendo a identificação dos jornais aqui utilizados como fonte, determinando sua periodicidade, tempo de circulação, público-leitor e linha editorial.

Uma vez conhecendo o contexto e o caráter das fontes, poderemos prosseguir, no capítulo intitulado *A Batalha e suas trincheiras*, com a sua apreciação concernente ao cientificismo que inundava a sociedade de então, em que se estabeleciam debates acalorados sobre a imposição de preceitos científicos no cotidiano dos indivíduos. Assim, o racismo científico foi um dos temas recorrentes nas colunas dos jornais, que se dividiam entre argumentos favoráveis e contrários, mas sem negar sua existência, fugindo ao lugar comum que diz não haver racismo no Brasil. Outro assunto presente em matérias e notas era a relação dos doentes com a medicina, igualmente suscitando opiniões favoráveis à livre escolha do enfermo quanto à forma ou à pessoa de quem receberia tratamento, enquanto que outros articulistas esmeravam-se em elencar os prejuízos do estímulo às credices e os riscos de entregar a saúde à pessoas não habilitadas por diploma acadêmico. No fundo, a polêmica que se estabelece é quanto à licitude da intervenção científica nos desígnios individuais.

No capítulo seguinte, *O expurgo dos vícios pela arte do bem-viver*, iniciamos com o esboço das condições de vida e de trabalho dos pobres porto-alegrenses, determinando também a intervenção das empresas no controle da saúde e dos hábitos de seus funcionários. A seguir, o primeiro sub-capítulo desta seção, *O combate aos vícios sociais*, trata da condenação ao alcoolismo, à prostituição, ao jogo e à vadiagem, tomados por “cancros” sociais, causadores de desgraças familiares, criminalidade e degeneração da sociedade, por

isso, passam a ser combatidos como pragas que ameaçam o futuro da nação, o que justifica as medidas educativas e repressivas adotadas para o seu desestímulo. No sub-capítulo seguinte, *O lar como reino*, será feita o exame das condições de moradia do proletariado, condizentes com a baixa renda de que dispunham, em comparação com as exigências da municipalidade quanto ao asseio das residências, sob pena de demolição, e a especulação imobiliária, que encarecia os aluguéis, de modo que restringia aos trabalhadores o acesso à habitação digna. Como alternativa para a carestia habitacional, surgem as vilas e bairros operários com a proposta de acomodar confortável e higienicamente o trabalhador e sua família, facilitar o acesso ao trabalho (por estarem estabelecidas perto das fábricas) e, principalmente, deslocar os pobres do centro da cidade, que passa a ser ocupado pelas classes média e alta, livres do incômodo provocado pelas desordens e arruaças imputadas aos populares. O último ponto a ser abordado neste capítulo é a educação das crianças, jovens e adultos trabalhadores. Em *Educar para o trabalho ou para a liberdade?*, serão analisadas as propostas de ensino profissionalizante defendido pelo governo municipal e por socialistas, bem como o tipo de trabalhador que pretendiam formar. Ao mesmo tempo, os trabalhadores também contavam com escolas criadas por grupos anarquistas, que defendiam o ensino livre e o desenvolvimento de múltiplas habilidades, distinguindo-se radicalmente da visão profissionalizante estimulada por seus eternos rivais no movimento operário. Assim, estabelece-se, nesta discussão, o lugar a ser ocupado pelo proletariado na sociedade meritocrática imposta pela ordem econômica.

O quarto e último capítulo, *A “harmonia” familiar e o gérmen da ordem e progresso*, debruça-se sobre a estrutura familiar proposta pelo sistema disciplinar, definindo as funções a serem desempenhadas por seus membros a fim de garantir o pleno desenvolvimento social. No primeiro sub-capítulo, *A ascensão da rainha do lar*, a mulher sai da “sombra” do homem e ganha espaço junto à família, mas seu lugar social continua restrito ao lar. Surge, então, a figura da mulher-mãe, responsável por educar os filhos, servir ao marido e, assim, garantir a harmonia do lar. Para reforçar essa ideia, investe-se na oposição entre esta e a mulher promíscua e na divulgação dos prejuízos causados pelo desleixo e imprudência maternas. Diante disso, conceitos como a docilidade feminina e a maternidade como dom natural ganham fôlego nas campanhas moralizadoras. Já a segunda parte do capítulo, intitulada *Todo o zelo para o “futuro da nação”*, todas as atenções se voltam à criança, à sua educação familiar e escolar, à vigilância sobre seu corpo e à preservação de sua saúde. Não apenas a família, mas também os poderes públicos e a iniciativa privada voltar-se-ão à criança abandonada, que sem assistência se tornaria uma delinquente e, com o acolhimento por asilos

e creches, poderia, talvez, ser mais um trabalhador a engrossar as fileiras dos explorados. Convencidos de que a criança representava o futuro da nação, governos e particulares intensificaram os cuidados e leis de proteção à infância, prevenindo futuros problemas sociais.

No decorrer do desenvolvimento destes capítulos, esperamos contribuir um pouco mais para o estudo de um tema tão amplo e tão complexo quanto a normalização da sociedade através do discurso médico-higienista. Do muito que ainda há para desvendar, nossa colaboração inicia nas páginas que seguem.

## 1 IMERSOS NUMA *BELLE ÈPOQUE*: CARACTERIZAÇÕES DE UM PERÍODO

E naquela terra encharcada e fumegante, naquela umidade quente e lodosa, começou a minhocar, a fervilhar, a crescer, um mundo, uma coisa, uma geração que parecia brotar espontânea, ali mesmo daquele lameiro, e multiplicam-se como larvas no esterco (Aluísio Azevedo, *O Cortiço*).

Muitas pessoas ao lerem um estudo sobre determinado tema histórico pretendem encontrar nele verdades. Porém, essa expectativa não pode ser atendida plenamente, já que, mais do que verdades e respostas exatas, oferecemos inquietações e possibilidades. Mas pelo menos podemos brindar nossos leitores com uma verdade: a história é dinâmica e segue ritmos alternados, dependendo das conjunturas presentes.

Iniciamos este capítulo com a célebre frase extraída da obra *O Cortiço*, de Aluísio Azevedo, escrita em 1890, que consideramos adequada para introduzir o contexto da época. A metáfora, em tom escatológico, ilustra perfeitamente o proletário ante os olhos das classes média e alta, principalmente no que se refere aos seus hábitos de moradia, de convívio social e suas relações íntimas. Não foi à toa que esse livro se tornou um clássico da literatura brasileira, já que o autor tratou com primazia de um problema social latente no período, mas que teve origem muito tempo antes. Além de abordar a diferenciação social, outros aspectos chamam a atenção na narrativa de Aluísio Azevedo, como as uniões informais, a baixa perspectiva de ascensão econômica e social, a violência, o alcoolismo, a exacerbação da libido, a prostituição, a infidelidade, as traições morais e a ignorância, características reconhecidas pela elite da época como próprias das classes menos favorecidas.

O período analisado neste trabalho (1900-1919), iniciado na *Belle Èpoque*<sup>1</sup>, cuja influência se estende pelos anos subsequentes, é marcado por transformações rápidas e intensas, acompanhando uma aceleração iniciada com a Revolução Industrial e que se manteve por toda a época contemporânea. No ritmo da locomotiva a vapor, economia, política e sociedade transmutam-se de década em década motivadas pela busca incessante pelo progresso. Neste cenário, uma área do conhecimento, em especial ganha destaque como a viabilizadora do sonho liberal: a ciência, que apreende anseios e procura torná-los realidade, amparada na busca incessante pela exatidão de leis inquestionáveis.

E o mundo, até então gigantesco e multifacetado, sofre uma aproximação contundente guiada por ideais liberais, unindo culturas diversas em torno de um mesmo desejo de

---

<sup>1</sup> A *Belle Èpoque* compreende o período de 1870 a 1914.

desenvolvimento, de evolução. A influência direta ou indireta de potências econômicas (países europeus e Estados Unidos) estimulou investimentos, políticas e teorias que propunham a superação do atraso – muitas vezes resultado de um passado colonial – reinante entre os países subdesenvolvidos.

Cabe salientar que a propagação das ideias de progresso e desenvolvimento no Brasil se fez sentir com mais força no final do segundo reinado, momento marcado pelo descontentamento de alguns grupos com relação à política adotada pelo imperador D. Pedro II<sup>2</sup>. Grupos liberais contrários à escravidão e aos entraves à livre proliferação de suas indústrias se reuniram em torno do ideal republicano e de suas promessas de autonomia administrativa e econômica, amparados pela máxima da “liberdade”.

Ainda que a industrialização fosse vista como o setor econômico que seria responsável pela dinamização da economia brasileira, não podemos esquecer que foi a produção cafeeira a grande responsável pela sua viabilidade. Conforme Nilson do Rosário Costa, além das divisas trazidas pelo café através de sua exportação, a produção deste grão também trouxe benefícios em vários campos, já que a implantação de ferrovias se deve à necessidade de escoar sua produção. As transações comerciais que envolviam a exportação do produto favoreceram o surgimento de bancos e casas de exportação. A rede de transportes e a modernização dos portos também se constituíram como um elemento importante para a expansão do setor primário.<sup>3</sup>

Com o retorno financeiro substancial obtido com a exportação baseada no setor primário e as melhorias infra-estruturais implementadas para o escoamento da produção foi possível inspirar-se no modelo de desenvolvimento europeu e investir em indústrias e serviços. Ou seja, a imbricação de política e economia de caráter liberal estruturou a implantação do regime republicano. Conforme afirma Sandra Pesavento: “A instalação da República deu-se, pois, numa conjuntura balizada, por um lado, pelo assentamento das bases materiais do desenvolvimento capitalista no país e, por outro, pela estruturação de bases político-administrativas e ideológicas de realização do poder burguês”.<sup>4</sup>

---

<sup>2</sup> Apesar de D. Pedro II ser um amante das artes e das ciências, demonstrando preocupação em organizar institutos de pesquisa e de memória, o descontentamento das elites residia na forma de condução de seu governo, voltado para a economia agro-exportadora, e no próprio sistema de governo, ainda relacionado à dominação portuguesa e ao domínio centralizador e autoritário.

<sup>3</sup> COSTA, Nilson do Rosário. **Lutas Urbanas e controle sanitário**: origens das políticas de saúde no Brasil. Petrópolis, Vozes/ Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, 1985.

<sup>4</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O cotidiano da república**: elite e povo na virada do século. 3 ed. Porto Alegre: Ed. da Universidade/ UFRGS, 1995, p. 14. Para uma outra visão sobre a instalação do República, ver: SCHONS, Carmem Regina. **“Adoráveis” revolucionários**: produção e circulação de práticas político-discursivas no Brasil da Primeira República. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em Letras. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2006.

Após a proclamação da República, em 1889, abre-se a possibilidade de a nova elite econômica brasileira (setores ligados à cafeicultura) dominar e manipular os aparelhos do Estado a seu favor. Tendo controle sobre a política nacional, se configurou a tão esperada descentralização política, motivo de tantas revoltas provinciais. Uma vez estabelecidos os novos parâmetros no ambiente republicano, dá-se início a um concorrido embate entre as oligarquias cafeeiras, industrialistas, profissionais liberais e militares, forças políticas então em evidência<sup>5</sup>.

Nessa disputa de interesses, ora antagônicos, ora complementares, o Brasil passa por uma série de reestruturações, principalmente no tocante à industrialização e urbanização. Os republicanos querem apagar a memória da monarquia dando impulso ao desenvolvimento econômico e modernizando os centros urbanos. A valorização desses novos ambientes era inspirada no modelo europeu de desenvolvimento, lembrando da grande influência cultural e econômica que, principalmente, França e Inglaterra exerciam sobre o país.

No entanto, essa guinada rumo à industrialização e urbanização continuou sendo – mesmo na República – financiada com a renda proveniente da lavoura exportadora de café. Segundo Pesavento, a posição ocupada pelo Brasil de maior exportador de café deu-se graças à concentração da terra nas mãos de poucos produtores e pela grande oferta de mão-de-obra (incrementada com a imigração), o que barateava a produção e favorecia o país na concorrência internacional em virtude do baixo preço e alta qualidade dos grãos.<sup>6</sup>

Para Madel Luz, além de profundas transformações políticas e sociais, a República consolida transformações nas instituições políticas e ideológicas resultantes da ascensão capitalista. Devido às rápidas transformações experimentadas neste período, privilegiando setores econômicos ligados à indústria, comércio e serviços, ocorreu início à inevitável disparidade entre as regiões inseridas na cadeia produtiva e aquelas que ficaram à margem. Segundo a autora,

(...) a modernização, juntamente com a urbanização, se fez ao nível dos limites das regiões de colonização no sul, ou nas áreas ligadas ao café e naquelas situadas nos portos de exportação. Saindo dessas áreas assistimos a uma marginalização social progressiva tanto das cidades, como das classes sociais subordinadas e das populações, no quadro brasileiro de desenvolvimento industrial.<sup>7</sup>

---

<sup>5</sup> LUZ, Madel Terezinha. **Medicina e ordem política brasileira**: políticas e instituições de saúde (1850-1930). Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982, p. 45. Sobre a concorrência entre bacharéis em direito e médicos pelas rédeas do desenvolvimento brasileiro ver: SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

<sup>6</sup> PESAVENTO, 1995, p. 14.

<sup>7</sup> LUZ, op. cit., p. 44-5.

Naquelas regiões em que se concentravam os capitais provenientes da agro-exportação verificou-se a rápida expansão das cidades, que logo se tornaram centros urbanos, passando a concentrar a prestação de serviços e indústrias e, em decorrência disso, logo foram inundadas por uma onda de trabalhadores. É, justamente, neste cenário que Costa aponta a mudança nos padrões sanitários vigentes na época escravista, com a “criação de modelos institucionais de prática sanitária orientados pelos mais avançados conhecimentos desenvolvidos no campo médico-sanitário nos países capitalistas centrais”,<sup>8</sup> cuja atuação mais incisiva se deu nos centros urbanos com atividade portuária devido à grande movimentação de pessoas e mercadorias provenientes das mais variadas regiões do Brasil e do mundo em busca de melhores condições de vida e trabalho. No entanto, poucos foram os que encontraram condições favoráveis a sua ascensão social.

O capital e o empreendedorismo necessário para o desenvolvimento industrial brasileiro já estavam postos, mas ainda havia um problema essencial a ser resolvido: a formação de mão-de-obra especializada. Os trabalhadores urbanos, mesmo aqueles que tinham experiência em manufaturas, não se enquadravam no perfil de operário, que não exigia tanto conhecimento do processo produtivo, mas sim a disciplina, a obediência e a execução de trabalhos pesados em ritmo intenso, mediante baixa remuneração.<sup>9</sup>

Conforme aponta Luz, mais do que um intuito dos setores industriais, a disciplinarização do trabalho torna-se uma necessidade, e sua aplicação foi respaldada constitucionalmente sob a efigie da “liberdade” que na prática significou o aval do Estado à iniciativa da burguesia industrial ao mesmo tempo em que criminaliza algumas ações de oposição e/ou resistência quanto à aplicação desta política (a famosa questão social concebida como “caso de polícia”).<sup>10</sup> Nas palavras da autora:

A Constituição de 1891, marcada pelas pretensões liberais, que impedia qualquer forma de intervenção do Estado na economia e na política, entendia que uma interferência estatal no mercado de trabalho e em suas relações significava um atentado à liberdade individual, do trabalho e “da indústria”. Todas as lutas poderiam, assim, ser canalizadas para a jurisdição do Código Penal. Isto, entretanto, não foi suficiente para calar o operariado, que se organizava ao nível da “sociedade civil”.<sup>11</sup>

---

<sup>8</sup> COSTA, N., 1985, p. 38-40.

<sup>9</sup> Lembremos que quando do advento da República, uma de suas bandeiras era a valorização do trabalho, dotando-o de qualidades divinas para bem marcar a oposição à vagabundagem e ociosidade. Para Pesavento (1995, p. 62) tamanha importância dada à laboriosidade tinha por objetivo superar a mentalidade decorrente de séculos de escravidão, em que o trabalho era considerado degradante.

<sup>10</sup> Apenas em 1907 é reconhecida a legalidade das associações profissionais, até então mantidas na clandestinidade. A partir daí os trabalhadores passam a ter mais poder de negociação com a classe patronal.

<sup>11</sup> LUZ, 1982, 54.

Era necessário que os operários adotassem uma postura ordeira e complacente ante as imposições patronais, mas para que esse projeto pudesse se concretizar como um todo, o controle sobre o modo de vida dos funcionários deveria extrapolar os muros das fábricas e interferir também no espaço privado, nas relações familiares e no convívio social. Nesse âmbito, o profissional que passa a atuar é o médico higienista, que intervém diretamente na família burguesa e com o consentimento dela, moldando novos princípios, fazendo valer uma moral fundamentada em verdades científicas cunhadas em prol de um objetivo controlador.<sup>12</sup>

A atuação dos médicos-higienistas se inicia ainda no Segundo Reinado, porém, ela passou a ser essencial para a estruturação social na República. No entanto, como nos mostra Costa, a intervenção médica no cotidiano popular tem raízes mais antigas e longínquas. Tudo começou na Europa do século XVI, quando a elite mercantilista passa a almejar o fortalecimento político de seus Estados, e para tanto, passam a valorizar o trabalho como instrumento gerador de riquezas. Assim, se trabalho é riqueza, toda perda de força de trabalho deve ser evitada, e é aí que se inseriram as políticas de saúde, com a tarefa de evitar adoecimento, morte e incentivar o crescimento da população.<sup>13</sup>

Os médicos passam a interferir também na política de imigração, sugerindo as “raças” mais adequadas ao trabalho e exercendo um controle sistemático sobre a saúde daqueles que entravam no país, evitando a proliferação de doenças nas estalagens de imigrantes (que poderia provocar a sua incapacidade para o trabalho) e a “nacionalização” destes pelas epidemias e endemias nacionais.<sup>14</sup>

Ao mesmo tempo, diante da expansão contínua da política de imigração, vêm à tona as preocupações quanto ao modo de vida dessa nova parcela constituinte da sociedade, envolvidos num estágio transitório, conforme Margareth Rago, entre a saída de seu local de origem e sua adaptação aos costumes locais. O motivo de apreensão das autoridades era

---

<sup>12</sup> Madel Luz (1982, p. 109) trata profundamente da questão do dispositivo médico implantado concomitantemente com o processo de urbanização, visando atingir, num primeiro momento, as famílias burguesas, para posteriormente se difundir entre toda a sociedade. Através desses dispositivos [conceito formulado por Michel Foucault que os define como conjuntos de práticas discursivas e não discursivas que agem à margem da lei, contra ou a favor delas, mas de qualquer modo empregando uma tecnologia de sujeição própria] submete-se a sociedade ao poder do Estado substituindo a ordem jurídica pela norma (sendo esta guiada pelos preceitos científicos) que passa a estabelecer novas formas de conduta. Sobre esse assunto tratarei com maior profundidade no segundo capítulo.

<sup>13</sup> Cf. COSTA, N., 1985, p. 19. Sobre esse tema ver também ROSEN, George. **Uma História da saúde pública**. São Paulo: HUCITEC: Editora da Universidade Estadual Paulista; Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, 1994, p. 158.

<sup>14</sup> Cf. PENNA, Belisário. **Saneamento do Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jacintho Ribeiro dos Santos Ed., 1923. Para o autor, o elemento que promovia a igualdade entre brasileiros e imigrantes eram as epidemias, que atingiam a todos, sem discriminação. As enfermidades que atingiam os estrangeiros, logo após sua chegada em solo brasileiro, fâ-los-ia atravessar as mesmas agruras pelas quais os nacionais já haviam se adaptado, promovendo a igualdade pelo infortúnio.

quanto ao modo de vida que seria adotado pelos recém-chegados, já que grande parte deles pertencia a uma camada humilde da sociedade, o risco de “contaminarem-se” com seus hábitos era considerável.<sup>15</sup> Portanto, ações higiênicas educativas se faziam necessárias para guiar de modo satisfatório a adaptação dos imigrantes a uma sociedade que aprendia novas regras morais e sanitárias.

Independentemente, se estrangeiros ou nacionais, os trabalhadores urbanos dificilmente conseguiriam outro tipo de moradia que não os cortiços, pensões, casas de cômodos ou favelas. O crítico déficit habitacional (agravado com a reforma urbana) e o insuficiente sistema de transporte urbano impeliam os indivíduos a residirem no centro ou nos seus arrabaldes, ficando próximos ao local de trabalho, mas instalados sob péssimas condições.

Se, por um lado, os moradores destas construções se assemelhavam no que diz respeito à condição econômica e financeira, por outro, se diferiam quanto à composição étnica, profissional e moral. A convivência entre imigrantes e ex-escravos, operários e biscateiros, trabalhadores e marginais, homens, mulheres honestas e prostitutas no mesmo ambiente, deu origem ao que Caulfield chamou de “mistura promíscua”.<sup>16</sup> Ou seja, a relação entre diferentes tipos populares não seria prejudicial apenas no âmbito da composição étnica, mas também na difusão de comportamentos considerados daninhos e que, a todo custo, se buscava combater.

Para um grupo de estudiosos das “raças”, a pior consequência dessa mistura seria a miscigenação, visto que a mesma, segundo Agassiz, “(...) vai apagando rapidamente as melhores qualidades do branco, do negro e do índio deixando um tipo indefinido, híbrido, deficiente em energia física e mental”.<sup>17</sup> A consequência inevitável dessa mestiçagem considerada degradante da constituição orgânica seria a condenação do Brasil ao atraso. Para Lilia Schwarcz, o contexto em que as teorias racistas entram e ganham força no país coincide

---

<sup>15</sup> Cf. RAGO, Luzia Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 17-8.

<sup>16</sup> CAULFIELD, Sueann. **Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)**. Campinas: Editora da Unicamp, 2000, p. 118-9.

<sup>17</sup> Agassiz, A journey in Brazil, 1868, p. 71 Apud: SCHWARCZ, 1993, p. 13. Lembramos que, além de Agassiz, vários outros viajantes relataram suas impressões sobre o Brasil, entre ele Debret, Saint-Hilaire, Heinrich Trächslers (esses último, inclusive, passaram por Porto Alegre. Cf. STAUDT, Sheila Katiane. A Porto Alegre do século XIX sob o olhar dos viajantes. **Revista eletrônica de crítica e teoria de literaturas**. Porto Alegre: UFRGS, vol. 3, n.1. jan/jun 2007. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/NauLiteraria/article/viewFile/4901/2814>. Acesso em: 17 de agosto de 2010. Ver também: SCHWARTSMANN, Leonor Carolina Baptista. **Olhares do médico-viajante Giovanni Palombini no Rio Grande do Sul: 1901-1914**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008; CONSTANTINO, Núncia Santoro de. Viajantes italianos, saúde e imigração para o Brasil: Buscaglione, Lomonaco e Mantegazza. In: Juliane C. Primon Serres; Leonor Baptista Schwartsmann. (Org.). **História da Medicina: Instituições e práticas de saúde no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Edipucrs, 2009, p. 241-260.

com a difusão da ideologia positivista-evolucionista e com o impulso dado pelos centros de ensino de caráter nacional, que passaram a interpretar tais teorias de modo autônomo e distinguindo-se quanto à orientação de seus discursos.<sup>18</sup>

Porém, a implantação dessas teorias no contexto nacional provocava uma dualidade: ao mesmo tempo em que justificava as diferenças sociais, transmitindo a mensagem de sua imutabilidade devido a uma questão genética, também punha abaixo as esperanças liberais de conformar uma identidade nacional que buscava, de certa forma, homogeneizar os interesses da sociedade, focando o progresso da nação.

Tendo em vista driblar essas contradições, o Brasil experimentou uma miscelânea teórica de modo que contemplasse os objetivos almejados, mesmo que para isso fossem necessárias adaptações grosseiras. Schwarcz exemplifica alguns ajustes implementados pelos nossos revisionistas:

Do darwinismo social adotou-se o suposto da diferença entre as raças e sua natural hierarquia, sem que se problematizassem as implicações negativas da miscigenação. Das máximas do evolucionismo social sublinhou-se a noção de que as raças humanas não permaneciam estacionadas, mas em constante evolução e “aperfeiçoamento”, obliterando-se a idéia de que a humanidade era una. Buscava-se, portanto, em teorias formalmente excludentes, usos e decorrências inusitados e paralelos, transformando modelos de difícil aceitação local em teorias de sucesso.<sup>19</sup>

Assim sendo, podemos afirmar que a “era da ciência”, que se inicia no século XIX, procurou resolver os problemas prementes de uma sociedade em reforma e sedenta por explicações conclusivas que justificassem seu passado e que previsse seguramente o seu futuro. Assim, como veremos nos capítulos seguintes, todas as esferas da vida cotidiana passam a ser controladas por preceitos ditos científicos que, por estarem imbuídos de um conceito de exatidão e verdade, são impostos de forma unilateral a uma grande parcela da população, que não só desconhecia tais teorias, como também não tinha escolha quanto a segui-las.

Teorias que responsabilizavam o ambiente (clima, organização e limpeza do espaço) pela propagação de doenças e à condenação da população ao subdesenvolvimento físico e mental estimularam a ação dos poderes públicos, orientados por uma elite intelectual “higienizada”, a agir em defesa do futuro da nação, dando origem às políticas higienistas que se amparavam não apenas no conhecimento científico, mas também na promessa de futuro defendida pela ciência.

---

<sup>18</sup> SCHWARCZ, 1993, p. 14.

<sup>19</sup> Ibidem, p. 18.

A concorrência entre os doutores e os curandeiros populares que comumente recebiam a alcunha de “charlatões”, “embusteiros”, “feiticeiros” e outras qualificações do tipo, ocorria principalmente entre as classes menos favorecidas (e justamente aquelas consideradas foco das principais enfermidades), representando um entrave aos planos de higienização, salubridade e progresso desejados não só pela classe médica, mas pela elite como um todo.

Essa nova medicina não tem como foco as doenças ou a saúde dos corpos, seu alvo principal é a saúde social, pois somente esta poderia garantir condições de se almejar a uma sociedade saudável e forte, com o controle absoluto sobre a prevenção e a propagação de doenças. A medicina social e sua necessidade premente de higienizar a todos surgem juntamente com a urbanização, visto que uma maior aglomeração humana pedia medidas de normatização das condutas, caso contrário o ideal de progresso jamais seria alcançado, ou nas palavras de Jurandir Freire Costa, “A tarefa dos higienistas era a de converter sujeitos à nova ordem urbana. Ordem estranha ao antigo modo de viver colonial que, a todo momento, a repelia e procurava deter o seu progresso. Esta ordem, contudo, precisava ser aceita, pois dela dependia a prosperidade das elites e o progresso do Estado”.<sup>20</sup>

Mas, nessa empreitada, os médicos buscaram unir esforços com outras categorias profissionais, tão importantes quanto a classe médica na difusão das ideias higienistas. Uma das alianças formadas, conforme Esteves, foi entre a classe e os juristas, as forças policiais e os empresários industriais, com fins de promover a moralização das condutas. Além destes profissionais, engenheiros e educadores também configuraram como aliados, como assegura Herschmann,<sup>21</sup> já que, fazendo parte de um aparato estatal intelectualizado, contribuíram decisivamente na implantação de normas para fiscalização e construção de prédios públicos e privados e na educação infantil conforme os preceitos higiênicos. No entanto, a principal motivação para o envolvimento da elite amparada nos conhecimentos médico-higienistas, ao desenvolverem o projeto de formação de mão-de-obra operária e moralização dos costumes, estava na necessidade de caracterizar o “brasileiro”. Como afirma Costa, a ciência estava a serviço da política, como uma de suas estratégias mais eficazes, já que contava com profissionais gabaritados e convencidos da importância da aplicação de seus saberes para a mudança da realidade nacional.<sup>22</sup> E não apenas a preocupação com a realidade nacional tomava conta da elite brasileira, mais do que isso, era necessária a formação de uma

<sup>20</sup> COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983, p. 35-6.

<sup>21</sup> ESTEVES, Martha de Abreu. **Meninas perdidas**: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p. 30; HERSCHMANN, Micael. A arte do operatório: medicina, naturalismo e positivismo 1900-1937. In: Herschmann; Pereira (org.) **A invenção do Brasil moderno**: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 44.

<sup>22</sup> COSTA, J., op. cit., p. 210.

identidade nacional, base para as ações governamentais que buscariam moldar indivíduos e instituições às novas diretrizes republicanas.

Enquanto o período pós-independência mantinha laços estreitos com o passado colonial, muito em função do império permanecer com a Casa dos Bragança e da relação de sujeição econômica a Portugal e Inglaterra, a República determinava como prioridade o afastamento desse modelo político e econômico, preocupando-se em demarcar sua oposição ao antigo regime e moldar uma nova face ao Brasil, de acordo com os ideais de progresso contemporâneos. Ou seja, os republicanos assumiram a tarefa de forjar um caráter nacional de acordo com seus interesses mais urgentes.

Craig Calhoun nos alerta para o fato de o nacionalismo ser uma forma de discurso que dá os contornos ao mundo moderno. Esse discurso seria o responsável pela existência de estruturas de reconhecimento e solidariedade entre os indivíduos. Logo, os laços culturais e de comunidade não estão dados naturalmente, mas são criados pelo projeto nacionalista triunfante.<sup>23</sup>

No mesmo sentido, Anthony Smith considera a identidade nacional uma construção social e histórica<sup>24</sup> e Benedict Anderson concebe a nação como uma comunidade imaginada.<sup>25</sup> Seguindo por essa linha, trataremos de uma sociedade que, da forma como foi imaginada, em nada se assemelhava à realidade. Procurando enquadrá-la dentro dos anseios de progresso e modernidade da elite nacional, esta não poupou esforços para que uma reforma social ampla fornecesse os elementos básicos para a constituição de uma identidade nacional que atendesse aos seus interesses.

Também com relação às construções das nacionalidades na América Latina, Sueann Caulfield,<sup>26</sup> citando Doris Sommer (que as classifica de ficções), explana sobre as campanhas de políticos e de profissionais liberais em prol da moralização dos costumes e da modernização do espaço urbano e de setores econômicos. Segundo a autora, essas campanhas tinham como intuito propagandar uma sociedade em harmonia, sem distinções de ordem racial e classista, mas inspirada num modelo de branqueamento, pregando a castidade

---

<sup>23</sup> CALHOUN, Craig. O nacionalismo importa. In: DOYLE, Don H., PAMPLONA, Marco A. (orgs.). **Nacionalismo no Novo Mundo**. Rio de Janeiro: Record, 2008. p. 37-70.

<sup>24</sup> SMITH, Anthony D. Interpretações sobre a identidade nacional (tradução de Janete Abrão). In: GUIBERNAU, Montserrat (dir.). **Nacionalisme. Debats i dilemes per a um nou millenni**. Barcelona: Proa, 2000. p. 119-142.

<sup>25</sup> ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. A aplicabilidade do pensamento de Anderson ao tema desenvolvido neste capítulo se resume ao conceito de comunidade imaginada e à importância da intelectualidade na formação da identidade nacional. Já sua abordagem sobre os meios literários como promuladores dessa identidade se torna inapropriada nessa ocasião.

<sup>26</sup> CAULFIELD, 2000, p. 32.

feminina e recheada de preconceitos de todos os tipos, inclusive aqueles que, antagonicamente, diziam inexistir entre a sociedade racionalizada. Dessa forma, ao invés de minimizar as distorções sociais, as campanhas moralizadoras aprofundaram ainda mais as já existentes, o que explica, em parte, a resistência das camadas populares a aderirem a sua ideologia e aos valores impostos.

Nísia Trindade Lima e Gilberto Hochman situam no começo do século XX o início da construção de uma nação brasileira.<sup>27</sup> Utilizavam-se como uma das ferramentas para tal “construção” a ciência, cabendo a ela identificar os entraves para o progresso e trabalhar para uma eficaz solução do problema. Portanto, podemos evidenciar a importância que teve o movimento sanitarista na formação da identidade nacional brasileira.

A relevância atribuída à ciência nesse contexto se deve a concepção de que o atraso brasileiro era consequência de sua herança colonial, a predominância na população de raças entendidas como inferiores e mestiços, omissão do poder públicos nas áreas de educação e saúde etc. Portanto, seria através de medidas científicas, com atuação incisiva sobre a população e financiamento pelo Estado, que se reverteria o quadro social da época.

Assim, as ações médico-sanitárias que tanta discussão causaram entre políticos, médicos e intelectuais, tinham o objetivo de formar solidamente as bases sobre as quais seria edificada a identidade nacional. E o Brasil que se desejava não poderia estar atrelado a um povo doente, abatido, degenerado e atrasado, conforme a visão desses grupos.

Luiz Antonio de Castro Santos afirma que, durante a República Velha, mais especificamente após a Primeira Guerra Mundial, a produção literária e sociológica ganhou contornos nitidamente nacionalistas, pois a “salvação nacional” estaria relacionada com a construção da identidade nacional.<sup>28</sup>

A grande mobilização causada pela guerra na elite econômica e intelectual brasileira retumbou no surgimento de movimentos nacionalistas dos mais diversos tipos, todos preocupados em, antes de tudo, definir qual seria a identidade nacional por eles evocada. Entre tantas posições, em comum havia a questão do recrutamento militar, principalmente a constituição física dos homens que esperavam que se alistassem para defender a pátria (caso fosse necessário).

---

<sup>27</sup> LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. Pouca saúde, muita saúde, os males do Brasil são... Discurso médico-sanitário e interpretação do país. *Ciência Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, 2000. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-8123200000200007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-8123200000200007&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 25 jun 2009. doi: 10.1590/S1413-8123200000200007.

<sup>28</sup> SANTOS, Luiz Antonio de Castro. O pensamento sanitarista na Primeira República: Uma ideologia de construção da nacionalidade. *Dados. Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 1983-210, 1985.

O diplomata e historiador Oliveira Lima,<sup>29</sup> em resenha à primeira edição de *Saneamento do Brasil*, de Belisário Penna, critica a concepção de patriotismo que então vigorava, que exaltava as belezas naturais e a bravura e a força do seu povo, com contundentes argumentos: “O patriotismo não consiste [...] em esconder as faltas e as misérias, os aleijões da natureza ou os aleijões morais, consiste, sim, em expor uns e condenar outros”.<sup>30</sup>

Compartilhando de posicionamento semelhante, Miguel Pereira, em seu famoso discurso no qual compara o Brasil a um imenso hospital, comenta sobre a preocupação com a defesa da nação:

Num impressionante arrombo de oratória, já perorou na câmara ilustre parlamentar que, se fosse mister, iria ele, de montanha em montanha, despertar os caboclos desse sertão. Em chegando a tal extremo de zelo patriótico uma grande decepção acolheria sua generosa e nobre iniciativa. Parte, e parte ponderável, dessa brava gente não se levantaria; inválidos, exangues, esgotados pela ancilostomíase e pela malária; estropiados e arrasados pela moléstia de Chagas; corroidos pela sífilis e pela lepra; devastados pelo alcoolismo; chupados pela fome, ignorantes, abandonados, sem ideal e sem letras ou não poderiam estes tristes deslembados se erguer de sua modorra ao apelo tonitruante de trombeta guerreira, [...] ou quando, como espectros, se levantassem, não poderiam compreender por que a Pátria, que lhes negou a esmola do alfabeto, lhes pede agora a vida e nas mãos lhes punha, antes do livro redentor, a arma defensiva.<sup>31</sup>

As correntes de pensamento nacionalista são divididas por Santos em duas: uma caracterizada pela participação de intelectuais interessados no progresso e na civilização do Brasil, que seriam alcançados por meio da modernização da sociedade em todos os seus âmbitos; a outra, formada pelo grupo que procurava no interior do país as “raízes da nacionalidade” e, segundo este projeto, o sertanejo deveria ser agregado como um elemento constituinte da identidade nacional.<sup>32</sup>

Prosseguindo na caracterização dos grupos expostos, o autor destaca, entre o primeiro grupo, a contradição de tentar formar uma identidade nacional brasileira branca e europeizada. Para tanto, o alto investimento em imigração se justificaria não apenas para substituir a mão-de-obra escrava recém liberta, mas especialmente para promover o branqueamento da população.

---

<sup>29</sup> Pela livre exposição de suas idéias sobre o expansionismo estadunidense e o caráter comercial da Primeira Guerra, Oliveira Lima sofreu perseguições, desmoralização de seu trabalho como historiador e até o degredo da Inglaterra, país onde vivia e no qual foi considerado *persona non grata* (VINHOSA, Francisco Luiz Teixeira. **O Brasil e a primeira guerra mundial: a diplomacia brasileira e as grandes potências**. Rio de Janeiro: IHGB, 1990, p. 35).

<sup>30</sup> Oliveira Lima, 1918 Apud: PENNA, 1923, p. II

<sup>31</sup> Pereira, 1922 Apud: LIMA e HOCHMAN, 2000, p. 316.

<sup>32</sup> SANTOS, 1985, p. 194.

Para alguns membros mais radicais desse grupo, influenciados por Gobineau, Agassiz e Le Bon, somente através de políticas eugenistas de substituição de etnias nacionais pela branca européia, o “mal da raça” estaria em vias de extinção, já que, concomitante com o incentivo à imigração, outras políticas dariam conta de restringir as uniões e a procriação entre os elementos tidos como degenerados, evitando a mestiçagem e a perpetuação de determinadas características que, próprias das camadas populares, eram vistas como entrave ao progresso.

A visão que esse setor tinha sobre a população nacional era denegridora. Alguns profissionais da área da medicina passam a colaborar com o “racismo científico” ao caracterizarem a população como sendo de constituição fraca e vulnerável às doenças tropicais. E até o clima, quem diria, levou sua parcela de culpa... Se o clima, por si só, já seria um obstáculo ao projeto civilizatório desses profissionais, os organismos enfraquecidos da população pouco colaborariam para a superação deste obstáculo. Outro motivo alegado era que a pouca resistência do brasileiro seria em função da miscigenação com africanos, que em clima frio ou quente, eram considerados inferiores orgânica e intelectualmente.

Porém, como expõe Santos, nem todos os intelectuais engajados no projeto de civilizar o Brasil foram entusiastas do branqueamento: “(...) era o caso de Rui Barbosa. Finalmente, havia aqueles que serviam de ponte às duas tradições de pensamento. Era o caso de Oliveira Viana. Com um grupo partilhava o ideal de arianização da população brasileira; com outro, partilhava o interesse pela integração dos sertões à vida da nação”.<sup>33</sup>

Mesmo tendo esse caráter elitista, o sanitarismo repercutia entre todos os setores sociais, angariando cada vez mais apoio às suas iniciativas e gozando de forte poder político. Explicitando a origem da força política do sanitarismo, Santos faz uma retomada de ideias desenvolvidas anteriormente e encadeia-as de maneira sintética e muito elucidativa, que mesmo em longa citação, merecem permanecer nas palavras do autor:

Parece-me que o movimento sanitário representou um canal dos mais importantes na República Velha para o projeto ideológico de construção da nacionalidade. A ligação saúde pública e nacionalidade é talvez o traço mais distintivo do movimento sanitário brasileiro em relação ao europeu e norte-americano. Como se estabelece a relação mencionada? Cabe aqui retomar alguns pontos sugeridos anteriormente. Viu-se que até por volta de 1915, a suposta incapacidade racial do brasileiro era considerada uma pedra no caminho da modernização. A vinda de sangue novo com o imigrante europeu representava o mais importante trunfo das elites para a desejada salvação nacional. Ora, a queda da imigração européia durante a primeira guerra mundial abriu caminho para propostas alternativas. Ademais, mesmo nos anos de forte imigração, só os estados meridionais se

---

<sup>33</sup> SANTOS, 1985, p. 196.

beneficiavam da entrada de europeus. Os sanitaristas acenavam com uma proposta que atraía não só as elites do sul como as do norte. Nosso atraso, diziam, se devia à doença, não ao determinismo biológico. A construção da nacionalidade exigia que as elites desviassem os olhos sempre postos na Europa para o interior do Brasil, para as grandes endemias dos sertões. A (re)integração dos sertões à civilização do litoral representava o grande desafio para o fortalecimento da nacionalidade, pois população doente = raça fraca = nação sem futuro.<sup>34</sup>

Essa reorganização do controle sanitário foi característica do início da República, quando se evidencia uma divisão de responsabilidades quanto à saúde pública. Em 1892, segundo Janete Abrão, o governo federal assume a vigilância sanitária dos portos e transfere aos estados os encargos com a saúde e, em 1897, estes repassam parte de suas atribuições aos municípios, que se encarregariam da higiene, enquanto que o estado se incumbiria da saúde local.<sup>35</sup>

A partir de então, a intervenção estatal na saúde pública cresce paulatinamente entre um governo e outro.<sup>36</sup> Como exemplo temos o Código Sanitário de 1917, instituído pelo Serviço Sanitário de São Paulo, que teria como objetivo o atendimento à população do interior tendo em vista a formação do elemento nacional. Além de recuperar a saúde da população, também se visava a sua inserção num mercado de trabalho que reclamava por mão-de-obra obediente, dócil e laboriosa.<sup>37</sup> Verificou-se também a inserção da Fundação Rockefeller em prol da profilaxia rural, abrindo postos em todo o território nacional. (nota)

A aplicação de políticas de saúde, principalmente na área urbana, muitas vezes se deu por imposições governamentais arbitrárias, como no caso do Rio de Janeiro, sob a administração de Pereira Passos.<sup>38</sup> A célebre reforma urbana empreendida por Passos apresentou uma nova cidade com ares cosmopolitas, mas ao custo de milhares de pobres que tiveram suas residências invadidas, vistoriadas, multadas, condenadas e finalmente, postas abaixo. Ao mesmo tempo em que solucionava uma questão estética e sanitária, criava-se um déficit habitacional, em que o problema da sub-moradia permanecia, mas agora longe do olhar da elite e do poder público.

---

<sup>34</sup> *Ibidem*, p. 203.

<sup>35</sup> ABRÃO, Janete Silveira. **Banalização da morte na cidade calada**: a espanhola em Porto Alegre, 1918. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998, p. 28-9.

<sup>36</sup> Com exceção do governo de Washington Luis, quando se verificou um retrocesso nos investimentos em saúde como resultado de contenção de gastos.

<sup>37</sup> RIBEIRO, Maria Alice Rosa. **História sem fim... Inventário da saúde pública**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993, p. 215.

<sup>38</sup> Para mais informações sobre a reforma urbana e sanitária no Rio de Janeiro ver COSTA, N., 1985; ABRÃO, 1998; CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril**: cortiços e epidemias na Corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996; Id. **Trabalho, lar e boteco**: o cotidiano dos trabalhadores da Belle Époque. 2ª ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001; SOIHET, Rachel. **Condição feminina e formas de violência**: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

Na mesma linha autoritária, ainda no Rio de Janeiro, também temos o exemplo da política de vacinação obrigatória, coordenada por Oswaldo Cruz à frente da Secretaria de Saúde do município, quando uma verdadeira operação de guerra foi armada para vacinar e revacinar ostensivamente a população carioca contra a febre amarela e a varíola.<sup>39</sup> Para a concretização de tal medida não foi economizado o uso da força e da intimidação, justificado pelo governo em função da resistência apresentada pela população em aceitar aquelas intervenções que visavam a conservação de sua saúde.

O fato é que a ação violenta que impôs a saúde à sociedade carioca ocorreu, principalmente, devido à falta de informação e esclarecimento dos moradores, que pegos de surpresa e influenciados por mitos difundidos por vários jornais de grande circulação na capital, em que oposicionistas de Pereira Passos manipulavam a opinião pública através de matérias e charges desqualificando e até ironizando as medidas profiláticas, deram início à chamada Revolta da Vacina. Se por um lado, a ação dos opositores criou resistência à política de vistoria de residências e vacinação, de outro, não houve uma propaganda eficaz do governo municipal dirigido especificamente às classes populares - alvo da ação - com linguagem acessível e compatível ao modo de vida dessa parcela da população.

Mesmo enfrentando oposição ferrenha de grupos políticos e populares, a esperada reforma urbana se fez vigorosa, concedendo um aspecto moderno e cosmopolita às cidades brasileiras, como também “limpando” seus centros da presença incômoda dos pobres que lá se aglomeravam. No processo de reconstrução que abriu grandes artérias no coração das cidades, ornou-as com pulmões verdes, investiu-as com construções monumentais em estilo eclético, verdadeiras obras de arte da arquitetura, ao mesmo tempo livrou-as de seus “parasitas”, os “micro-organismos” que prejudicavam sua saúde e seu desenvolvimento pleno. E assim, os pobres foram desalojados de suas mal-acabadas moradias, tendo que se deslocar para a periferia inóspita, as zonas de várzea ou os morros, dando corpo às favelas (principalmente, no caso carioca).

Mas a preocupação do governo com a saúde não se restringiu ao embelezamento e organização do espaço urbano. A partir de 1890 começam a surgir legislações específicas para o controle sanitário nas indústrias, com intervenção do poder público sugerindo melhorias no ambiente de trabalho em caso de descumprimento das normas higiênicas; o rígido controle da entrada de indivíduos por seus portos, mediante a exigência da carta de saúde; a institucionalização dos cuidados com a saúde, com a criação de órgãos regulamentadores da

---

<sup>39</sup> Sobre a vacinação obrigatória e a Revolta da Vacina ver: CHALHOUB, 1996; COSTA, N., op. cit.; LUZ, 1982.

aplicação sanitária; além da criação de laboratórios de microbiologia com o intuito de barrar o avanço de mazelas que atacavam principalmente o imigrante recém chegado.<sup>40</sup>

Analisando essas investidas sanitárias, percebemos o indivíduo como constituinte de um todo social. A ação impositiva sobre os corpos não resultava de uma preocupação exclusiva com os mesmos, mas fazia parte de um projeto que objetivava a saúde do corpo social, em que cada célula deste organismo precisava estar sadia para garantir a saúde do todo. Em última análise, a atuação higiênico/sanitarista tinha função de reforma social, configurando um *modus vivendi* que se enquadrasse na nova perspectiva de progresso.

Nesse sentido, contrariando a “liberdade” tão propalada pelos positivistas e que tantas críticas suscitou entre os opositores desta ideologia, Luz destaca o caráter autoritário do projeto higienista:

É autoritário na medida em que para impor-se necessita de medidas de força do aparelho do Estado. É autoritário porque não é consensual, não é hegemônico. É, por fim, autoritário porque representa frações minoritárias do bloco do poder que excluem da ordem em formação os setores subordinados. Sendo autoritário, este modelo tem, entretanto, condições de abranger um maior número de pessoas que o projeto médico curativista, que se apresenta como um corpo de saberes e práticas de características liberais. Assim, o projeto sanitário busca atingir os aparelhos burocrático-administrativos como uma forma de ampliar o seu controle sobre o conjunto da sociedade.<sup>41</sup>

Como vemos, a ação governamental estava longe de ser tão permissiva e tolerante como queriam fazer crer os seus críticos. Não foram raros os momentos, principalmente na ocasião de epidemias ou em campanhas de combate às endemias, em que os governos dos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul, só para citar os exemplos mais conhecidos, agiram de forma autoritária e truculenta, ignorando direitos como a integridade física, a liberdade religiosa e a inviolabilidade de domicílios.<sup>42</sup>

Enquanto os governos propunham a erradicação de doenças através da obrigatoriedade da vacinação, inspeção doméstica, notificação compulsória de doenças transmissíveis e outras medidas afins, deixavam de atacar o ponto nevrálgico para o caos sanitário: as condições de vida e de trabalho dos pobres. Pouco adiantaria invadir suas casas e exigir reformas quando o salário mal cobria os gastos com alimentação, tampouco se poupava a saúde dos cidadãos

<sup>40</sup> Cf. COSTA, N., 1985, p. 47.

<sup>41</sup> LUZ, 1982, p. 79.

<sup>42</sup> Sobre as ações governamentais impositivas ver RAGO, Luzia Margareth. **Os prazeres da noite**: prostituição e código de sexualidade feminina em São Paulo. 1890- 1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991; SILVEIRA, Éder. **A cura da raça**: eugenia e higienismo no discurso médico sul-rio-grandense nas primeiras décadas do século XX. Passo Fundo: Editora Universidade de Passo Fundo, 2005; COSTA, N., 1985.; CHALHOUB, 2001;

com vacinas contra determinadas doenças quando suas habitações e ambiente de trabalho os expunham a tantas outras ainda sem cura ou prevenção acessível.

Madel Luz lembra que os investimentos governamentais com saúde não ultrapassavam o imediatismo e o paliativismo, vetando empreendimentos onerosos ou com resultados a longo prazo. Para a autora, este modelo sanitaria campanhista adotado pelo Estado privilegiava

(...) medidas de controle imediato das epidemias, ou de manutenção de níveis não comprometedores das endemias (...), deixando de lado as medidas ligadas às condições sociais determinantes das doenças coletivas. Derrubavam-se as “cabeças-de-porco”, os cortiços, como ainda hoje derrubam-se favelas, mas a construção de casas operárias, quando existe, é um número insuficiente e elas desprovidas de conforto.<sup>43</sup>

Diante das condições insalubres das moradias operárias, seria necessário, ao menos, modificar o ambiente de trabalho, oferecendo aos trabalhadores algum contato com um recinto higienizado. Compartilhando dessa preocupação comum, governo e empresariado se uniram buscando proporcionar aos operários melhores condições de trabalho. Mas se engana quem pensa ser essa uma preocupação humanista, comovida com a brutal exploração da força de trabalho de homens, mulheres e crianças em uma jornada de até 12 horas. O principal mote da adoção de medidas higiênicas no interior das empresas era o aumento do rendimento da produção e, conseqüentemente do faturamento e da arrecadação de impostos. Para Sandra Pesavento:

É preciso, portanto, deslindar os meandros pelos quais se processa a afirmação do domínio do capital sobre o trabalho, que ora assume uma conotação cruamente coercitiva, ora se reveste de mecanismos ideológicos e estratégias que suavizam a dominação que se afirma. Se o ambiente é claro e arejado, é para que o trabalhador renda mais; se os operários trabalham dóceis e em silêncio, é porque há punição para os que infringem as regras ou uma perspectiva de recompensa para os que trabalharem mais. É, em suma o capital ditando as leis.<sup>44</sup>

Nilson do Rosário Costa corrobora as ideias de Madel Luz ao reforçar que as ações no campo da saúde pública tinham por objetivo controlar as doenças que ameaçam a sanidade da mão-de-obra e a expansão capitalista, seja na cidade ou no campo. Levando em conta o conjunto de medidas adotadas com vistas à difusão do sanitarismo, a autor afirma que:

<sup>43</sup> LUZ, 1982, p. 210.

<sup>44</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. **A burguesia gaúcha**: dominação do capital e disciplina do trabalho (RS: 1889-1930). Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

O objetivo das políticas de saúde pública não foi proteger a totalidade dos habitantes do país dos surtos epidêmicos e doenças parasitárias nem sua finalidade foi recuperar a *saúde* do comum dos homens. Ao contrário do que sustentavam os tratados sobre o projeto de saúde pública no Brasil, que se limitaram a uma cronologia da aprendizagem progressiva por parte da humanidade de meios idôneos para curar as enfermidades, considera-se que o ritmo, a extensão e intensidade das ações sanitárias obedeceram a critérios predominantemente utilitários, definidos a partir dos interesses dos grupos dominantes internos ou pela expansão do capitalismo em escala internacional.<sup>45</sup>

Para tanto, juntamente com a remodelação do ambiente de trabalho havia a necessidade de disciplinar a mão-de-obra para que se pudesse aproveitar ao máximo as melhorias empreendidas, ou como afirma Massako Iyda: “(...) se a educação nos países capitalistas centrais representavam um valor liberal para a prática da cidadania, da democracia, no Brasil, ela servirá de base para a construção do trabalhador dentro da ‘democracia’ social, num regime ditatorial corporativista”.<sup>46</sup>

Conforme pudemos constatar até o momento, temos no Brasil a hegemonia da região sudeste, grande produtora de café e berço da industrialização e, portanto, alvo preferido das pesquisas que enfocam as consequências desse desenvolvimento; as demais regiões vivem situações distintas, algumas não contam com condições igualmente favoráveis para o investimento em novos setores econômicos. Assim, suas idiossincrasias devem ser levadas em conta, tendo em vista que o processo de urbanização e industrialização não foi linear (como ainda hoje não o é) em todos os pontos do país. Concentrando nosso enfoque no Rio Grande do Sul, devemos levar em consideração algumas especificidades com relação à política e às práticas econômicas que aqui se desenvolveram e que terão reflexos nas condições de vida da sociedade como um todo.

No estado, desde o início da República, o governo foi assumido por políticos ligados à doutrina positivista, seguindo muitos dos princípios difundidos por Auguste Comte. Conforme nos elucidou Beatriz Weber, o positivismo deitou raízes no estado através de ex-estudantes da Faculdade de Direito de São Paulo que, ao regressarem, trouxeram na bagagem a doutrina que balizou a fundação do Partido Republicano Rio-Grandense, o PRR, que dominou o cenário político gaúcho até 1928.<sup>47</sup> Entre os preceitos comtianos seguidos pelos políticos ligados ao PRR estão a crença na inevitável racionalização da sociedade e, para que

<sup>45</sup> COSTA, N., 1985, p. 12.

<sup>46</sup> IYDA, Massako. **Cem anos de saúde pública**: a cidadania negada. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994.

<sup>47</sup> WEBER, Beatriz Teixeira. **As artes de curar**: medicina, religião, magia e positivismo na república Rio Grandense: 1889-1928. Santa Maria: UFSM, 1999, p. 39.

ela traga proventos à ela, deveria ser estruturada pela ciência social sob orientação de uma minoria esclarecida, responsável por difundir entre os indivíduos a ordem e a moralidade para a posterior conquista do tão desejado progresso.

Por intermédio de vários autores convivemos com a concepção da peculiaridade política gaúcha, que apregoava a ideia de que aqui o positivismo se desenvolveu com outro matiz, dando origem a um tipo de governo, em muitos aspectos, distinto às demais administrações positivistas que inundaram o país a partir de fins do século XIX. Margaret Bakos nos esclarece que tal peculiaridade gaúcha reside na figura de Júlio de Castilhos, governador do estado por cerca de cinco anos e meio, responsável por uma nova prática positivista: o *castilhismo*. De acordo com a autora, entre as características mais marcantes do castilhismo estavam “(...) a presença dominadora do Poder Executivo e o seu comprometimento com o desenvolvimento capitalista. O positivismo, que na Europa tinha um conteúdo nitidamente reacionário, no Brasil, sob a versão castilhistas, apresenta projeto em certo sentido progressista”.<sup>48</sup> Cabe salientar que o positivismo gaúcho foi marcado também pelo continuísmo político, seja no comando do estado (Júlio de Castilhos (1891, 1893 – 1895) e Borges de Medeiros (1898 – 1928)) ou à frente da Intendência (José Montauray de Aguiar Leitão (1897 – 1924)).

No Rio Grande do Sul, a atuação da medicina higienista sofreu alguns obstáculos por parte do governo provincial, cuja orientação positivista prezava pela liberdade dos indivíduos acima de qualquer imposição regulamentar. Isso se refletiu em um duro embate entre o governo gaúcho, durante anos encabeçado pelo Partido Republicano Rio-Grandense, e a classe médica, especialmente preocupada com a liberdade profissional.

Segundo Beatriz Weber, os positivistas acreditavam que os indivíduos deveriam ser educados à luz da ciência, para então poderem, consciente e espontaneamente, tomar decisões em seu benefício e em benefício da coletividade.<sup>49</sup> Assim, caberia ao governo proporcionar educação aos cidadãos e nunca intervir autoritariamente nas suas escolhas. Cláudia Mauch lembra que o princípio da liberdade individual só poderia ser desrespeitado em nome do bem público, objetivo principal do governo positivista.<sup>50</sup>

---

<sup>48</sup> BAKOS, Margart Marchiori. **Porto Alegre e seus eternos intendentes**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996, p. 38. Sobre o Castilhismo ver também: KUMMER. Lizete Oliveira. **A medicina social e a liberdade profissional: os médicos gaúchos na Primeira República**. 2002. Dissertação (mestrado em História) -- Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2002.

<sup>49</sup> WEBER, 1999, p. 46-7.

<sup>50</sup> MAUCH, Cláudia. **Ordem pública e moralidade: imprensa e policiamento urbano em Porto Alegre na década de 1890**. Santa Cruz: EDUNISC/ANPUH-RS, 2004, p. 40.

Para ilustrar como muitos homens de ciência se sentiam ante a impotência contra a incitação à liberdade individual promovida pelos governos de inclinação positivista, Gilberto Hochman, transcreve um texto de Sebastião Barroso, do livro *A era do saneamento*, em que esse, de forma alegórica, narra um caso extremo de usufruto dessa liberdade:

O meu vizinho adoeceu por vontade própria; foi a um laboratório e injetou-se uma cultura viva de bacilos coléricos. Se ele se houvesse simplesmente atirado do telhado à rua ou arrebatado os miolos com uma bala ou ingerido uma grama de estricnina, isso só afetaria a sua pessoa e eu tinha que limitar-me a lamentar a ocorrência. Com os bacilos do cólera o caso muda de figura – eles se vão difundir aos milhões e milhões pelos objetos que terei de tocar, pelos encanamentos da água que terei que beber, pelos esgotos que vão passar por minha casa. E terei que resignar-me, pois as medidas ao meu alcance isolado seriam improficuas, visto ascenderem a tal importância e complexidade, que só o Estado as poderia executar. Mas o Estado não deve tolher a liberdade do meu vizinho de querer adoecer e morrer, ainda que seja para proteger a minha de aspirar à saúde e à vida. E o mal se há de propagar pela cidade inteira, e as cidades vizinhas e os campos serão contaminados, o país todo sofrerá o flagelo, e milhares e milhares de vidas serão sacrificadas.<sup>51</sup>

Mesmo se valendo de um exemplo exagerado, Sebastião Barroso deixa explícita a sua crítica à ideologia de liberdade individual. Para o autor, maior do que essa liberdade dos cidadãos em recusar atendimento médico, educação higiênica e intervenção estatal em períodos críticos estaria o zelo pela vida e saúde de parte expressiva da população, que correria sérios riscos pela intransigência alheia. Governos que esboçassem qualquer traço liberal recebiam inúmeras críticas que, como as de Barroso, cogitavam situações extremas e, muitas vezes, infundadas como possibilidades reais a que a sociedade estaria vulnerável pela leviandade de indivíduos mal informados e mal intencionados no ato de fazer valer os seus direitos.

Dessa forma, a liberdade (permissiva para alguns, necessária para outros) passa a ser a questão central nas discussões sobre o papel interventor do Estado junto à sociedade. Para os opositores do positivismo, não haveria como conciliar controle e vigilância à liberdade, assim, esta deveria ser restrita a determinados grupos sociais. Concomitantemente, percebemos o ataque destes mesmos grupos às liberdades já conquistadas pela população.

Dentre elas está a liberdade profissional, que permitia a qualquer indivíduo, mesmo sem formação acadêmica ou técnica na área de saúde, prestar serviços à comunidade mediante a inscrição na Diretoria de Higiene do estado. Os positivistas não reconheciam a medicina como um conhecimento superior aos demais, já que “(...) a Medicina não era uma arte

---

<sup>51</sup> Sebastião Barroso, 1919, p. 10-1 apud HOCHMANN, Gilberto. *A era do saneamento*: As bases políticas de saúde no Brasil. São Paulo: HUCITEC, 1998, p. 47.

perfeitamente racionalizada, havia uma ‘anarquia mental’ entre os médicos, cada um com suas teorias e suas práticas”.<sup>52</sup>

Para os membros do apostolado, uma vez caracterizada a falibilidade de um conhecimento acadêmico, os representantes deste não poderiam exigir a exclusividade de sua aplicação. Munidos de uma conceituação de ciência baseada na exatidão e consenso, os positivistas tinham motivos para contestar o enquadramento da medicina como ciência, adequando-a à categoria de arte, em que discordâncias e tendências seriam permitidas.

A conquista de reconhecimento (e, principalmente, clientes) nas profissões ligadas à saúde seria tarefa do próprio profissional que, através de seu conhecimento e habilidade prática provaria a excelência de seu serviço. Como assegura Weber: “a arte de curar exigiria a mais completa liberdade. Todo médico digno deveria esforçar-se por ocupar a confiança dos doentes pela autoridade de sua palavra, pela sua conduta e pelo seu devotamento”.<sup>53</sup> A confiança depositada pelos doentes e suas famílias no curandeiro seria conseqüência da atuação deste, e não resultado de uma imposição legal.

No entanto, setores dentro do PRR divergiam quanto a interpretação positivista da liberdade. Liderando o grupo que apoiava o princípio da liberdade individual, mas com restrições em algumas situações, como aquelas que apresentassem perigo para a coletividade, estavam médicos como Protásio Alves e Carlos Barbosa Gonçalves, que, mesmo ocupando altos cargos no governo estadual, viam suas intenções de restringir parte da liberdade proferida limitadas pela direção do partido. Para Weber, “(...) uma parte deles [dos médicos ligados ao partido] procurava levar em conta o ideário mais geral que norteava o Estado e atuar politicamente segundo a perspectiva do PRR, mas também procuravam afirmar o significado de sua categoria profissional, tráfegando continuamente na corda bamba”.<sup>54</sup>

Para compreendermos melhor o modo de vida e as aspirações do proletariado gaúcho, começemos por conhecer as origens das indústrias locais. Partindo da leitura de Sandra Pesavento, constatamos que o início das atividades industriais no Rio Grande do Sul se deve ao capital proveniente das regiões de colonização, resultado da atuação de grupos imigrantes com o comércio interno. Logo, o processo de industrialização gaúcho não se assemelha ao ocorrido em outros estados brasileiros, cujo financiamento se deu pelo capital agrário, principalmente da produção cafeeicultora do Sudeste.<sup>55</sup>

---

<sup>52</sup> WEBER, 1999, p. 46

<sup>53</sup> WEBER, 1999, p. 47

<sup>54</sup> Ibidem, p. 113.

<sup>55</sup> PESAVENTO, 1988, p. 19.

Os investimentos neste emergente setor econômico deram bons resultados, e já em 1913 o Rio Grande do Sul ocupava o quinto lugar entre os estados brasileiros com maior número de empresas e o terceiro em maior valor produzido e na quantidade de trabalhadores empregados. Quando se estabelecia uma comparação entre o capital investido e o valor da produção, obtendo o rendimento das empresas, o Rio Grande do Sul saltava para o primeiro lugar. Assim, Pesavento conclui que a produção dos operários gaúchos era superior aos demais, mesmo que as indústrias locais não contassem com a mesma estrutura das suas concorrentes, nem com o investimento de capital externo.<sup>56</sup>

A nascente indústria gaúcha se assenta sobre a produção de gêneros alimentícios (banha de porco, bebidas, manteiga, queijos, conservas, massas) e bens de consumo não duráveis (tecidos, calçados, vela, sabão, papel, cerâmica, fumo, beneficiamento de couro), tendo como exceção indústrias metalúrgicas (cofres, fogões de ferro, carruagens) e oficinas de marcenaria.<sup>57</sup>

No Rio Grande do Sul, o PRR contava com um jornal de grande circulação, *A Federação*, que divulgava a ideologia política do partido, propagandeava seus feitos administrativos, bem como defendia seus membros dos constantes ataques e denúncias por parte de seus adversários. O jornal *A Federação* não escondia seu vínculo direto com o partido governista, já que estampava logo abaixo do nome o epíteto de “Órgão do Partido Republicano”, assim como a gráfica do jornal era responsável pela impressão de relatórios e outros documentos oficiais.

Em oposição direta ao governo e, portanto, seguindo uma linha editorial muito distinta *d'A Federação*, estavam os jornais *Correio do Povo* e *A Reforma*, que não poupavam críticas ao governo e seus representantes. Considerando que o motivo da discórdia entre tais redações estivesse no campo político, seríamos levados a acreditar que jornais de orientação socialista, anarquista ou vinculados a setores populares entoariam um estrondoso coro contra as medidas elitistas que beneficiam uma pequena parte da sociedade. Mas as expectativas nem sempre se confirmaram, como veremos no decorrer dessa dissertação.

---

<sup>56</sup> Dados da revista *O Progresso* (Porto Alegre, Globo, 2 nov. 1913): PESAVENTO, 1988, p. 28

<sup>57</sup> PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. “**Que a união operária seja a nossa pátria!**”: história das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações. Santa Maria: Editora UFSM; Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001, p. 181, 183. Conforme indicam os “Dados estatísticos do município de Porto Alegre” de 1912 (p. 10), apresentados pela autora, havia na cidade as seguintes fábricas: águas minerais, armação de selins, beneficiamento de fumo, arroz, banha, balanças, biscoitos, colchas, cerveja, calçados, chapéus, charutos, corda, creolina, camas de ferro, carros, café (beneficiamento), coletes, caronas, doces, escovas, gravatas, gasosas, instrumentos de corda, louças de barro, licores, luvas, latas, molduras, massas, mosaicos, móveis, obras de vime, pregos, sabão, salame, sabonetes, vassouras e vidros, além das oficinas de cartonagem, esculturas, fundição, gravador, carpinteiro, ferreiro, sapateiro, alfaiate, litógrafo, mecânica e selaria.

Percebemos então, que entre as críticas dirigidas ao governo, tanto dos jornais liberais, como dos populares enfatizavam o endividamento do Estado e também da capital com banqueiros estrangeiros, a invasão do capital internacional e (apesar disso) o provincianismo da capital e o crescente empobrecimento das camadas menos favorecidas da sociedade.

Característica marcante da capital gaúcha eram seus ares de aldeia apesar da crescente importância regional e nacional que ia galgando. Isso ocorreu devido ao direcionamento do fluxo migratório e o tipo de economia colonial do estado. Pesavento aponta que, diferentemente de São Paulo, onde os imigrantes se estabeleciam como assalariados e o êxodo rural representava uma esperança de melhores condições de trabalho, no Rio Grande do Sul se priorizou a economia familiar, concedendo aos imigrantes lotes de terras em áreas do interior do estado, ou seja, ser proprietário de seu pedaço de terra e viver da produção desta já representava para os colonos a possibilidade de uma vida estável. Assim, percebemos que o crescimento populacional<sup>58</sup> de Porto Alegre se deu em função da cidade ter se tornado centro escoaador da produção colonial para as áreas de produção cafeeira, aumentando a oferta de empregos ligados a esse setor econômico.<sup>59</sup>

Porto Alegre recebeu os piores atributos de viajantes<sup>60</sup> que por aqui passaram desde o período imperial até o republicano. Inúmeros eram os relatos de cheiros nauseabundos que empestevam a capital, o escoamento das águas servidas pelas sarjetas, o precário fornecimento de água potável, os serviços incipientes de iluminação e transporte. Pela comparação feita pelos viajantes com outras capitais, Porto Alegre configurava entre as mais atrasadas.

Em defesa da capital do estado, o Diretor de Higiene, o Dr. Protásio Alves, se apressava em dizer que o estado sanitário gaúcho era satisfatório, considerado superior se comparado, atendendo às devidas proporções, ao de grandes cidades do mundo. No entanto, o

---

<sup>58</sup> Segundo relatório da Assistência Pública (LIGEIRA notícia sobre a Assistência Pública em Porto Alegre. Porto Alegre: Typ. da Livraria do Comercio, 1905) redigido pelo então médico organizador do serviço, Luiz Nogueira Flores (mais conhecido como Doutor Flores), a população porto-alegrense em 1905 corresponderia a 90.000 habitantes. Já Olympio de Azevedo Lima, 2º escriturário da seção de higiene e assistência pública, nos apresenta dados contraditórios (DADOS Estatísticos e outros apontamentos sobre o município de Porto Alegre capital do Estado. Porto Alegre: Typographia do Jornal do Commercio, 1909): enquanto na página 2 de seu levantamento aponta uma população de 73.672 habitantes em 1907, na página seguinte traz o número de 105.303, que é usado para calcular o coeficiente de mortalidade, apresentado como menor a 22 mortes por mil habitantes. O mesmo escriturário, em 1910, aponta uma população de 130.227 habitantes e em 1912, 147.149 habitantes.

<sup>59</sup> PESAVENTO, 1995, p. 34-5

<sup>60</sup> Entre os viajantes podemos citar a comitiva de jornalistas do Presidente Afonso Pena em BAKOS (1996, p. 81) e o jornalista carioca Vivaldo Coaracy (1905, p. 7 apud MAUCH, 2004, p.75-6); Uma descrição mais animadora da cidade é feita por Ernesto Lassance Cunha na obra O Rio Grande do Sul: Contribuição para o estudo de suas condições econômicas (In: PETERSEN, 2001), em que a infra-estrutura e o potencial econômico são destacados.

mesmo diretor, todo ano, relatava ao governador a evolução de novas enfermidades que, periodicamente, tomavam conta do Estado, bem como o seu combate, nem sempre frutíferos. A situação sanitária do Estado aliada às condições de vida da população resultaram em crescente índices de mortalidade.<sup>61</sup>

Da mesma forma, o intendente de Porto Alegre, José Montauray, ao apresentar o relatório e projeto de orçamento para o exercício de 1904, apresentado ao Conselho Municipal em 1903, defende as iniciativas municipais a favor da assistência médica pública à população carente e do saneamento básico implantado na zona central da cidade. A exaltação do que já foi feito e a valorização dos projetos apresentados, lógico, atendiam à necessidade de aprovação da proposta de orçamento encaminhada ao Conselho, e por isso caímos no lugar comum dos documentos oficiais: a glorificação da administração em atuação. Apesar de todos os indicativos em contrário, o próprio José Montauray afirma que: “(...) tive oportunidade de mostrar-vos, que a nossa capital podia competir em salubridade com cidades européias e americanas dotadas de excelentes serviços sanitários”.<sup>62</sup>

Obstante a confiança do diretor de higiene e do intendente quanto à qualidade de seu trabalho, inúmeras eram as queixas de moradores quanto à limpeza das ruas, o recolhimento do lixo e o destino dos esgotos. Além de afetar diretamente a estética da cidade, o maior contratempo decorrente da insalubridade era a formação de miasmas,<sup>63</sup> que seriam causadores de doenças pestilenciais que se multiplicavam pela urbe.

O fato é que a capital gaúcha, de fato, desfrutava de condições sanitárias semelhantes a outras cidades brasileiras, ou seja, eram precárias. Isto se deve à aceleração econômica proporcionada pela industrialização, que em curto espaço de tempo, trouxe para as cidades empresas, ofertas de empregos e um grande contingente de imigrantes e camponeses em busca de melhores condições de vida, alie-se a isso a crescente taxa de natalidade e em pouco tempo tem-se uma cidade inchada populacionalmente. Entretanto, a falta de infra-estrutura e o descompasso entre o aumento no número de habitantes e a iniciativa e agilidade das obras públicas essenciais, como água, esgoto, habitação e transportes gerou graves problemas

---

<sup>61</sup> RELATÓRIOS da Secretaria do Interior e do Exterior do Estado do Rio Grande do Sul. No período estudado, com algumas lacunas, temos os seguintes números de óbitos no Estado: 1900 – 2136; 1901 – 2041; 1902 – 2248; 1907 – 2459; 1908 – 2461; 1909 – 2685; 1910 – 2702; 1911 – 3488. Lembremos que esses números se referem apenas aos óbitos registrados, cujos números geralmente eram repassados ao governo estadual pelos hospitais.

<sup>62</sup> RELATÓRIO e projeto de orçamento para o exercício de 1904 apresentado ao Conselho Municipal pelo Intendente Engenheiro José Montauray de Aguiar Leitão na sessão ordinária de 1903.

<sup>63</sup> Segundo os conhecimentos científicos da época, miasmas eram emanações provenientes da decomposição de matéria orgânica, tornando-se agentes causadores de diversos tipos de doenças. A partir dos estudos de microbiologia a teoria miasmática foi paulatinamente perdendo força, mas durante muito tempo orientou a ação do poder público e às críticas a sua atuação.

sociais, como o aumento da mortalidade infantil, a proliferação de doenças, piora das condições de subsistência, acréscimo da mendicância, pequenos delitos na zona central e disseminação de comportamentos de risco, melhor dizendo, anti-higiênicos.<sup>64</sup>

### 1.1 A imprensa dos e para os trabalhadores

O operariado gaúcho era uma classe ainda em construção, mas que desde o seu surgimento já sofria as mazelas da exploração de sua força de trabalho e de uma remuneração insuficiente. Com os parcos vencimentos, a vida do trabalhador era assaz penosa, ainda mais se considerarmos que os custos fixos com sua sobrevivência discrepavam em muito de suas condições materiais. Conforme aponta Bakos, o salário diário de um operário girava em torno de 10\$000 réis, enquanto que o gasto mensal com transporte chegava a 50\$000 réis, além de mais 200\$000 réis de aluguel por uma casa em péssimas condições de habitação<sup>65</sup>.

Possivelmente, o valor da diária apresentado por Bakos se refira à remuneração de um operário do sexo masculino, já que Petersen<sup>66</sup> aponta como a média da diária paga às operárias entre \$300 a 1\$500 réis, sendo que as mais qualificadas poderiam alcançar 4\$000 réis, considerada uma remuneração excepcional. Por sua vez, o salário dos trabalhadores da indústria têxtil, considerada como uma das mais exploradoras, ficaria em torno de \$500 a 3\$500 réis diários.

Analisando qualquer uma das hipóteses apresentadas, fica evidente a falta de recursos desses trabalhadores. A consequência imediata constatada é a inserção massiva de mulheres e crianças no mercado de trabalho, aumentando consideravelmente a oferta de mão-de-obra. Valendo-se de uma necessidade imposta à classe operária, a patronal obtinha ainda mais vantagens oferecendo um salário muito abaixo do piso pago aos operários adultos e do sexo masculino. Como as condições de vida não deixavam alternativa, os novos integrantes da camada trabalhadora submetiam-se ao oferecido.

Se nas indústrias as condições de trabalho eram degradantes, pouco mudava com relação às habitações desses trabalhadores. Devido a uma junção de fatores como a baixa

---

<sup>64</sup> Sobre o crescimento desordenado de Porto Alegre ver BAKOS, 1996; ABRÃO, 1998; PESAVENTO, 1995.

<sup>65</sup> BAKOS, 1996, p. 150-1.

<sup>66</sup> PETERSEN, 2001, p. 270-1.

remuneração, a necessidade de residir no centro da cidade em função da pouca oferta ou inexistência de transporte público e a progressiva valorização imobiliária da zona central, encarecendo em demasia os aluguéis, a população humilde não dispunha de outra opção de habitação que não fossem as condenadas casas de cômodos ou cortiços.

Esses ambientes super-povoados, apertados, que contrariavam todos os preceitos básicos de higiene, eram os que se adequavam ao orçamento doméstico das famílias trabalhadoras e ainda assim consumiam parcela significativa de seus ordenados, visto que a procura era alta em função da sua localização e da falta de opções acessíveis.

É nesse contexto de depauperação da classe produtora<sup>67</sup>, que os jornais operários ganharam força e sentido, defendendo os interesses mais prementes desta e combatendo a exploração de gananciosos empresários. Em matérias que demonstravam grande conhecimento teórico e também empírico, os colaboradores dos periódicos, muitos deles provenientes ou ainda ligados a setores produtivos, defendiam posições ideológicas no intuito de não apenas informar, mas principalmente cooptar os leitores às suas causas. Assim, ao longo do período estudado, percebemos o surgimento, extinção e substituição de jornais das mais diversas orientações políticas, mas direcionados exclusivamente às classes mais humildes, já que alguns deles abordavam temas prioritariamente políticos ou relacionados às atividades profissionais de seus leitores.<sup>68</sup>

O foco deste trabalho, conforme já explicitado, é a análise do discurso higienista presente em jornais que se diziam identificados com as classes populares, geralmente o operariado, e nos quais, na maioria das vezes, seus colaboradores eram provenientes ou pertencentes a tais classes.<sup>69</sup> No entanto, devemos resistir à tentação de conceber seus discursos como representativos dos setores populares, como se fossem “a voz” sufocada daqueles que não tiveram a oportunidade de deixar registrado em livros, diários, cartas e documentos oficiais a sua versão dos acontecimentos. Assim como qualquer outro tipo de fonte, temos que considerar as intenções e a subjetividade envolvidas na redação de suas

---

<sup>67</sup> Por isso, uma das constantes bandeiras do movimento operário foi a regulamentação das horas e das condições de trabalho e possibilidade de previdência em caso de acidente, doença, morte ou aposentadoria. Também exigiam o tabelamento dos gêneros alimentares e aluguéis, sob o controle do Estado.

<sup>68</sup> Já outros jornais, como é o caso do jornal *O Independente*, se assemelhavam aos jornais de variedades, manifestando sua posição ideológica apenas em momentos específicos. Ainda assim, identificavam-se como “órgão popular”, tentando defender uma orientação classista.

<sup>69</sup> Petersen (1986/7, p. 83 apud SCHMIDT, Benito Bisso. **O patriarca e o tribuno**: caminhos, encruzilhadas, viagens e pontes de dois líderes socialistas – Francisco Xavier da Costa (187?-1934) e Carlos Cavaco (1878-1961). 2002. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade de Campinas, Campinas, SP, 2002. p. 50) afirma que grande parte dos jornais operários publicados no Rio Grande do Sul recebeu influência da social-democracia, trazida pelos imigrantes de origem alemã.

propostas e discursos, bem como o contexto em que foi escrita, levando-se em consideração as ideologias dominantes e as condições de vida da época.

Dessa forma, tendo em mente que se tratam de jornais com forte cunho político, não podemos descuidar do fato de que os redatores dos periódicos estudados buscavam conquistar as consciências de seus leitores, e que não raramente jornais, que se diziam representantes dos setores populares, discordavam radicalmente em determinadas questões, defendendo pontos-de-vista antagônicos. Aí está um dos principais motivos para afirmar que, antes de falar em nome dos pobres, esses jornais falavam para eles, intencionando convencer a classe a adotar seu modelo de pensamento, e não o contrário.

Outro aspecto relevante é a posição ocupada por esses articulistas no seio da classe operária. Mesmo que paralelamente à redação dos periódicos mantivessem seu trabalho como operários, devemos frisar que se trata de um grupo de vanguarda, possuidores de uma ilustração muito distante daquela desfrutada pela massa. Seu conhecimento literário e teórico se igualava ao da elite local, e tal conhecimento era demonstrado cotidianamente nas linhas que redigiam em seus jornais, tornando clara sua posição de superioridade e, conseqüentemente, de liderança desta classe em formação. Por isso, além de influenciarem a opinião pública através da imprensa, esse vanguardistas também buscavam representá-la na direção de sindicatos, grupos profissionais, centrais sindicais e até mesmo cargos públicos eletivos, tornando-se referência para os trabalhadores e conquistando um séquito de admiradores.

Para Pesavento, apesar de tamanha influência junto ao operariado gaúcho, “difícil é medir a eficácia da penetração de tais ideais no meio proletário. É possível identificar, isto sim, a presença dos líderes do movimento sindical e grevista, retomando o discurso da igualdade, da justiça social, da revolução”.<sup>70</sup> Já Petersen<sup>71</sup> discute sobre a efetiva circulação desses jornais no meio operário, enquanto Isabel Bilhão,<sup>72</sup> juntamente com Jardim,<sup>73</sup> relativiza a reprodução nesses jornais de uma identidade propriamente operária, já que expressavam

---

<sup>70</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Os pobres da cidade**: vida e trabalho – 1880-1920. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1994, p. 75

<sup>71</sup> PETERSEN, 2001, p. 21.

<sup>72</sup> BILHÃO, Isabel Aparecida. **Identidade e trabalho**: uma história do operariado porto-alegrense (1898 a 1920). Londrina: EDUEL, 2008, p. 22.

<sup>73</sup> JARDIM, Jorge Luiz Pastorisa. **Comunicação e militância**: A imprensa operária do Rio Grande do Sul (1892-1923). 1990. Dissertação (mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 1990. p. 205-6. Neste trecho, o autor diz que “(...) é compreensível a angústia do historiador que busca no jornal operário a ‘classe operária’ e os seus movimentos sociais no Brasil e nele encontra poucas informações locais e muitas notícias sobre o exterior. É preciso lembrar que o jornal operário não pretendia ser o espelho das classes trabalhadoras e sim um orientador de suas lutas; quando informava e comentava assuntos locais ou do exterior visava a propaganda da organização operária”.

mais as expectativas da vanguarda com relação aos rumos que deveriam ser tomados pela classe do que a realidade por ela vivida e, assim como João Batista Marçal,<sup>74</sup> lembra que este veículo não comunicava apenas através da escrita mas, também, pela oralidade, pois era lido para os numerosos trabalhadores analfabetos.<sup>75</sup>

Podemos, tranquilamente, afirmar que os jornais foram um dos meios de divulgação e consolidação de uma identidade operária gaúcha. As experiências, desventuras e anseios que, de certa forma, permeavam a existência dos trabalhadores fabris serviram de base para a construção de um sentimento de identificação entre o grupo, atribuindo aos seus membros uma auto-imagem que será defendida e difundida não apenas entre a classe, mas também entre os outros setores sociais, buscando reafirmar qualidades intrínsecas e afastar conceitos denegridores. Assim, uma das imagens que os operários procuram superar é a de “classe perigosa”, reforçando em sua identidade características ligadas à honra e à laboriosidade. A distinção entre trabalhadores e “vagabundos”, ainda que todos se aproximem quanto à condição financeira, se tornou uma das grandes preocupações na conformação da identidade operária. Conforme Bilhão,

Essa reivindicação de reconhecimento implica também que os operários se distinguiram tanto dos “exploradores capitalistas” e das “classes perigosas” – aqueles que se encontravam fora do mundo produtivo, indigentes e/ou delinquentes ou que vivem de forma considerada desonrosa para a moral predominante no período, da prostituição, por exemplo – quanto da imagem construída pelo discurso dominante, que os associa ao vício, à preguiça e à indisciplina sempre que eles ameaçam sair do controle e/ou reivindicam melhores condições de vida e trabalho.<sup>76</sup>

Sobre a orientação política de tais periódicos, Marçal aponta que, de 1873 a 1930, circularam em Porto Alegre 12 jornais identificados com a causa socialista contra 36 de

<sup>74</sup> MARÇAL, João Batista. **A imprensa operária no Rio Grande do Sul (1873-1974)**. Porto Alegre: [s.e.], 2004, p. 18.

<sup>75</sup> Segundo o RECENSEAMENTO do Município de Porto Alegre – Efectuado no dia 31 de dezembro de 1910 sob a direção do 2º escriturário da Secretaria de Hygiene e Assistencia Publica, Olympio de Azevedo Lima. Porto Alegre: Of. Tip. A Federação, 1911, de uma população de 130.227 habitantes em 1910, 78.904 sabiam ler, enquanto 51.323 eram analfabetos. Já nos DADOS Estatísticos do Município de Porto Alegre de 1912 (Porto Alegre: Oficinas graficas da Livraria do Commercio) para uma população de 147.149 indivíduos, 88.523 tinham instrução contra 58.626 sem. Apesar do número de analfabetos permanecer elevado, temos que considerar que foram incluídas nessa contagem crianças de 1 a 6 anos, cujo analfabetismo é esperado: idade – número de analfabetos: 1 a 6 – 33.618; 6 a 30 – 15.625; 30 em diante – 9.383. Assim, a quantidade efetiva de analfabetos é de 25.008 ou cerca de 17% da população total a partir da idade escolar.

<sup>76</sup> BILHÃO, 2008, p. 20. O anseio de desassociar a designação de “classe perigosa” da classe trabalhadora é explicado por Sidney Chalhoub (2001, p. 76) na seguinte citação: “Os legisladores brasileiros utilizam o termo ‘classes perigosas’ como sinônimo de ‘classes pobres’, e isto significa dizer que o fato de ser pobre torna o indivíduo automaticamente perigoso à sociedade. Os pobres apresentam maior tendência à ociosidade, são cheios de vícios, menos moralizados e podem facilmente ‘rolar até o abismo do crime’”. Para o autor, a condenação da ociosidade por sua associação com a criminalidade tinha por finalidade a sujeição dos mais pobres às regras da elite.

tendência anarquista e, segundo o autor “esse fato evidencia, antes de mais nada, a importância que os libertários gaúchos davam ao trabalho agitado e organizativo. E essa desproporção não é somente quantitativa, mas qualitativa também, já que a maioria desses periódicos era de alto nível cultural, político e ideológico”.<sup>77</sup>

Apesar das diversas nuances que avultam ao analisarmos tais periódicos, eles costumavam definir-se como os verdadeiros defensores da classe operária, lançando longos discursos elogiosos aos seus representados. Segundo interpretação de Sandra Pesavento:

O jornal operário, que se atribuía à defesa dos interesses desta classe, definia os trabalhadores sob um duplo ângulo: obreiros do progresso, peça essencial da vida moderna, indispensável à sociedade, dotados de um valor intrínseco enquanto classe, eram contudo, aviltados e humilhados pela mesma sociedade para a qual tanto labutavam.

Independente da postura política de tais periódicos – fossem eles socialistas, anarquistas ou sem filiação ideológica definida -, havia unanimidade quanto ao fato de que, embora trabalhando duramente, os operários se viam privados dos benefícios trazidos pelo progresso (...)

Não se trata em absoluto de considerar que, nas duas últimas décadas do século 19, o proletariado urbano-industrial fosse totalmente politizado ou apresentasse uma consciência de classe. Inclusive as idéias de progresso e evolução da sociedade, caras aos positivistas e difundidas entre a burguesias da época, estava também presente no meio operário. O que os periódicos operários questionavam, contudo, era que no momento em que a humanidade atingia um desenvolvimento notável tão grande, a desigualdade social também se manifestasse de forma tão violenta.<sup>78</sup>

Pesavento nos traz uma rica descrição das condições de trabalho do operariado gaúcho publicada no jornal *A Voz do Operário* (Porto Alegre, 1º abril de 1899), denunciando a insalubridade do ambiente fabril e o sedentarismo imposto a um grande número de trabalhadores (o jornal dá ênfase aos alfaiates, sapateiros, costureiras, tecelões), privando-os de exercícios físicos, essenciais à manutenção da saúde. Em decorrência desta inatividade física, haveria o aumento do número de trabalhadores tuberculosos, anêmicos, escrofulosos e entediados. Outra consequência de reiterados movimentos monótonos seria a deformidade dos corpos, ocasionado por problemas ósseos e o crescimento desigual das partes mais movimentadas com relação ao restante do corpo.<sup>79</sup>

<sup>77</sup> MARÇAL, 2004, p. 19. No entanto, dessa significativa quantidade de periódicos que circularam pela região no período referido, poucos foram preservados. A repressão (tanto policial, quanto fabril) e a fugacidade de duração das folhas dificultaram a salvaguarda do material. Consequência disso são os poucos títulos disponíveis para consulta nos acervos públicos, em que muitos apresentam grandes lacunas entre os números editados, além das péssimas condições de conservação. Outro problema verificado pelo pesquisador é a descentralização do material (ao contrário do que correntemente se pensa, nem todos os jornais [títulos e números editados] estão concentrados no Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa), sendo que alguns títulos remanescentes só podem ser consultados em arquivos europeus.

<sup>78</sup> PESAVENTO, 1995, p. 23-4.

<sup>79</sup> *Ibidem*, p. 26.

Cabe acrescentar que a crítica do referido jornal à organização da produção, por afetar a saúde do trabalhador, evidencia a adoção do fordismo<sup>80</sup> por parte dos empresários gaúchos, comprometidos em aumentar a produção individual dos trabalhadores através da fragmentação do processo produtivo.

Mas ao mesmo tempo em que denuncia a exploração da força de trabalho, a matéria incutia uma preocupação higiênica com os trabalhadores, que se degradavam não só com trabalho extenuante, mas também por não exercitarem-se devidamente, por não conseguirem ter uma vida saudável.

Neste sentido, Esteves evidencia a ligação dos jornais operários com a preocupação higienista, mesmo que se diferenciasssem quanto ao ponto-de-vista e a abordagem:

Mas não foram só os legisladores ou os médicos que passaram a centralizar na normatização das famílias os caminhos para a 'ordem e progresso'. Diversos jornais operários do Rio de Janeiro e São Paulo no início do século XIX, ao reivindicarem oito horas de trabalho, melhores condições de moradia e regulamentação do trabalho feminino e do menor, justificavam-se com argumentos nada diferentes daqueles dos médicos e legisladores: o trabalhador deve ter tempo de cuidar de sua família e da higiene, o futuro da civilização brasileira deve ser garantido.<sup>81</sup>

Isabel Bilhão percebe a mesma preocupação entre os grupos políticos por ela analisados. Apesar de nutrirem disputas e polêmicas no campo teórico-ideológico, anarquistas e socialistas concordavam quanto a necessidade de elevação moral da classe trabalhadora, e para tal, encabeçavam campanhas de incentivo à educação e de condenação aos vícios e à imoralidade<sup>82</sup>. Ainda para a autora, a certeza de que a evolução natural da sociedade levaria à superação dos antagonismos de classe e o triunfo do proletariado ganha status de ciência "(...) seja na exposição da tese da luta de classes do socialismo marxista, seja pela tentativa de traçar paralelos entre o mundo natural e a sociedade humana, como fizeram Kropotkin e Eliseu Reclus"<sup>83</sup>.

---

<sup>80</sup> O fordismo caracteriza-se pela produção em grande escala, com a fragmentação do processo produtivo (e consequente especialização dos ofícios) visando aumentar a produtividade. Para isso, foi desenvolvida a linha de produção, em que os trabalhadores ficam dispostos ao longo de uma esteira, cada um cumprindo uma etapa do processo produtivo. Além do aumento na produção, outra vantagem seria a redução do valor da mercadoria, o que estimularia a concorrência.

<sup>81</sup> ESTEVES, 1989, p. 29

<sup>82</sup> BILHÃO, 2008, p. 13.

<sup>83</sup> BILHÃO, Isabel Aparecida. **Rivalidades e solidariedades no movimento operário**: Porto Alegre 1906-1911. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999, p. 23.

Em nossa pesquisa, nos valeremos de alguns títulos de jornais,<sup>84</sup> buscando observar um possível discurso higienista. São eles:

- *A Democracia* (1905-1907), semanário fundado por Francisco Xavier da Costa e Paulino Diamico, sob o lema de “Órgão Operário”, tinha como características a defesa do socialismo, da formação do Partido Operário Rio-Grandense e da Federação Operária do Rio Grande do Sul (FORGS). Vários embates políticos foram travados em suas páginas, tanto contra os governistas, como contra os eternos rivais anarquistas. Devido à expressiva participação de imigrantes ou descendentes de alemães no movimento operário gaúcho, além do fato de Xavier da Costa ser fluente no idioma germânico, resultado de uma convivência muito próxima com esse núcleo, o jornal editava matérias em alemão. Houve uma interrupção em sua circulação durante vários meses do ano de 1906, retornando como “jornal dos operários”. Local: Porto Alegre; Formato: 26x36 cm; Número de páginas: 4 (exceto em edições especiais, quando chegava a 6 páginas);<sup>85</sup>
- *A Luta* (1906-1912, período analisado: 1906-1909), tinha à frente os dirigentes operários anarquistas José Rey Gil, Stefan Michalski, Polidoro Santos, Pedro Mayer, Frederico Reinaldo Gayer, entre outros. Não se detinha apenas à propaganda anarquista e às reivindicações da classe trabalhadora, mas também propunha alternativas para uma educação e cultura libertárias. O lema deste quinzenário anarquista era “A Liberdade perene é uma conquista permanente”, atribuído a Guerra Junqueiro. Sobre seus fundadores e sua relação como os socialistas, Marçal afirma o seguinte:

Reinaldo Frederico Geyer [também grafado como Gayer] pertencia a uma família tradicional de Porto Alegre. Excelente médico, teórico anarquista, professor e divulgador do Esperantismo. José Rey Gil e Stefan Michalski eram dirigentes do Sindicato dos Marmoristas e responsáveis pela Escola Eliseu Reclus, onde se formou a vanguarda que puxou a “Greve dos 21 dias”, em 1906. Polemizaram asperamente com Francisco Xavier da Costa, dirigente socialista que editava *A Democracia*.<sup>86</sup>

Local: Porto Alegre; Formato: 28x37 cm; Número de páginas: 4;

- *Avante* (1908), semanário editado pelo Clube da Imprensa Operária, de caráter socialista. Tinha como redator-chefe Francisco Xavier da Costa e seu lema era “Orgam da Classe Operária”. Citando Marçal, Sílvia Petersen afirma que esta folha substituiu *A*

<sup>84</sup> As descrições de características dos jornais que se seguirão estão baseadas nas leituras de MARÇAL (2004) e PETERSEN (2001) concomitantemente com os elementos observados na pesquisa dos mesmos.

<sup>85</sup> Cf. MARÇAL, 2004, p. 101-2; PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. **Guia para o estudo da imprensa periódica dos trabalhadores do Rio Grande do Sul (1874-1940)**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1989, p. 30-3.

<sup>86</sup> MARÇAL, 2004, p. 106.

*Democracia*, mantendo sua característica de editar artigos em alemão. Mantinha forte ligação como o jornal *Avante* de São Paulo e com a União dos Trabalhadores em Madeira, no estado do Rio Grande do Sul. Local: Porto Alegre; Formato: 35x30 cm; Número de páginas: 4;<sup>87</sup>

- *A Voz do Trabalhador* (1912), editado pelo Órgão da Federação Operária do Rio Grande do Sul e tinha como diretores Antônio Cariboni, Luiz Derivi e Polidoro Santos. Contava, entre seus colaboradores, figuras ilustres do movimento operário e anarquista, como Cecílio Dinorá, Henrique Zamboni e Henrique Malatesta e Jerônimo Baptista. Local: Porto Alegre; Frequência: mensal; Número de páginas: 4;<sup>88</sup>
- *Lúcifer* (1907-?, período analisado: 1907 e 1911), revista mensal dirigida por Franco Carmelo Longo era simpático ao anarquismo, caracterizando-se principalmente pelo anticlericalismo. Local: Porto Alegre; Número de páginas: 4;<sup>89</sup>
- *O Exemplo* (1902-30, período analisado: 1902-1911), dirigido por Espiridião Calisto e Pedro Tácito Pires, teve como um dos editores o anarquista Henrique Martins (também conhecido pelo codinome Cecílio Vilar),<sup>90</sup> representava a comunidade negra de Porto Alegre. Demonstrava tendências anarquistas, anticlericais e antidiscriminatórias, além de, entre os anos de 1908 e 1911, adotar postura anarquista. Também foram editores João Baptista de Figueiredo e José Gomes do Nascimento. Em sua última fase (1920-30), foi dirigido por Dario de Bittencourt, militante integralista. Sua epígrafe era “Jornal do Povo”. Local: Porto Alegre; Frequência: semanal; Número de páginas: 4;<sup>91</sup>
- *O Independente* (1900-1919), jornal semanal de propriedade de Otaviano Manuel de Oliveira contando com a colaboração de Francisco Xavier da Costa como um dos redatores. Otaviano de Oliveira foi militante socialista e já havia editado outras folhas, como *O Combatente*, em Santa Maria, e *A Gazetinha*, em Porto Alegre. Foi um dos fundadores do Partido Socialista Rio-Grandense. Este periódico não pode ser considerado representante da classe operária, mas por identificar-se como “órgão popular” e abordar assuntos de interesse dos trabalhadores, foi incluído na pesquisa. Local: Porto Alegre; Formato: 39 x 57,5 cm; Número de páginas: 4;<sup>92</sup>

---

<sup>87</sup> PETERSEN, 1989, p. 22-3.

<sup>88</sup> PETERSEN, 1989, p. 102-3.

<sup>89</sup> MARÇAL, 2004, p. 107.

<sup>90</sup> Após sua condenação em um processo movido por Francisco Xavier da Costa, Henrique Martins foge do estado, refugiando-se no Rio de Janeiro, onde adota o codinome Cecílio Vilar. Lá deu continuidade a sua militância política até retornar ao Rio Grande do Sul como um ativista de reconhecimento nacional. Cf. BILHÃO, 1999, p. 102.

<sup>91</sup> MARÇAL, op. cit., p. 99-100; PETERSEN, op. cit., p. 44-5.

<sup>92</sup> MARÇAL, op. cit., p. 97-8; PETERSEN, op. cit., p. 50.

- *O Inflexível* (1918), editado por Xavier da Costa, de caráter republicano e frequência diária. Dirigido à classe trabalhadora e ao movimento operário. Local: Porto Alegre; Número de páginas: 4.<sup>93</sup>

A grande maioria destes jornais tinha tiragem semanal, apesar de, frequentemente, não obedecerem à periodicidade em função de contratemplos, e era impresso em uma única folha, que dobrada ao meio, formava quatro páginas. Apenas em edições comemorativas ocorrem impressões de seis ou mais páginas. Segundo Jardim,

O jornal operário tinha uma impressão compacta, todo espaço estava preenchido com texto, as ilustrações eram raras e as grandes manchetes eram substituídas por pequenos títulos que precediam longos textos. Todo espaço era algo valorizado, porque caro, assim a diagramação levava em conta a necessidade de maior quantidade de texto possível e não motivos estáticos, esta era dada apenas pela divisão harmônica das colunas de texto, sendo frequentes os anúncios de que se deixara de publicar determinada matéria por absoluta falta de espaço.<sup>94</sup>

No entanto, em algumas edições comemorativas (mesmo aquelas que não tiveram a ampliação no número de páginas), observamos uma bela ilustração – geralmente de um busto de algum ilustre – de página inteira, dividindo espaço apenas com o nome do jornal e seus dados de redação e impressão. Essa característica era mais comum aos jornais socialistas ou “independentes”, que também costumavam reservar, pelo menos, uma página (podendo chegar a uma página e meia) para anúncios diversos.<sup>95</sup>

A opção em reservar espaço para anunciantes possivelmente se deva à precariedade de recursos financeiros dos grupos à frente da redação e impressão dos periódicos. Juntamente com as campanhas de assinaturas também apareciam, com certa frequência, pedidos de regularização do pagamento dos assinantes em atraso, sob o risco de cancelamento da remessa do jornal. Apesar de se tratar de uma transação financeira, os redatores demonstram compreensão com os devedores, já que estes eram oriundos de uma classe depauperada que mal conseguia atender às necessidades básicas de sobrevivência. Ainda assim, reforçavam a idéia de que muitos assinantes em atraso poderiam causar o encerramento das atividades da imprensa por falta de capital.

---

<sup>93</sup> MARÇAL, op. cit., p. 124.

<sup>94</sup> JARDIM, 1990, p. 145.

<sup>95</sup> Muitos desses anúncios eram de empresas ou empreendimentos que costumeiramente estavam na mira dos setores trabalhadores, como era o caso da Fundação Bins e dos bordéis Marly Club e Club Mignon, que já haviam sido alvo de críticas pelo entretenimento oferecido aos seus clientes.

Apesar de suas existências instáveis e efêmeras, os jornais operários nos legam uma rica caracterização da organização política da classe trabalhadora gaúcha, além da descrição de sua época por outro ponto-de-vista, que não o institucional. No que tange ao discurso higienista, esses periódicos surpreendem pela grande quantidade de material para pesquisa, que se abre em várias frentes sem que esta, contudo, consiga abarcar a multiplicidade de temas abordados nas páginas das folhas operárias. O que apresentaremos a partir de agora será a análise de matérias dos jornais estudados confrontados com bibliografias afins, analisando ideias paralelas e transversais entre os materiais envolvidos na pesquisa.

No capítulo subsequente, a ciência será nosso objeto de estudo. Centramos nossa discussão nos conceitos acadêmicos de desenvolvimento científico, enfocando em sua função social, através das obras de Foucault e Habermas. Também introduziremos os jornais em nossa abordagem, tratando de assuntos polêmicos até hoje: o racismo, o curandeirismo e a presumida supremacia da ciência como guia do desenvolvimento humano.

## 2 A BATALHA E SUAS TRINCHEIRAS: CIENTIFICISMO, MEDICINA E RACISMO DISCUTIDOS NOS JORNAIS DOS TRABALHADORES

A sciencia vai transformando o mundo. [...] e enquanto, mágico inesgotável, vai transformando o mundo e lutando contra o absolutismo da morte, fazendo reviver as vozes que Ella extinguiu, as formas que Ella decompoz, o homem se esquece de transformar-se a si mesmo, com a mesma vertiginosa rapidez.

...  
Elle, que tem realizado tudo isso; que vive hoje, em outro meio, permanece, afinal, quasi o mesmo primitivo, sentindo, pensando e agindo, muitas vezes, como seus antepassados das idades lithicas. Salvo os typos de escolha, que representam a humanidade do futuro, os homens cultos do planeta mostram-se índios de pelle branca, cobertos por uma crosta, mais ou menos espessa, de verniz brilhante (Edgar Roquette-Pinto, Rondonia).

Após traçado um panorama geral sobre a conjuntura econômica, política e cultural do início do século XX, passamos agora para uma abordagem voltada especificamente para as discussões que dominavam o cenário científico brasileiro, recorrentemente amparadas por preceitos então em voga nos círculos científicos europeus.<sup>96</sup>

Ainda no primeiro capítulo deste trabalho contemplamos alguns temas ligados às premissas científicas, as quais retomaremos e aprofundaremos a partir de agora. Mas, se deixamos para tratar dos aspectos científicos num segundo momento não é por relegá-los a segundo plano, pelo contrário, afinal, muitos dos pontos já tratados foram influenciados direta ou indiretamente pelas “verdades” científicas que repercutiram em todos os níveis sociais.

Como bem sabemos, o interesse da humanidade na observação e experimentação em busca de respostas para fenômenos que desafiavam sua compreensão é antiquíssima, remontando ao período paleolítico. No entanto, ao longo desta longa história da ciência, fica evidente que, do século XIX até a atualidade, houve uma grande valorização do conhecimento científico que passa a respaldar ideologias<sup>97</sup> que visavam tanto a prorrogação da vida humana quanto o seu extermínio em massa. Em comum, todos buscavam o progresso pela via da evolução guiada da sociedade.

Para orientar o desenvolvimento controlado, até os mais banais aspectos da vida em sociedade passaram pelo processo de institucionalização, ou seja, a racionalização da inserção governamental no cotidiano coletivo. Assim, a forte figura do Estado tomava as rédeas de um

<sup>96</sup> O predomínio dos paradigmas científicos europeus sobre o *metier* dos pesquisadores e intelectuais brasileiros começa a ser abalado após a apresentação dos resultados das incursões sanitaristas pelo sertão brasileiro na década de 10 do século passado, através do livro Saneamento do Brasil, de Belisário Penna (1923). O médico-sanitarista apontou evidências irrefutáveis de que a constituição débil do sertanejo se devia ao meio em que habitava, e não decorrência de degeneração genética.

<sup>97</sup> Entre estas ideologias podemos citar o socialismo, o malthusianismo, o fascismo e o imperialismo estadunidense.

processo evolutivo que não deixava brechas para o acaso. Sobre esse fenômeno, Habermas afirma que

A “racionalização” progressiva da sociedade depende da institucionalização do progresso científico e técnico. Na medida em que a técnica e a ciência pervadem as esferas institucionais da sociedade e transformam assim as próprias instituições, desmoronam-se as antigas legitimações. A secularização e o “desencantamento” das cosmovisões orientadoras da ação, da tradição cultural no seu conjunto, é o reverso de uma “racionalidade” crescente da acção social.<sup>98</sup>

Para Habermas, no que tange à interação homem/natureza e à organização do processo produtivo capitalista, à “racionalização” da sociedade e, em decorrência, à produção técnico-científica “(...) já não funcionam em prol de um esclarecimento político como fundamento da crítica das legitimações vigentes, mas elas próprias se convertem em base da legitimação”.<sup>99</sup> O conhecimento racional científico, que em tantos momentos desafiou a ordem e os dogmas vigentes, que levou tantos homens à fogueira e às prisões por avançarem sobre concepções teológicas, teria se tornado um instrumento de conformação do todo social às intenções de grupos influentes? Ao invés de buscar o novo teria se tornado avalista de uma verdade pré-determinada?

O autor vai além, determinando que a formação de ideologias está imbricada à ascensão capitalista e seu domínio sobre as ciências. Assim, cada nova premissa científica atenderia à mudança de objetivo político-econômico. Nas palavras de Habermas,

As legitimações enfraquecidas são substituídas por outras novas que, por seu turno, nascem da crítica dogmática das interpretações tradicionais do mundo e pretendem possuir um caráter científico, e que, por outro lado, mantêm funções legitimadoras e subtraem as relações de poder existentes tanto à análise como à consciência pública. Só assim surgem as *ideologias* em sentido estrito: substituem as legitimações tradicionais da dominação, ao apresentarem-se com a pretensão da ciência moderna e ao justificarem-se a partir da crítica às ideologias. As ideologias são coetâneas da crítica ideológica. Nesse sentido, não pode haver “ideologias pré-burguesas”.<sup>100</sup>

Michel Foucault compartilha de alguns pontos-de-vista de Habermas, sobretudo no tocante à ciência enquanto formadora de “verdades” que privilegiam interesses de um grupo, no caso, a burguesia. Para o autor, devemos entender por “verdade”:

<sup>98</sup> HABERMAS, Jürgen. **Técnica e ciência como “ideologia”**. Tradução de Artur Morão. Portugal: Edições 70. 1987. p. 45-6.

<sup>99</sup> Ibidem, p. 48.

<sup>100</sup> Ibidem, p. 66.

[...] um conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados.

A “verdade” está circularmente ligada a sistemas de poder, que a produzem e apóiam, e a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem. “Regime” de verdade.<sup>101</sup>

Foucault complementa que tal “regime” de verdade foi fomentado precisamente para estruturar o desenvolvimento capitalista. Em outras palavras, a instauração de um novo sistema político-econômico necessitava de um conjunto de verdades presumidas que o sustentasse, em suma, uma ideologia.

Estando a elevação da burguesia como classe dominante diretamente relacionada com o desenvolvimento das forças produtivas, uma das primeiras preocupações que se colocavam era com o corpo enquanto força de trabalho. Segundo o filósofo, o controle sobre os indivíduos não se dá apenas no nível da consciência e ideologia, mas sobretudo nos corpos. Assim se inicia uma prática nomeada pelo autor de biopolítica, em que os sistemas biológicos nos mais diversos meios são alvo de análise e regulamentação, e no qual se configura como uma das mais eminentes estratégias a difusão da medicina social, enquanto área do saber habilitada para o controle dos corpos.<sup>102</sup>

A biopolítica (ações relativas ao biopoder) terá sua ação voltada ao controle sobre os processos naturais da vida, além dos problemas econômicos e políticos, estabelecendo relações entre eles e desenvolvendo estratégias para sua solução. Nesse momento, os estudos demográficos ganham relevo, principalmente no tocante à fecundidade e à morbidade, que fornecerão números que orientarão as ações de incentivo e cuidado da natalidade.

Tendo em vista a redução do impacto social causada pela elevada taxa de mortalidade e todos os problemas que ela acarretava na Europa, ainda no final do século XVIII, algumas áreas do conhecimento passam por reformulações para melhor adequar sua atuação à nova proposta de biopolítica, como foi o caso da medicina “(...) que vai ter, agora, a função maior da higiene pública, com organismos de coordenação dos tratamentos médicos, de centralização da informação, de normatização do saber, e que adquire também o aspecto de campanha de aprendizado da higiene e de medicalização da população”.<sup>103</sup>

---

<sup>101</sup> FOUCAULT Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, p. 14. Também sobre a produção de “verdades” pela ciência, Madel Luz (1982, p. 17) argumenta que esta se esconde atrás de uma imagem universal, abstrata, estando acima da história, neutra, e assim, apresentando-se como verdadeira.

<sup>102</sup> FOUCAULT, op. cit., p. 80.

<sup>103</sup> Ibidem, p. 291

A medicina se destaca como a reprodução de um saber-poder,<sup>104</sup> em que o conhecimento é gerado para atender às necessidades do poder, criando estratégias para a sua atuação. A medicina e o médico foram o primeiro objeto de normalização.

A norma entra em cena para ordenar o controle sobre os corpos e gerenciar os processos biológicos, dando origem à sociedade de normalização em que se alcança a harmonização entre disciplina e regulamentação. Diante desse poder normativo, a lei e a codificação comportamental, até então existentes, perdem espaço. Em outras palavras, o estabelecimento de normas antes depende da produção de conhecimento por parte das instituições de poder, determinando os seus objetivos e métodos de atuação. A produção desse conhecimento normativo está intimamente ligada com a concepção de “verdade”, pois o caráter de algo verdadeiro, genuíno, respalda o exercício do poder na sociedade, não declaradamente como uma forma de regulamentação, mas revestido do discurso de bem-comum. Logo, a verdade é dependente do poder ou, dito de outra forma, cada poder estabelece a sua verdade.

Ao lidar com a população, a biopolítica aborda esse conjunto social sob uma visão política, científica, biológica e de poder, em que se focará na natureza dos fenômenos coletivos. Conforme afirma Foucault:

São fenômenos aleatórios e imprevisíveis, se os tomarmos neles mesmos, individualmente, mas que apresentam, no plano coletivo, constantes que é fácil, ou em todo caso possível, estabelecer. E, enfim, são fenômenos que se envolvem essencialmente na duração, que devem ser considerados num certo limite de tempo relativamente longo, são fenômenos de série.<sup>105</sup>

Por se tratar de fenômenos imprevisíveis aos indivíduos, mas regulares entre a população, será possível traçar revisões e estimativas baseadas nas estatísticas, procurando intervir nas causas gerais de tais fenômenos, considerando seus aspectos amplos. Segundo Foucault, a eficácia do desenvolvimento contínuo do biopoder com o intuito de prolongar a vida humana e, conseqüentemente, a vida útil desses indivíduos, se comprova pelo fato de “(...) fazê-las viver no mesmo momento em que elas deveriam, biologicamente, estar mortas há muito tempo”.<sup>106</sup>

As biopolíticas darão origem à “ciência de Estado” (estatística) e à “medicina de Estado” (medicina social). A partir de então, verifica-se a medicalização do corpo social e dos

<sup>104</sup> Segundo a perspectiva foucaultiana, as ideologias, anteriormente identificadas como a base do poder, são substituídas pela formação e acúmulo de saberes.

<sup>105</sup> FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 293.

<sup>106</sup> *Ibidem*, p. 296.

dispositivos de poder, resultado de um tipo de governo que busca, cada vez mais, normalizar a saúde e a vida da população.

No entanto, o enfoque da medicina social sobre os corpos trabalhadores data somente de meados do século XIX, dentro de cujo período está inserida a abordagem deste trabalho, e, portanto, esta será a época a ser analisada.<sup>107</sup>

E é exatamente ao longo do século XIX que a sociedade passa a ser vista como um corpo, e como em qualquer corpo, para a manutenção integral de sua saúde, é preciso eliminar os focos malignos que o comprometem. Destarte, se adapta à sociedade os princípios médicos de saúde, em que se propõe a eliminação de doentes, criminosos e desajustados.

Conforme Esteves, muitos teóricos atribuem às camadas populares da sociedade um estado de “patologia social”, responsabilizando os pobres por suas precárias condições de vida, que nada mais seria do que o fruto de comportamentos ou situações anormais, como a baixa expectativa de vida, baixa remuneração, escolaridade insuficiente, imprevidência financeira, alcoolismo, desinteresse pela política, iniciação sexual precoce, uniões conjugais informais, instabilidade destas uniões e a falta de solidariedade entre familiares.<sup>108</sup> A autora prossegue indagando porque essa parcela da população passa a ser considerada desviante a partir deste ponto da história, e constata que tudo se deve às correlações de poder, em que o grupo ora dominante estabelece hierarquias morais para melhor enquadrar e controlar os indivíduos que pretende subjugar.

Os mecanismos de controle desenvolvidos para que essa dominação se efetivasse incluíam práticas discursivas e não-discursivas (os chamados dispositivos). Entre as primeiras, Jurandir Costa elenca o conhecimento científico, as concepções filosóficas, a narrativa literária e os discursos religiosos que serviriam de suporte às práticas interventivas e moralizantes promovidas pela medicina higienista. Já as práticas não-discursivas integram técnicas de controle corporal, padronização arquitetônica, controle sobre as atividades de indivíduos e instituições, além da criação de necessidades físicas e emocionais.<sup>109</sup> A interligação destas práticas proporcionará a consolidação de um terreno promissor para a formação de um arcabouço repressivo com forte apelo psicológico.

---

<sup>107</sup> Foucault (1979, p. 80-98) divide a medicina social em três etapas: medicina de Estado (desenvolvida na Alemanha no início do século XVIII, colocava o Estado como objeto de conhecimento da medicina, tanto seus aspectos sociais e naturais como os institucionais – resultou na normalização dos médicos), medicina urbana (ocorre primeiramente na França em fins do século XVIII, através do fenômeno da urbanização, ficou conhecida como a medicina das coisas, já que regulamentava sobre o ar, a água, a decomposição, etc.) e medicina da força de trabalho (surge na Inglaterra no século XIX com o objetivo de controlar a saúde e os corpos dos pobres e torná-los uma mão-de-obra mais obediente à exploração capitalista).

<sup>108</sup> ESTEVES, 1989, p. 121. Sobre esse aspecto ver também LUZ, 1982, p. 184.

<sup>109</sup> COSTA, J., 1983, p. 50.

Ainda segundo Costa, o dispositivo higienista se valia da lei (repressão), da norma (prevenção) e da regulamentação (incentivo a novos comportamentos) para impor a ordem aos indivíduos, suprimindo comportamentos indesejáveis e substituindo-os por outros mais adequados à nova moral imposta.<sup>110</sup> Como também afirma Esteves, “marginalizados e punidos, protegidos e valorizados, os comportamentos populares deveriam progressivamente se submeter aos parâmetros estabelecidos pelos médicos”.<sup>111</sup>

Enfocando principalmente a questão da incorporação de novos comportamentos através de condicionamentos, Habermas destaca que, além a ação institucional racionalizada voltada a esse fim, há conjuntamente a ação comunicativa, linguisticamente articulada, ou seja, discursos moralizantes que complementam a repressão velada do governo. Dessa forma, o controle sobre o comportamento dos indivíduos se daria principalmente por estímulos externos, relegando a norma para segundo plano. O exercício desse controle indireto se refletiria “(...) sobretudo nos campos de liberdade aparentemente subjectiva (comportamento eleitoral, consumo e tempo livre). O cunho psicossocial da época não se caracteriza tanto pela personalidade autoritária quanto pela desestruturação do superego”.<sup>112</sup>

O controle exercido via comportamento adaptativo é resultado da falência da interação linguística mediada, pressionada pela ação racional. A isto, Habermas atribui “(...) o facto de que a diferença entre a acção racional dirigida a fins e a interação não só desapareça da consciência das ciências do homem, mas também da consciência dos próprios homens. A força ideológica da consciência tecnocrática verifica-se no ocultamento de semelhante diferença”.<sup>113</sup>

Foucault, por sua vez, afirma que se o controle sobre os corpos cumpre com seus objetivos isso se dá graças às relações de poder que existem entre os agentes. Conforme palavras de Roberto Machado, “o poder não é um objeto natural, uma coisa; é uma prática social e, como tal, constituída historicamente”.<sup>114</sup> Ou seja, o poder não existe, mas pode ser exercido através de relações de poder. Ao contrário do que geralmente se supõe ao tratarmos de poder, este age de forma sutil, permeando atitudes e condutas sem causar enfrentamentos diretos,

Pois se o poder só tivesse a função de reprimir, se agisse apenas por meio da censura, da exclusão, do impedimento, do recalamento à maneira de um grande

---

<sup>110</sup> COSTA, J., 1983, p. 50.

<sup>111</sup> ESTEVES, 1989, p. 28.

<sup>112</sup> HABERMAS, 1987, p. 75-6.

<sup>113</sup> Ibidem, 1987, p. 76.

<sup>114</sup> Machado, Roberto. Por uma genealogia do poder In: FOUCAULT, 1979, p. X.

super-ego, se apenas se exercesse de um modo negativo, ele seria muito frágil. Se ele é forte, é porque produz efeitos positivos a nível do saber. O poder, longe de impedir o saber, o produz.<sup>115</sup>

A produção de saber realizada pelo exercício de poder pode ser percebida em toda parte: nos meios de comunicação, nas placas de trânsito, nas bulas de remédio, nos currículos escolares, nas obras de saneamento básico ou nas manifestações populares que clamam por mais segurança. Difícil é desatrelar a mais corriqueira das atividades cotidianas à produção de conhecimento promovida por relações de poder, tampouco imaginamos nossas vidas organizadas de um modo distinto a esse. Mas a consciência de sermos regidos por um poder regulamentador não deve ser tomado, *a priori*, como algo daninho, já que seus esforços se concentram em aperfeiçoar capacidades, extraindo delas aquilo que considera pertinente ao seu projeto idealizado.

Dessa forma, percebemos o poder como algo produtivo, móvel e maleável, que se adapta para melhor ser exercido, o que acaba tornando inadequada a noção de repressão, já que esta, por sua vez, liga-se a um enfoque jurídico de poder, ou seja, relaciona-se com instituições punitivas, leis, penalidades. Outra característica do poder seria a imaterialidade, a capacidade do poder estar em toda parte e em parte alguma, visível e invisível, presente e oculto. O poder não pertence a uma única classe ou grupo social, ele se dilui entre todos, possibilitando que cada indivíduo exerça ou sofra o exercício do poder em alguns âmbitos e/ou momentos de sua vida.

Também podemos identificar a presença do poder na essência dos processos sociais e indissociável deles, ou seja, o poder não age de cima para baixo, como algo exterior ao objeto que almeja, pelo contrário, ele surge no interior do objeto e se exterioriza. Ainda podemos ressaltar a não-subjetividade do poder, que não ressalta os sujeitos que o exercem, e sim aqueles que não o possuem. Finalmente, o poder não se ampara em dualismos, na oposição entre vencedores e vencidos, também devido ao seu caráter imaterial.<sup>116</sup>

Finalmente, podemos afirmar que o biopoder, com sua proteção do corpo social, promove políticas de controle e eliminação sobre doentes, focos de doenças e delinquentes, através de métodos de assepsia, como a criminologia, a eugenia, as instituições prisionais, nosocomiais, policiais, enfim, criou-se uma série de estratégias para que o corpo individual não comprometesse o bom funcionamento do organismo social.

---

<sup>115</sup> FOUCAULT, 1979, p. 148.

<sup>116</sup> POGREBINSCHI, Thamy. Foucault, para além do poder disciplinar e do biopoder. **Lua Nova**, São Paulo, n. 63, 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-64452004000300008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452004000300008&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 25 de novembro de 2009. doi: 10.1590/S0102-64452004000300008, p. 189-90.

Ligada à questão do corpo social estava a preocupação sistemática com a origem étnica da população. A esta situação Foucault deu o nome de “racismo de Estado”, que teria surgido com a emergência do biopoder e que passa a caracterizar o Estado moderno. A promoção dessa diferenciação entre os membros de uma mesma sociedade tem por objetivo a fragmentação destas em grupos étnicos, “(...) fazer censuras no interior desse contínuo biológico a que se dirige o biopoder”.<sup>117</sup>

Com a sociedade dividida entre o “nós” e “os outros” afloram pensamentos de cunho evolutivo, em que as raças mais evoluídas predominam sobre as inferiores, e assim, pelo sentimento de sobrevivência da espécie a que pertencem, ocorre aos indivíduos desejar a morte dos diferentes como um indício de sua própria evolução. Nas palavras de Foucault: “A morte do outro não é simplesmente a minha vida, na medida em que seria minha segurança pessoal; a morte do outro, a morte da raça ruim, da raça inferior (ou do degenerado, ou do anormal), é o que vai deixar a vida em geral mais sadia; mais sadia e mais pura”.<sup>118</sup>

A morte, em sentido biológico e social, decorrente do racismo é uma das maneiras do Estado se impor frente à sociedade multifacetada que procura controlar. Ainda para o autor

[...] tirar a vida, o imperativo da morte, só é admissível, no sistema do biopoder, se não tende à violência sobre os adversários políticos, mas à eliminação do perigo biológico e o fortalecimento, diretamente ligado a essa eliminação, da própria espécie ou da raça. A raça, o racismo, é a condição de aceitabilidade de tirar a vida numa sociedade de normalização.

[...]

É claro, por tirar a vida não entendo simplesmente o assassinio direto, mas também tudo o que pode ser assassinio indireto: o fato de expor à morte, de multiplicar para alguns o risco de morte ou, pura e simplesmente, a morte política, a expulsão, a rejeição, etc.<sup>119</sup>

A questão racial permeou os debates de muitos grupos, fossem eles ligados à política, a filosofia ou à ciência. Por muito tempo se procurou uma definição para “raça”, enfocando basicamente o que as difere entre si. Muitas foram as interpretações, outras tantas as divergências, afinal, cada nova conceituação atendia a um projeto ideológico diferente. Diante desta constante indefinição, Schwarcz afirma que “o termo *raça*, antes de aparecer como um conceito fechado, fixo e natural, é entendido como um objeto de conhecimento, cujo significado estará sendo constantemente renegociado e experimentado neste contexto histórico específico, que tanto investiu em modelos biológicos de análise”.<sup>120</sup>

---

<sup>117</sup> FOUCAULT, 1999, p. 304.

<sup>118</sup> Ibidem, p. 305.

<sup>119</sup> Ibidem, p. 306.

<sup>120</sup> SCHWARCZ, 1993, p. 17

Em busca de explicações científicas e, portanto, (supunham) exatas, os homens de ciência chegaram ao extremo de voltar seus esforços para desqualificar os diferentes.<sup>121</sup> E os avanços da ciência, segundo Foucault, deram origem à ampla difusão do racismo:

Mas o que é novo, no século XIX, é o aparecimento de uma biologia de tipo racista, inteiramente centrada em torno da concepção da degenerescência. O racismo não foi inicialmente uma ideologia política. Era uma ideologia científica que podia ser encontrada em toda parte, em Morel como em outros. E foi usada politicamente primeiro pelos socialistas, por pessoas de esquerda, antes de ser pelos de direita. (...) sobretudo com a idéia de que a classe decadente, a classe pobre, era constituída pelas pessoas de cima, e que a sociedade socialista era limpa e sadia. Lombroso era um homem de esquerda. Ele não era socialista em sentido estrito, mas ele fez muitas coisas com os socialistas e os socialistas retomam Lombroso. A separação ocorreu no final do século XIX.<sup>122</sup>

Saindo da Europa de posse das informações concernentes ao processo de medicalização da sociedade lá ocorrido, podemos retornar a Porto Alegre para desvendarmos como a mesma proposta de controle social foi aplicada localmente, usando como referência os jornais que circulavam entre os trabalhadores, pessoas de pouca instrução e renda.

No jornal *O Independente*, de 30 de junho de 1910,<sup>123</sup> uma matéria elogiava a implantação do serviço antropométrico pela chefatura de polícia da capital como auxiliar na identificação de criminosos.<sup>124</sup> O veículo relacionava a antropometria a um ramo da ciência, e por isso, acertadamente, a direção do serviço foi entregue ao médico legista Candido dos Reis. Apesar da qualificação de seu diretor, o serviço carecia de pessoal habilitado e recursos materiais para o pleno desenvolvimento de seu trabalho.

Mesmo com essas dificuldades próprias às repartições públicas, tal serviço procedeu a ampla identificação antropométricas dos presos de Porto Alegre, totalizando, em um ano de trabalho, 1055 detentos devidamente cadastrados. Concomitante com a atividade prisional, o gabinete de polícia também se dedicava ao controle do movimento portuário, à estatística criminal do Estado, ao registro civil, emitindo certidões de nascimento, casamento e óbito, além de realizar a identificação voluntária dos cidadãos interessados em obter passaportes e atestados de boa conduta. No entanto, havia a intenção de substituir a identificação voluntária

<sup>121</sup> Às vezes nem tão diferentes assim, se lembrarmos de Nina Rodrigues, médico legista baiano, discípulo de Lombroso que dedicou seus estudos antrométricos, antropológicos e frenológicos a provar a degenerescência dos mestiços, sendo que ele próprio era mestiço.

<sup>122</sup> FOUCAULT, 1979, p. 271.

<sup>123</sup> *O Independente*, Porto Alegre, 30/06/1910, p. 1-2.

<sup>124</sup> Apesar da descrição do funcionamento do serviço antropométrico, o que nos leva a acreditar na sua efetiva existência, nenhuma outra referência foi encontrada sobre o aludido serviço, nem no Museu da Polícia Civil, que guarda parte da documentação das chefaturas de polícia, nem no Arquivo Histórico Municipal Moysés Vellinho, onde estão os relatórios da Polícia Administrativa, responsável na época pelos serviços hoje prestados pela polícia civil.

pela compulsória já que, segundo o jornal, o registro antropométrico poderia ser exigido pelos empregadores:

Com a propaganda da utilidade da identificação antropométrica, possível será que os patrões reclamem aos caixeiros, aos operários e trabalhadores - a carteira de identidade como título necessário à admissão.

O poder público, a seu turno, há de decretar a identificação obrigatória dos funcionários, pelo que a seção científica da chefatura de policia tomará grande desenvolvimento.<sup>125</sup>

O entusiasmo dos patrões frente a possibilidade de contarem com um grupo de funcionários devidamente registrados e catalogados, proporcionando informações consideradas seguras sobre a personalidade e a conduta anterior dos candidatos à contratação, no entanto, não durou muito, pois sabemos que apesar de ser cogitada seriamente, este plano de controle sobre a mão-de-obra não chegou a ser aplicado, apesar do intuito de estendê-lo para todo o Estado.

Apesar de alguns antropometristas defenderem o determinismo racial, seguindo a teoria de Lombroso,<sup>126</sup> outros começam a ser voltar para a análise de outros fatores como incitantes à violência, entre eles a influência do meio social. Conforme nos aponta Éder Silveira,<sup>127</sup> um dos médicos legistas mais respeitados do Rio Grande do Sul, o Dr. Sebastião Leão, diretor da Casa de Correção de Porto Alegre, defendia com veemência a relação entre a criminalidade e o ambiente social que impelia a ela. E Leão afirmava isso amparado em anos de medições e catalogações dos criminosos do sistema prisional da capital, cruzando os resultados dos exames com o motivo da prisão dos indivíduos.

Ao retirar da raça a culpabilidade dos problemas sociais, Leão valorizava ainda mais o trabalho do médico criminal, que tem a responsabilidade de estudar e compreender a sociedade, auxiliando a elaboração de leis apropriadas ao meio em que se inserissem. Não por acaso a antropometria está na origem da antropologia.

Para um expressivo grupo da intelectualidade brasileira, desenvolvimento e branqueamento andavam de mãos dadas, e sendo o Estado o responsável pela promoção das condições para o desenvolvimento de todos os setores, também ele deveria intervir na

<sup>125</sup> *O Independente*, Porto Alegre, 30/06/1910, p. 2.

<sup>126</sup> Cesare Lombroso publica, na Itália, em 1876, sua primeira obra sobre criminologia, “O Homem Delinquente”, considerada a fundadora da criminologia positiva, segundo a qual as manifestações de criminalidade seriam derivadas de problemas biológicos adquiridos hereditariamente pelos indivíduos, ou seja, seus atos não são conscientes, mas resultantes de impulsos biológicos a eles inerentes e imutáveis. Desse modo, os comportamentos discrepantes à ordem social deveriam ser analisados por médicos alienistas, e não juristas (LUZ, 1982, p. 171).

<sup>127</sup> SILVEIRA, 2005, p. 135.

melhoria racial da população. Para tal, a saída mais viável encontrada foi o maciço investimento na imigração de europeus para diversos pontos do país.

Devido ao grande contingente de imigrantes enviados para o Rio Grande do Sul, a maioria de origem européia, formou-se no estado um sentimento de superioridade racial, que via no predomínio do elemento branco, e em sua origem, os elementos diferenciadores aos demais estados da federação, a que Gilberto Freyre chamou de “narcisismo gaúcho”.<sup>128</sup> No entanto, como bem provou Belisário Penna quando realizou um projeto de profilaxia rural a convite do governo do estado, ao invés de se diferenciar pela raça, o povo gaúcho se igualava aos demais brasileiros pelas precárias condições de higiene em que viviam.<sup>129</sup>

Apesar da imagem do Rio Grande do Sul como um estado predominantemente branco, a sua comunidade negra e parda era expressiva e já demonstrava certo grau de organização, como aponta a circulação do jornal *O Exemplo*, defensor destes grupos étnicos e de orientação anarquista. Mesmo que o periódico se dedicasse ao debate dos mais diversos assuntos, encontramos em suas linhas uma preocupação com a questão de discriminação racial que geralmente são omitidas nas demais folhas<sup>130</sup>.

Várias eram as matérias voltadas para a denúncia do preconceito racial existente entre todas as camadas sociais em Porto Alegre, mas uma em especial resumiu a humilhação enfrentada pelos negros ao mesmo tempo em que evidencia a falta de consciência deste grupo quanto à injustiça de tal situação. Espiridião Calisto, em um momento de grande revolta pessoal, publica a matéria “Campanha difamatória”,<sup>131</sup> em que demonstrou sua indignação quando procurado por um jovem pintor que pretendia cancelar a assinatura do jornal por considerá-lo inconveniente e que os negros não teriam necessidade “disso”. A resposta de Calisto segue:

<sup>128</sup> Para uma explicação mais detalhada sobre a idéia de “narcisismo gaúcho” formulada por Freyre ver SILVEIRA, 2005, p. 112-4.

<sup>129</sup> PENNA, Conferência de 20 de setembro de 1928, na Faculdade de Medicina de Porto Alegre, a convite de Getúlio Vargas apud SILVEIRA, op. cit.

<sup>130</sup> Na edição de 26/10/1902, p. 1, Espiridião Calisto, redator de *O Exemplo*, descreve a linha editorial do jornal e a razão para a manutenção deste em circulação, a custa de grandes esforços de seus colaboradores: “Estamos na brecha; critiquem-nos embora esses que vivem da exploração das misérias humanas, prosseguiremos desassombrados em nossa faina; porque não precisamos saber gramática para falar a verdade e entende-la; assim como a dor é compreendida pelo gemido seja partido do peito de um sábio ou do peito do ignorante, a verdade é compreendida também embora na linguagem do rústico”.

<sup>131</sup> *O Exemplo*, Porto Alegre, 26/10/1902, p.1. O título “Campanha difamatória” e a discussão que foi reproduzida na matéria é decorrência da disputa entre os socialistas da *A Democracia*, liderados por Francisco Xavier da Costa e os anarquistas de *O Exemplo*, cujo maior expoente era Calisto. Usando meias palavras, Calisto acusava Xavier da Costa de promover uma campanha de desistência por parte dos assinantes de *O Exemplo* para provocar sua extinção, ao mesmo em tempo que incentivava os ex-assinantes a contribuírem com *A Democracia*, que ofereceria mais “cousas” aos assinantes. Um exemplo claro da disputa pela liderança do proletariado gaúcho.

- *Não temos necessidade disso*, retorquimos lhe, é porque o senhor sendo negro, não sente-se envergonhado, vendo um de nossa cor, de quem conhecemos as boas qualidades, ser desumanamente espancado, por agentes da guarda administrativa, como temos presenciado, e no outro dia, ver glorificada a façanha dos agentes pela imprensa, que batiza a vítima por *negro desordeiro!* Não temos necessidade disso porque o senhor estando em uma reunião de nossas famílias, ao chegar a patrulha perguntando pela licença, humilha-se volta o rosto a um canto da casa e não sente as vergalhada, do desprezo, da afronta cortar os seus melindres de homem livre! Não temos necessidade...

[...]

Acha que não há necessidade do nosso jornal, porque ele não tratará nunca o que os outros trazem de vez em quando:

“O negro Souza metido  
Num grande *forrobodó*  
Foi acabar o fandango  
Lá dentro do xilindró!”<sup>132</sup>

Na edição de 21 de março de 1909<sup>133</sup> o jornal tomou as dores do deputado do distrito federal – o primeiro negro eleito sob o regime republicano -, Monteiro Lopes, que, segundo a matéria, estaria sofrendo perseguições sem motivo aparente, ou seja, pelo simples fato de ser negro.

Também criticava o preconceito existente entre grupos étnicos distintos, principalmente quanto aos negros, que não eram considerados merecedores nem da caridade cristã por parte da população branca. Relegados aos piores serviços desde a tenra idade, “as pobres meninas pretinhas e mulatinhas” recebiam tratamentos “peiores [sic] do que as orfãs [sic]”! No caso dessas pobres jovens serem seduzidas por rapazes de “boa família” por diversão, estes

[...] recusam-se a reparar o mal que fazem as senhoritas de cor preta, casando se com elas por força da lei, conforme exige as convenções sociais, para a organização da Família, afim de á socapa, ceifarem os instintos de besta luxuriosa, nas incautas donzelas que, atiradas aos alcoces [sic] da prostituição completam, assim, o óvulo para proliferação para a escória vil da Sociedade.<sup>134</sup>

Tendo como redator-chefe Francisco Xavier da Costa – mulato, tipógrafo, que tornou-se socialista pela convivência com um grupo de alemães na oficina onde trabalhava – *A Democracia* estampou a coluna “A estupidez branca...”, que repele manifestações racistas, destacando o quanto de ignorância estava presente em comentários pejorativos lançados aos não-brancos:

<sup>132</sup> *O Exemplo*, Porto Alegre, 26/10/1902, p. 1.

<sup>133</sup> *O Exemplo*, Porto Alegre, 21/03/1909, p. 1.

<sup>134</sup> *O Exemplo*, Porto Alegre, 20/03/1910, p. 1.

Tais indivíduos não sabem nem conseguirão justificar a razão do desprezo que manifestam pelos que não podem dizer-se representantes da raça caucásia; mas apesar disso o seu supremo argumento, a sua *melhor* forma de insultar é chamar alguém de negro ou mulato como se o fato de alguém não ser branco importasse em prejuízo das qualidades morais ou intelectuais desse mesmo alguém.

Nota-se comumente que quanto mais baixo em inteligência, em condições de moralidade e de origem é o *branco* mais pronto ele é em exprimir apreço ao preconceito de cores epidérmicas.<sup>135</sup>

Já o periódico *A Luta*, apesar de sua orientação libertária, publicou em letras grandes, a primeira parte da matéria intitulada “As raças inferiores”, cujo tema do dia era “Os chineses”.<sup>136</sup> O texto caracterizava os chineses como extremamente moralistas em função do grande respeito que nutriam pelas instituições, provocando, para o redator, uma contradição quanto à aplicação do conceito de *moral*:

Sem hesitar, entretanto, consideramos o povo chinês o mais immoral do mundo. É que os ocidentais esquecem muito ligeiro [sic] que a moral não consiste absolutamente do medo do código penal, mas da força da vontade que dirige [sic] as acções independentes e até contrariamente as considerações esternas [sic].

O que vale é a fôrça da alma, e quási poderia dizer-se que o desdém pelas instituições é o começo da moral...<sup>137</sup>

Como pudemos perceber, a crítica aos chineses não era feita por uma questão biológica, mas por sua submissão às instituições, o que para os anarquistas era um defeito terrível. Porém, ao invés de chamá-los de “alienados”, “pelegos” ou qualquer coisa que se equivalha, preferiram utilizar um qualificativo racial: inferiores, levando à compreensão de que o respeito às instituições é inerente à genética dos chineses, e não um reflexo cultural. Por analogia, poderíamos supor que também achassem que os libertários carregavam a ideologia no sangue, mas todo o trabalho político do grupo junto aos proletários desmentiria tal suposição. É mais fácil acreditar que tal matéria seja resultado de uma abordagem infeliz.

Percebemos claramente como a ciência vai se inserindo na política, como a sua argumentação que prometia o progresso por meio da exatidão científica serviu aos intuídos de uma classe burguesa em ascensão que buscava ansiosamente se diferenciar das “classes perigosas”.<sup>138</sup> Diante dessa gradual conquista de espaço em governos (e também a conquista

<sup>135</sup> *A Democracia*, Porto Alegre, 12/11/1905, p. 2.

<sup>136</sup> *A Luta*, Porto Alegre, 1/7/1907, p. 1. A matéria foi dividida em duas partes pela sua extensão. Porém, devido à descontinuidade dos jornais microfilmados, não pude analisar a parte seguinte.

<sup>137</sup> Os aparentes erros de ortografia cometidos pelo redator foram intencionais, já que os anarquistas defendiam que, para facilitar a escrita do português, letras com sons equivalentes a outras deveriam ser substituídas na escrita, evitando enganos comuns, como escrever “sargeta” ao invés de “sarjeta”.

<sup>138</sup> Segundo definição de Chalhoub: “Os legisladores brasileiros utilizam o termo ‘classes perigosas’ como sinônimo de ‘classes pobres’, e isto significa dizer que o fato de ser pobre torna o indivíduo automaticamente perigoso à sociedade. Os pobres apresentam maior tendência à ociosidade, são cheios de vícios, menos moralizados e podem facilmente ‘rolar até o abismo do crime’.” Cf. CHALHOUB, 2001, p. 76.

de cargos políticos), os médicos puderam se impor frente às ações governamentais, determinando medidas a serem adotadas para acelerar o processo de desenvolvimento nacional. Essas medidas se resumiam à higienização dos hábitos dos populares, e aqui poderíamos citar infindáveis exemplos de condutas propostas, mas simplificaremos com apenas uma, e a mais importante de todas: a aceitação do saber médico-científico. Dessa forma, como afirma Massako Iyda, além de sanear o ambiente, “(...) as campanhas sanitárias tiveram uma outra função: a de estabelecer, dentro dos princípios prevaletentes de ordem e progresso, uma área específica de atividade estatal, sua organização; e, em nível nacional, a de formar os intelectuais necessários a essa organização”.<sup>139</sup> Assim, o processo de institucionalização da saúde que marcou a República desde seu início não concentrava seus esforços somente em “(...) organizar o âmbito da saúde pública para coagir as ‘classes populares’, mas também oferecer às outras classes as representações e, mesmo, os mecanismos de controle social”.<sup>140</sup>

Uma análise muito lúcida da questão saúde e degenerescência foi lançada pelo médico anarquista Frederico Geyer, nas páginas de *A Luta* de outubro de 1909, em que defendia que a miséria, considerada responsável por elevadas despesas públicas e por contribuir para a degeneração da raça, poderia ser revertida com a valorização econômica dos que por ela são atingidos, “e assim a solução do problema higiênico depende da solução do pauperismo”.<sup>141</sup>

Geyer criticava as especulações sobre a origem da miséria, alvo de estudos que buscavam comprovar a sua eternidade porque baseada em fatores biológicos, e que tentavam reduzir sua incidência através do controle sobre a população. O doutor acreditava caber à ciência o estabelecimento de “leis de harmonia social, contra as quais pecamos por ignorância”.<sup>142</sup> Essa grande responsabilidade imputada à ciência, uma vez cumprida satisfatoriamente, provaria que a pobreza é “mal curável”, incentivando a organização da massa para reverterem essa situação: “Assim, à proporção que, sob o influxo da higiene, todos os esforços se tornarem convergentes, atenuando a pobreza e, com ela, diminuindo progressivamente as moléstias, irá surgindo e predominando o tipo ideal do homem sociável, e irá realizando-se a sociedade perfeita de homens sãos de corpo e sãos de espírito”.<sup>143</sup>

Mesmo que presente anteriormente, a institucionalização do saber médico no estado ocorre a partir de 1898, com a fundação da Faculdade de Medicina e Farmácia de Porto

---

<sup>139</sup> IYDA, 1994, p. 39.

<sup>140</sup> *Ibidem*, p. 46.

<sup>141</sup> *A Luta*, Porto Alegre, 17/10/1909, p. 2.

<sup>142</sup> *A Luta*, loc.cit.

<sup>143</sup> *A Luta*, loc.cit.

Alegre, estando a sua frente figuras proeminentes das duas áreas que mantinham íntima ligação com a política.

Não obstante a ação conjunta entre médicos e governo em prol do avanço do processo de institucionalização da saúde pública, havia um imenso obstáculo em seus caminhos: a aceitação da intervenção médica pela população. Fundamentando-se em diversos aspectos, essa objeção à medicina científica se constituiu no principal entrave a ser superado para que a política de higienização social surtisse o efeito desejado.

De acordo com Luc Boltanski, o rechaço das classes populares à figura do médico se deve a sua incorporação ao grupo dos “outros”, ou seja, aqueles que integram um universo estranho às concepções dos mais humildes.<sup>144</sup> “Os outros”, que se distinguem por oposição ao “nós”, seria composto pelos representantes da ordem e da legalidade, que detêm o conhecimento e, conseqüentemente, o poder. Não podendo combater seu poder com as mesmas armas, restava aos populares a resistência através da desconfiança e da chacota.

Algumas das pilherias contra os doutores foram publicadas nos jornais pesquisados, nos concedendo evidências de condutas médicas desacreditadas pelos populares. Em uma delas, o diagnóstico foi alvo de deboche:

O dr. F., cujos homicídios por imprudencia [imprudência] já não em conta, é chamado para ver um doente.

- Oh! Minha senhora, exclama ele dirigindo-se á mulher do paciente, mandou-me chamar muito tarde.

O seu marido está perdido... Já está com as mãos roxas.

- Mas senhor, meu marido é tintureiro...

- Ah! É o que lhe vale. Do contrário seria um homem morto”.<sup>145</sup>

O mesmo jornal ainda publicou a seguinte anedota:

- Diga-me, doutor, em que estado me encontra os pulmões?

- Com franqueza, estão um pouco arruinados.

- Deveras?

- Mas fique descansado, que hão de resistir enquanto o Sr. viver.<sup>146</sup>

E fazendo troça do conhecimento científico dos doutores na área de farmacologia, é publicada, em 11 de dezembro de 1902, pelo jornal *O Exemplo*, a nota intitulada *Remédio?*:

Um médico americano, de Chicago, receita [sic] o seguinte contra as dores reumáticas. Tome-se um rabanete e raspe-se dentro de um copo de cerveja branca.

<sup>144</sup> BOLTANSKI, Luc. **As classes sociais e o corpo**. Tradução de Regina A. Machado. 2ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984, p. 39-40.

<sup>145</sup> *O Exemplo*, Porto Alegre, 13/05/1904, p. 2.

<sup>146</sup> *O Exemplo*, Porto Alegre, 3/11/1902, p. 1.

Deixe-se em infusão durante uma noite. Essa bebida acalma instantaneamente as dores. A esse remédio popular contra o reumatismo poder-se-ia juntar uma longa lista: o leite de cabra, as cataplasmas de crina de Cavallo, a cebola crua aplicada à parte dolorida, a flor de enxofre nos sapatos e as castanhas da Índia no bolso, além de muitos outros.<sup>147</sup>

Também em *O Exemplo*, em agosto de 1904, foi publicada uma história rápida sobre um estudante da Faculdade de Medicina da Bahia, o Nobreza, que sofria de “dispepsia mental”, e por isso, tinha imensa dificuldade em compreender o conteúdo das aulas e dos livros. O que faltava de esperteza a Nobreza, lhe sobrava em dinheiro. Já seu colega Lopes vivia situação contrária, brilhante aluno que passava dificuldades financeiras por ter a mesada cortada por seu pai. Ambos entraram em acordo e, mediante sustento, Lopes fez os exames no lugar de Nobreza, garantindo sua aprovação.<sup>148</sup>

Depois de concluído o curso, Nobreza volta ao Mato Grosso, seu local de origem, onde passou a clinicar como o único médico formado. Em pouco tempo as consequências floresceram: “à sua conta podiam ser levados os dois terços dos óbitos”.<sup>149</sup>

Já que o conhecimento teórico lhe escapava, o doutor, seguindo a regra dos curandeiros, utilizava-se do empirismo para clinicar. Em um diário anotava os atendimentos, as prescrições e os resultados favoráveis. O cômico da história estava em atribuir tais resultados favoráveis à desobediência das prescrições médicas pelo paciente, pois quando este deixava de consumir os remédios receitados e por acaso ingeria uma substância qualquer, curava-se. Ao repetir o tratamento incidental com outro paciente com mesma moléstia e indo este a óbito, o Dr. escrevera em sua caderneta: “Caldo de couve para alfaiate não serve, só para ferreiro”.<sup>150</sup>

Outra história dava conta de um paciente que passou pelo diagnóstico de alcoolismo dado por um prepotente lente seguido por seus alunos de medicina, sem que ao menos interrogasse o doente sobre o que sentia. Quando este se manifestava, contrariava o diagnóstico anterior, dando indicação de se tratar de obstrução intestinal. Não surtindo efeito a aplicação de clisteres em jejum absoluto, o enfermo curou-se acidentalmente ao comer rapaduras escondido.<sup>151</sup>

Essa suspeita com relação aos médicos não era novidade para estes, que sabiam que as barreiras classistas era um dos empecilhos à aproximação com o paciente. No entanto, os

<sup>147</sup> *O Exemplo*, Porto Alegre, 11/12/1902, p. 2.

<sup>148</sup> *O Exemplo*, Porto Alegre, 21/08/1904, p. 2.

<sup>149</sup> *O Exemplo*, loc.cit.

<sup>150</sup> *O Exemplo*, loc.cit.

<sup>151</sup> *O Exemplo*, Porto Alegre, 8/01/1905, p. 1-2.

médicos pouco fizeram para compartilhar do universo popular e conquistar sua confiança por afinidade. Boltanski comenta sobre condutas médicas que reforçam o abismo entre os agentes de cada lado da mesa (e que facilmente percebemos em qualquer consulta médica), entre elas está o uso de linguagem inacessível, fazendo uma clara distinção entre as partes e reafirmando quem tem habilitação para dar o parecer correto sobre a saúde do corpo; brincadeiras infantilizantes sobre comentários, perguntas ou hábitos dos pacientes e a rápida duração das consultas.

Adotando postura diametralmente oposta, os curandeiros não se furtavam em explicar aos doentes o mal que lhes atacava, mesmo que a explicação residisse num campo mágico, por isso comumente chamada de superstição. Os tratamentos empregados seguiam a lógica da cura do corpo pela crença, reconfortando doentes e familiares. A utilização de rezas, bênçãos e simpatias no processo de cura proporcionava aos enfermos uma terapêutica indolor, ao contrário das práticas médicas agressivas, que iam dos efeitos colaterais dos remédios à internação compulsória. Também as representações da doença são semelhantes entre curadores e enfermos, bem como a linguagem empregada, já que, na maioria dos casos, ambos são provenientes da mesma classe social. Corroborando com esta ideia, Boltanski complementa:

E, de fato, contrariamente ao médico, o curandeiro pertence à mesma classe do doente, na maior parte do tempo exerce como ele uma profissão manual, freqüente o mesmo meio social, e é freqüentemente recrutado dentro da família ou no círculo de relações. Se os membros das classes populares falam com admiração da ciência do curandeiro, insistindo ao mesmo tempo no caráter inato de sua ciência, não sendo o conhecimento deste, como o do médico, resultante de um aprendizado escolar mas a consequência de um “dom”, é porque o curandeiro, sábio que nada aprendeu e que, permanecendo no meio dos ignorantes, iguala ou ultrapassa o médico, faz com isso uma espécie de vingança de classe: fornece a prova de que o médico não é nem infalível nem o único depositário do conhecimento médico, e dá o exemplo de um profano que, por uma espécie de virtude intrínseca ou escolha, tornou-se dono do discurso médico. Assim, as perseguições de que são objeto os curandeiros são muitas vezes assimiladas pelos membros das classes baixas a uma espécie de perseguição exercida sistematicamente por médicos ciumentos de suas prerrogativas e imbuídos do espírito de casta.<sup>152</sup>

Uma série de artigos em defesa dos licenciados tomou conta de pelo menos nove números do jornal *O Exemplo* após discurso proferido pelo Dr. Duprat no Centro Médico de Pelotas pelos idos de setembro de 1904 em que este, ao comentar um caso de erro de ofício, atacou todos os curadores não diplomados.<sup>153</sup>

<sup>152</sup> BOLTANSKI, 1984, p. 62-3.

<sup>153</sup> *O Exemplo*, Porto Alegre, 4/09/1904, p. 1.

Em defesa da classe dos licenciados se levantou Lindolpho Ramos,<sup>154</sup> atuante em Rio Pardo, que argumentava que o tal erro de ofício fora cometido por um doutor, não tendo culpa nenhuma o curandeirismo. Portanto, não era justificável o ataque de Duprat à liberdade profissional, ainda mais se levassem em conta que

Sabemos que das academias têm saído e continuarão a sair verdadeiras nulidades e por isso admiramos que erros de ofício sejam somente cometidos por médicos licenciados.

Qual será a razão disso?

A razão é simples e explica-se com o provérbio: *lobo não come lobo*.

Pois saiba, Sr. Dr., se é que ainda ignora: *tanto lá como cá, más fadas há*.<sup>155</sup>

Estudando o Rio de Janeiro imperial, Gabriela dos Reis Sampaio se debruça sobre a “campanha anticharlatanismo” empreendida contra os curandeiros pelos doutores em medicina visando a redistribuição da clientela, ao mesmo tempo em que os próprios médicos reconheciam (e denunciavam-se mutuamente) a recorrência de seus erros e imprecisões. Ou seja, pouco conseguiam diferenciar-se dos curandeiros a quem atacavam, já que o risco de consultar um médico era igual ou maior do que entregar os cuidados com a saúde nas mãos de um empírico.<sup>156</sup>

Voltando à argumentação de Ramos, o autor ainda arriscou uma tradução para o discurso irado dos médicos contra os curandeiros: “Eu abomino os *curandeiros*, porque muitas vezes são chamados para *fregueses* que nos poderiam pagar bem caro os serviços por mim ou por outro doutor prestados. E por isso é necessário reformar a lei para dar-nos inteiro o privilégio que nossa ganância reclama”.<sup>157</sup> E sobre a intimidade partilhada e a preferência em tratar-se com curandeiros, Ramos ainda teve fôlego para afirmar que o curandeiro

<sup>154</sup> Muitos dos cronistas citados neste trabalho permanecerão no anonimato, pois alguns, utilizavam codinomes para assinar seus textos, outros são indivíduos comuns que eventualmente davam sua contribuição aos periódicos, como parece ser o caso de Lindolpho Ramos, já que não conseguimos levantar nenhuma informação sobre ele. Maria Nazareth Ferreira trata deste fenômeno no seguinte trecho, citado por Maitê Peixoto: “Não existia a figura do repórter, do profissional da notícia. Ao invés de o jornal procurar a notícia, essa é que procurava o jornal, numa autêntica forma de comunicação participativa, verdadeira integração entre o emissor e o receptor, entre o jornal e o leitor. As salas de redação recebiam farto material sobre o movimento operário e notícias afins, transformando todo o proletariado em repórter de seu jornal. Esse material recebido pelos jornais era composto de relatórios dos sindicatos, cartas pessoais, denúncias etc”. (Ferreira, Maria Nazareth, 1988 apud: PEIXOTO, Maitê. **O quarto poder vermelho**: embates teórico e político-ideológico entre anarquistas e comunistas no contexto de formação dos partidos comunistas do Brasil. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2010.

<sup>155</sup> *O Exemplo*, Porto Alegre, 4/09/1904, p. 1.

<sup>156</sup> SAMPAIO, Gabriela dos Reis. **Nas trincheiras da cura**: as diferentes medicinas no Rio de Janeiro imperial. Campinas: Editora da Unicamp, CECULT, IFCH, 2001. p. 31-40.

<sup>157</sup> *O Exemplo*, Porto Alegre, 09/10/1904, p. 1.

[...] penetra nos mais íntimos recessos do lar doméstico, torna-se depositário de segredos que afetam a honra e a tranquilidade das famílias, recebe em seu seio as mais dolorosas confidências que o medo da morte arranca dos lábios balbuciantes e envergonhados do doente.

N'essas condições, o precioso mandato somente honra e eleva quando á confiança do cidadão. Assim como cada um de nós procura o amigo de mais respeito para as expansões e os conselhos nas dores morais, assim também trate-se cada um com **quem mais confiança lhe inspirar, seja doutor em medicina ou um simples pratico, um curandeiro.**<sup>158</sup>

Ramos continuou sua defesa citando inúmeros casos de erro médico dos quais tinha conhecimento. Um dos médicos teria receitado medicação errada para tratar de uma enfermidade simples, que poderia ser facilmente resolvidas com “*casca de cobra apanhada sexta-feira santa, em infusão na cachaça*”.<sup>159</sup>

Ainda para o articulista, se a Constituição brasileira facultava a posse de diploma acadêmico para o exercício da medicina, não caberia a uma classe, em que predominaria interesses econômicos e vaidades, coagir o Estado a mudar a legislação vigente. Assim, citando artigos da Constituição e exemplos de outras profissões que também são exercidas sem a exigência de formação acadêmica, Lindolpho Ramos rebatia cada um dos argumentos utilizados pelos médicos para cercearem a atividade dos licenciados.<sup>160</sup>

No Rio Grande do Sul, a Constituição positivista, como vimos anteriormente, também previa a liberdade profissional e a de culto, o que na prática significava que qualquer indivíduo, habilitado ou não, poderia exercer qualquer profissão. No caso dos curandeiros, que envolviam em seu ofício a arte de curar e a religiosidade, a única exigência seria o registro na Diretoria de Higiene do Estado.<sup>161</sup> Essa condição, certamente, desagradava aos médicos com formação acadêmica, que se sentiam lesados pela concorrência.

Por gozarem de certas prerrogativas entre as classes populares, os curandeiros foram alvo de sistemáticas campanhas de difamação, atribuindo ao exercício de seu ofício a ignorância e/ou o oportunismo mal intencionado. Fechando os olhos para todos os argumentos expostos acima e desconhecendo as condições de vida dos curadores, Oswaldo Cabral escreve que

São as clássicas argumentações dos curandeiros de hoje e as mesmas desculpas usaram os curandeiros do século passado para encobrir as suas atividades grandemente rendosas e ao mesmo tempo criminosas, pois fazendo os doentes perderem tempo precioso na conquista da própria saúde, iludindo-os com promessas de curas impossíveis, enganando os desenganados, furtando aos

<sup>158</sup> *O Exemplo*, Porto Alegre, 30/10/1904, p. 1 (grifo original).

<sup>159</sup> *O Exemplo*, Porto Alegre, 4/09/1904, p. 1.

<sup>160</sup> *O Exemplo*, Porto Alegre, 06/11/1904, p. 1

<sup>161</sup> Sobre o regulamento para o exercício da medicina, ver: WEBER, 1999.

incuráveis as últimas economias em troca de falazes esperanças, encobrando, em resumo, com a roupagem da piedade, tão do agrado de toda gente, de toda parte e de todos os tempos, a mais torpe das explorações<sup>162</sup>.

Como observamos nos trechos de *O Exemplo* reproduzidos acima, temos um belo exemplo dos medicamentos utilizados pelos práticos em seus procedimentos de cura, um tanto distante das fórmulas químicas adotadas pelos facultativos. A opção dos curandeiros pela cura através do uso de elementos naturais foi usada pelos médicos como mais uma evidência de embuste por parte dos primeiros. Por meio da diferenciação de procedimentos, os médicos pretendiam acentuar a pretensa superioridade de seu conhecimento, como explicita Sampaio:

Para caracterizar o charlatão, um recurso era bastante utilizado: narravam-se casos de erro, de procedimentos equivocados de falsos médicos que acabavam mutilando e até mesmo matando muitas pessoas. Assim, curandeiros, espíritas, sangradores, parteiras, ervateiros, farmacêuticos que produziam remédios e não revelavam suas fórmulas, enfim, qualquer diferente era igualmente um perverso charlatão, que agia sempre de má fé, enganando as pessoas para enriquecer, chegando até a matá-las. Os médicos, colocados na posição diametralmente oposta, trariam o conhecimento verdadeiro, tornando-se os únicos profissionais confiáveis para questões de saúde. Nos momentos em que era necessário se opor aos concorrentes, os conflitos e críticas internas “desapareciam” [...].<sup>163</sup>

A associação entre curandeirismo e ignorância permeava todos os discursos médicos concluindo tanto a desqualificação do saber popular, quanto (e conseqüentemente) a valorização do conhecimento médico-científico.<sup>164</sup> Em defesa da hegemonia desse

<sup>162</sup> CABRAL, Oswaldo R. **Medicina, médicos e charlatões do passado**. 1 ed. Florianópolis: [s.n.], 1942, p. 258.

<sup>163</sup> SAMPAIO, 2001, p. 53.

<sup>164</sup> A idéia de oposição entre o científico/racional e a religiosidade está presente nesta quadrinha publicada no jornal *Lúcifer* (Porto Alegre, 20/04/1911, p. 4), de autoria de Guerra Junqueiro:

*Se ergueis uma capella á agua milagrosa,*

*Esse elixir divino,*

*Então erguei tambem um templo á capa-rosa*

*E outro templo ao quinino*

*Se a agua faz milagre, o que eu vos não discuto,*

*E por isso a adorais,*

*Ajoelhemos então em face ao bismutho*

*E d'outras drogas mais*

*Façamos de magnesia e cloroformio e arnica*

*As hostias do sacraio;*

*Transformemos [sic] o templo enfim n'uma botica*

*E Deus n'um boticario.*

*Que a vossa agua opere immensas maravilhas*

*Eu não duvido nada:*

*O Espirito Santo engarrafado em bilhas,*

*E o milagre á canada.*

conhecimento, médicos e políticos simpáticos às suas causas pressionaram o governo para a criação da Faculdade de Medicina de Porto Alegre, em 1898, e a regulamentação da profissão, em 1932.

Essas conquistas serviriam de contraponto à difusão do curandeirismo entre a população, uma vez que representariam a institucionalização da racionalidade científica frente às credences populares, às quais se atribuíam uma origem racial e étnica. O discurso médico, além de adotar um tom repressor com relação às crenças de grande parcela da população, ainda mostrava-se claramente racista. Segundo esclarece Weber:

Para esses médicos, somente a completa ignorância podia justificar a aproximação com práticas mágicas, especialmente se vinculadas às crenças da população negra. Muitos deles eram fortemente católicos e até espíritas. Procuravam desqualificar os conhecimentos populares sobre a transmissão das doenças e desautorizar as concepções e práticas alternativas de cura existentes na sociedade, enfatizando como critério a diferença racial e étnica. Os médicos, nas suas instituições, procuravam demonstrar a sua diferença em relação a todas as concepções e práticas populares sobre doenças e cura, afirmando sua autoridade “científica” contra a ignorância dos que não se utilizam dos conhecimentos “civilizados”.<sup>165</sup>

Usando de sátira, que era a sua característica, o pasquim *O Bisturi* publicou os seguintes versos,<sup>166</sup> que podem parecer inocentes, mas traduziam o pensamento de muitos membros da elite:

Uma família modelo

O meu pai é curandeiro –  
(À Valente diz Ventura)  
Meu irmão maior é cura,  
Eu cá sempre fui coveiro

Se alguém adoecer aqui  
Vai meu pai correndo ufano,  
Em seguida vai meu mano,  
Depois me chamam a mim.

Se queres poupar dinheiro,  
Meu velho amigo Valente,  
Quando te sintas doente,  
É chamar-me a mim primeiro.

---

*Desde que se espalhou pelo universo o echo  
Do milagre feliz,  
Tartufo nunca mais encheu o seu caneco  
Em outro chafariz!*

<sup>165</sup> WEBER, 1999 p. 115.

<sup>166</sup> *O Bisturi*, Porto Alegre, 10/04/1910, p. 4.

No entanto, a falta de comprovação científica da eficácia de seus tratamentos não era empecilho para a atuação dos curadores. A cura não se dava pela eliminação do agente causador da doença, mas pela crença de que ela era possível. Weber aponta a existência de uma relação dual entre o curador e a comunidade a que pertencia, em que o primeiro acredita na eficácia de sua terapêutica enquanto que os outros, por acreditarem em seu poder de cura, estabeleciam uma rede de exigências quanto a seu sucesso.<sup>167</sup> A atuação do grupo, seus anseios e compreensão ante as dificuldades eram determinantes para que a atuação do curandeiro fosse positiva. Nas palavras de médico e escritor Moacyr Scliar

[...] aquilo que pela magia surge, pela magia pode ser combatido, e daí o papel desempenhado pelo curandeiro em suas variadas denominações (pajé, xamã, feiticeiro). O curandeiro não pode ser confundido com o charlatão, que tira proveito da credence e da desgraça alheia. O curandeiro realmente acredita no que faz e as curas que muitas vezes consegue, quer espontâneas, quer resultados de fatores emocionais ou métodos empíricos, provam, a si e aos outros, o seu poder.<sup>168</sup>

Compartilhando do mesmo ponto-de-vista de Weber, Nikelen Witter defende o espaço conquistado pelo curandeirismo independentemente do desenvolvimento e popularização da medicina. Destacando o caráter cultural que identifica os grupos em que determinadas práticas de cura se desenvolvem, Witter insere o curandeirismo na história da cura, a qual também pertence à medicina. Sobre o lugar ocupado pelas práticas de cura populares, a autora sugere que

Trata-se de ver o curandeirismo ou as práticas de cura populares não como um fenômeno que se constrói em oposição ou para cobrir os espaços deixados pela medicina, mas como conjuntos de saberes criados pela experiência e preservados pela tradição, os quais teriam sempre um espaço na cultura dos povos, muito antes do advento da medicina acadêmica.<sup>169</sup>

Em edição do dia 19 de setembro de 1909, o jornal *O Exemplo* noticiava o falecimento de Pae [sic] Celeste, um conhecido curandeiro porto-alegrense que atendia aos pobres desprezados pela “falta de caridade e pelo egoísmo dos cientistas”, receitando chá, benzeduras e simpatias, associando conhecimentos herbários e religiosos.<sup>170</sup>

A matéria reproduziu diálogos entre os vizinhos em que estes recomendavam à família do doente a visita de um “caboclo velho” conhecido na região por “entender destas cousas”,

<sup>167</sup> WEBER, 1999., p. 209.

<sup>168</sup> SCLiar, Moacyr. **Cenas médicas**: pequena introdução à história da medicina. Porto Alegre: Ed. da Universidade/ UFRGS, 1987, p. 15.

<sup>169</sup> WITTER, Nikelen Acosta. **Dizem que foi feitiço**: as práticas de cura no sul do Brasil (1845 a 1880). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001, p. 19.

<sup>170</sup> *O Exemplo*, Porto Alegre, 19/9/1909, p. 1.

confirmando mais uma vez que o curandeiro participava do cotidiano da comunidade e compartilhava com ela um sentimento de confiança.<sup>171</sup>

Sobre os métodos de cura, o jornal os qualificava de científicos através de comparação com a medicina: se cada médico tinha sua especialidade, o curandeiro também teria a sua: “curar os males, de origem desconhecida, por meio de bruxarias e simpatias, empregam [...] clínica os meios que lhes parecem mais eficazes, para chegarem o fim desejado de empolgar a confiança crédula dos que recorrem a sua miraculosa ciência”.<sup>172</sup>

Pae Celeste cumpriu pena por assassinato na cadeia civil da capital,<sup>173</sup> período em que aproveitou para pesquisar sobre a pressão psicológica vivenciada dentro da prisão e a utilização de outras plantas curativas.<sup>174</sup> Essa “mácula” no passado de Pae Celeste poderia ser determinante para a perda de clientela, caso essa pertencesse às classes mais elevadas, mas em se tratando de pessoas pobres, algumas das quais devem ter passado por situação semelhante, essa experiência só fez aumentar a consideração pelo curandeiro, colocando-o como uma vítima do sistema que soube aproveitar seu infortúnio.

O curandeiro especializou-se em “tirar espíritos ‘maus’ dos corpos bons” e assim “acordou muitas esperanças desfalecidas, aplacou muita tempestade doméstica, e deu lenitivos há muitas dores”.<sup>175</sup> Tal sucesso teria despertado a inveja dos doutores, que teriam armado uma nova prisão de Pae Celeste por um trabalho mal-sucedido.

O último parágrafo do texto nos dá uma clara noção da importância atribuída ao Pae Celeste e ao desempenho de seu trabalho: “Homens como o Pae Celeste, não vem ao caso saber onde e quando morreu: desaparecem apenas dos olhos dos mortais, deixando na recordação dos que aproveitaram de sua ciência “oculta” os sulco [sic] de sua fosforescência vital”.<sup>176</sup>

Porém, nem todos os curadores gozam do mesmo reconhecimento popular. Esse era o caso de Ignacia Coelho, classificada pelo *O Exemplo* como feiticeira, morta a tiros após uma discussão. A contenda teria iniciado quando Ignacia foi à casa de Maria Rebollatte e ambas discutiram quanto à ineficácia das drogas prescritas por Ignacia a esta. No decorrer da contenda, a curadora teria ameaçado a família de Maria, amedrontando seu irmão Carmino Maximino, que desfechou três tiros contra Ignacia. O jornal condenava o assassinato, afinal

<sup>171</sup> *O Exemplo*, loc. cit.

<sup>172</sup> *O Exemplo*, Porto Alegre, 19/9/1909, p. 1.

<sup>173</sup> Na redação da matéria, assinada por Silva Felizardo, o leitor é levado a entender que não há certeza do cometimento de tal crime, e que portanto, Pae Celeste seria inocente.

<sup>174</sup> *O Exemplo*, loc. cit.

<sup>175</sup> *O Exemplo*, loc. cit.

<sup>176</sup> *O Exemplo*, loc. cit.

“meios havia à sua disposição [de Carmino] que o subtraíssem, e à sua irmã, da maléfica influência de Ignacia”.<sup>177</sup>

Inseridas no grupo dos curadores populares, as parteiras gozavam de uma condição especial: partilhavam da intimidade e confiança femininas. Provenientes da mesma camada social, que as uniam por laços identitários, essas mulheres também dividiam valores e sofriam as mesmas restrições em uma sociedade machista e racionalizada. Os traços em comum em suas vidas favoreceram o fortalecimento de uma relação de confiança, por verem na figura da parteira alguém honesta cuja única intenção era auxiliar as mulheres em seus momentos delicados.

Cuidando das mulheres no momento de dar à luz, nos primeiros cuidados com o recém-nascido, bem como no caso de algum problema ginecológico, as parteiras uniam às suas práticas de cura a um universo religioso e mítico, envolto por rezas, amuletos e simpatias, indissociáveis de seu ofício. Essas mulheres que tratavam de outras mulheres amenizavam não apenas as dores do corpo, mas também as da alma, tornando-se depositárias de confidências que jamais seriam pronunciadas em frente a um médico. Na visão de Ana Paula Martins, “[...] o papel das parteiras era muito mais complexo do que simplesmente aparar os recém-nascidos e cortar o cordão umbilical, abrangendo uma série de práticas culturais relativas à saúde, ao casamento, à maternidade e ao cuidado com os filhos, uma disponibilidade impensável para os médicos”.<sup>178</sup>

Para Weber, a figura do médico no trato das “moléstias de senhoras” só surgia se a paciente pertencente às classes superiores – o que nem sempre era a regra – ou quando a situação fugia ao conhecimento ou controle das parteiras. Nos demais casos, predominava o atendimento domiciliar e intimista das parteiras.<sup>179</sup>

Após defender a atuação dos curandeiros, o periódico *O Exemplo* denunciou a morte de uma senhora por erro de ofício de uma parteira. O óbito teria sido em decorrência do “desleixo e inépcia da parteira, uma tal de d. Clara, que assistira ao parto”.<sup>180</sup> Esse fato provaria aos leitores que não podem entregar a vida de seus entes a qualquer pessoa sem antes comprovar as referências do prestador do serviço. Esperava-se do curador que tivesse “[...]”

---

<sup>177</sup> *O Exemplo*, Porto Alegre, 25/12/1910, p. 2

<sup>178</sup> MARTINS, Ana Paula Vosne. **Visões do feminino**: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004, p. 69.

<sup>179</sup> WEBER, 1999, p. 195-6.

<sup>180</sup> *O Exemplo*, Porto Alegre, 28/09/1909, p. 2.

mais amor pelo bom êxito e proveito que tire [tirasse] a enferma de sua operação, do que ganância pelo pecúlio, a receber pelo seu trabalho”.<sup>181</sup>

A matéria ainda nos traz uma informação questionável: a de que parteiras em dificuldade logo procuravam o auxílio de um médico, como se constata a partir do trecho a seguir:

Antigamente e ainda hoje, muitas mulheres práticas que faziam profissão de assistentes dessa respeitável função genital; e que de academia não sentiram nem o cheiro; por qualquer perturbação na parturiente, reclamavam a presença de um médico, para salvaguardar a sua responsabilidade e evitar deploráveis desleixos, como o que ora nos preocupa.<sup>182</sup>

Ora, bem sabemos que a presença de médicos para resolver complicações nos partos não era garantia de sucesso no procedimento, pois primeiro: teriam que achar um médico disponível e acessível às condições financeiras da paciente; segundo: teriam que convencer a paciente da presença do médico; e terceiro: teriam que contar com a sorte, já que médicos hábeis em obstetrícia eram raros, e o risco do doutor piorar a situação era grande.

Levaria ainda muito tempo para que a presença do médico na cabeceira do leito dos enfermos se tornasse cena corriqueira, principalmente em função da institucionalização dos cuidados com a saúde, determinando aos médicos a exclusividade no acompanhamento dos doentes e revigorando hospitais, tornando-os os centros de cura.

Mas sabemos que a medicina social não se detinha apenas em sanar enfermidades. Seu principal diferencial estava na prevenção através do controle normalizador sobre as condutas dos indivíduos. Assim, partiremos da esfera institucional para adentrarmos na intimidade dos lares e dos lugares de convívio social, buscando traços da política médico-higienista no cotidiano das camadas populares, aqueles que mais desafiaram a implementação do projeto que visava uma sociedade saneada.

---

<sup>181</sup> *O Exemplo*, loc. cit.

<sup>182</sup> *O Exemplo*, Porto Alegre, 28/09/1909, p. 2.

### 3 O EXPURGO DOS VÍCIOS PELA ARTE DO BEM-VIVER: TRABALHO, LAZER, MORADIA E EDUCAÇÃO

Para o tempo do trabalho, a única alternativa justificada era o tempo dedicado à aprendizagem de novos conhecimentos. O saber transformara-se em ambição fundamental da sociedade, não só pelo seu valor utilitário, mas também, como meio excepcional de atingir a distinção, no caminho para a civilização. A vida tornara-se um contínuo “negócio”, ou seja, a negação do ócio; a experiência da vida concretizava-se através do estudo e do trabalho, pelo desempenho das actividades que tivessem evidente utilidade social (Jorge Crespo, História do Corpo).

Após a elaboração e difusão de teorias acerca da civilização ideal, é chegado o momento da aplicação prática destas ideias, a partir da medicalização. O processo de medicalização da sociedade se deu prioritariamente através das instituições (escola, hospital, prisão, fábrica etc.), que se adequaram para incutir nos indivíduos novos modos de “civildade”. Os mesmos modos seriam exigidos daqueles para a sua permanência nestes espaços (no caso da prisão, uma permanência mais tranquila).

Uma das referências sobre este tema é o conjunto de obras de Michel Foucault,<sup>183</sup> que aborda de forma magistral o processo de medicalização da sociedade, considerando que, inicialmente, ainda no século XVIII, o objeto a ser normalizado era a sexualidade da burguesia. Esse processo traduziu um sentimento de consciência de classe através da afirmação do corpo, da sexualidade e dos organismos sadios; homogeneizando a classe burguesa que se opunha às demais. Para Foucault, até a metade do século XIX, a burguesia não se preocupava com a preservação do corpo e da sexualidade (e reprodução sexual) do proletariado, haja vista as condições de vida e de trabalho impostas a este coletivo, pois “pouco importava que essa gente vivesse ou morresse, de qualquer maneira se reproduziria sozinha”.<sup>184</sup>

A burguesia mudou de ideia com relação ao corpo, sexo, saúde e reprodução do proletariado perante a eclosão de conflitos na época aludida, que Foucault determina ser das seguintes ordens: *urgências de natureza econômica* (“desenvolvimento da indústria pesada, com a necessidade de mão-de-obra estável e competente, obrigação de controlar o fluxo da população e de obter regulações demográficas”) e *ocupação do espaço urbano* (“coabitação, proximidade, contaminação, epidemias [...], a prostituição e as doenças venéreas”). Para a

<sup>183</sup> As obras que abordam tal temática estão relacionadas na bibliografia deste trabalho.

<sup>184</sup> FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Abulquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988, p. 138.

supressão e resolução de tais necessidades e problemas, institucionalizaram-se tecnologias de controle que atuavam sobre os corpos trabalhadores, com ênfase na escola, na higiene pública, na política habitacional, no assistencialismo e na previdência, transmitindo ao proletariado o mesmo dispositivo de sexualidade implantado na burguesia. Mas o dispositivo de sexualidade implantado entre os trabalhadores, ao contrário do que ocorreu com a classe dirigente, não permitia a afirmação de solidariedade de classe entre os primeiros. Como consequência da imposição deste dispositivo, Foucault identifica a manifestação da resistência por parte dos submetidos: “Daí, sem dúvida, as reticências do proletariado diante da aceitação desse dispositivo; daí a sua tendência a dizer que toda essa sexualidade é coisa da burguesia e não lhe concerne”.<sup>185</sup>

No que tange especificamente à classe trabalhadora, o local privilegiado para a sua medicalização foi a fábrica, que passa a fornecer alguns benefícios aos seus empregados em troca de maior rentabilidade e ordem no ambiente de trabalho. Como esclarece Sandra Pesavento a respeito dessa via de mão dupla que se tornou a indústria medicalizada:

A ordem que reina é quase escolar, os operários estão silenciosos, trabalhando contentes em espaços arejados e iluminados.

[...]

Se o ambiente é claro e arejado, é para que o trabalhador renda mais; se os operários trabalham dóceis e em silêncio, é porque há punição para os que infringem as regras ou uma perspectiva de recompensa para os que trabalharem mais. É, em suma, o capital ditando as leis.<sup>186</sup>

O ideal burguês da “fábrica higiênica” se delineia como um espaço racional e apolítico, como afirma Rago, “[...] um mundo da produção harmonioso, onde os ritmos e os regulamentos do trabalho fariam parte da própria natureza do processo produtivo e não mais dependeriam da mera vontade patronal de dominação”.<sup>187</sup> Para garantir esse ambiente propício para o desenvolvimento econômico e social, empresários, governantes e médicos se envolveram na árdua tarefa de remodelar o espaço de trabalho e as relações lá estabelecidas, em que a repressão e o “bom exemplo” são aspectos do mesmo projeto.

Sendo a fábrica o ponto de contato dos médicos higienistas com a população trabalhadora, seria por ela que deveriam se iniciar as mudanças. Afinal, como exigir dos operários que mantivessem a higiene de seus lares se o ambiente de trabalho é improvisado em galpões velhos e insalubres, sem iluminação natural e a artificial deficitária, sem banheiros

---

<sup>185</sup> FOUCAULT, 1988, p. 138-9.

<sup>186</sup> PESAVENTO, 1988, p. 40-1.

<sup>187</sup> RAGO, 1985, p. 19.

ou com uma única latrina malcheirosa compartilhada por homens e mulheres. A ventilação também deixava a desejar, bem como o fornecimento de água, às vezes inexistente. Não bastassem essas condições de trabalho, o operário ainda era submetido a jornadas de até 14 horas diárias. Diante disso, tornava-se clara a inserção política dos trabalhadores, agrupando-se em sindicatos e federações operárias para, unidos, lutarem por condições mais dignas. Uma vez que o projeto burguês era reeducar os trabalhadores e despolitizar suas condutas, havia primeiro de remodelar completamente o ambiente fabril.

Margareth Rago descreve algumas dessas mudanças higiênicas implementadas nas indústrias: controle sobre os níveis de poeira e gases nocivos; desestímulo ao trabalho noturno, por privar o operário da luz natural e impelir ao uso de bebidas alcoólicas; mecanização de algumas atividades prejudiciais à saúde; instalação de ventiladores e aspiradores artificiais; distribuição de equipamentos de proteção; pintura do prédio na cor branca para diminuir o desconforto térmico; a pulverização de água e a instalação de consultórios médicos para atender aos trabalhadores. Para a autora, tais modificações interfeririam no “espírito dos operários”, que sentir-se-iam acolhidos e valorizados, como também teriam reflexo em sua saúde, e conseqüentemente, resultariam em menos despesas e revoltas a serem contornadas pelos empregadores.<sup>188</sup>

Os higienistas, ao estender sua atuação às classes populares, buscavam claramente enquadrar essa parcela da população ao modo de vida burguês (excluindo-se a paridade econômica, obviamente), diminuindo o abismo entre os hábitos de cada classe. O que se buscava, essencialmente, era “moldar” o pobre<sup>189</sup> à necessidade básica de uma economia industrial em expansão: mão-de-obra forte, saudável, laboriosa e ordeira. Pobre bom era pobre trabalhador, aos demais ficava delegada a marginalidade. O convencimento da população a colaborar com o projeto higienista amparou-se no receio de uma maior exclusão social. E ao categorizar os indivíduos conforme seu papel no processo produtivo, a burguesia provocava uma ruptura no seio das classes populares, cindindo a relação entre pessoas que teriam motivos para solidarizarem-se, provocando um grave enfraquecimento da classe e a não identificação entre os membros desta.

---

<sup>188</sup> RAGO, 1985, p. 41-3.

<sup>189</sup> Segundo conceituação de Sandra Pesavento (1994, p. 11-2), pobres são os habitantes da urbe que se encontram mais abaixo na escala social, são subalternos. Os subalternos não contam com meios de subsistência, seu acesso ao consumo é limitado, desempenham as tarefas menos qualificadas, dependendo de um empregador que lhes garanta o sustento. Mas quando fora do mercado formal de trabalho, vivem de biscates. Tem pouca inserção e participação política e são vistos como suspeitos pelas forças policiais. Depois da reforma urbana, passaram a habitar as áreas mais distantes e insalubres da zona urbana.

Sandra Pesavento nos lembra que, numa sociedade recém saída de um modo de produção escravista, se fez urgente a substituição da coerção física pela aplicação de mecanismos ideológicos e morais que atendessem aos interesses capitalistas sem, contudo, entrar em choque direto com a população a ser controlada, buscando a sua subordinação e diminuindo as chances de resistência.<sup>190</sup>

Madel Luz identifica no início do século XX o auge da institucionalização dos discursos disciplinares. Os mínimos aspectos individuais passam a ter um caráter coletivo, ressaltando o imbricamento entre todos os membros da sociedade e, conseqüentemente, a necessidade de controle sobre cada pessoa para se alcançar o bem comum. A crescente racionalização da sociedade e a cientificidade de suas relações são expostas pela autora do seguinte modo:

Desta forma, a razão médica *expõe*, na ordem da racionalidade científica, objetos de discurso que são de fato *sociais*. Tematiza, portanto, o social. É *disciplina do social*, disciplinadora de relações de indivíduos e dos grupos sociais com o seu corpo, seu sofrer, seu adoecer, sua morte, e com o corpo, o sofrimento, o adoecimento e a morte dos outros são *relações sociais*.<sup>191</sup>

Entre os mecanismos ideológicos impostos, podemos ressaltar a utilização de estratégias educativas, muito empregadas na divulgação higienista, visando não apenas a obediência a seus preceitos, mas, sobretudo, o convencimento dos populares quanto a sua necessidade. Segundo Nilson Costa, o discurso de *polícia sanitária*, que previa o seguimento de normas de saúde pela via repressiva, apresentava concomitantemente um forte caráter educativo, pois através de exemplos e da imposição de novas condutas pretendia orientar a população a viver dentro da ordem higiênica, conscientes da importância da intervenção médico-higienista em seus hábitos. Nas palavras do autor:

Esteve inseparável de um certo papel adaptativo-educativo do Estado, que buscou realizar uma adequação entre o aparato produtivo e a moralidade e padrões de *higiene* das massas populares. Foi o terreno onde se desenvolveu determinados mecanismos gerais, concretos, técnicos de dominação: poderes que intervieram materialmente, atingindo, como no caso dos dispositivos de regulação sanitária, por

---

<sup>190</sup> PESAVENTO, 1995, p. 55. Em seu texto, Pesavento sugere que a dominação imposta sobre os trabalhadores, provocando sua subordinação, eliminaria as possibilidades de resistência. Discordo da autora quanto a este último ponto, pois nenhum poder até hoje conseguiu eliminar completamente qualquer manifestação de resistência, ou como diz Foucault (FOUCAULT, Michel. **Ética, sexualidade, política**. Organização e seleção de textos: Manoel Barros de Motta; tradução: Elisa Monteiro, Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. p. 277): “[...] nas relações de poder, há necessariamente possibilidade de resistência [...]”. Mesmo no caso em questão, várias foram as formas de resistência, algumas vezes pacíficas e restritas (como as que trato neste capítulo), mas que não podem ser ignoradas.

<sup>191</sup> LUZ, Madel Therezinha. **Natural, racional e social**: razão médica e racionalidade científica moderna. Rio de Janeiro: Campus, 1988, p. 6.

exemplo, realidade mais concreta dos indivíduos - o corpo - e que se situaram ao nível do próprio corpo social, e não acima dele, penetrando a vida cotidiana.<sup>192</sup>

Ainda para o autor, um grande impulso dado à implantação de uma legislação sanitária foi estimulado pelas investigações biológicas, ao identificar o homem como agente transmissor de doenças. Assim, fazia-se necessário maior controle sobre os corpos, principalmente os corpos doentes, o que passava a justificar a intervenção sanitária para zelar pelo bem comum.<sup>193</sup> Independente de qual tenha sido a motivação para as pesquisas que buscam identificar as doenças, seu contágio, sua cura e sua profilaxia, o aspecto ao qual nos determos a seguir serão as incidências da vigilância sobre a saúde dos indivíduos em seus hábitos cotidianos. Analisaremos como se desenrolou a relação dual entre os agentes médico-higienistas e a população pobre, que se propõem a protegê-la ao mesmo tempo em que a vêem com desconfiança, com constante apreensão quanto a eclosão de um novo surto, mais devastador conforme mais pobre fosse a camada social em que se disseminasse.

### 3.1 O combate aos vícios sociais

Se dentro do ambiente fabril o controle era total, o mesmo se desejava aplicar ao cotidiano dos trabalhadores. Porém, impotentes em vigiar seus funcionários fora do local de trabalho, a saída encontrada pela burguesia foi delegar essa tarefa a outras esferas de poder, como a polícia, a justiça, a escola, a medicina e, inclusive, os meios de comunicação.

Nesse sentido, podem nos parecer coerentes as críticas ao comportamento dos populares expressas nas páginas dos jornais *A Federação* ou *A Reforma*, pois eram portavozes do governo e da burguesia liberal, respectivamente. No entanto, quando nos voltamos aos jornais representativos da classe trabalhadora, percebemos que essas críticas pouco se alteravam. Os jornais estavam preocupados em formar uma imagem do proletariado ligada a valores como moral, honra, laboriosidade e ordem, os mesmos proclamados pela elite burguesa. A partir de então analisaremos como alguns hábitos populares relacionados ao lazer e ao prazer foram abordados pelos periódicos analisados, iniciando-se pelo costume de beber com os amigos nos botequins próximos a casa ou ao trabalho, e a escalada ao patamar de vício, crime e degeneração.

---

<sup>192</sup> COSTA, N., 1985, p. 13-4.

<sup>193</sup> *Ibidem*, p. 30.

O uso abusivo de álcool era visto pelos médicos como uma das principais causas de degeneração do organismo dos indivíduos, juntamente com a tuberculose e a sífilis. Acreditava-se que tais doenças provocariam a debilidade dos corpos, alterando sua vitalidade, e que essas novas características seriam transmitidas hereditariamente à prole dos afetados, dando origem a crianças débeis desde o nascimento, e aumentando consideravelmente o índice de mortalidade infantil. Outra consequência direta à afecção de indivíduos pelas referidas doenças seria a desestruturação do grupo familiar, condenado à degeneração biológica e moral.<sup>194</sup>

O jornal *O Independente* destoava um pouco da condenação do alcoolismo como desvio moral ao classificá-lo como doença e vício biológico (ressaltando os efeitos orgânicos da dependência) e, considerando o alcoólatra um enfermo (um viciado). O periódico receitava maneiras de curar um “porre”, assim como um tratamento através de hipnose, que promete a regeneração completa do viciado.<sup>195</sup>

O consumo exagerado de álcool, muitas vezes, estava associado ao convívio social. Àqueles que quisessem confraternizar com colegas e amigos ao final do dia, ou aos finais de semana, poucas opções de lazer restavam a não ser bebericar no botequim mais próximo. Espaço majoritariamente masculino, os bares eram pontos de encontro onde os homens se demoravam em conversas regadas a bebidas alcoólicas baratas (e, muitas vezes, vendidas a crédito – “fiadas”), tornando-se conhecidos em função disso por seus constantes tumultos protagonizados por frequentadores embriagados.

O jornal socialista *A Democracia*, comentando os constantes episódios embaraçosos protagonizados pelo Intendente municipal de Caxias do Sul, ressaltava a incompatibilidade de sua postura com sua ocupação em um cargo público. Ao invés de dar “bom exemplo” a sua comunidade, o Intendente “borracho” costumava levantar as saias das moças no salão de baile e fazer-lhes convites indecentes. Para o jornal, essa seria mais uma amostra da enfermidade social descrita por Lombroso e Mantegazza, o álcool corroendo a moral social. No entanto, o articulista fez a ressalva de que se fosse um operário que se embriagasse e saísse a atentar contra a honra das moças de boa família, logo seria hostilizado e preso, enquanto um burguês

---

<sup>194</sup> Ver: RAGO, 1985, p. 126. Kummer (2002, p. 69-70) cita dados retirados do artigo apresentado pelo Dr. Raimundo Gonçalves Vianna à Sociedade de Medicina de Porto Alegre, em 1926, em que este estabelece que o alcoolismo “[...] seria responsável por 30% das doenças mentais, concorrendo com a sífilis com 50%, de onde se concluiu que, se não existissem a sífilis e o alcoolismo, 80% das doenças mentais não existiriam”.

<sup>195</sup> *O Independente*, Porto Alegre, 7/10/1909, p. 2.

como o em questão gozava de impunidade. Essa reflexão se encerrava com uma queixa: “Que santa moral, a da burguesia!...”.<sup>196</sup>

Não apenas a imoralidade, mas a criminalidade era imputada ao álcool como argumentou Tolstoi, num texto publicado pelo referido jornal, intitulado “Álcool e fumo”, onde afirmava que ladrões, assassinos, prostitutas, soldados e, até mesmo, clérigos da Inquisição faziam uso de bebidas alcoólicas para terem coragem de praticar seus crimes perversos. O escritor ainda apresentava algumas estatísticas, das quais não há referências sobre a procedência, em que o álcool aparece como responsável por 90% dos crimes em geral, causador de 50% dos casos de depravação das mulheres e quase 100% da frequência de rapazes aos bordéis, mesmo percentual de soldados que apenas ganhariam ânimo para a batalha se bêbados. Mas ao contrário dos demais articulistas que associavam a embriaguez à perda da moral, Tolstoi seguia a lógica inversa ao afirmar que “[...] aqueles que bem pouco ligam às leis de Moral – são especialmente inclinados a deixar-se arrastar pela embriaguez [sic], sob todas as formas”.<sup>197</sup> Ou seja, o entorpecimento apenas afloraria uma imoralidade latente, acordaria os “demônios” contidos pela razão e sobriedade.

De modo melancólico, o jornal anarquista *O Exemplo*, na matéria “Algarismos surpreendentes sobre o alcoolismo”, de outubro de 1909, descrevia as mazelas do alcoolismo pela metáfora de um cortejo fúnebre, lamentando as mortes tristes e solitárias dos bêbados e denunciando tantas outras mortes causadas pelo estado de alucinação e desorientação dos alcoólatras. Mas o maior mal que um bêbado poderia causar a alguém seria a fome, o frio e o estigma que imputavam às suas famílias: “Muitos são idiotas, e já o eram antes de nascer por causa dos pais bêbados e brutais. O que ainda é pior, muitos deles herdaram o amor a bebida, e tomarão o lugar e seguiram o exemplo de seus pais”.<sup>198</sup>

Enquanto a elite reputava aos pobres o vício do alcoolismo, o que, parcialmente, explicaria sua situação econômica, os jornais operários, por sua vez, associavam o uso abusivo de álcool como sendo um instrumento de dominação e alienação imposto pela burguesia. Reproduzindo o artigo “O álcool e a força muscular” publicado em janeiro de 1907 pelo periódico *Luta Proletária*, de São Paulo, o jornal anarquista *A Luta* concordava com o conselho destinado a seu público leitor: “Trabalhadores, ponhamo-nos em guarda contra a ilusão, contra a aparência enganadora, porque temos necessidade de que o nosso cérebro

---

<sup>196</sup> *A Democracia*, Porto Alegre, 6/1/1907, p. 2.

<sup>197</sup> *A Democracia*, Porto Alegre, 21/7/1907, p. 4

<sup>198</sup> *O Exemplo*, Porto Alegre, 31/10/1909, p. 1.

esteja claro e os nossos membros robustos para lutar contra os nossos exploradores”.<sup>199</sup> Em outro número, *A Luta*, seguindo o mesmo raciocínio, revelava a incoerência nas atitudes da elite, que ao mesmo tempo que impelia os pobres ao vício, dizia-se preocupada com a saúde pública e a ordem social. Se o envenenamento intencional de um indivíduo por outro era severamente punido pela justiça, o jornal indagava porque o mesmo não ocorria com o consumo de álcool, comprovadamente nefasto à saúde. E é categórico ao afirmar: do álcool só se poderia esperar sujeitos degenerados, o agravamento da miséria, a escravidão e a submissão à burguesia.<sup>200</sup>

Novamente condenando o uso de álcool pelos trabalhadores, *A Luta* publicou um artigo veiculado numa “importante revista científica francesa” para, além de descrever os riscos à saúde, mostrar aos leitores o quanto o seu uso é indiscriminado, sem que os usuários sequer percebessem os excessos cometidos:

Bebe-se em todas as classes sociais, sob diversos pretextos. Os trabalhadores bebem para suprir a insuficiência de sua alimentação, ou como um paliativo aos inconvenientes de certas profissões: os ferreiros para acalmar a sede que provoca o fogo de forja; os carvoeiros e os tapeceiros para lavar o pó da garganta. Quase todos os trabalhadores *matam o bicho* à manhã, quando vão para o trabalho. Mais tarde ou mais cedo, matam-se a si mesmos, e não ao *bicho*, porque o álcool tomado em jejum tem uma ação particularmente daninha.<sup>201</sup>

O texto prossegue denunciando a mistura de venenos<sup>202</sup> às bebidas alcoólicas, que em quantidades um pouco mais elevadas mataria instantaneamente pequenos e grandes animais. Tais substâncias seriam acrescidas propositalmente, a fim de criar uma dependência silenciosa, que se contentaria com poucos goles após as refeições, mas que provocaria tantos danos ao organismo como aos bêbados inveterados. Mais do que as consequências físicas, como insônia e perturbações gástricas, o doente transmitiria essa debilidade orgânica a sua descendência:

Mas o alcoolismo não só mina o organismo humano, produz infinidade de enfermidades penosas, como também é causa de decadência física e intelectual. À proporção que o azoto se instala e aumenta, vê-se desaparecer rapidamente a atividade, a energia e a moralidade; ao mesmo tempo a saúde altera-se, e o cérebro perturba-se e chegado a este ponto está-se às portas da loucura furiosa. O alcoolista é castigado na sua descendência e essa descendência não pode ser longa, porque uma raça de alcoolistas está condenada a extinguir-se rapidamente.

<sup>199</sup> *A Luta*, Porto Alegre, 17/1/1907, p. 1.

<sup>200</sup> *A Luta*, Porto Alegre, 20/6/1908, p. 1.

<sup>201</sup> *A Luta*, Porto Alegre, 16/6/1907, p. 2.

<sup>202</sup> Entre os venenos listados estaria o absinto, que segundo *A Luta* de 1/7/1907 seria “a epilepsia engarrafada”.

Nova condenação ao consumo de álcool estava na edição de *A Luta*, de 1º de julho de 1907, ao listarem as enfermidades transmitidas aos filhos através do vício dos pais, dando origem a uma prole escrofulosa, raquítica, tísica, idiota, epilética e louca<sup>203</sup>, isso quando não provocava o aborto. Por esses motivos, o jornal era taxativo quando afirmava que: “O pai e a mãe que fazem beber demasiado vinho aos seus filhos, são assassinos”.<sup>204</sup>

É interessante perceber que o jornal classificava como assassinos os pais que, por hábito decorrente da tradição (cultural, portanto), costumam dar pequenas doses de vinho a seus filhos, mas exultava o trabalho de cientistas que utilizavam como cobaias crianças. Mais uma vez, reproduzindo artigos, dessa vez do *Avanti!*, de São Paulo, *A Luta* ilustrou de modo surpreendente os malefícios do álcool para o organismo. O artigo comentava os resultados de uma “experiência luminosa”, implantada numa escola de Nova York entre 1º de maio e 31 de dezembro (sem especificação de ano). Os alunos, todos meninos, foram divididos em três grupos: o primeiro grupo bebia um copo de vinho branco toda as manhãs; o segundo ingeria vinho com água e o terceiro apenas água. Quando submetidos à corrida de três quilômetros, os meninos que beberam vinho puro tiveram melhor desempenho, enquanto que aqueles que só ingeriram água ficaram em último lugar. No entanto, com o passar dos dias, a situação se inverteu completamente, comprovando a teoria de que, mesmo parecendo ser um estimulante, o álcool, quando usado com frequência, acaba por deteriorar o organismo e a resistência física dos indivíduos.<sup>205</sup>

A relação direta entre consumo de álcool, abandono da família e arruaças era constante nas páginas dos periódicos. Buscava-se através do apelo emocional e moral evitar ou frear as bebedeiras ao enquadrar o usuário como propagador de enfermidades biológicas e sociais ou uma ameaça social e familiar, como demonstra o seguinte trecho retirado de *A Luta*, de 14 de dezembro de 1907 (p. 2): “Perde a sociedade um membro que lhe poderia ser útil, perde a família seu único arrimo, ganha a penitenciária um inquilino mais”.<sup>206</sup> E, a partir deste raciocínio, vemos um jornal anarquista bradar veementemente nos parágrafos seguintes: “Repressão? Sim, mas enérgica, segura, tenaz, como quem se propõe a combater uma epidemia terrível, que enche os manicômios, as prisões e as necrópoles, faz indivíduos sem préstimo e constitui sociedades abastardas”.<sup>207</sup> A contradição entre o posicionamento político defendido pelo periódico e o trecho anterior é claríssimo. Levando-se em conta que em artigos

<sup>203</sup> A edição de 11/12/1902 (p. 2) do jornal *O Exemplo* traz estatísticas sobre a incidência de internação de alienados em virtude do abuso do álcool nos hospícios franceses.

<sup>204</sup> *A Luta*, Porto Alegre, 1/7/1907, p. 1.

<sup>205</sup> *A Luta*, Porto Alegre, 22/2/1907, p. 2.

<sup>206</sup> *A Luta*, Porto Alegre, 14/12/1907, p. 2.

<sup>207</sup> *A Luta*, loc. cit.

anteriores o mesmo jornal associava o consumo de álcool a fatores como as agruras da vida e da atividade profissional, ou mesmo as intenções burguesas de manter o povo alienado e dependente, é de causar espanto seu clamor por repressão, e que fique bem claro, repressão ao dependente. Convictos de que o alcoolismo fosse um distúrbio moral, o combate a essa mazela social deveria se dar pela perseguição daqueles que estariam comprometendo o futuro da coletividade. Assim, anarquistas aprovariam os argumentos e métodos utilizados pela elite burguesa, os mesmos que costumavam contestar.

Devido às desordens associadas aos estabelecimentos que vendiam bebidas alcoólicas e devido à aglomeração de pobres que se verificava, sua vigilância pela polícia era frequente. Mas o prefeito de Juruá<sup>208</sup> não se limitou a repassar a repressão à polícia e tomou ele mesmo as providências para coibir a venda e consumo de álcool dentro do município. Com a finalidade de acabar com as desordens e proteger as famílias, o prefeito tornou vigente o seguinte decreto:

Art. 1º - Estabelece o imposto de 1:000\$000 (um conto de réis) por ano, pago de uma só vez, para qualquer casa de negócio, barracão ou batelão que vender cachaça ou bebidas alcoólicas a retalho.

Art. 2º - O negociante licenciado para o fim de explorar este ramo de comércio responderá perante a polícia por qualquer desordem provocada por indivíduos alcoolizados dentro do estabelecimento.

Art. 3º - O negociante não licenciado que vender ocultamente cachaça ou outras bebidas alcoólicas será multado em 500\$000 (quinhentos mil réis) e na reincidência em 1:000\$000 (um conto de réis).

Art. 4º - A licença será requerida à prefeitura, devendo instruir a petição um atestado do Juiz de Paz ou delegado da circunscrição em que prove não se ter dado no estabelecimento desordem alguma.

As medidas impositivas pareciam contar com o apoio da redação do jornal *A Democracia*, que veiculou a notícia, que não comentou nada em contrário na coluna “Guerra às bebedeiras”.<sup>209</sup> Já *O Independente* noticiava os constantes distúrbios originados numa “taverna infecta”, instalada na Praça da Alfândega, próxima à sede do *Jornal da Manhã*, onde “mulheres de vida fácil” arrumavam confusão com “vagabundos da pior espécie”.<sup>210</sup> Certamente, a sua localização no ponto central da cidade e sua proximidade das redações de importantes jornais (como também *A Federação*) aumentava o repúdio ao estabelecimento, “uma mancha feia sujando a beleza da nossa capital”.<sup>211</sup> Assim, propunha a redação: “Já que

<sup>208</sup> Ao que consta, Juruá, de acordo com a grafia reproduzida no jornal, é um município do interior do estado do Amazonas.

<sup>209</sup> *A Democracia*, Porto Alegre, 12/8/1907, p. 4.

<sup>210</sup> *O Independente*, Porto Alegre, 22/3/1908, p. 2.

<sup>211</sup> *O Independente*, loc. cit.

não é possível impedir que existam lugares de tal ordem, ponto de reunião de escória, ao menos expurga-se o centro”.<sup>212</sup>

Além da perturbação do sossego, podemos inferir que a ação incisiva da polícia sobre os lugares de encontro da população carente fosse motivada pela coação às práticas sociais populares, consideradas grosseiras e, claro, perigosas.<sup>213</sup> Ao desestimular e perseguir a convivência dos pobres a partir de seus valores culturais, a burguesia propunha a disseminação de seus hábitos de convivência, vistos como elegantes e civilizados. Afastando os pobres das ruas através da repressão, a elite acreditava estar fazendo um favor a eles, mas principalmente a si própria, diminuindo consideravelmente a incidência de comportamentos violentos e considerados supostamente imorais. O que, no entanto, soava como ironia, é que tanto o jogo, o consumo de álcool e a prostituição permaneciam difundidos inclusive entre os mais abastados, mas de maneira discreta, hipócrita, quase como um segredo o qual todos sabiam, mas resignavam-se a ignorá-lo.

No espaço urbano, nada era comparável, em termos de “periculosidade” social, aos becos, inúmeros no centro de Porto Alegre, e famosos por escândalos e distúrbios promovidos por frequentadores e moradores. *O Independente* noticiou a “grossa farra” ocorrida na semana do dia 7 de novembro de 1909, no Beco do Fanha (atual Rua Caldas Júnior),<sup>214</sup> “escarro da capital”, mais especificamente no sobrado nº 45, onde prostitutas dançavam animadamente. Em pouco tempo, a festa se transformara em briga, de onde a polícia detém sete homens e quatro mulheres, entre elas uma famosa “rolista” da região. No mesmo dia, um ex-detento da Casa de Correção, conhecido da polícia e dos frequentadores do beco por gatunagem e assassinato, foi preso novamente por agressão aos agentes policiais.<sup>215</sup>

Outros becos e ruas da capital ganharam as páginas dos jornais por sua reputação, como as ruas João Alfredo, Jerônimo Coelho (ou Rua do Poço), Luiz Afonso, da Margem, do Arvoredo (Rua Coronel Fernando Machado), Vasco Alves (Beco dos Guaranis ou Rua da Guarda Principal), da Floresta (atual Avenida Cristóvão Colombo), Beco João Coelho (Travessa Engenheiro Acilino Carvalho), Beco do Poço (segmento da atual Avenida Borges de Medeiros) e Areal da Baronesa (área da Cidade Baixa),<sup>216</sup> seus mercados e bodegas onde

<sup>212</sup> *O Independente*, Porto Alegre, 22/3/1908, p. 2.

<sup>213</sup> O que justifica o aumento considerável da ação policial durante festejos populares, como no carnaval de 1907, em que muitos populares se queixaram de abuso de autoridade por parte de toda a estrutura repressora, de praças a juizes (*A Luta*, Porto Alegre, 22/2/1907, p. 2).

<sup>214</sup> FRANCO, Sérgio da Costa. **Porto Alegre**: guia histórico. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1988, p. 161.

<sup>215</sup> *O Independente*, Porto Alegre, 7/11/1909, p. 2.

<sup>216</sup> FRANCO, op. cit., passim.

se reuniam “indivíduos sem eira nem beira, verdadeiros perigos para a sociedade”.<sup>217</sup> Também aflorariam ali casas de prostituição, atraindo jovens de ambos os sexos para seu interior e condenando-os à vadiagem e a uma vida de crimes, tornando vadios e prostitutas cúmplices e álibis.<sup>218</sup>

A repugnância pelos locais de convívio dos marginalizados da sociedade era expressa em tons fortes, ressaltando características condenáveis, exagerando a indecência das pessoas, reforçando o perigo biológico proveniente dos “escarros da capital”:

Estes lugares constituem verdadeiros subterrâneos, onde a moral, a sanidade, a decência, a higiene são coisas desconhecidas, fora da compreensão de seus frequentadores, gente da pior espécie de Porto Alegre. Transitai por um desses becos! O que se vê aí são mulheres escrofulosas, umas sem nariz, outras sem lábios, todas com a sífilis e a “flor do vício” a transparecer do rosto, em atitudes indecorosas, ou rixas obscenas; homens intumescidos pelo álcool, com gilvazes na cara, rostos patibulares, heróis da baderna, verdadeiros criminosos por vício e por natureza. E isto tudo mesclando-se com, num contato pecaminoso, donde resvalam frases que fazem corar com meneios que parecem espasmos! Um trajeto por essas ruas, provoca-nos até um mal-estar. É conhecido o fétido e mal [sic] cheiro que exalam dos cubículos, colocados em uniformes condições higiênicas, ao longo das estreitas calçadas de trânsito.<sup>219</sup>

Ao animalizar as pessoas arroladas em tal descrição, os redatores desarmavam os argumentos humanistas de possíveis mediadores da questão social e davam mais munição às atitudes repressivas empreendidas por polícia e governos. Se a presença dos becos no centro da capital constituía-se em foco permanente de marginalidade, não bastaria reprimir seus frequentadores, mas “amputar” esses “atentados contra a estética, contra a higiene e contra a moral”.<sup>220</sup> Numa série de artigos sobre o embelezamento da capital, *O Independente* fazia novas críticas aos becos, em especial à Travessa Paysandu:

Os moradores dessas ruas fazem despejo nas sarjetas, de águas sujas e de urinas. Entre-se em uma das casas e ver-se-á a sujeira que lá vai: o assoalho negro, dá ideia do interior dessas mansardas sem luz, de onde sai um ar abafado e fétido como da boca de um pestífero. E em cada cubículo moram oito, dez pessoas, e ali nascem novos seres que vão se criando naquela atmosfera de pestilência e sífilis, para mais tarde virem a ser uma geração de tuberculosos e doentes, cooperando poderosamente para a degenerescência da raça. Esses dois becos, vergonha para a nossa capital, devem ser destruídos e destruídos o mais breve possível, porque para esses lugares infectos não há higiene que sirva e serão sempre um foco de micróbios, espalhando a peste e doenças malignas.<sup>221</sup>

<sup>217</sup> *O Independente*, Porto Alegre, 20/3/1910, p. 1.

<sup>218</sup> *O Independente*, loc. cit.

<sup>219</sup> *O Independente*, Porto Alegre, 2/10/1910, p. 1.

<sup>220</sup> *O Independente*, Porto Alegre, 8/4/1909, p. 1.

<sup>221</sup> *O Independente*, loc. cit.

A destruição completa dos becos para a edificação de casas descentes para a classe média e alta porto-alegrense seria a única solução realmente eficaz para as desordens, e disso trataremos adiante, mas a reformulação do centro de Porto Alegre era um projeto de médio prazo, enquanto que os distúrbios sociais estavam colocados na ordem do dia para os “cidadãos de bem”. Já que teriam que esperar pelo saneamento do centro, outras frentes de combate à imoralidade se abriram, entre elas a repressão aos jogos, considerados tão perigosos à ordem quanto o alcoolismo e a prostituição.

A prática de jogos, principalmente de jogos de azar, era duramente criticada pelos socialistas, que bradavam denúncias em seus jornais contra as três pontas que sustentavam o sistema de jogatinas. Citando artigos publicados no jornal popular *A Gazetinha*, Pesavento nos mostra os responsáveis pela disseminação desse vício entre os pobres: em primeiro lugar estaria o governo, que mesmo proibindo a venda de loterias, rifas e jogos de azar, não fiscalizava a sua prática clandestina que, na maior parte das vezes, ocorria à luz do dia nas ruas centrais da capital, ou até mesmo patrocinaria o jogo com a finalidade de agudizar a alienação e pauperismo do povo; em seguida viria a grande burguesia, que lucraria ao manter algumas modalidades de jogo – como o jogo do bicho – e com a dependência dos apostadores compulsivos; e em último lugar, mas não menos responsáveis por essa mazela social estariam os jogadores, que impensadamente depositavam seus parcos rendimentos na esperança de riqueza instantânea, condenando suas famílias a degradantes condições de vida.<sup>222</sup>

Mesmo denunciando esta larga rede envolvida com o jogo ilegal, os objetos principais de condenação, tanto pelos socialistas quanto pela elite intelectual, eram a falta de capacidade de poupança, a falta de investimento na família e o convívio com elementos à margem da sociedade pelas ruas e bares da cidade. Para Ruy Barbosa, o jogo era a “diátese cancerosa das raças anemizadas pela sensualidade e preguiça, ele, entorpece, caleja, e desvirilisa os povos, nas fibras de cujo organismo insinuou o seu gérmen proliferante e inextirpável”.<sup>223</sup> Sua prática reiterada seria prejudicial à saúde, à descendência, ao futuro e à economia tanto de ricos quanto de pobres, sendo a “lepra do vivo e o verme do caráter”.<sup>224</sup>

O historiador Jorge Crespo, ao analisar a sociedade portuguesa em vias de medicalização no século XIX, aborda a visão moralista da época acerca da prática de jogos,

---

<sup>222</sup> PESAVENTO, 1995, p. 66-7.

<sup>223</sup> *O Exemplo*, Porto Alegre, 26/2/1911, p. 1.

<sup>224</sup> *O Exemplo*, loc. cit.

destacando os argumentos que fundamentavam a sua repressão por parte do Estado. Entre os referidos argumentos estariam:

- O jogo tornaria seus participantes sonolentos, embriagados e alienados. A perda de tempo e de memória decorrentes de sua prática provocaria o baixo rendimento no trabalho e a irresponsabilidade para com os deveres sociais dos jogadores;
- Ao entregar-se à jogatina, o indivíduo, além de prestar um desfavor à educação dos filhos, também estaria condenando a sobrevivência da família, impelindo a mulher a cumprir com a tarefa do sustento familiar, talvez por caminhos tortuosos;
- Grandes seriam os prejuízos à saúde dos jogadores por permanecerem durante longos períodos em uma mesma posição, repetindo sempre os mesmos movimentos e atitudes;
- As situações enfrentadas no jogo poderiam expor seus participantes a situações vexatórias, como durante uma explosão de raiva ou ao desafiar seus oponentes. Tais situações classificadas como ridículas pelo autor, provocariam risos entre os observadores.<sup>225</sup>

Para evitar tais distúrbios, o promotor público de Vacaria, Dr. Paulo Rache, iniciou uma campanha contra o jogo, aplaudida pela população local e pela redação do jornal proletário *O Inflexível*, que a publicou, em outubro de 1919, para servir de exemplo a outros juristas. Cumprindo os artigos 369 e 374 do Código Penal, o promotor comandava a repressão à sua prática no município, principalmente em lugares públicos ou de acesso público, como ruas, botequins e até confeitarias. Tanto zelo na fiscalização de lugares públicos se justificaria pela “malandragem” de jogadores e de seus incentivadores, que poderiam mudar os locais de encontro rapidamente para despistar a polícia.<sup>226</sup>

E justamente esta convivência com elementos marginais em lugares condenados colocou os defensores da moralidade entre o proletariado em constante estado de alerta, promovendo campanhas periódicas contra um dos vícios considerados dos mais perniciosos para todos os envolvidos: a prostituição. Considerada a porta de entrada para outros vícios, a prostituição ainda era relacionada à ociosidade, à imoralidade, à propagação de doenças transmissíveis (sexualmente ou não) e à imprevidência.

De todos os malefícios citados, o último seria o menor, mas de todo modo importante, pois levava os trabalhadores a gastarem o pouco que conseguissem acumular com prazeres luxuosos, podendo ainda lhes render uma prole bastarda e uma vistosa gonorréia. E do ponto de vista econômico, o mal poderia ser ainda maior, principalmente para os empresários, pois

<sup>225</sup> CRESPO, Jorge. **A história do corpo**. Lisboa: Difusão Editorial, 1990, p. 383-4.

<sup>226</sup> *O Inflexível*, Porto Alegre, 21/10/1919, p. 2. Quanto à referida “malandragem” para o despiste da polícia, damos como exemplo o caso do Rio de Janeiro publicado em *A Democracia* (14/5/1905, p. 3), em que o “jogo do bicho” era realizado, com toda a tranquilidade e sem risco de interferência policial, dentro de uma igreja.

se seus empregados gastassem suas energias nas camas de meretrizes, voltariam ao trabalho no dia seguinte tão extenuados que afetaria o rendimento de seu labor.

Se o vício da prostituição exauria as forças e as economias dos trabalhadores solteiros, o que não dizer daqueles que eram chefes de família. Seduzidos pela libertinagem, esses homens comprometeriam o sustento da família, além de sua própria descendência, ao trazer para o lar o embrião da doença e o exemplo da promiscuidade.

A responsável pelo comprometimento das famílias e da força de trabalho, conforme esta abordagem, era a prostituta. Também a ela era imputada a existência da prostituição e das doenças venéreas. Segundo Margareth Rago, carregando nas costas o estigma de sua atividade e culpadas pela degenerescência da humanidade, as prostitutas foram submetidas a diversas imposições autoritárias e repressivas, como o isolamento, o fichamento na polícia e a internação compulsória em hospitais em decorrência de doenças venéreas.<sup>227</sup>

Ainda que representasse uma mazela social, havia quem visse a prostituição como um mal necessário, como por exemplo, a própria medicina. Classificando-a como fato natural e fato social, os médicos buscaram explicar a ocorrência da prostituição por suas características biológicas e sociais. Enquanto fato natural, a trabalho da prostituta auxiliaria os homens a extrapolarem seus instintos sexuais que, segundo a ciência, seriam mais lascivos do que os femininos. Já o fato social seria caracterizado pelas contradições inerentes à sociedade, a grande concentração de pessoas nas cidades, além de aspectos como os costumes, a educação, o clima, as leis e a própria personalidade da prostituta.<sup>228</sup>

No mesmo sentido, Martha de Abreu Esteves, amparando-se em Magali Engel, afirma que não era intenção dos médicos e dos poderes públicos erradicar a prostituição, mas apenas isolá-la, afastando sua presença da convivência com as famílias, das calçadas, dos pontos comerciais, preservando a saúde da sociedade.<sup>229</sup>

Porém, no centro da capital, a prostituição se dava à luz do dia e em ruas movimentadas, onde famílias em passeio ou compras dividiam as calçadas com “mulheres da vida” em busca de clientes. Indignada com o *habeas-corpus* concedido a trinta prostitutas presas por permanecerem em suas janelas e manter a luz de casa acesa, a redação de *O Independente*, de 17 de fevereiro de 1919, bradava contra o princípio de liberdade profissional, argumento utilizado para a sua soltura. Os redatores não concebiam como meretrizes poderiam ter liberdade para andarem em suas casas semi-nuas, ficarem à janela

---

<sup>227</sup> RAGO, 1991, p. 137-8.

<sup>228</sup> SOIHET, 1989, p. 203-4.

<sup>229</sup> ESTEVES, 1989, p. 52.

com o colo nu para excitarem os passantes, gritarem obscenidades diante das famílias que passeiam, agarrarem homens com a porta aberta e sentar-se à frente das residências com as pernas abertas, mostrando suas “indecências”.<sup>230</sup> Sem dúvida, deveria ser uma cena chocante para as famílias que passavam pela rua Riachuelo, Dr. Flores e Praça Marechal Deodoro e, por esse motivo, a polícia passou a deter os indivíduos adeptos de conduta que “molesta e envergonha, corrompe e achafurda”, promovendo o “saneamento de Porto Alegre”.<sup>231</sup>

Mais uma vez se faz menção ao Beco do Fanha nas crônicas de jornais, ao denunciar que, na esquina com a Rua da Ponte, funciona um meretrício chamado *Club Marly*, com famosas noitadas onde homens de todas as idades inebriavam-se com dançarinas e cantoras “estrangeiras”, a gosto do freguês. Nada fora do habitual se a poucos metros não se encontrasse a casa de saúde de propriedade do Dr. Dias Fernandes, que recebia enfermos de vários pontos do estado. A matéria em 25 de fevereiro de 1918, se encerrou com o requerimento ao Intendente José Montaury pelo fechamento do “club de orgias”.<sup>232</sup>

Por ironia, no mês de novembro, *O Independente* publicou um anúncio do mesmo *Club Marly*, comunicando seu novo endereço, na Rua Riachuelo. Talvez a mudança de endereço possa ter ocorrido em virtude das reclamações do jornal e dos moradores do local, no entanto, continua a funcionar no centro da cidade, em local de grande circulação. Também percebemos que o ataque à existência dos lupanares resumia-se ao discurso, pois quando tais estabelecimentos se propunham a pagar por anúncios, a ojeriza sumia como que por encanto, haja vista que no mesmo número, logo abaixo do anúncio do *Club Marly* estava o do *Club Mignon*, outra casa de prostituição de luxo de Porto Alegre.<sup>233</sup>

Em alguns momentos, e pelas mãos de alguns articulistas do jornal *O Independente*, as prostitutas passavam de vilãs a vítimas, condenadas a uma vida de sofrimentos pela ação cobiçosa de aproveitadores. Meninas ingênuas que caíram na lábria de *Don Juans*, desonradas e abandonadas não teriam outro destino a não ser abrigarem-se em bordéis e submeterem-se à exploração de cafetinas. Iludidas com promessas de luxo e de uma vida badalada, meninas de pouco mais de 11 anos seriam submetidas a uma rotina de trabalho diária, sempre regada a muito álcool. Uma vez desfeitas as ilusões da chegada ao bordel, o futuro que restava às “desgraçadas” eram “os catres do Hospital”.<sup>234</sup> Sendo a missão da imprensa apontar os erros

<sup>230</sup> *O Independente*, Porto Alegre, 17/2/1919, p. 1.

<sup>231</sup> *O Independente*, loc. cit.

<sup>232</sup> *O Independente*, Porto Alegre, 25/02/1918, p. 1.

<sup>233</sup> *O Independente*, Porto Alegre, 4/10/1918, p. 3.

<sup>234</sup> *O Independente*, Porto Alegre, 24/8/1911, p. 1.

da sociedade, e tendo sido esta cumprida pelo redator, caberia à polícia intervir através de campanhas repressivas.<sup>235</sup>

O mesmo jornal publicou em dezembro do mesmo ano uma história, que pretende fazer passar por real, mostrando como a prostituição pode acabar com a vida de donzelas incautas, vítimas da malignidade alheia e da omissão da sociedade:

Quando penetramos no recinto do restaurant-lupanar, ali, em derredor de mesas manchadas de vinho, devassos de faces desbotadas fumavam e ornejavam sandices, dando aquilo tudo um aspecto de bacanal que termina, de orgia que finda.

Meretrizes, criminadas e ébrias, em posturas obscenas, ouviram, indiferentes, os madrigais imbecis da corja embriagada.

Fora, na rua, o *chofer* de um automóvel cochilava sobre o motor, enquanto o guarda, na esquina próxima, trilava o apito monótono, obrigando os “rondantes” a estarem alerta!

No balcão, sonolento, mastigando uma surda revolta, o caixeiro enfileirava algarismos sobre um papel sujo.

A nossa presença ali, àquela adiantada hora da noite, não desmanchou a *beleza* do grupo. E, até um deles, *habitué* da Rua da Praia, em dias de moda, dando de frente conosco, desenhou no lábio murcho a hipocrisia de um sorriso, cabeceou uma saudação e murmurou para os outros, em cochicho, baixinho: *é um peru...*

Passamos em revista, com o olhar acesso de curiosidade, toda a acanhada sala, onde se fazia sentir uma atmosfera de mal-estar. A um canto, debruçada sobre uma mesa, uma mocinha de aspecto melancólico indicava, pelos gestos inquietos, que esperava alguém.

Notava-se, ao primeiro golpe de observação, que ela estava inteiramente deslocada naquele *meio*.

Teria, quando muito, 14 ou 15 anos de idade. Baixa de estatura, morena, bela, simpática, com dois olhos profundamente negros, esta menina lembrava uma flor da miséria flutuando involuntariamente sobre a podridão de um charco.

No desempenho da árdua, porém nobre tarefa que impusemos ao nosso esforço, tomamos a resolução de interrogar aquela misteriosa criatura que arrastava o seu corpo em flor, a sua alma de lírio tombado para a negridão de um lupanar.

- Boa noite, senhorita...

Ela sorriu, com um sorriso de tristeza, mostrando que a canalhice não havia de todo vencido a inocência - essa flor delicada que nasce no berço, cresce sob o calor do seio materno, rola no tálamo nupcial com as pétalas crestadas pelo amor, ou morre asfixiada, apodrecida, no monturo da prostituição.

- Está só? Espera alguém?...

- Mandaram-me para aqui... A espera de um homem que eu não conheço...

E duas lágrimas brancas brotaram como duas *pérolas* de amargura na treva daqueles olhos lindos.

- Mandaram-na?!... Quem?!...

- A dona da casa onde eu moro. Se eu não viesse *apanhava* e depois era expulsa, não tendo para onde ir...

Novas lágrimas molharam aquele rosto formoso, onde em breve o arado impiedoso da sífilis cruel rasgaria o tecido frágil da beleza.

Interessou-nos, como era natural, a condição miserável daquela infeliz criança que, assim, contra vontade, permanecia no seio de um prostíbulo imundo, à Praça da Alfândega, pelo avançar da noite, à espera de um homem que ela não conhecia, mas pra quem fora designada por uma dessas tantas megeras que por aí andam, impunemente, criminosamente, passando vida farta, à custa do sacrifício da honra alheia, da felicidade de uns tantos lares que ficaram amortalhados numa eterna mágoa.

<sup>235</sup> *O Independente*, Porto Alegre, 24/8/1911, p. 1.

Fomos adiante, interrogando.

- Não tenha receio. Fale...

E ela falou.

- Eu amava um moço da minha estirpe e era fortemente correspondida nesse amor, que era todo o meu orgulho, toda a minha vida. Vivia feliz, pensando, que um dia, casada, feliz, num lar honesto, em companhia daquele a quem amava esperaria a morte que a todos arrebatava.

Pequei, entretanto, dando aquele a quem tanto amava tudo quanto uma moça apaixonada pode dar.

Sucedeu, porém, que, em casa, quando descobriram, não quiseram mais que eu olhasse para meu noivo, porque, diziam: “ele era um bandido, um miserável...” E, mais tarde, a mulher a quem eu estava entregue, em combinação com a *cafetina*, me entregou a outro homem, por meio da sedução e da violência; depois a outro... A outro mais... Que pagavam bem... E eu aqui estou, sem amor, sem ilusões, sem esperanças, porque sou uma desgraçada!...

E deixou correr o pranto, tão alto que provocou uma gargalhada imoral e infame do grupo devasso, ora cercado por uma legião de garrafas vazias.

Quando chegamos à rua, o relógio da catedral batia 2 horas.

A alvorada aí vinha, para despertar a cidade.<sup>236</sup>

Essa história nos lembra os contos de fadas, mas sem final feliz. Os recursos literários românticos não escapam dos clichês mais piegas: a polarização entre o bem e o mal; a ingenuidade da mocinha que, por amor, peca; o sofrimento desta nas mãos dos vilões malvados e insensíveis; a malignidade que se exterioriza ao ambiente; os bons e valentes repórteres que adentram em tão nefasto local em busca da verdade; a vida que segue apesar das outras vidas ceifadas pela promiscuidade; etc., etc. Diante de tanto sofrimento de uma pobre garota indefesa, só haveria uma maneira de impedir que o mesmo se repita com tantas outras: a intervenção da sociedade pressionando os poderes públicos a agirem energicamente contra a proliferação das casas de prostituição e da vagabundagem.

No mesmo número, por coincidência ou não, noticiaram o flagrante da cafetina Maria Barbada acompanhada de uma menor com características físicas bem semelhantes às da mocinha da história acima, entrando num lupanar no Beco do Poço. Quando perguntada sobre quem seria a jovem que a acompanhava, Maria Barbada disse ser ela sua filha, informação contestada pelo jornal que afirmava ser a moça de família pobre do Arraial da Glória, possivelmente iludida pelas já comentadas promessas que envolvem a prostituição.<sup>237</sup>

E a fórmula se repete: prostitutas jovens eram ludibriadas e impelidas pela miséria ou por um “mau passo”, enquanto que prostitutas mais velhas eram agenciadoras, pervertidas, doentes, asquerosas e outros adjetivos pouco elogiosos. Mais uma vez, o embate entre o bem e o mal. Não se cogitava que mulheres pudessem ter optado pela prostituição espontaneamente, que as dificuldades econômicas pudessem ter sido um elemento, mas nem

<sup>236</sup> *O Independente*, Porto Alegre, 29/12/1911, p. 2.

<sup>237</sup> *O Independente*, loc. cit.

sempre determinante, que pudessem gostar da função que desempenham ou pelo menos que haviam se acostumado com a situação. A forte carga moral que inundava a sociedade estabelecia dualismos como certo e errado, verdade e mentira, bom e mal, moral e imoral, e tudo que abrangesse a imoralidade seria severamente condenado sem direito a relativizações.

Mas eis que surge uma exceção: indo contra o discurso que ressaltava a malignidade das prostitutas e denunciando a hipocrisia (mais do que a omissão) da sociedade, *O Exemplo* abordou a vida e os sentimentos das meretrizes por outro ângulo, humanizando essas mulheres que sofriam e se acostumavam com sua situação. No extenso poema que reproduzimos abaixo, as prostitutas falariam ao público através das palavras de Alfredo Pimenta:<sup>238</sup>

Fala das prostitutas  
 - Nós somos as mulheres da vid'airada [sic],  
     As pálidas famintas  
 Que quando o nosso corpo não dá nada,  
 Recorremos ao lápis e à pomada,  
     Aos pós de arroz e às tintas.

Somos os lírios da miséria escura,  
     Os lírios do *can-can*...  
 Nosso corpo é a negra sepultura  
 Onde, mataram nossa Alma pura,  
     Os risos de Satan!

Somos aquelas cujo amor sagrado  
     Alguém estrangulou!  
 Sentimos nosso peito apunhalado...  
 É pra nós um mistério desgraçado,  
     Quem foi que nos gerou!

À luz crua do sol, a população  
     Insulta-nos com vaias...  
 Mas, quando é noite, misera e devassa,  
 Vem comprar-nos o corpo e a desgraça,  
     Vem beijar-nos as saias!

Filhos-família, quando acompanhados,  
     Não nos conhecem não!  
 E é a hora dos fantasmas evocados,  
 Vem pedir-nos o leito embriagados,  
     E pedem-nos perdão!

Sacerdotes, no púlpito praguejam  
     Contra o nosso pecado...  
 Mas, à noite, de modo que não os vejam,  
 Destrançam nossas tranças e desejam  
     Dormir ao nosso lado!

Somos filhas da miséria doída,

---

<sup>238</sup> Não foi possível averiguar a biografia do autor.

As rosas dos esgotos!  
 Mas somos nós quem implantou a *moda*...  
 Embora enxovalhadas pela roda  
 E as pedras dos garotos!

Burgueses sensuais deixam seu lar  
 E o calor do seu leito,  
 E vem-nos, alta noite, procurar,  
 Pra ter o amor do nosso olhar;  
 O amor do nosso peito...

Somos aquelas que passam rindo,  
 Aos bandos pela rua...  
 Temos o aspecto de quem vai fugindo  
 A alguém que quer o nosso couro lindo,  
 A nossa carne nua.

Mas não! Eis que está aqui para vender  
 O nosso corpo branco!  
 Vendemo-lo, burgueses! Quem o quer?  
 Lançai o preço! Vai para quem der  
 Maiores notas de Banco!

Se vós quereis nossas ternuras falsas  
 E o nosso coração,  
 Queremos vestidos pra bailar nas valsas...  
 Novos botins pra não andar descalças...  
 E mais que tudo pão!

Nós temos fome! E o Don Juan canalha  
 Quem um dia nos beijou,  
 Nesse beijo legou-nos a mortalha  
 Que a nossa Alma tristíssima enxovalhada  
 E onde ele a sepultou!...

Tu que estás farto já, que estás cansado  
 Do amor de tua mulher,  
 Caminha, vem sorrindo ao nosso lado,  
 Sacia-te em nosso corpo perfumado!  
 Mas dá-nos de comer!

Somos aquelas que passemos loucas,  
 A rir no *macadam*...  
 Andamos de cantar fracas e roucas,  
 Todos querem dormir nas nossas bocas  
 Até pela manhã!

O autor ainda emenda outro poema, dessa vez bem menor:

Ó pálidas vencidas das vielas,  
 Bem-digo vosso olhar!  
 Sois maiores que as anêmicas donzelas  
 Que encontro debruçadas nas janelas,  
 À luz crepuscular!

Ó prostitutas, desfolhadas flores!  
 Bem-digo a vossa cruz!  
 Bem-digo as vossas lágrimas e dores!

Rosas do *macadam*! Vós sois maiores  
Que Tereza de Jesus.<sup>239</sup>

O romantismo toma conta dos versos, e a prostituta-vítima tem sua redenção eternizada nas palavras de Pimenta. Don Juan, clérigos, burgueses, garotos, eram esses os algozes que martirizavam as meretrizes duplamente: com seu escárnio à luz do dia e sua fome lasciva à noite. O poema aborda, sobretudo, a incoerência entre discursos e práticas dentro do corpo social e coloca a meretriz como sujeito passivo, já que ela só existiria em função da miséria e da procura pelo sexo sem compromisso. Em suma, se havia prostituição era em decorrência da corrupção da sociedade, que repudiava sua existência ao mesmo tempo em que institucionalizava a sua permanência.<sup>240</sup>

Para derrubar a imagem de devassidão que caracterizava as “mulheres airadas”, Pimenta ressaltou suas dores, sua capacidade de perdoar, de se entregar e sua necessidade de sobreviver, por isso os presentes e pagamentos exigidos por elas. E por carregarem todo o sofrimento que havia no mundo, seriam mais do que santas, ou, “maiores que Tereza de Jesus”.<sup>241</sup>

Santas ou devassas, o fato é que a prostituição expunha essas mulheres a adquirirem diversas doenças, entre elas, as campeãs de estigma social: a tuberculose, o alcoolismo e a sífilis. A última, em especial, tinha uma carga extra de preconceito por ser adquirida em decorrência das relações sexuais e retransmitida da mesma forma. Por isso, percebemos nas múltiplas referências pejorativas às meretrizes o destaque dado à contaminação por sífilis, reforçando para seus clientes o perigo de se envolverem com tais mulheres e comprometerem seu futuro e de sua família.

Sem dúvida, a descendência de pais sífilíticos era obviamente frágil, provocando em sua prole uma série de problemas de saúde quando não a morte prematura.<sup>242</sup> Por razões já tratadas, crianças doentes e elevados índices de mortalidade infantil eram um sério entrave às aspirações governamentais e burguesas. Sendo assim, tornava-se compreensível tamanho esforço demandado com políticas moralistas e higiênicas de combate à sífilis através da sexualidade responsável, o que para a época significava sexo dentro do casamento. A

<sup>239</sup> *O Exemplo*, Porto Alegre, 11/9/1904, p. 2.

<sup>240</sup> *A Luta* de 6/1/1908 (p. 4) também associa a prostituição à corrupção social, colocando a prostituta como vítima do sistema.

<sup>241</sup> *O Exemplo*, op. cit.

<sup>242</sup> Conforme os relatórios da Secretaria do Interior e Exterior do Estado do Rio Grande do Sul de 1900 a 1921 (considerando algumas lacunas existentes na documentação), entre esses anos ocorreram 587 óbitos por sífilis somente em Porto Alegre, sendo que 63,88% (375 óbitos) correspondiam a crianças de 0 a 2 anos, denunciando os efeitos da sífilis congênita. Devemos ressaltar ainda que esses números correspondem apenas aos casos notificados, coisa que raramente ocorria, ainda mais em se tratando de moléstias infantis.

castração da sexualidade impulsiva seria a única garantidora da saúde dos cônjuges e, conseqüentemente, de uma prole sadia e promissora.

Além da promiscuidade, da ilusão, da miséria e da desonra, outra característica constantemente relacionada à prostituição era a ociosidade. As prostitutas seriam culpadas por sua sorte por não buscarem a sobrevivência por meio de um trabalho honesto. Numa sociedade em vias de industrialização, em que a valorização do trabalho era uma questão de sobrevivência, o ócio ganhou status de vício.

Se valendo da máxima de que pobre só era honesto quando trabalhador, a elite condenava às esferas da marginalidade todos que se entregassem ao ócio ou que não tivessem um emprego fixo, vivendo de pequenos “bicos” que ocasionalmente surgissem. Se as classes populares eram consideradas perigosas por sua “instabilidade” moral, isso não se dava sem motivo, afinal, eram a parcela da população que sofria a mais brutal exploração e opressão pelo sistema capitalista. Assim, diferenciar seus integrantes entre aqueles que respeitavam as regras do jogo e que podiam sonhar com a perspectiva de um futuro melhor (mesmo que tal aspiração não ultrapassasse os limites do sonho) e aqueles que ousaram desafiar o sistema e que viviam com a certeza de serem perseguidos e discriminados por sua desobediência, reforçava os mecanismos de dominação e de desunião da classe. Referindo-se à solicitação por parte de trabalhadores pobres de ações policiais em repressão à ociosidade, Pesavento descreve claramente a necessidade adquirida de diferenciação social entre os sujeitos de mesma classe social:

Os elementos subalternos da sociedade que se engajam no mercado de trabalho livre em formação são cooptados por este sistema de valores e não querem ser confundidos com vagabundos. A partir de sua inserção social, identificam-se como pobres trabalhadores e honrados, em tudo oposto àqueles que se colocam à margem do mercado de trabalho formal e que vivem de biscates ou da contravenção. Desta forma, reforçam os mecanismos de dominação ao exigirem dos poderes públicos o cumprimento da lei e a correta aplicação das posturas municipais. Tal posicionamento esteve muito presente entre correntes político-ideológicas do movimento operário, como, por exemplo, o socialismo.<sup>243</sup>

A associação entre ociosidade e falta de moral era evidente, pois aquele que não trabalhava estaria conscientemente se furtando a colaborar com o bem e o progresso da sociedade. Sem freios morais, o indivíduo veria na ociosidade a porta de entrada para a criminalidade, e isso já justificaria o seu combate.<sup>244</sup>

---

<sup>243</sup> PESAVENTO, 1995, p. 59.

<sup>244</sup> CHALHOUB, 2001, p. 74-5.

No entanto, como aponta Bilhão, a diferenciação entre os “marginais” (no sentido estrito da palavra) e os pobres trabalhadores não se dava facilmente, já que ambos compartilhavam o mesmo espaço geográfico, quando não eram vizinhos, vivendo sob as mesmas precárias condições de vida.<sup>245</sup> Para a elite porto-alegrense, os moradores de habitações coletivas e insalubres corresponderiam ao que havia de pior na sociedade, e essa certeza envolvia dois preconceitos bem arraigados entre a classe dominante: primeiro, que bairros populares seriam foco constante de tensões sociais – o que de fato corresponde, visto sua situação de exploração e a organização do proletariado em entidades trabalhistas – que poderiam abalar a ordem da sociedade, ou seja, a velha questão das classes perigosas. Segundo, reinava ainda a culpabilidade dos pobres por sua miséria, afinal, numa sociedade competitiva como a capitalista só permaneceria pobre quem não se esforçasse e se precavesse o suficiente. Se para o capitalismo o trabalho incansável levaria o indivíduo ao êxito econômico e social, os moradores de cortiço não seriam muito afeitos ao trabalho, portanto ociosos, e os únicos culpados por sua miséria.

Nesse contexto, vagabundagem e mendicância eram constantemente associados entre si, seja pela atuação do próprio sujeito ou por aqueles que o exploravam. Referindo-se aos mendigos espalhados pelo centro de Porto Alegre, *O Independente* afirmou que alguns deles são “dignos de inspirar compaixão”, merecendo os trocados que lhes são atirados. Porém, lembrava o jornal, havia outros que se beneficiavam com o lucrativo negócio da mendicância: pais, irmãos e até agenciadores, todos fortes e com plena capacidade de trabalho, mas que não o exerciam por preferirem a ociosidade e o ganho fácil. Para combater essa exploração, o jornal propunha a proibição da mendicância e o encaminhamento dos necessitados às instituições pias, afastados dos vícios e crimes das ruas.<sup>246</sup>

O “vagabundo” – sujeito não afeito ao trabalho regular que buscava outros meios para garantir sua sobrevivência, na maioria das vezes, meios ilegais ou vistos como imorais – é alvo de grande estigma social, relegado à marginalidade sem, contudo, que se levasse em conta razões ou contextos que impeliam os indivíduos a um modo de vida “airado”. Sob essa classificação se encontravam as prostitutas, os menores de rua, arruaceiros, mendigos e pequenos contraventores, todos bastante incômodos, ainda mais se frequentassem o centro da cidade e suas zonas nobres. Para a parcela da população devidamente higienizada, a analogia entre esses grupos de excluídos com flagelos biológicos era óbvia.

---

<sup>245</sup> BILHÃO, 2008, p. 60-70.

<sup>246</sup> *O Independente*, Porto Alegre, 8/6/1911, p. 1.

Inúmeras vezes designações biológicas foram utilizadas para descrever os “vadios”, comparando-os a doenças, parasitas e até mesmo com excrementos, produzindo textos que causavam náuseas ao leitor, a mesma reação que se esperava provocar com relação aos ociosos. Nesse sentido, Anderson Vargas esclarece a utilização do termo “cancro social” pelos periódicos que circulavam pela capital:

“Cancro” pode ser entendido tanto como um “câncer” ou como uma “lesão inicial de sífilis”. Nos dois casos, os significados transmitidos envolvem a ideia de uma patologia que corrói o organismo – por multiplicação de células ou por infecção bacteriana, no primeiro caso, por contaminação com micro-organismos através de uma relação sexual, no segundo. Vagabundagem era ligada assim à uma degeneração orgânica potencial, à qual todo organismo é sujeito, é à sexualidade moralmente condenável, através da qual se propagam as doenças venéreas.<sup>247</sup>

Por trás dessa abordagem estigmatizante sobre aqueles que não se enquadrassem às regras do mercado de trabalho estavam não apenas os sujeitos ociosos, mas também aqueles trabalhadores informais que, além da exploração econômica e remuneração instável, ainda sofriam com o preconceito. Cláudia Mauch nos conta um pouco sobre essas pessoas e sobre suas condições de trabalho:

[...] muitos [...] homens, mulheres e crianças estigmatizados como ociosos e vagabundos possivelmente seriam trabalhadores eventuais, jornaleiros ou simplesmente pessoas que ganhavam seu pão em atividades exercidas nas ruas, como os cangueiros, quitandeiros e vendedores ambulantes. Embora não se disponha de dados sobre a estrutura ocupacional de Porto Alegre na época, sabe-se que era grande o número de habitantes ocupados em “biscates” ou trabalho não-fixo, contingente este composto por muitos negros e mestiços.<sup>248</sup>

Dentre os ociosos que tanta polêmica suscitaram, os que causavam maior comoção da opinião pública eram os menores. Vivendo pelas ruas, sem educação e um lar, esses meninos e meninas seriam marginais e prostitutas em potencial, por isso despertavam tamanha preocupação. Propondo afastar esses menores dos vícios e da criminalidade, além de recuperar-lhes como seres úteis à sociedade, *O Independente* publicou matéria em janeiro de 1908, com o sugestivo nome de “Menores Vagabundos”. Nela, era indicada a compra pelo governo estadual de ilhas para a instalação de colônias agrícolas para a internação dos menores e apresentava, inclusive, o cálculo dos custos com sua estrutura e as oficinas profissionalizantes que deveriam ser oferecidas. Para o articulista do jornal, tal

<sup>247</sup> VARGAS, Anderson Zalewski. Porto Alegre no início do século XX: imprensa, “ânsia de civilização” e menores de rua. In: GRIJÓ, Luiz Alberto; KUHN, Fábio; GUAZZELLI, César Augusto Barcellos e NEUMANN, Eduardo Santos (orgs.). *Capítulos de História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 257.

<sup>248</sup> MAUCH, 2004, p. 107.

empreendimento não visava o afastamento do problema (menor infrator) da sociedade, mas uma oportunidade para a sua ressocialização: “Obra de caridade essa cumpre seu início ao poder público, diretor supremo da sociedade, porque se os menores agora vagabundos e gatunos - no futuro, porém, ladrões de estrada, a culpa não é deles: é da sociedade que os abandonou às necessidades da vida, sem o bordão poderoso de uma profissão”.<sup>249</sup>

Indo além em seu raciocínio, o autor, agora identificado como Aldebaran, exagerou em seu discurso sobre “excesso” de liberdade e perigo social, propondo a fundação de colônias infantis onde menores “sem ocupação”, de 7 a 13 anos, seriam internados compulsoriamente, antes que se tornassem “um perigo à comuna”. Liberados aos 18 anos, os rapazes deveriam estar aptos a contribuir para o progresso social.<sup>250</sup>

Cerca de um ano e meio depois, a redação do jornal publicou uma proposta diferente: o envio dos “operosos” ao Mato Grosso para povoar a região, “onde a necessidade fa-los-ia [sic] mudar de rumo”.<sup>251</sup> Uma solução prática e pouco custosa para sanear a capital e acabar com as desordens. Propostas parecidas surgiram também com relação ao Acre.

O texto de Guerra Junqueiro, publicado em *A Democracia* em junho de 1907, realçava a importância da educação como preventivo da criminalidade, mas o sentido que se destacava neste artigo é a relação horizontal que se faz entre mendicância, ociosidade e banditismo. Transcrevemos a primeira parte do texto pelo forte impacto que causa no leitor, provocando verdadeiro repúdio ao indivíduo descrito, pudera, o autor se vale de linguagem escatológica com o objetivo de contrapor-la nitidamente à sanitária, outro ponto que chama a atenção durante a sua leitura:

#### INSTRUÍ!

A praça está deserta. A noite é fria como gelo. E, enquanto as begônias dormem no conforto das estufas, há ali uma criatura humana que dorme na pedra das calçadas.

É um mendigo e um ladrão.

De dia pede esmola; e à noite exige-a. À hora da missa encontra-se à porta das igrejas, e é mendigo, à hora do crime encontra-se à esquina das vielas e é ladrão.

De dia traz muletas; de noite traz navalha.

Vede-o. É uma ignomínia embrulhada num farrapo. Caíra ali como um fardo de miséria, estupidamente, brutalmente, mascando pragas.

D’onde veio esse homem? Da prostituição, do lodo anônimo.

Entrou na vida pelo postigo de uma roda e há de sair da vida pelo alçapão d’uma guilhotina.

Rompeu d’um ventre, como um sapo d’um esgoto.

A mãe, quando deu à luz, não viu o fruto do seu crime. Escondeu-o no mistério como o assassino esconde a sua vítima.

E o pai? Seria um príncipe ou um condenado de galés?

É indiferente. Em ambos os casos, um bandido.

<sup>249</sup> *O Independente*, Porto Alegre, 16/1/1908, p. 1.

<sup>250</sup> *O Independente*, Porto Alegre, 17/9/1908, p. 1.

<sup>251</sup> *O Independente*, Porto Alegre, 13/3/1910, p. 2.

E de resto, que lhe importa a ele!  
 É um fruto de chão, um fruto podre. Saiu do estrume e vai para a fossa.  
 Aos dez anos conhecia todos os vícios, ignorava todas as virtudes.  
 Na época em que as crianças roubam ninhos, ele roubava relógios. Precocidade.  
 Quando as outras são anjos já ele era gatuno. Na idade em que se aprende a ler, ele aprendia a assobiar.  
 Os preconceitos e os crimes buscam cérebros analfabetos como os morcegos e os chacais buscam os subterrâneos, às escuras.  
 Há mais luz nas vinte e quatro letras do abecedário, do que em todas as constelações do firmamento.  
 Não teve mãe, não teve pai, não teve berço e não teve escola.  
 Germina como um tortulho venenoso. A lama ensanguentada da miséria tem destas gerações espontâneas!  
 Aos quinze anos deixou de ser gatuno para começar a ser ladrão. Já não tirava lenços das algibeiras; tirava libras das gavetas. Ao princípio entrava pelas portas, depois chegou a entrar pelos telhados.  
 Progrediu por tal modo, que na idade em que se recebe na igreja a primeira comunhão, ele recebia no tribunal a primeira sentença. Seis anos de cadeia: uma formatura em ladroagem.  
 Quando entrou levava uma gazua, quando saiu trouxe uma navalha. Foi rapazola e veio tigre. A cadeia engoliu um malandro e vomitou um assassino. Aperfeiçoou-o no roubo e lecionou-o na facada.  
 Daí em diante distribuiu o seu tempo deste modo: três anos nas galés e três meses na taberna.  
 Um assassino sai muitas vezes d'uma garrafa. O vinho, propriedade tenebrosa!... combinado com o sangue.  
 À bebedeira erguia-se a indigência, o *delirium tremens*. Naquele cérebro de perversidade passou um terremoto de loucura.  
 Por fim ali o tendes. E amanhã, a estas horas, quem sabe, estará talvez numa guilhotina, dentro de uma cova, ou no fundo d'um rio.  
 O cutelo, a miséria e o suicídio disputam-no entre si; três abutres à espera d'um cadáver [...].<sup>252</sup>

Toda a maldade residiria num corpo maltrapilho que não fora abençoado por um lar e pela educação. Assim como a prostituta, a perversidade seria inerente ao sujeito, decorrência da “geração espontânea” que lhe deu origem. E como esperar algo diferente, se até as begônias tem uma estufa para dormirem?! Da forma como se representava os sobreviventes das ruas, sujos, oportunistas, maus, criminosos, e principalmente desocupados, acima inclusive de sua pobreza, podemos facilmente entender porque tais indivíduos despertaram sentimentos hostis por parte dos cidadãos ordeiros e o porquê da necessidade urgente das classes trabalhadoras, também pobres, também vítimas das desigualdades sociais, de se diferenciarem desses elementos marginais.

Essa diferenciação entre os dois grupos foi reforçada pela valorização do convívio familiar e pela sacralidade do lar, considerado um refúgio seguro para as tentações viciantes. Assim, sobre as famílias honestas se exerce a pressão do enclausuramento residencial como uma forma de distinção social, e é sobre esse aspecto que trataremos a seguir.

<sup>252</sup> *A Democracia*, Porto Alegre, 2/6/1907, p. 4.

### 3.2 O lar como reino

Após vigiar a conduta dos pobres frente ao trabalho e ao lazer, era chegada a hora da normalização da vida familiar, começando pela infra-estrutura das residências. A higiene que regulamentava comportamentos deveria, também, ser aplicada no asseio do lar, proporcionando a seus moradores saúde e conforto e, à elite, segurança e beleza no centro da capital.<sup>253</sup>

Em oposição à degradação moral promovida nos bares, ruas e bordéis, estaria a paz familiar, encontrada nas residências individualizadas, modestas, mas aconchegantes, em que o trabalhador poderia descansar após sua extenuante jornada de trabalho entregando-se aos cuidados da esposa e às brincadeiras dos filhos. Seu reino pessoal lhe garantiria as condições perfeitas para refazer-se mental e fisicamente para continuar sua dura rotina de trabalho. Para Freire Costa, os médicos teriam criado o fantasma dos perigos da rua, ao mesmo tempo em que apresentavam a redoma protetora da casa familiar:

Mostrar o mundo como um antro de perdição, deliberadamente, acentuar os riscos de assalto ao pudor e outras violências morais foi um meio eficaz de retirar a família da promiscuidade da rua e voltá-la para o interior do lar. Os médicos, ao criarem a nova maldade do mundo, buscavam convencer a família de que só eles conheciam a maneira sadia de penetrar seus caminhos. O mundo obscuro, moralmente destrutivo foi inventado para criar na família terror ao exterior e ternura pelo convívio íntimo. Este artifício desacelerava o movimento da sociabilidade que parecia fugir ao controle médico.<sup>254</sup>

Mas a realidade dava mostras de quão difícil seria a tarefa dos governos e dos médicos-sanitaristas a seu serviço de higienizar os lares populares, como demonstram os adjetivos preferidos ao se referirem a eles: promíscuos e sujos. Sem rodeios nem eufemismos, essas eram as qualificações das habitações dos menos abastados.<sup>255</sup> Sujas porque seus

---

<sup>253</sup> No entanto, no anseio de promover uma rápida retirada dos pobres da zona central, aspectos como segurança, saúde e conforto nem sempre foram priorizados, dando origem a núcleos habitacionais em áreas de risco, como em charcos e encostas de morros. Em função da falta de planejamento urbanístico destes locais, que persistem até hoje, presenciamos constantemente os dramas e tragédias dos moradores que sofrem com alagamentos, falta de infra-estrutura e desmoronamentos, como recentemente ocorreu em Niterói, Rio de Janeiro, onde a ocupação de um antigo depósito de lixo não apenas era de conhecimento das autoridades municipais, como ainda era incentivado com a realização de obras que visavam a fixação da população naquele lugar insalubre e instável do ponto-de-vista geológico.

<sup>254</sup> COSTA, J., 1983, p. 136.

<sup>255</sup> Margareth Rago (1985, p. 165) nos traz uma excelente descrição do interior de um cortiço: “Na habitação popular, os indivíduos se amontoam assim como o lixo; os fluxos não circulam, os miasmas pútridos estagnam. A aglomeração de gente, de cheiros fétidos, de detritos e de animais domésticos congestionam o cortiço e o

moradores não haviam sido educados sob a orientação higiênica, de modo que não associavam o asseio do ambiente com qualidade de vida. Promíscua devido à proximidade entre os moradores: pais dividiam o mesmo dormitório (por vezes a mesma cama) com os filhos; vizinhos participavam uns das vidas dos outros; meninos e meninas, homens e mulheres conviviam no mesmo espaço, sem delimitações específicas como ocorria entre a burguesia, mas também porque o ambiente apertado e super-povoado da residência impelia seus moradores aos espaços públicos, lugar privilegiado para o lazer e a convivência social.

Conforme concepção da elite porto-alegrense, assim como as casas populares, as ruas seriam sujas pela falta de educação dos pobres que por elas circulavam e habitavam. Rebatendo essa idéia, *O Exemplo* de 28 de dezembro de 1902, atribuiu responsabilidades também à intendência:

Seria condenável a municipalidade se proibindo que o povo derramasse nas ruas ou nos quintais o lixo, estabelecesse multas para as pessoas que assim procedessem sem cogitar de fornecer-lhes os meios de mandar todo ele a um depósito, ou como ora se faz ao forno de incineração. Pois bem, a municipalidade peca fazendo efetuar as multas às pessoas que urinam em qualquer lugar das ruas da capital, quando ainda não cogitou de supri-la de mictórios. Há zonas enormes da cidade em que estes não existem e é condenável que se multe um homem que por seu estado de saúde não pode frear uma exigência de seu organismo e é obrigado a recatadamente, tanto quanto o pode, ir ao canto ou de uma cerca ou de uma casa dar vazão às águas que lhe sobram na bexiga.<sup>256</sup>

Como exemplo do conceito vinculado às habitações populares podemos citar uma nota do jornal *O Independente*, publicado em março de 1908, com o título sugestivo de “A quem competir”, em que reclamava, entre outras coisas, de uma moradia popular situada à rua Espírito Santo. Mais especificamente, o problema estava em seu porão “pequeno e infecto”, em deploráveis condições de higiene, sob a ameaça de ser “foco da peste”, e que abriga um número elevado de indivíduos. Não bastasse o comprometimento do local do ponto de vista higiênico, também a conduta dos moradores estava sob suspeita, classificados pelo jornal como “de reputação mais que duvidosa e má conduta”.<sup>257</sup>

Em matéria dedicada à atuação do governo sobre a saúde pública e veiculada em julho de 1908, o jornal *Avante* focou sua atenção especialmente às residências populares, as quais, segundo o periódico, eram “indignas de servir para residência humana”, pois, em virtude das

---

bairro operário, impedindo a livre circulação do ar e da água, a penetração salutar dos raios solares, elementos fundamentais para garantir a saúde do organismo”.

<sup>256</sup> *O Exemplo*, Porto Alegre, 28/12/1902, p. 2.

<sup>257</sup> *O Independente*, Porto Alegre, 22/3/1908, p. 2.

péssimas condições de higiene, tornavam-se irradiadores de epidemias e endemias, como o tifo e a tuberculose.<sup>258</sup>

Assim, para Chalhoub, os pobres não ofereciam preocupação às classes dominantes apenas por questões ligadas ao trabalho e à ordem, mas também pelo seu potencial de contágio, tanto moral, quanto biológico. A proliferação das “classes perigosas” traria consigo a perpetuação de seus vícios, transmitidos dos pais para os filhos hereditariamente ou através dos maus exemplos. O autor data do final do século XIX, no imaginário político brasileiro, o surgimento de uma preocupação mais incisiva sobre os hábitos das classes populares considerados nocivos à sociedade, para os quais se propunha o combate através da repressão à ociosidade dos adultos e a educação das crianças.<sup>259</sup>

Já a ameaça biológica atribuída aos pobres tem como principal símbolo as suas habitações coletivas, que se caracterizariam como um grande foco epidemiológico, propagador de uma enorme gama de doenças, bem como transmissor de vícios perniciosos que a intensa proximidade entre os indivíduos nutria e fazia crescer.<sup>260</sup> Lizete Kummer assinala que o convívio próximo entre os moradores poderia aguçar sua organização e despertar solidariedades, bem como poderiam servir de esconderijo, aliás, um excelente esconderijo.<sup>261</sup> Assim, a convivência nos cortiços poderia reanimar a solidariedade de classe, enfraquecida com a campanha moral pró-laborista. Seguindo o mesmo raciocínio, Pesavento destaca que a campanha de saneamento do centro de Porto Alegre não tem apenas motivação higiênica, mas, sobretudo, moral:

Para a opinião pública em geral, de tendência conservadora, a existência de cortiços, porões, casebres e barracos sem ar e sem luz, infectados e superlotados, era um problema a ser atacado. Pobres no centro da cidade, à vista de todos, em antros de promiscuidade e sujeira, implicavam sobretudo uma questão moral que devia ser solucionada.<sup>262</sup>

Mas o problema habitacional era ainda mais complexo. A sujeira e a aludida promiscuidade eram problemas latentes, mas havia ao mesmo tempo a exploração econômica, com cobranças de aluguéis abusivos frente às residências ofertadas, que ofereciam péssimas condições higiênicas, e não apenas pelo acúmulo de sujeira, mas também pelos problemas estruturais que minavam a saúde de seus ocupantes. *A Democracia*, em 1905, denunciava o

---

<sup>258</sup> *Avante*, Porto Alegre, 24/7/1908, p. 1.

<sup>259</sup> CHALHOUB, 1996, p. 29.

<sup>260</sup> *Ibidem*.

<sup>261</sup> KUMMER, 2002, p. 17.

<sup>262</sup> PESAVENTO, 1995, p. 37.

estado deplorável de alguns cortiços de Porto Alegre, destacando que eles teriam sido construídos após a promulgação do Código de Posturas Municipais de 1893, sobre construções, assim, ou o código teria sido mal redigido ou os funcionários estariam fazendo vistas grossas à fiscalização das construções. Havia também uma brecha na regulamentação da construção de galpões no centro da cidade, que dispensaria a apresentação de um plano de edificação, possibilitando aos construtores dos galpões dar outra finalidade aos mesmos: “São assim transformados em cortiços os galpões. Não tem as condições exigíveis de habitação para gente, são anti-higiênicos e quando muito prestam-se para cocheiras; - porém que importa isto aos proprietários, se dali lhes advêm os lucros gananciosamente calculados?”<sup>263</sup>.

O mesmo jornal contava, alguns anos depois, uma intrigante história que teria acontecido em Roma, envolvendo um operário, sua família e a fiscalização municipal sobre a higiene das residências. Numa das visitas sanitárias de rotina, o operário Antonio Liberati foi aconselhado a procurar outra residência, já que aquela que era locatário estava em péssimas condições higiênicas. Mesmo diante da argumentação de Liberati quanto a sua falta de recursos em alugar uma residência higiênica, o inspetor fez valer a lei e determinou o prazo para a desocupação. Chegado o fatídico dia, o pobre operário amontoou sua parca mobília numa carroça e dirigiu-se à Praça Colonna. E em plena praça descarregou seus móveis e instalou sua família, para assombro dos transeuntes. Com a chegada da polícia, Liberati explicou porque resolvera montar sua casa naquele espaço público: “- Vivia em um quarto e puseram-me fora. A lei achou que eu vivia sem ar e sem luz. Pois bem, onde arranjo eu mais ar e mais luz do que aqui?...”. Conduzido ao comissário de polícia, Liberati manifestou-se novamente: “- Se a lei quer que eu viva com mais comodidade, o que muito agradeço, que me proporcione os meios precisos. Com o salário que tenho, não posso alugar senão uma casa má. Eu estou por tudo. A autoridade que resolva como quiser...”. Diante dessa consistente argumentação, o comissário cedeu uma casa para a família de Liberati se acomodar temporariamente.<sup>264</sup>

Fazendo relação entre o desenvolvimento industrial brasileiro e a crescente carestia do povo no início da década de 1910, o jornal *A Voz do Trabalhador* imputava isso à exploração do trabalho assalariado, agravador da desigualdade social. Nesse sentido, o jornal anarquista apontou a ação dos *trustes*, “espantoso polvo, cujos tentáculos sugam gota a gota o sangue do povo”.<sup>265</sup> A coluna se voltou especialmente ao *truste* das casas, representado pela *Companhia*

---

<sup>263</sup> *A Democracia*, Porto Alegre, 24/9/1905, p. 1.

<sup>264</sup> *A Democracia*, Porto Alegre, 12/8/1907, p. 4.

<sup>265</sup> *A Voz do Trabalhador*, Porto Alegre, 11/8/1912, p. 1.

*Mutualidade*, composta por vários investidores capitalistas, responsável pela administração e locação de imóveis residenciais, sendo seu público-alvo os trabalhadores que, sem alternativa, tinham que se submeter às regras do mercado para alugar uma residência. A *Companhia Mutualidade* dominava grande espaço no mercado imobiliário, com vários imóveis sob sua administração, isso impelia outros proprietários a entregarem seus imóveis à empresa, que oferecia “vantagens e comodidades” aos proprietários. Mas o serviço de corretor imobiliário tinha um custo, que era acrescido aos aluguéis e repassado aos locatários, aumentando a despesa, em média, em 50%.<sup>266</sup>

Mesmo aqueles que não passaram seus imóveis à administração da *Mutualidade* aproveitaram para reajustarem os aluguéis, colocando os locatários em situação complicada, não contando com opções de moradia acessível a sua remuneração. Por isso, a folha sugeria a organização de uma “liga de inquilinos” como o apoio da Federação Operária do Rio Grande do Sul (FORGS) para negociar o reajuste dos aluguéis.<sup>267</sup>

Tanto a Intendência como o governo estadual fiscalizavam, ao longo de todo o período analisado por este trabalho, os prédios residenciais, ainda mais aqueles destinados à habitações coletivas, distribuindo multas e estipulando prazos para que se efetivassem as melhorias impostas, sob pena de se condenar as construções à demolição. O Código de Posturas de Porto Alegre de 1893 definia as características básicas das novas construções, garantindo a iluminação, ventilação, solidez, impermeabilização, circulação, saneamento e privacidade para as famílias que lá residissem. Aqueles prédios que descumprissem a maioria destes itens, como era o caso dos cortiços, ficava a Intendência autorizada a por abaixo.<sup>268</sup>

Conforme expõe Margaret Bakos, a política de aumento do imposto predial, principalmente sobre as construções insalubres, entre elas os cortiços, empreendida pela Intendência de Porto Alegre em 1900 tinha por finalidade desestimular a construção e a habitação desses locais (uma vez que o aumento do imposto seria inevitavelmente repassado aos locatários). Não sendo mais vantajoso investir em habitações coletivas, os construtores optariam pela construção de residências higiênicas e individualizadas. No entanto, os planos da municipalidade foram frustrados, visto que tal política apenas contribuiu para a escassez de

---

<sup>266</sup> *A Voz do Trabalhador*, Porto Alegre, 11/8/1912, p. 1.

<sup>267</sup> *A Voz do Trabalhador*, loc. cit.

<sup>268</sup> PESAVENTO, 1994, p. 87-8.

moradias populares e os pobres disputavam as poucas vagas ainda restantes nos cortiços, submetendo-se a aluguéis exorbitantes.<sup>269</sup>

Já que faltavam casas para alugar no centro da cidade, uma opção seria a busca por novos espaços. Para a elite, a acomodação do proletariado em casas que atendessem às exigências higiênicas representaria o sossego da sociedade, pois além do afastamento físico das zonas nobres da cidade, a realocação dos trabalhadores na periferia, seguindo um padrão comportamental burguês, representaria o êxito em submeter as vontades e sentimentos dos trabalhadores.<sup>270</sup>

Revestida de um caráter científico, demonstrando um aparente zelo pela saúde da coletividade, a campanha higienista, iniciada em fins do século XIX, pela remoção dos pobres dos centros das cidades, pode ter sido motivada, também, por interesses monetários. Conforme aponta Chalhoub, ainda durante o Império, a especulação imobiliária já vislumbrava um nicho de mercado com a estruturação de novos bairros residenciais destinados a assentar a população proveniente da área central das cidades. Nesse sentido, o discurso higienista da década inicial do século XX que ressaltava a urgência em sanear as áreas com demasiada concentração de pessoas acabou por corroborar com o empreendimento capitalista tanto na área imobiliária como na de transportes e infra-estrutura.<sup>271</sup>

Podemos citar a iniciativa de estabelecer no Rio de Janeiro, em 1890, o Conselho de Saúde Pública, responsável pela fiscalização sanitária dos portos e também do espaço urbano do Distrito Federal. Para esta tarefa foi criada a Inspetoria Geral de Higiene, com atribuições de vigilância de habitações populares e dos lugares cujos habitantes costumavam frequentar, o controle sobre produção e consumo de alimentos e bebidas, além do serviço de vacinação. Muitos espaços públicos se encontravam sob a vigilância da Inspetoria, mas nenhum destes despertava mais preocupação do que os recintos privados, ainda mais se ocupados por pobres. A concepção de que moradias populares eram grandes “bombas-relógio” prontas a eclodirem a qualquer instante era tão disseminada que a direção da instituição não se furtava a adentrar na intimidade dos lares e tomar medidas para prevenir e coibir as ocorrências consideradas perigosas à saúde pública. Não por acaso, uma recomendação recorrente da Inspetoria era o deslocamento de tais moradias do espaço urbano.<sup>272</sup>

---

<sup>269</sup> BAKOS, 1996, p. 126-7. Além dos cortiços, os becos também foram alvo de taxaço extra. Segundo a autora, a partir de 1913, os prédios construídos em becos e cujo aluguel ultrapassasse 15\$000 rs, arcariam com 25% a mais no imposto anteriormente estabelecido (Ibidem. p. 131).

<sup>270</sup> RAGO, 1985, p. 169.

<sup>271</sup> CHALHOUB, 1996, p. 52.

<sup>272</sup> COSTA, N., 1985, p. 46.

Situação semelhante ocorreu no Rio Grande do Sul, conforme nos relata Sandra Pesavento, onde uma elite igualmente preocupada com a proximidade das habitações populares com seus palacetes agiu para afastar os pobres do centro da cidade e aproximá-los das fábricas em que trabalhavam.<sup>273</sup> A aglomeração da população carente em bairros ou vilas operárias facilitaria o controle sobre seus hábitos, sob vigilância constante por parte da empresa empregadora.<sup>274</sup>

Na capital, os primeiros bairros que surgiram sob o empreendimento da Companhia Territorial Porto-Alegrense – criada em 1895 com o intuito de lotear esses novos bairros – foram Navegantes, São João e Auxiliadora. Com essa campanha pública para o deslocamento das residências populares, a elite ganhou duas vezes: primeiro, realizou o tão esperado anseio de ver o centro de Porto Alegre higienizado e livre da presença incômoda dos pobres e, segundo, ainda obteve lucros fabulosos com a especulação imobiliária, a construção de casas populares, a instalação de infra-estrutura básica, a instalação de rede de transportes ligando tais bairros ao centro e reduzindo custos financeiros e sociais<sup>275</sup> com os empregados, devido à proximidade destes da empresa.

Mas o sonho da casa própria, confortável e harmoniosa acabou frustrado pelos próprios empreiteiros responsáveis por edificar moradias operárias nos arrabaldes da cidade. Tendo por fonte os Anais do Conselho Municipal, Bakos descreve a aparência, a qualidade e o valor dessas novas casas:

Conforme os conselheiros, a visão de conjunto das moradias é péssima e lembra antigas aldeias chinesas. Atribuem sua criação à ganância dos proprietários que exploram a necessidade de habitação operária, aplicando pequenos capitais na construção de moradias simples, sobre as quais cobram altos aluguéis em virtude de sua proximidade ao local de trabalho dos inquilinos.<sup>276</sup>

---

<sup>273</sup> Em um levantamento realizado pela autora na obra *Os pobres da cidade*, observa-se a partir de meados do século XIX o crescente incômodo da elite com a presença de pobres como vizinhos. Os ricos se retiraram para áreas menos centrais e seus antigos palacetes e sobrados passaram a abrigar em seus porões parte da população carente da capital. Na década de 90 a situação crítica provocada pelo déficit habitacional se ampliou com a proliferação da habitação em porões, sótãos, casas de cômodos e cortiços, estes últimos em número de 141 em toda Porto Alegre (1994, 86-7).

<sup>274</sup> PESAVENTO, 1995, p. 36.

<sup>275</sup> Devemos esclarecer que, quando nos referimos a custos financeiros e sociais, não há qualquer relação com os encargos trabalhistas, visto que estes inexistiam na época referida. Os custos em questão dizem respeito à diminuição dos atrasos e maior facilidade na exigência do cumprimento de horas extras, bem como o regramento e o efetivo controle das condutas dos funcionários, situação possibilitada pela proximidade entre estes e o local de trabalho.

<sup>276</sup> SESSÃO de 8 de novembro de 1912. In: Anais do Conselho Consultivo Municipal de Porto Alegre. Porto Alegre, A Federação, 1912. p. 34. Apud: BAKOS, 1996, p. 130.

Ainda segundo Bakos, as discussões do Conselho Municipal, ao longo do ano de 1913, gravitaram em torno da questão do policiamento e do controle higiênico das habitações. Para incentivar a fiscalização e a colaboração dos proprietários de prédios residenciais, foi proposto um projeto de lei que isentava do imposto predial as construções erigidas a partir de 1º de janeiro de 1914 e que atendiam aos requisitos de solidez, higiene e beleza arquitetônica, desde que seu aluguel não excedesse 25\$000 réis mensais.<sup>277</sup>

Mesmo com tanto empenho e vantagens oferecidas pelas autoridades para o estímulo às construções para operários, devemos lembrar que havia uma longa distância entre os termos das leis e sua execução, como aponta Lorena Almeida Gill. Com efeito, não podemos afirmar categoricamente que as exigências fixadas para as casas populares em Pelotas foram seguidas pelos construtores, mas a análise dos artigos do Código de Construções pela autora nos dá uma boa ideia do que seriam as habitações higiênicas: dois dormitórios, sala de jantar, cozinha e, do lado de fora, tanque e banheiro. Quanto ao espaço externo, estipula que

a relação entre a área destinada a espaços livres e área total do terreno não seria inferior a 1 por 3, a largura das ruas internas não seria menor do que seis metros, sendo que estas deveriam ser calçadas e iluminadas; havia a necessidade de que cada casa tivesse um pátio próprio de, pelo menos, 4 m<sup>2</sup> e latrinas instaladas de acordo com o regulamento sanitário.<sup>278</sup>

O jornal *A Democracia* incentivava a construção de vilas operárias (senão pelo poder público, que fosse pelas iniciativas e economias dos próprios trabalhadores) atribuindo-lhes vantagens sobre as construções coletivas, principalmente na economia que geraria aos moradores, que reduziriam seus gastos com transporte, alimentação e lavagem de roupa. Mas a maior de todas as conveniências seria, sem dúvida, a paz do lar:

A promiscuidade tem inconvenientes graves. Na vila operária ela desaparece. Cada um vive em sua casa, isolado, trabalhando como entende, podendo educar seus filhos, ensinar-lhes a costurar, a plantar, semear e colher. É uma verdadeira escola prática da vida, sem os inconvenientes da promiscuidade forçada, e, às vezes, perigosa durante a ausência do chefe de família obrigado a ir longe ganhar o pão do lar.<sup>279</sup>

Nesse espaço utópico, como foram sonhadas as vilas operárias, também não haveria lugar para a ociosidade, repelindo-se os vagabundos e matriculando os filhos de operários em

<sup>277</sup> BAKOS, 1996, p. 134.

<sup>278</sup> GILL, Lorena Almeida. Labirintos ao redor da cidade: as vilas operárias em Pelotas (RS) 1890-1930. In: **História UNISINOS**. Vol. 4, n. 2. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, jul./dez. 2000. p. 47.

<sup>279</sup> *A Democracia*, Porto Alegre, 19/5/1907, p. 3.

escolas profissionalizantes, ocupando, assim, o tempo em que as crianças ficariam longe da vigilância dos pais com ensinamentos para torná-los laboriosos operários.

Com a desocupação e demolição progressiva dos cortiços, porões e demais construções insalubres, abriu-se espaço para as tão esperadas reformas urbanísticas, que dotariam o centro de Porto Alegre de ares europeus e prenunciariam tempos de progresso. José Montaury, ante essa expectativa, logo se adiantou e encomendou ao engenheiro-arquiteto João Moreira Maciel um projeto urbanístico para a capital, entregue em 1914. Este projeto, além de atender às exigências higiênicas (como de praxe no momento), também visava o embelezamento do espaço urbano e sua funcionalidade. Assim, o alargamento de ruas, a abertura de avenidas arborizadas, a criação de parques e praças ajardinadas e o estabelecimento de padrões arquitetônicos para as novas construções,<sup>280</sup> foram determinantes para moldar a Porto Alegre moderna da época. Esse sentimento de inauguração de um novo tempo na capital foi descrito, desde 1909, pelo *O Independente*:

Por todos os recantos destroem-se velhas casas e constroem-se magníficos palacetes, modernos edifícios; as praças públicas, antes mal cuidadas, parecendo mais um campo, estão merecendo mais atenção, ajardinando-se; os melhoramentos em abastecimento de água, esgotos, pontes etc., substituem o velho serviço atrasado e mal feito, o comércio desenvolve-se assombrosamente, e a abertura da barra, resolvendo o grande problema, irá colocar Porto Alegre dentro de pouco tempo no nível das grandes capitais.<sup>281</sup>

De fato, Porto Alegre se tornou uma das grandes capitais da federação. Poder-se-ia dizer que isso ocorreu graças ao empenho dos governantes, do empreendedorismo dos industriais, da profilaxia dos sanitaristas e por aí vai. Mas não devemos esquecer que foram necessários braços para construir essa nova capital e trabalhar arduamente nas indústrias. E esse trabalhador ideal, promotor do progresso, não se constituía apenas pelo controle e pela repressão que sofriam. Uma aliada importante nesta tarefa foi a educação.

### 3.3 Educar para o trabalho ou para a liberdade?

Houve um tempo em que para trabalhar só se exigia saúde e disposição. No entanto, o crescimento industrial e a especialização do trabalho criaram a necessidade de formar

---

<sup>280</sup> KUMMER, 2002, p. 51-2.

<sup>281</sup> *O Independente*, Porto Alegre, 4/4/1909, p. 1.

trabalhadores especializados, o que para muitos representava uma oportunidade de melhores salários. Essa situação impele os trabalhadores e crianças a frequentarem a escola tanto para se alfabetizarem, como para aprenderem um ofício.

Algumas empresas, como por exemplo, a União Fabril, de Porto Alegre, que em 1882 oferecia aulas para a alfabetização dos pequenos operários e filhos menores de 12 anos dos empregados da fábrica, ao mesmo tempo em que os operários adultos poderiam frequentar aulas noturnas.<sup>282</sup> Percebemos que o público-alvo das aulas era as crianças, e isso não ocorria por acaso: na escola os pequenos receberiam as primeiras noções sobre seu papel no processo produtivo, numa espécie de “treinamento”, para que futuramente desempenhassem determinadas funções naquela mesma indústria. Seguindo a máxima que diz que “é de pequeno que se torce o pepino”, a instrução destinada às crianças restringia-se ao básico necessário para o trabalho, ou seja, saber ler e contar, mas ia além do que se espera de uma escola quando o assunto é moralização dos costumes e propaganda ideológica, afinal, mais do que a gratidão pela oportunidade de ensino gratuito, o que se esperava dos futuros empregados era que se tornassem trabalhadores ordeiros e produtivos.<sup>283</sup>

A iniciativa do governo estadual para promover a educação de jovens trabalhadores foi a criação do Liceu de Artes e Ofícios junto à Escola de Engenharia, possivelmente em 1906.<sup>284</sup> Em matéria dedicada à congratulação do intendente José Montauray, *A Democracia* destacou que a construção do Liceu proporcionava aos operários a oportunidade de “adquirir, sem dispêndio, instrução e conhecimento profissionais que desgraçadamente não lhes é dado obter, em regra geral, sem o auxílio dos governos”. Num tom extremamente elogioso ao intendente municipal (o que pode parecer contraditório, já que o jornal era assumidamente socialista, mas se explica pela íntima ligação entre Xavier da Costa e Montauray<sup>285</sup>), a matéria

<sup>282</sup> Informações sobre as aulas da União Fabril e discussão sobre seus objetivos em: PESAVENTO, 1988, p. 59-60.

<sup>283</sup> Sobre esse assunto ver: KORNDÖRFER, Ana Paula. “É melhor prevenir do que curar”: a higiene e a saúde nas escolas públicas gaúchas (1893/1928). 2007. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2007.

<sup>284</sup> LIMA, Raquel Rodrigues. **Liceu Parobé**: um instituto de artes e ofícios. Disponível em: [www.ufrgs.br/propar/publicacoes/.../PDFs.../0\\_%20Raquel.pdf](http://www.ufrgs.br/propar/publicacoes/.../PDFs.../0_%20Raquel.pdf). Acesso em 23 de abril de 2010. A autora apresenta duas versões para a criação do Liceu: a primeira refere-se à data de 1906, cujo programa curricular teria sido esboçado pela Escola de Engenharia. A segunda versão aponta para o final do século XIX a criação da instituição, pela municipalidade, com a finalidade de oferecer educação elementar gratuita. Recebendo inicialmente o nome de Escola Benjamin Constant, este foi alterado para Instituto Técnico-Profissional em virtude do fracasso de uma reforma de ensino que levava o nome de Constant e de disputas políticas. Nas palavras de Raquel Lima: “Mais como uma manobra política do que uma mudança nas características básicas da instituição, a troca do nome da escola serviria como promoção da mesma, pois não estaria mais ligada ao nome de uma reforma de ensino fracassada, e sim à Escola de Engenharia, de nível superior e de franca ascensão” (p. 75).

<sup>285</sup> Num primeiro momento, Xavier da Costa, líder socialista e José Montauray, representante do governo ligado à burguesia, estavam em lados opostos. Com a inserção de Xavier da Costa na política (aderiu ao Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) em 1912 e foi eleito Conselheiro Municipal no mesmo ano, na chapa

fez apenas uma ressalva: a interferência dos burgueses João José Pereira Parobé (que emprestará seu nome à mesma escola a partir de 1918 até o presente)<sup>286</sup> e João Simplício Alves de Carvalho,<sup>287</sup> que tendo interesse em abrir indústrias do ramo elétrico, sugerem ao intendente a abertura de curso para a formação de engenheiros. Para atender a ambos os grupos, Montaury concentrou as duas escolas no mesmo prédio, para desgosto dos socialistas:

Tempos após, era construído no Campo do Bom-Fim, para servir de escola de engenharia e Liceu de Artes e Ofícios o edifício que ali se vê, sem elegância, feio e indigno de ser reconhecido como construção moderna [...].

[...]

Prontificando o edifício, com grande surpresa de muita gente, nele foi feito, no frontispício do pavimento térreo, em vez do dístico *Lyceu de Artes e Offícios* [grafia original], constante do projeto que esteve exposto em uma das mostras da Livraria Americana desta cidade, o título *Escola Benjamim Constant*, o qual apenas representava, no caso, uma abusiva, inexplicável e inexequível homenagem ao comtista que, falsamente, é colocado pelos seus co-religionários como um dos fundadores da República Brasileira.

Logo após o início do funcionamento do liceu e da escola de engenharia, os empresários se estabeleceram como responsáveis pelo espaço, provocando a alteração das atividades propostas ao liceu,<sup>288</sup> que se desviara da finalidade de “proporcionar aos filhos dos operários e aos meninos pobres uma educação profissional capaz de habilitá-los a se tornarem chefes de oficina”. Conforme queixa de Xavier da Costa: “[...] a escola não é o que deverá ser, o que precisa ser, o que nós, operários precisamos e desejamos [...]”.<sup>289</sup> Segundo Sandra Pesavento, o centro de educação técnica se desvincula de fato da escola de engenharia em 1910, quando ganha sede própria, mas mantendo o nome de *Escola Benjamim Constant*. Seu currículo integrava as disciplinas convencionais do ensino regular conjuntamente com as disciplinas técnicas específicas a cada ofício.<sup>290</sup> Como afirma Pesavento:

---

encabeçado por José Montaury), as relações entre os dois protagonistas estreitaram-se, a ponto de Montaury ser o padrinho da filha mais nova de Xavier da Costa, Anita. Mais informações sobre o relacionamento pessoal entre Francisco Xavier da Costa e José Montaury em: SCHMIDT, 2002.

<sup>286</sup> O engenheiro João José Pereira Parobé foi o primeiro diretor do Liceu de Artes e Ofício, por isso da homenagem feita a seu nome após sua morte, em 1915.

<sup>287</sup> O General João Simplício Alves de Carvalho foi um dos fundadores da Escola de Engenharia e da Escola Militar, ambas em Porto Alegre. Comteano ortodoxo, também foi deputado estadual e federal pelo Rio Grande do Sul, além de assumir as secretarias da Fazenda e do Interior no governo estadual de Vargas e durante a constituinte, entre 1933-34. Faleceu em 1942. Cf. CURY, Carlos Roberto. **Por um plano nacional de educação**: nacional, federativo, democrático e efetivo. Disponível em: [www.todospelaeducacao.org.br/](http://www.todospelaeducacao.org.br/). Acesso em 19 de abril de 2010.

<sup>288</sup> *A Democracia*, Porto Alegre, 15/10/1905, p. 1.

<sup>289</sup> *A Democracia*, Porto Alegre, 2/7/1907, p. 1

<sup>290</sup> PESAVENTO, 1988, p. 175-6

Ora, a relação pedagógica não pode ser limitada a relações especificamente escolares, esteja ela revestida de um caráter técnico-profissional ou simplesmente dos conteúdos formativos habituais das escolas comuns.

A escola é um dos caminhos da construção da hegemonia burguesa; com relação aos trabalhadores, implica fornecer-lhes uma direção, uma pauta de valores e um código de normas de atuação. Portanto, a educação se apresenta também como esforço para manter e garantir uma situação de dominação.<sup>291</sup>

Outro aspecto importante ressaltado pela autora é o uso da educação como instrumento promotor da ilusão da solidariedade entre classes. O interesse despertado no proletariado em instruir-se profissionalmente contemplaria os anseios burgueses em usufruir de uma mão-de-obra qualificada e adaptada ao modo de produção capitalista, em que empregados se tornassem colaboradores para a ascensão econômica do patrão. Concebendo a progressiva valorização da educação profissionalizante como resultado da difusão da ideologia burguesa, Pesavento afirma que a incorporação de tal ideologia pelo proletariado teria se dado por esta ter assumido a forma de “senso comum”.<sup>292</sup>

Compartilhando do mesmo ponto de vista quanto ao papel da educação na sociedade, Massako Iyda ressalta a sua vinculação com a formação da mão-de-obra, sob a efígie de democratizadora de oportunidades, o que, para a autora, é um fenômeno característico do país: “[...] se a educação nos países capitalistas centrais representava um valor liberal para a prática da cidadania, da democracia, no Brasil, ela servirá de base para a construção do trabalhador dentro da ‘democracia’ social, num regime ditatorial corporativista”.<sup>293</sup>

O “órgão popular” *O Independente*, em matéria publicada em 1909, reforçava a concepção de que caberia aos governos oferecer instrução à população carente, como no trecho que diz: “Segundo consta, pretende o governo do Estado reformar, mais uma vez, os serviços de Instrução Pública. Se é verdadeira a notícia, procederá o governo muito bem, porque o atual regulamento é por demais defeituoso e deficiente”.<sup>294</sup> Apesar da crítica expressa à organização do ensino, a redação mantém esperanças de que o governo atendesse às necessidades educacionais dos mais pobres. Avaliando por hoje, essa parece ser uma reivindicação ainda não atendida. Mas as exigências do jornal eram mínimas, pois entendia que o “*Estado não deve formar doutores, mas eliminar o analfabetismo pela difusão da escola primária*” (grifo original).<sup>295</sup> Partindo da elucidação do nível das reivindicações dos redatores quanto ao conteúdo escolar, a conclusão é de assustar: nem o ensino do alfabeto e da

<sup>291</sup> Ibidem, p. 57.

<sup>292</sup> PESAVENTO, 1988., p. 183.

<sup>293</sup> IYDA, 1994, p. 50.

<sup>294</sup> *O Independente*, Porto Alegre, 21/3/1909, p. 1.

<sup>295</sup> *O Independente*, loc. cit.

tabuada, empreendido nas escolas da época, atendia aos requisitos mínimos para que se desse a aprendizagem.

E podemos ainda ressaltar o seguinte: o jornal que, mesmo não se dizendo representante dos operários, se identificava como “órgão popular” e tinha como redator-chefe Francisco Xavier da Costa, o ilustre líder socialista de quem já falamos, deixava claro não esperar do Estado mais do que a educação primária de seus cidadãos. Mais do que isso, desobrigava o Estado da educação contínua da população. Assim, permitia que o povo permanecesse preso à racionalidade instrumental a que era doutrinado nos bancos escolares e no chão da fábrica, evitando a tão esperada libertação do operariado por ele mesmo, como pregavam os líderes operários. Escancaradamente o jornal afirmava:

Quem quiser que seu filho saiba mais do que ler, escrever, operar sobre inteiros e decimais, geografia do Estado e sua história, que pague: o Estado, que é o conjunto dos cidadãos, não pode nem deve contribuir com maiores elementos de ensino e educação.

A República tem por base o eleitorado; para se constitui-lo bastará que cada cidadão saiba ler e escrever.

É esta a missão do Estado: dar a todos os cidadãos a instrução precisa para que eles aprendam a ler e escrever.

Nada mais.<sup>296</sup>

Em oposição estava a coluna redigida por Arnaldo Dutra,<sup>297</sup> publicada pelo jornal anarquista *O Exemplo*, em agosto de 1909, que prezava pela instrução pública por outros motivos, considerando ser ela condição necessária para o progresso na nação e do indivíduo, e não apenas para a formação do eleitorado. Bradava contra a discriminação sofrida por crianças negras e/ou filhas de operários que eram constrangidas a não frequentarem as aulas e desferia: “Negar-se a instrução, a maior riqueza que pode aspirar o homem pobre, é um absurdo tão grande, que revolta ao mais pacato humano”.<sup>298</sup>

No entanto, o mesmo articulista, em dezembro do mesmo ano, parecia ter mudado um tanto o seu discurso. Primeiro afirmava que o governo do estado tem desempenhado muito bem sua função como promotor de educação, que o número de escolas era suficiente e que os funcionários eram idôneos e capazes, algo que os outros jornais dirigidos aos trabalhadores contrariavam. Em seguida, atribuiu ao descaso e mesquinhez dos pais a não educação dos filhos. Os progenitores, afim de ganharem uns “tostões” a mais, atiravam as crianças em serviços exaustivos, não lhes restando tempo para frequentar a escola. Incapazes de

<sup>296</sup> *O Independente*, Porto Alegre, 21/3/1909, p. 1.

<sup>297</sup> Não foi possível averiguar a biografia do autor.

<sup>298</sup> *O Exemplo*, Porto Alegre, 22/8/1909, p. 1.

sacrificarem-se pelo futuro dos filhos, esses pais estariam comprometendo a formação de grandes empreendedores, exemplares chefes de família e cidadãos, bem como filhas obedientes, honestas e preparadas para a “nobilitante missão de esposa”.<sup>299</sup>

O Sr. Dutra parecia ter sofrido de esquecimento quanto às condições de vida do público a que se destinava o jornal – trabalhadores e negros. Para essas pessoas, priorizar a educação dos filhos não era um pequeno sacrifício, mas uma opção que poderia comprometer a sobrevivência de todo o grupo familiar. Não vamos negar que, para alguns pais, a educação possa ter sido encarada como supérflua, mas a generalização dessa conduta não recairia apenas em um erro comum, mas também reproduziria o discurso da elite, culpando os pobres por sua pobreza. Talvez muitos tenham sido os pais que sonhassem com um futuro melhor e mais digno para seus filhos, mas a dura realidade econômica não oferecia alternativa a não ser valer-se do trabalho infantil.

Como contraponto à educação conformadora promovida pelo Estado e por grandes empresários, setores organizados do operariado instituíram seus próprios grupos escolares, promovendo aos seus filhos e aos operários adultos, que não tiveram condições de frequentar a escola enquanto crianças, a oportunidade de instruírem-se por uma pedagogia libertária e racionalista. Entre elas citemos a *Escola Eliseu Reclus*, fundada em 1906 por anarquistas,<sup>300</sup> inspirada na pedagogia de Francisco Ferrer y Guardia.<sup>301</sup> Isabel Bilhão identifica as diferentes concepções referentes ao ensino entre socialistas e anarquistas:

<sup>299</sup> *O Exemplo*, Porto Alegre, 12/12/1909, p. 1.

<sup>300</sup> Eliseu Reclus (Jean Jacques Élisée Reclus), anarquista e geógrafo francês nascido em 1830, percorreu o mundo em virtude de seus estudos de geografia física e política, buscando compreender suas especificidades. Preso na Guerra Franco-prussiana (1870-71), foi condenado à deportação da França, contra a qual vários intelectuais se manifestaram. Se opunha a interferência do Estado e da Igreja sobre o funcionamento da sociedade. Era considerado o principal cientista e apoiador de Bakunin na I Internacional (ou AIT). Faleceu em Bruxelas, onde lecionava, em 1905. No entanto, em matéria do dia 22/10/1905, *A Democracia* (p. 1) reivindicava Reclus como um “eminente socialista”.

<sup>301</sup> BILHÃO, 1999, p. 29 e 33. No livro *Identidade e trabalho* (2008, p. 76), Bilhão apresenta a biografia do anarquista Francisco Ferrer, a qual tomarei emprestada: “Francisco Ferrer y Guardia [educador catalão], idealizador da pedagogia racionalista, assim chamada por contrapor-se às visões religiosas do ensino e por procurar, através da tradução e divulgação de obras científicas, desenvolver o espírito racionalista. Ferrer foi acusado de ser o mentor intelectual da “Semana Trágica”, de julho de 1909 – rebelião popular, ocorrida em Barcelona, propagada a partir de uma greve geral que se caracterizou pelo incêndio a conventos e na qual ocorreram confrontos diretos de operários e populares com as forças governamentais. Condenado à morte pelo governo do Rei Afonso XIII, foi fuzilado em 13 de outubro de 1909, na fortaleza de Montjuich”.

Ferrer criou em 1901, na cidade de Barcelona, Espanha, a Escola Moderna, onde aplicou sua pedagogia libertária que pregava a liberdade do ensino, a igualdade entre meninos e meninas e a valorização das potencialidades individuais. Foi inspirada nessa pedagogia que foram criadas, em Porto Alegre, a *Escola Eliseu Reclus* e a *Escola Moderna*. Obtivemos informações desta última a partir de 1914. Sua sede estava localizada na Rua Ramiro Barcelos, centro da capital, e onde lecionou Zenon de Almeida, líder anarquista. No entanto, como os jornais analisados não citam o funcionamento desta instituição, não a abordaremos neste momento. Mais informações sobre a metodologia e legado de Francisco Ferrer y Guardia ver: MARTINS, Angela Maria Souza. **Análise histórica da educação libertária no Brasil no início do século XX**. Disponível em: [www.histedbr.fae.unicamp.br](http://www.histedbr.fae.unicamp.br). Acesso em: 4 de março de 2010.

Para os socialistas é obrigação do Estado oferecer e ampliar o ensino básico e o ensino profissionalizante, inclusive obrigando os pais e responsáveis pelos menores a fazê-los frequentar a escola. Enquanto que os anarquistas mantêm, chamemos assim, uma visão particularista de educação. Em seu entendimento garantiriam, dessa maneira, uma forma autônoma de educação do operariado uma vez que impediriam a intervenção do Estado e por conseguinte da classe patronal nos conteúdos ministrados.<sup>302</sup>

Sem dúvida, a pedagogia de Ferrer aplicada na *Escola Eliseu Reclus* era revolucionária, em posição diametralmente oposta à metodologia ríspida, castradora e impositiva da instrução pública e dos colégios confessionais. Por isso, o jornal *A Luta*, em dezembro de 1906, noticiou o crescimento no número de alunos adeptos ao “ensino livre” defendido pela escola. Sem regulamentos, sem direção autoritária, sem a imposição de conhecimento por professores, a instituição “funciona[va] com a maior ordem e harmonia desejáveis”.<sup>303</sup> Em 1906 havia 40 sócios frequentadores das aulas que contribuíam voluntariamente. As matérias ministradas por professores voluntários eram: Aritmética, Álgebra, Economia, Política e Mecânica; Esperanto e Ortografia; Português, Geografia e História Social; História Universal e do Brasil; Português, Alemão Francês; Física, Química, História Natural e Caligrafia; Desenho gráfico; Ginástica Sueca; Anatomia descritiva e Física recreativa. Para a escola e os estudantes todas estas disciplinas representavam a oportunidade de aprender muito além do que se propunha a ensinar a instrução pública. A liberdade em educar e aprender era a marca desta escola:

Tudo ali é feito livre e voluntariamente: enquanto uns aprendem o que tem vontade de saber, outros ensinam o que podem e tem vontade de ensinar. E todos, sentindo e compreendendo os benéficos resultados da solidariedade, entregando-se às suas preocupações e aos seus deveres livremente assumidos, perante seus companheiros.<sup>304</sup>

Um dos endereços da *Escola Eliseu Reclus* foi a Rua General Câmara, esquina com a Rua dos Andradas, onde hoje funcionam uma loja de calçados no térreo e um restaurante no pavimento superior. As aulas ocorriam às terças e sextas-feiras, enquanto nos demais dias da semana a escola permanecia aberta das 19h às 22h para a leitura de livros, jornais e revistas pelos operários. A sua disposição estavam jornais de Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Montevideu, Rosário de Santa Fé, Paris, entre outros; já as revistas eram

---

Outras notas biográficas sobre Ferrer em: *A Luta*, Porto Alegre, 17/10/1909, p. 1-2; *Ibid.*, 13/10/1910, p. 1.

<sup>302</sup> BILHÃO, 1999, p. 33.

<sup>303</sup> *A Luta*, Porto Alegre, 1/12/1906, p. 2.

<sup>304</sup> *A Luta*, loc. cit.

provenientes de Portugal, Montevideu, Buenos Aires, Rio de Janeiro e Paris (esta editada em esperanto), todos com temática voltada aos interesses do operariado. A frase final da matéria veiculada pelo *A Luta*, “A entrada é franca a todos”, nos leva a entender que qualquer pessoa poderia frequentar a sala de leitura, mesmo que não participasse do círculo anarquista, tendo a oportunidade de “passar o tempo em útil instrução”.<sup>305</sup>

Seguindo o caminho aberto pela *Escola Eliseu Reclus*, o jornal *A Luta* noticiou a intenção dos anarquistas juntamente com o Sindicato dos Trabalhadores em Madeira<sup>306</sup> e o Club Recreativo 1º de Maio,<sup>307</sup> de fundar outra escola operária no bairro Navegantes, mais próxima aos trabalhadores, e com o mesmo objetivo de “torná-los homens conscientes na luta árdua pela existência”.<sup>308</sup> Nesse ambiente de “seleta convivência” e de promoção do ensino livre, os alunos seriam esclarecidos quanto ao real significado de “Pátria e Deus, Patriotismo e Crença, e mil outras mais trampolinices com que costumam ser explorados pela mesquinhez burguesa”.<sup>309</sup> Neste ambiente, mais do que conteúdos, o objetivo era desenvolver a inteligência, dignidade, solidariedade e independência, ou colocando em outros termos, além da formação intelectual, a escola visava a formação política de seus alunos, educando-os para um projeto social revolucionário que só seria viável com o apoio massivo das classes populares. Assim, coerentemente à sua proposta política, os anarquistas viam a necessidade primeira de educar sua base para então almejar sucesso nas lutas sindicais, greves e, mais adiante, a liquidação do Estado.

Também a União dos Pedreiros<sup>310</sup> teve a iniciativa de abrir aulas para adultos e crianças, diminuindo o déficit educacional no estado. *A Democracia*, ao noticiar o empreendimento de mais uma entidade de classe, reforçava que não é contrária à instrução pública, mas na falta desta, eram louváveis as iniciativas de grupos organizados com o objetivo de atender a um direito do povo que, como qualquer outra classe pagante de seus impostos, deveria ter acesso à educação. E demonstrando otimismo, o jornal dizia confiar na instalação da escola em “prédio que reúna todas as comodidades e confortos necessários”, diferentemente do que ocorreria nas escolas públicas, em que o professor utilizaria a melhor

<sup>305</sup> *A Luta*, Porto Alegre, 2/1/1907, p. 4.

<sup>306</sup> Entidade representativa da categoria profissional, reunindo trabalhadores de oficinas de carpintaria, marcenaria etc. Presidente: Carlos Macchi, que mantinha relações com os socialistas. Participou da “Greve dos 21 dias”, em 1906. Filiada à FORGS. Cf. BILHÃO, 1999.

<sup>307</sup> Também chamado de Grêmio Recreativo 1º de Maio, foi fundado em 1909, se destinava ao lazer, principalmente, dos trabalhadores, organizando bailes mensais. Não há evidências de sua filiação à FORGS. Cf. BILHÃO, op. cit., p. 70.

<sup>308</sup> *A Luta*, Porto Alegre, 22/2/1907, p. 1.

<sup>309</sup> *A Luta*, Porto Alegre, 22/2/1907, p. 1.

<sup>310</sup> Entidade representativa da categoria dos pedreiros. Presidente: José Macchi. Participou da “Greve dos 21 dias”, em 1906. Filiada à FORGS. Cf. BILHÃO, op. cit.

parte do prédio para a instalação de sua residência, enquanto que aos alunos restavam os locais escuros e desconfortáveis.<sup>311</sup>

Ao criticar a falta de aulas noturnas para a instrução dos trabalhadores, que “antes de ter podido acumular a bagagem intelectual de conhecimentos que fora necessário em toda vida e não podem quando com reflexão chegam a avaliar o mal que a falta de conhecimento lhes acarreta”, o jornal *O Exemplo*, em 12 de outubro de 1902, sugeria a criação de sua própria escola, pois se “o governo não cria escolas noturnas, criemo-as nós”.<sup>312</sup>

Em seguida, o jornal estipulava o horário de funcionamento das aulas (20h às 23h) e o conteúdo curricular de cada “divisão de ensino” (primeira, média e secundária) e suas respectivas classes, com ênfase em português, matemática e geografia. O Regulamento da instituição também foi expresso no jornal, composto dos seguintes artigos:

Art. 1º - Serão admitidos à preferência das aulas todos os indivíduos, independente de cor, sexo, nacionalidade, princípios religiosos ou profissão.

Art. 2º - Sob protesto algum poder-se-á cobrar dos alunos contribuições mensais que não sejam aquelas que voluntariamente a queiram dar como auxílio à manutenção da escola.

Art. 3º - Só duas penas existirão: a suspensão até 30 dias e a expulsão.

A primeira será aplicada pelo professor e a segunda pela direção.

Art. 4º - A direção escolar constará de todos os professores e dos representantes das associações que auxiliarem a manutenção da escola.

Art. 5º - A vida econômica da escola ficará a cargo de uma comissão econômica composta dos tesoureiros das associações e de um dos membros da redação do *O Exemplo*.

Art. 6º - Sendo as aulas da escola *O Exemplo* abertas a indivíduos de todas as crenças não devem os senhores professores em suas aulas predicar este ou aquele princípio religioso.

Art. 7º - Os alunos devem manter a maior seriedade durante as aulas e o respeito devidos aos seus colegas.<sup>313</sup>

Afirmando estarem pensando no bem coletivo, os entusiastas desta ideia solicitavam a ajuda voluntária de quem se dispusesse a lecionar ou contribuir para a aquisição de materiais. A exemplo da *Escola Eliseu Reclus*, o apoio dos trabalhadores seria essencial para a manutenção do projeto, mas a ajuda financeira não era obrigatória, nem contava com um valor mínimo previamente estipulado, cada um contribuía conforme podia. Ambas eram abertas a frequência por qualquer indivíduo e faziam questão de não manterem vínculos com confissões religiosas. No entanto, se distinguem quanto à presença de um corpo diretivo (inexistente na *Escola Eliseu Reclus*), de punições para transgressões e à existência de um programa de ensino, que na *Escola Noturna O Exemplo* era bem determinado. Ao que tudo

<sup>311</sup> *A Democracia*, Porto Alegre, 14/04/1907, p. 2.

<sup>312</sup> *O Exemplo*, Porto Alegre, 12/10/1902, p. 1.

<sup>313</sup> *O Exemplo*, Porto Alegre, 12/10/1902, p. 1.

indica, a proposta não saiu do papel (ou pelo menos não com esse nome), já que não há qualquer referência a seu funcionamento nem nos jornais, nem na bibliografia de apoio, tampouco em qualquer outra fonte documental.

A abertura de sala de leituras nas sedes dos jornais operários e nas entidades representativas e a iniciativa de construção do Ateneu Operário (do qual não há registros sobre sua inauguração e funcionamento, o que provavelmente não ocorreu em virtude das grandes dificuldades encontradas pelos operários em sua edificação) demonstrava a preocupação dos dirigentes da classe trabalhadora em proporcionar a ela informação, instrução e cultura livre dos paradigmas burgueses, com a qual os proletários se identificassem. Entre as atividades culturais proporcionadas aos trabalhadores estavam as encenações realizadas por grupos teatrais formados por suas entidades, a exibição de filmes de caráter político, apresentações musicais, além da disponibilidade de periódicos (em grande maioria de caráter proletário) e livros das mais diversas procedências para a consulta pelos associados.<sup>314</sup>

Os esforços do conjunto do proletariado em promover entre os seus mais do que educação, mas, principalmente, instrução, se ampara na certeza de que somente através do esclarecimento intelectual os trabalhadores poderiam conquistar a sua emancipação e tornarem-se a classe dirigente.

Enquanto os trabalhadores buscavam melhorar sua situação social, a elite investia continuamente em medidas normalizantes, conformando o modo de vida das classes populares ao ideal de moralidade por ela difundido. Nesse sentido, a imposição de novos status às mulheres e crianças foi fundamental para a imposição de novas formas de controle social, definindo os lugares a serem ocupados por cada indivíduo e determinando sua função para o progresso da sociedade. Essa preocupação intensiva com a delimitação de um universo feminino e infantil, longe do trabalho e da vida pública, será o foco a partir de agora.

---

<sup>314</sup> PETERSEN, 2001, p. 295.

#### 4 A “HARMONIA” FAMILIAR E O GERMÉN DA ORDEM E PROGRESSO

Os bons costumes traduziam-se em comportamentos que mais não eram do que um exercício de autocontrolo. (Jorge Crespo, História do Corpo).

Considerando que a proposta higienista de recuperar e preservar a saúde da sociedade passava pela moralização dos costumes de seus integrantes, claro se torna o peso que à família era atribuído como uma das instituições basilares deste processo. Como já foi afirmado anteriormente neste trabalho, o primeiro arquétipo de família a sofrer a ação médico-higienista foi a burguesa, mais suscetível as suas prescrições por um sentimento de valorização da classe. Por muito tempo, a família proletária assumiu a função de mau exemplo, mas sem que despertasse por parte da elite e dos governos a adoção de medidas moralizadoras para a sua conformação ao novo modelo social progressista. Tal situação se manteve até o expressivo aumento da industrialização brasileira, que acompanhou a instauração do regime republicano, e que diagnosticou a necessidade de formação de uma mão-de-obra vinculada às aspirações capitalistas, cumprindo sua árdua tarefa de forma ordeira.

Juntamente com o fator econômico, vislumbramos o despertar de uma nova visão sobre os integrantes da família, mais ligado à motivação moralista de salvaguardar imaginários construídos com a finalidade de sacralizar a instituição familiar e lutar contra a mácula dos lares.

Se entre a burguesia o lar permanecia seguro, entre os pobres a situação se alteraria. Mesmo com a valorização da família, também percebemos a preocupação presente no meio operário em preservar o elo mais frágil da cadeia produtiva: mulheres e crianças trabalhadoras. Submetidas a condições de trabalho degradantes e realizando tarefas muitas vezes incompatíveis com sua força física (principalmente com relação às crianças), esses trabalhadores mereceram atenção especial nas reclamações dos líderes sindicais. Porém, outros argumentos que observamos constantemente no discurso dos representantes da classe diziam respeito à degradação física e moral enfrentadas por esses trabalhadores, considerados frágeis e vulneráveis, desconexos ao ambiente opressor e aniquilador da fumegante indústria.

Tamanho empenho pela salvaguarda da integridade de mulheres e crianças trabalhadoras pode nos suscitar a seguinte dúvida: porque o mesmo discurso apelativo ao perigo da degeneração dos indivíduos não era reivindicado na mesma proporção para os

homens, visto que estes enfrentavam condições de trabalho tão daninhas quanto as dos anteriores. Bom, nesse sentido, podemos denotar a concepção de “sexo forte”, que trabalhava duro para ganhar a vida, que se sacrificava para garantir o sustento da família e, por esse mesmo motivo, deveria zelar por sua segurança e futuro.

Ao mesmo tempo, se delineia ante nossos olhos os fortes traços do discurso higienista já inserido na classe trabalhadora, voltando sua atenção para os dois alvos preferenciais da medicalização da sociedade. A mulher assumia sua função “divina” de ser mãe, responsável por gerar, criar e educar as gerações vindouras; já a criança seria o retrato do futuro do país, se bem criada, educada e conscientizada de seu papel social e biológico, poderia render bons frutos que continuariam contribuindo para o progresso nacional. Neste contexto de atribuição de novas funções sociais aos citados, o trabalho remunerado torna-se incompatível, devendo ser combatido para o sucesso da empreitada, como nos conta Margareth Rago:

Fora da fábrica, a redefinição das relações familiares, através da promoção de um novo modelo de mulher, voltada para o lar e de uma nova percepção cultural da criança, procura difundir entre a classe operária os valores burgueses da honestidade, da laboriosidade, da vida regrada e dessexualizada, do gosto pela privacidade, eliminando as práticas populares consideradas ameaçadoras para a estabilidade da ordem social.<sup>315</sup>

Mesmo com a tentativa de excluí-los do processo produtivo, mulheres e crianças avocariam a “missão” nobilíssima de preservarem-se para o bem da pátria e para a perfeita ordem social. Assim surge a nova “nobreza familiar”: a rainha e o príncipe do lar. Contudo, devemos ressaltar que a existência dessa nobreza não coincide com a realidade econômica e social enfrentadas pela parcela trabalhadora, gerando fortes antagonismos entre o discurso e a sua prática, conforme abordaremos mais detidamente em seguida.

#### 4.1 A ascensão da rainha do lar

Ao longo de toda a história, as mulheres sempre ocuparam um papel secundário, e quando falamos de mulheres comuns, sua existência tornava-se imperceptível. Tantos anos de ocultação sob a sombra dos atos dos “grandes homens” foram, num passado recente de apenas um século e meio, aproximadamente, minimizados pela expressiva importância que as

---

<sup>315</sup> RAGO, 1985, p. 27.

mulheres adquiriram no meio social. Ainda não eram alvo de discussão e estudos por seus feitos administrativos, suas tratativas econômicas ou sua ilustração científica, mas despertaram interesse justamente por aquilo que sempre fizeram desde o início de sua existência: servir à família. Tidas como o único sustentáculo familiar capaz de promover sua regeneração, a mulher teve voltada para si as mais diversas teorias e políticas, a fim de normatizar aquilo que de mais simples executava, agora revestido de ares de “salvação” da pátria.

Ana Paula Martins afirma que, até meados do século XIX, o corpo feminino passou por um intenso processo de gerenciamento, quando este se torna objeto de conhecimento e discursos normativos, elaborados para garantir “[...] o bom desempenho de suas funções reprodutivas e sociais [...]”.<sup>316</sup> A ideia de gerenciamento do corpo defendida por Martins se adéqua aos artigos que trataremos a seguir, principalmente “[...] se pensarmos no amplo conjunto dos discursos normativos que procurava fundar na Natureza as diferenças produzidas na vida social para manter hierarquias e relações de dominação”.<sup>317</sup>

Ainda durante o século XIX, a sexualidade feminina sofreu uma grande restrição, destinando-se unicamente à reprodução. Reservando o corpo feminino para cumprir as funções matrimoniais, de procriação e educação dos filhos, seus desejos foram duramente reprimidos, estabelecendo uma linha tênue entre as condutas morais e as patológicas, ou seja, todas aquelas que permitissem a satisfação de impulsos sexuais, entre eles a masturbação e a prostituição.<sup>318</sup>

Para a autora, essa relação ambígua, que negava o corpo ao mesmo tempo em que fazia recair sobre ele uma série de normas e interdições, tem origem na reorganização das relações de gênero na sociedade burguesa europeia após a ascensão das classes médias pelo desenvolvimento mercantil e industrial. Nesse cenário, as mulheres, que antes tinham alguma participação nas decisões domésticas e participavam da vida cultural, passam a estar reclusas no lar, protegendo a família e amparando o homem.

Considerando ser a maternidade a função primordial das mulheres, nada melhor do que desenvolvê-la desde cedo. Ao longo de todos os tempos, o brinquedo destinado às meninas, além das panelinhas, eram as bonecas, por estas representarem, segunda matéria do jornal anarquista *O Exemplo*, “uma das mais imperiosas necessidades” e “um dos mais encantadores instintos da infância feminina”. É fácil perceber que a brincadeira com bonecas

---

<sup>316</sup> MARTINS, 2004, p. 15.

<sup>317</sup> Ibidem, p. 15.

<sup>318</sup> Ibidem, p. 40-1.

nada mais é do que a preparação do “futuro da mulher”, de modo que “o primeiro filho é a continuação da última boneca”. A ligação íntima entre bonecas e maternidade pressupunha outros conceitos, como felicidade e completude, já que para o autor da matéria, “uma menina sem boneca é quase tão infeliz e tão completamente impossível como uma mulher sem filhos”,<sup>319</sup> ou seja, não haveria realização enquanto mulher sem casamento e filhos.

Em outro texto do autor publicado em *O Exemplo*, em 1902, o tema era a castidade. Nele, o mesmo autor, identificado como Vitor Hugo<sup>320</sup> descreve uma moça virgem em detalhes e com uma delicadeza ímpar, o qual reproduzimos abaixo:

#### **A Virgem**

O quarto de uma virgem é como o arcano de uma flor ainda por desabrochar, um floco alvo numa placa escura, célula íntima de um lírio por abrir, que as vistas do homem não devem devassar, enquanto ali não penetrarem os raios de sol.

Deve ser sagrada a mulher em botão.

Aquela cama que inocentemente se descobre; aquela adorável semi-nudez que até de si tem medo; aquele alvo pé que se refugia no bordado carmim; aquele seio que se vela em presença de um espelho, como se fosse um olho aberto sobre os mistérios desse seio; aquela camisa rapidamente chegada para os ombros, ao estalido de um móvel, ao rumor de uma sege na rua, aquele aconchego ao cordão de fitas de colchetes; aquele estremecimento de frio e de movimentos; aquela agitação quase volátil onde não há nada a temer; aqueles[sic] sucessivas fases do vestuário, aprazíveis como as da aurora, coisas tão impróprias para contar se é que indicá-las já não é demais...

A diferença das distâncias deve converter-se em respeito.

Ao pé da castidade, quem sequer sabe que é casta, a penugem do pêssego, o pólen da ameixa, o cristal radiado da neve, a asa da borboleta pulverizada, são tudo coisas grosseiras.

A donzela não é ainda uma estrela, é apenas o clarão d’um sonho.

A sua alcova fica oculta na parte escura do ideal.

Qualquer toque indiscreto da vista ofenderá aquela vaga penumbra.

Nesse caso a contemplação é uma profanação.<sup>321</sup>

O ser “divino” descrito nessas linhas seria a personificação da castidade idealizada, a representação da pureza e inocência que deveria caracterizar as meninas higienizadas, que preservariam essa riqueza na intimidade de seu quarto. O autor também estabelece que o desejo e a admiração pelas moças não deveria ultrapassar o limite da imaginação, o que por si só já seria uma “profanação”. Educadas para guardarem sua pureza e, em função disso, despertarem o interesse dos rapazes, essas jovens incorporavam em sua conduta a “missão”

<sup>319</sup> *O Exemplo*, Porto Alegre, 25/12/1910, p. 1.

<sup>320</sup> A única identificação que possuímos do autor é este pseudônimo publicado ao final das matérias. É certo que não se trata do grande autor francês, já que o estilo e a temática da escrita são bem distintos, assim como não há correspondência entre a época de vida do literato (1802-1885) e as colunas que abordavam temáticas atuais da época de publicação no jornal.

<sup>321</sup> *O Exemplo*, Porto Alegre, 25/11/1902, p. 2.

que lhes foi atribuída, convencidas a só revelarem seus delicados segredos na noite de núpcias.

Segundo Crespo, as mulheres centravam a vigilância dos higienistas, preocupados com o fantasma da degenerescência, pois acreditavam que elas não estariam preparadas para cumprir sua função social tanto do ponto de vista biológico (seus organismos não estariam aptos a desenvolverem seres robustos e vigorosos), como moral (já que apresentavam maior disponibilidade à ociosidade, gerando, além do mau exemplo, “fonte de distração e prazer para os homens vocacionados para uma vida de utilidade”).<sup>322</sup>

Sob o estigma da “mulher-eva”, aquela que tenta o homem, que é estimuladora da luxúria e do ócio, o gênero feminino carregou a maior responsabilidade sobre a degeneração social, o que explica a urgência da medicalização de sua sexualidade, como diz Crespo:

[...] se fosse necessário reunir num ser humano todos os males da ociosidade era numa figura de mulher que, com maior facilidade, se poderia encontrar a pretendida síntese. A regeneração estaria em causa sempre que as jovens mulheres não eram bem educadas, ou seja, formadas numa perspectiva de utilidade e de contenção dos gestos, de apoio generoso aos homens de trabalho.<sup>323</sup>

Para as classes mais abastadas, a formação dada às moças para tornarem-se mães e esposas exemplares era garantida pelas orientações maternas e a ajuda extra de professores particulares e cursos escolares específicos para as meninas. Conforme Pesavento, sua educação limitava-se aos conhecimentos do ensino elementar e às prendas domésticas, aumentando, dessa forma, as chances de conseguirem um bom casamento. Pensando em auxiliar no cumprimento de tão nobre missão, o Colégio Sévigné integrou ao seu quadro curricular, em 1900, um curso preparatório, além da oferta de curso Normal, única alternativa para “moças de boa família” desempenharem uma profissão, sem serem estigmatizadas por isso.<sup>324</sup>

Enquanto algumas mulheres tinham o privilégio da ociosidade ou de ocupar seu tempo com cursos preparatórios para o matrimônio, outras, desde cedo, se atiravam ao trabalho árduo, fosse nas atividades domésticas ou num galpão de indústria. Mas nem mesmo esse diferencial livrou as mulheres pobres das cobranças e desconfianças em relação ao exercício de uma profissão. Os riscos de permanecerem longa jornada afastadas do lar e imersas num

<sup>322</sup> CRESPO, 1990, p. 491-2.

<sup>323</sup> Ibidem, p. 493-4.

<sup>324</sup> PESAVENTO, 1995, p. 74. Considerando que, na época englobada por este trabalho, o desenvolvimento de qualquer atividade profissional, principalmente por moças da elite, não era vista com bons olhos, o magistério configurava-se como uma exceção, já que era entendido como uma extensão da função materna, a de educar e orientar as crianças a enquadrarem-se na ordem social vigente.

ambiente culturalmente masculino iam desde a “perdição” dos filhos, a sua corrupção biológica e moral e a insatisfação dos maridos.

A entrada das mulheres no mercado de trabalho, na melhor das hipóteses, era vista como resultado de uma necessidade sócio-econômica, já que o marido não ganharia o suficiente para garantir o sustento da família. Nesse caso, a mulher se “submeteria” a trabalhar fora para o bem de seus filhinhos. Dessa forma, a regulamentação de direitos trabalhistas que englobassem a realidade feminina, bem como garantissem a equiparidade salarial e o fim do assédio no ambiente de trabalho diminuiria os prejuízos da inserção de mulheres no recinto fabril.

Já para outros setores da sociedade, alguns ligados à Igreja e outros dentro do próprio operariado, a concessão de direitos estaria incentivando a permanência feminina fora do lar, assim, o que se deveria priorizar era a melhoria de salários, benefícios, condições de trabalho e redução de carga horária para os homens, para que esses tivessem condições, enfim, de deixarem suas esposas concentradas na execução eficiente dos serviços domésticos e da educação das crianças. Martha de Abreu Esteves pondera que “a mulher trabalhadora ameaçava, a nível simbólico, a família, porque se tornaria liberada do marido e inviabilizaria a sua posse pelo homem. Assim, a mulher pobre que precisava trabalhar trazia em si mesma uma doença, por não se reduzir ao papel de mãe, fator fundamental, junto com o machismo, para a estabilidade conjugal”.<sup>325</sup>

Mas, se as mulheres enfrentavam sérios problemas para terem reconhecidos seus direitos no ambiente de trabalho, o que não dizer daquelas que precisavam frequentar as vias públicas desacompanhadas. No dia 7 de novembro de 1910, o jornal *O Independente* publicou a seguinte nota: “- D. Elisa Arciles, moça ainda, andava à meia-noite pela rua, sendo perseguida por um homem. Não querendo conversa, disparou, caindo e partindo o frontispício. Também quem não quer ser *perseguida*, não anda sozinha à meia-noite”.<sup>326</sup> Sem dúvida, o fechamento da nota traduzia a opinião de tantos outros cidadãos, que utilizavam como parâmetro para a análise da moral feminina os lugares e horários que passavam, bem como se estavam acompanhadas ou não. Nas circunstâncias acima descritas, Elisa corresponderia ao perfil de mulher leviana e, portanto, não teria motivos para se queixar do medo, do ultraje e até mesmo dos ferimentos provocados pela perseguição.

Alguns anos antes, mais especificamente em 1907, o periódico *A Democracia* publicava matéria abordando os gracejos proferidos por homens às mulheres que se

---

<sup>325</sup> ESTEVES, 1989, p. 79. Sobre o mesmo assunto ver: COSTA, J., 1983; RAGO, 1991.

<sup>326</sup> *O Independente*, Porto Alegre, 7/12/1910, p. 2.

encontravam desacompanhadas pelas ruas, classificando como imorais não as mulheres, que por necessidade se submetiam a tal situação, mas os homens, que dela se aproveitavam para cortejá-las, muitas vezes, de modo grosseiro e até agressivo. Esses indivíduos que não sabiam respeitar uma mulher em via pública, mas que, em seu círculo social, pregavam a moralidade dos comportamentos, foram adjetivados como “[...] miseráveis que julgam que a mulher quando transita sozinha nas ruas tem a moralidade em suspeição”.<sup>327</sup>

Sobre isto, Cláudia Mauch lembra que, sendo atribuídas aos pobres as desordens e vícios, às mulheres pobres recaiam preconceitos ligados mais à classe econômica a que pertenciam do que à sua conduta, ou como explica a autora, “[...] vê-se boa parte das mulheres pobres da cidade terem sua honestidade atirada no lixo por apresentarem certos traços de comportamento que as desqualificava moralmente perante o olhar dos jornalistas”.<sup>328</sup> Da mesma forma, a autora ressalta que, pelo fato de muitas mulheres desenvolverem suas atividades profissionais nas ruas, como era o caso das vendedoras ambulantes e lavadeiras, andar pelas ruas da cidade teria significados diferentes entre mulheres de classes sociais distintas.<sup>329</sup>

Comparando o modo de vida das moças pertencentes às classes populares com os preceitos higiênicos da época, especialmente no que concerne à sexualidade, Esteves lança a seguinte argumentação, que consideramos digna de transcrição:

[...] é exatamente a prática de muitas ofendidas pobres que permite pensar a hipótese de a honra, para elas, ter significado distinto, apesar da difusão de valores higiênicos. Tinham relações sexuais sem passarem, pelo menos, por um longo namoro. Arriscavam declarar conquistas amorosas, sem perceberem que a passividade deveria ser a marca de seu procedimento. Sentem prazer na relação sexual e procuram esse prazer, quando, na realidade, para médicos e juristas, a maternidade deveria ser o único objetivo. Saíam só e voltavam tarde, não renunciando (e como poderiam?) ao lazer na rua ou à necessidade de sobrevivência. Usavam um vocabulário por vezes “vulgar”. Não trocavam um amasiamento amoroso por um casamento formal. Moças com essa prática não podem ter pensado em casamento ou na perda da virgindade da mesma forma que os juristas. Não que existissem regras de honestidade, de namoro ou de casamento, só que certamente, eram diferentes dos exigidos pelos valores de honra dos juristas.<sup>330</sup>

As mulheres poderiam ter noções morais distintas daquelas impostas pela elite social, no entanto, quando o assunto é violência sexual, o padrão comportamental parece aproximar-se. Relatando um caso de defloração praticado por um farmacêutico, o Sr. Rocha, contra sua funcionária, menor de idade, o jornal *O Exemplo*, de junho de 1910, indignava-se com a

<sup>327</sup> *A Democracia*, Porto Alegre, 14/2/1907, p. 2.

<sup>328</sup> MAUCH, 2004, p. 101.

<sup>329</sup> *Ibidem*, p. 101. Sobre o trânsito de mulheres pobres desacompanhadas pelas ruas, ver: ESTEVES, 1989.

<sup>330</sup> ESTEVES, *op. cit.*, p. 119.

impunidade do estuprador, que mesmo com o depoimento da vítima e de sua mãe incriminando-o, saiu impune com o arquivamento do processo. Para o jornal, sua impunidade se relaciona com a posição social ocupada pelo acusado, um burguês de fama, enquanto que a vítima era uma moça humilde, e em virtude de sua pobreza, se viu forçada a empregar-se para sobreviver, submetendo-se os perigos da rua e do convívio com homens. A violência física e psíquica sofrida pela moça não entra na análise, possivelmente nem é lembrada, pois o pior crime praticado pelo Sr. Rocha foi o

[...] roubo à honra d'uma donzela, que, para se manter, procurou trabalho em vossa casa, encontrando a desonra, quando pensava que sobre a sua cabeça, pousasse a mão honrada de um pai, de um chefe de família, que vela pelo caráter dos filhos, pelo pudor das filhas, e, não o estigma que fará dela uma prostituta enquanto o senhor irá subindo no conceito desta sociedade esfarrapada.<sup>331</sup>

Pela ótica do jornal, o patrão deveria cumprir o papel de pai, de protetor da honra da moça enquanto esta estivesse fora de casa, longe da supervisão dos pais biológicos. Daí depreendemos também qual o conceito veiculado de pai: aquele que, usando de sua autoridade e sabedoria incontestáveis, guiaria a vida de seus filhos de acordo com os princípios morais. Essa era a conduta que se esperava de um pai, mas que nem sempre foi correspondida. O patrão nada mais seria do que um pai simbólico, cujo único vínculo que mantinha com a vítima era empregatício e, esperava-se, moral, não sendo este último forte o suficiente para evitar uma relação carnal forçada.

E falando de relações carnavais forçadas, percebemos como a moral confunde o significado das palavras estupro, sedução e defloramento.<sup>332</sup> Elas foram usadas como sinônimos no artigo “A moral de luto!”, redigido por Xavier da Costa e publicado no jornal *A Democracia* em agosto de 1905, em que relatava a, digamos, perda de virgindade das gêmeas Branca e Morena, moradoras de Viamão. Conforme a primeira informação prestada pelo articulista, as meninas foram “seduzidas pelas ‘palestras aproveitáveis e úteis’ de um homem casado e de um moço solteiro – ambos de posição social”.<sup>333</sup> Logo após, ao comentar sobre o exame clínico a que as jovens foram submetidas, Xavier da Costa já se referia ao estupro. Em seguida, novamente, Xavier da Costa volta ao sentido de defloramento, ao condenar os

<sup>331</sup> *O Exemplo*, Porto Alegre, 5/6/1910, p. 1

<sup>332</sup> Segundo o Código Penal Brasileiro de 1890 (Título VIII, Capítulo I), em vigor na época, a violência carnal se distinguia entre atentado ao pudor (saciar “paixões lascivas” ou “depravação moral” por meio de violência ou ameaça); defloramento de menor (desvirginar um menor de idade com emprego de sedução, engano ou fraude) e estupro (ato sexual forçado por meio violento contra mulher virgem ou não. Sendo ela “mulher pública” ou prostituta, a pena seria mais branda). Extraído de: [http://www.ciespi.org.br/base\\_legis/legislacao/DEC20a.html](http://www.ciespi.org.br/base_legis/legislacao/DEC20a.html).

<sup>333</sup> *A Democracia*, Porto Alegre, 13/8/1905, p. 1.

acusados pelo “duplo abuso da imbecil ingenuidade de duas meninas a quem falta a educação protetora do pudor da mulher”. No artigo não havia referência à idade das gêmeas, a qual poderia nos ajudar a definir o delito segundo a legislação penal da época, mas fica claro que a relação sexual entre as moças e os acusados foi consentida pelas primeiras, iludidas ou não.

A matéria prossegue com o desenrolar do processo e o envolvimento da sociedade na defesa da honra das meninas de Viamão. Mas aí houve uma reviravolta no processo: o pai, que até então era o mais entusiasmado pela punição dos acusados, pediu o arquivamento do processo e remeteu a um dos deflорadores uma carta elogiosa. Citando informações publicadas no *Petit Journal*,<sup>334</sup> Xavier da Costa diz que o motivo seria um acordo firmado entre as partes, em que os acusados pagaram quatro contos de réis para que o pai retirasse a queixa, o que mereceu resposta imediata do redator: “Mas será mesmo possível, que haja um pai que a troco de uns contos de réis se esqueça da honra de suas filhas?”<sup>335</sup> Mais uma vez, o que se cobra é a reparação da honra, e não a punição pela agressão sofrida pelas vítimas (o que não parece ser o caso); e ao pai, que não soube zelar pelo pudor de suas filhas a tempo, caberia lutar pela condenação dos “malfeitores”.

O que Xavier da Costa não compreendeu é que, de certa forma, foi isso que fez o pai. Sabendo que o “mal” já estava feito e não poderia ser reparado com o casamento (por um deles já ser casado e o jovem solteiro pertencer à elite, portanto não aceitaria em casamento uma menina pobre), que pelo menos houvesse uma compensação financeira pelo “contratempo”. Afinal, as moças se entregaram espontaneamente, portanto, não haveria crime a ser punido. E ao contrário do que diz o redator, o pai não vendeu a honra de suas filhas, apenas recebeu uma indenização por perdas e danos.

Também preocupados com o futuro da sociedade, os socialistas de *A Democracia* publicaram uma matéria de seu co-irmão *Avanti*, de São Paulo, condenando o neo-malthusianismo que, conforme o periódico, havia se instaurado entre socialistas e anarquistas.<sup>336</sup> Distorcendo as práticas dos grupos em questão – que na verdade propunham a redução e controle da natalidade entre a classe operária, como uma forma de melhorar a sua qualidade de vida – para aproximá-las às ideias de Malthus, o jornal atribuía aos envolvidos a degeneração dos indivíduos vítimas de seus intentos, como demonstra o seguinte trecho:

---

<sup>334</sup> O *Petit Journal*, diário de impresso em Porto Alegre em torno de 1910, se caracterizava pela proximidade com os socialistas, já que um de seus editores, Carlos Cavaco, foi militante socialista e mantinha relações com Francisco Xavier da Costa.

<sup>335</sup> *A Democracia*, op. cit., p. 1.

<sup>336</sup> *A Democracia*, Porto Alegre, 24/03/1907, p. 1.

[...] mas do complexo das nossas observações estamos autorizados a deduzir que essas práticas, como tudo quanto é anti-natural, são causa, quiçá direta, indubitável e importantíssima, de muitas desordens no organismo, especialmente nervosas, que tornam infelizes muitíssimas existências e contribuem para essas degenerações físicas, intelectuais e morais deploradas universalmente e contra as quais não se sabe como encontrar remédio eficaz.<sup>337</sup>

À política de “greve de ventres”, como foi chamada pelos socialistas, foi atribuída a uma concepção equívoca de diminuição de desigualdades sociais e da exploração burguesa, pois a riqueza do proletariado (como a palavra literalmente sugere) são seus filhos, que auxiliariam na economia doméstica pelo seu trabalho. E mais, previam que quanto maior fosse a classe proletária, mais facilmente esta conseguiria se impor, por isso acreditavam que seria “[...] cometer um crime aconselhar aos operários que envenenem os prazeres do amor com cálculos falazes e com sujas manobras. Não e não. O amor fecundo que tenha livre expansão e aumente, aumente sempre as falanges proletárias”.

A expressão de tanto “amor fecundo” recairia sobre as mulheres, responsáveis por gerar, alimentar, cuidar e educar os filhos que a natureza lhes designar. Por esse motivo, talvez possamos arriscar o palpite de que a “divinização” da maternidade ecoasse mais no universo masculino do que no feminino. Não menosprezando a convicção das jovens que se preparavam para cumprir de forma irrepreensível o seu “destino”, também não podemos esquecer daquelas para quem a maternidade não passava de um acidente, um infortúnio ou uma punição. Mesmo dotadas pela ciência e pelo senso comum do “dom” de serem mães carinhosas e abnegadas, muitas mulheres contrariavam as expectativas nela depositadas ao renegar o fruto de seu ventre.

Práticas como o abandono de recém-nascidos em lugares ermos ou na roda dos expostos da Santa Casa de Misericórdia, bem como o aborto ou o infanticídio eram execrados por todas as esferas sociais, como reflexo da “monstruosidade” de mulheres perversas, “criminosas natas”. Já Pesavento destaca a miséria como fator preponderante que impelia mães a desfazerem-se de seus filhos.<sup>338</sup>

Sem cair em reducionismos como o da perversidade intrínseca, mas também indo além da justificativa sócio-econômica, podemos levantar outras hipóteses para o abandono ou assassinato de bebês por suas mães, entre elas causas psíquicas, como uma possível depressão pós-parto; motivações morais, como o nascimento de um filho fora do casamento; e até mesmo pessoais, como o simples fato de não desejar ser mãe, perder sua liberdade, ter o corpo modificado, não considerar-se apta a desempenhar essa função, etc.

<sup>337</sup> *A Democracia*, Porto Alegre, 24/03/1907, p. 1.

<sup>338</sup> PESAVENTO, 1995, p. 77.

Alguma destas hipóteses poderia explicar por que a italiana Idala Faldassiri, a “mãe monstro”, enterrou vivo seu filho ilegítimo e logo após fugiu para Buenos Aires. Esse fato, sem dúvida, foi chocante para a sociedade local, acarretando na total desconsideração dos motivos para o ato dessa mãe e provocando a associação do infanticídio a uma monstruosidade intrínseca. Nesse momento, o que causou comoção não foi apenas o fato de um incapaz ter sido vítima de tal violência, mas também por seu algoz ser sua mãe, que deveria protegê-lo, o que ia de encontro às concepções morais da época quanto à função social da mulher e da criança.

Neste sentido, Raquel Soihet argumenta que a imposição de uma conduta exclusivamente maternal às mulheres as “[...] impedia não só de usufruir do prazer, como de obstar a possibilidade de um filho não desejado, mergulhando tantas mulheres no desespero, no crime, na loucura, na prostituição”.<sup>339</sup> O “impasse existencial” criado entre o discurso sobre o papel feminino e a realidade de vida e a vontade destas mulheres, é classificado pela autora como uma forma de violência contra a mulher, já que não coube a ela decidir sobre seu destino.

Fica evidente a interiorização do discurso burguês pela imprensa proletária, reproduzindo os mesmos padrões morais adotados pela classe dirigente, conforme observou Silvia Petersen: “Se como projeto social o discurso operário se opõe ao discurso burguês, nada leva a crer, a partir das evidências encontradas, que houvesse uma grande diferença entre eles quando estabeleceram a natureza dos papéis sexuais, nos quais reproduzem o mecanismo da dominação patriarcal que atravessavam as classes”.<sup>340</sup>

Enquanto os socialistas reafirmam a condição feminina ligada ao matrimônio e à maternidade, nas páginas dos jornais libertários encontramos uma suposta redenção das mulheres. Ao contrário das outras folhas operárias que faziam questão de exaltar a nobre tarefa de ser mãe, esposa e dona-de-casa, o periódico *A Luta* contestava o lugar social e familiar ocupado pela mulher, “vítima predestinada aos caprichos, às paixões e algumas vezes à tirania do homem”.<sup>341</sup> Com essa frase lacônica, o jornal contestava a injusta desigualdade entre homens e mulheres, dando como exemplo a educação deficitária, a servil vida doméstica, a inferioridade na vida social, e a desqualificação para a ocupação de certas funções que atingia o sexo feminino. A consequência premeditada desta situação seria sua

---

<sup>339</sup> SOIHET, 1989, p. 10. Na mesma obra, a autora aborda a teoria lombrosiana sobre as mulheres criminosas, definindo-as como criminosas natas (perversas, degeneradas e masculinizadas), criminosas por ocasião (femininas, mas com tendência latente ao delito) e criminosas por paixão (agem por impulso). Ver também: SILVEIRA, 2005.

<sup>340</sup> PETERSEN, 2001, p. 31-2.

<sup>341</sup> *A Luta*, 2/3/1907, p. 2.

dependência econômica e social do homem. O homem seria o grande algoz da mulher, por enganá-la, explorá-la, abandoná-la, ou seja, desgraçar sua vida e ensiná-la a reproduzir o mesmo comportamento com outrem, tornando-se, o homem, “inimigo de sua própria felicidade”.<sup>342</sup>

Nesse sentido, todas as agruras da vida de uma mulher seriam provocadas, em última instância, pelo homem. Refém de seus desígnios, caberia à mulher reagir às ações masculinas, ou seja, seria ela apenas uma “agente da passiva”, presa às iniciativas varoas. Vítima, indefesa, ingênua... os mesmos adjetivos se repetem para designar a mulher: “Não há espetáculo mais revoltante que o duma rapariga enganada e abandonada, com um filho nos braços, por um miserável que ri da patifaria que fez e dos sofrimentos que causou...”.<sup>343</sup> Até mesmo da prostituição não haveria escapatória, já que esta “é imposta à rapariga pobre como ao camponês é imposto o trabalho de enxada”.<sup>344</sup> Denunciando a indústria da prostituição, o jornal expunha a sua lógica: criar condições que impilam ao meretrício, recrutando “de um lado as vítimas e de outro os consumidores”.<sup>345</sup> Novamente a mulher é “recrutada” à submissão ou pela exploração capitalista ou pela volúpia masculina, mas nunca protagonista de seu destino.

Neste longo artigo, vários temas são abordados, mas todos se relacionam diretamente à situação social da mulher. Após denunciar a “fábrica” de prostituição instituída pelo capitalismo, o texto voltou-se para a família, demonstrando que a classe operária, mais especificamente seus dirigentes, ao mesmo tempo em que adotavam conceitos e sofriam a medicalização imposta pelos governos e médicos, buscaram se diferenciar da elite nos aspectos cotidianos, como a formação da família. Segundo o jornal, a família burguesa era considerada um simulacro, pois opção de alguns casais em não ter filhos descaracterizá-la-ia enquanto família.<sup>346</sup> Situação oposta vivia o proletariado, cuja abundância da prole se enquadrava nas concepções mais arcaicas de grupo familiar.

Mesmo após essa defesa da família e da extensiva procriação, os socialistas de *A Democracia* acusavam os anarquistas de quererem acabar com a instituição familiar, referindo-se

[...] ao cinismo com que os tais propagandistas do anarquismo em Porto Alegre pregam entre o operariado a dissolução da família, o abandono dos princípios

<sup>342</sup> *A Luta*, 2/3/1907, p. 2.

<sup>343</sup> *A Luta*, loc. cit.

<sup>344</sup> *A Luta*, loc. cit.

<sup>345</sup> *A Luta*, loc. cit.

<sup>346</sup> *A Luta*, Porto Alegre, 2/3/1907, p. 2

fundamentais da constituição legal da mesma na sociedade hodierna, e a sua substituição pelo concubinato, pelo amasiamento ou – perdoem-nos os castos de linguagem a aspeza da palavra, no caso, - pela *amigação*.<sup>347</sup>

Nem bem o articulista espera o leitor se refazer do choque para prosseguir sua denúncia: “O anarquista (tomem bem nota disso os operários, especialmente, e o público em geral) não faz de sua doutrina pontos importantes apenas a *amigação* e o uso de injeções e outros meios para que as esposas dos operários não tenham filhos; quer também **a abolição da fidelidade conjugal**” (grifo original).<sup>348</sup>

Tais afirmações baseiam-se num folheto distribuído pelas ruas da capital com texto de autoria de René Chaughi,<sup>349</sup> que ao citar Proudhon sobre a arbitrariedade da existência de propriedade privada, repassa o mesmo raciocínio para as relações pessoais. Seguindo o seu discurso, o articulista escreve:

Coloque-se, pois, ao lado disso este pedacinho de ouro da *Immoralité du Mariage*, de Chaughi, (publicado em folheto pelo *Libertaire*, de Paris, em 189[?]) “**a fidelidade conjugal é uma questão de propriedade, não de moral**” [...] e ter-se-á, conseqüentemente, a prova indiscutível de que os famigerados exploradores do latente desgosto da classe operária em face das revoltantes injustiças do burguezismo [sic] – não querem nem aconselham ao proletariado, no caso, outra coisa senão a completa prostituição!<sup>350</sup>

Ledo engano, os planos da burguesia eram justamente contrários a essa acusação. Mas enquanto o embate se estende, os libertários, se apoiando em Eliseu Réclus, e os socialistas, em Cesare Lombroso, sobram acusações até para Maurer, que juntamente com sua esposa, Jacobina Maurer, liderou os Muckers,<sup>351</sup> segundo *A Democracia*, caracterizados por sua

<sup>347</sup> *A Democracia*, Porto Alegre, 28/2/1907, p. 1 (grifo original).

<sup>348</sup> *A Democracia*, Porto Alegre, 28/2/1907, p. 1.

<sup>349</sup> René Chaughi era o pseudônimo utilizado por Henri Gauche (1870-1926), militante anarquista francês que se dedicava à literatura e poesias sobre temas políticos, participando como colaborador da revista *La Révolte* e da fundação de *La Revue Anarchiste*, em 1893, mesmo ano em que se torna colaborador de *La Revue Libertaire*. Devido à perseguição pela polícia, exila-se na Bélgica e depois Holanda. Em 1914 retorna à França, onde adota o codinome René Chaughi e colabora com o jornal *Temps Nouveaux* durante vinte anos. Lutou como voluntário na Primeira Guerra. Com o final da guerra, passou a frequentar reuniões mensais do grupo de *Temps Nouveaux* até se retirar para Elancourt, onde permaneceu até sua morte. (biografia disponível no site [militants-anarchistes.info/spip.php?article2039](http://militants-anarchistes.info/spip.php?article2039). Tradução nossa)

<sup>350</sup> *A Democracia*, Porto Alegre, 28/2/1907, p. 1.

<sup>351</sup> Os Muckers eram imigrantes alemães que habitavam o morro Ferrabrás, pertencente ao atual município de Sapiranga – RS, e faziam parte de uma seita messiânica liderada por Jacobina Maurer, que dizia ser a reencarnação de Cristo. Sua existência provocou conflitos com outros imigrantes que moravam na zona central do distrito do Padre Eterno, como era denominada a localidade na época, pertencente a São Leopoldo. As constantes agressões entre os grupos culminou com a chegada das tropas lideradas pelo Coronel Genuíno Sampaio, em junho de 1874, que promoveu a chacina dos integrantes da seita. Mais informações ver: AMADO, Janaína. **A revolta dos Mucker**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2002.

“hediondez libertina”. A “libertinagem” propagandeada pelos “libertários” ganhou contornos maléficos, capazes de implodirem a sociedade e o que dela ainda restava de bom.

Mas pode ser, também, que esses que andam por aqui a apregoar que a felicidade dos proletários depende dos mesmos se tornarem anarquistas não passem de indivíduos maus, merecedores de castigo, invejosos do bem-estar alheio – mesmo relativo – e cuja alegria eleva-se, por isso, a proporção que vejam a desonra, a prostituição, a miséria, a fome, as perseguições de patrões e da polícia, toda a corte de desgraças, em suma, arrastando o incauto trabalhador, que acreditar neles, ao mais terrível desespero, a esse desespero que leva o homem à prática das maiores loucuras, desde o abandono injusto das sagradas obrigações de filho, esposo ou pai até à inconsciente destruição de fábricas, ao roubo, ao assalto aos armazéns e ao assassinato de proprietários e de autoridades burguesas!<sup>352</sup>

Quantas desgraças poderiam se abater sobre aqueles que se entregassem ao anarquismo e ao “amor livre”!

Enquanto isso, o periódico *O Exemplo*, em 3 de setembro de 1909, distribuía elogios à alma feminina, cujo coração seria “um manancial inexaurível de bondade, de amor, de piedade e perdão”.<sup>353</sup> Acima do gênero masculino por sua benevolência intrínseca, as mulheres eram perfeitamente representadas pela imagem de Maria, mãe de Jesus, símbolo de grandeza e generosidade. Para o autor, Angelo Jorge,<sup>354</sup> maior do que o coração de uma mulher, só o de uma mãe, e sua “vida de sacrifício e abnegação”. O instinto materno afloraria ainda na infância, quando a menina brincava de bonecas, ensaiando o cumprimento de seu destino:

E assim o coração das mulheres, o coração das mães, é grande e nobre no seu destino vital, ele que, desprezado por todos os [ilegível], calcado por todos os tiranos, arremessado para a degradação do lupanar, para o sofrimento da traição, há de algum dia regenerar a humanidade quando, deparado das imperfeições da vida moderna, souber educar seus filhos do seu amor no culto da verdade e da justiça para todos os que pisam a terra.<sup>355</sup>

A posição da mulher de companheira e responsável pelo destino dos homens é exaltada neste trecho de *O Exemplo* datado de janeiro de 1910: “A mulher faz do homem o seu ideal, procurando sempre levá-lo a prática do bem; já pelos conselhos, ou pela sua força

<sup>352</sup> *A Democracia*, Porto Alegre, 28/2/1907, p. 1.

<sup>353</sup> *O Exemplo*, Porto Alegre, 3/9/1909, p. 1

<sup>354</sup> Assim como ocorre com outros articulistas, não foi possível averiguar a biografia ou até mesmo a verdadeira identidade do autor chamado de Angelo Jorge.

<sup>355</sup> *O Exemplo*, op. cit., p. 1.

hercúlea do sexo, ela conduz pela mão, guiando-o, tal qual as almas caridosas conduzem pelas ruas da cidade o cego [...]”.<sup>356</sup>

Dotadas de almas tão elevadas, a instrução feminina não deveria voltar-se à execução de funções ordinárias como boticária, jurista, filósofa, literata ou doutora, mas a uma atividade mais nobre e valorosa, a de mãe e esposa. Assim, a educação das mulheres se restringiria às tarefas do lar que, para o autor, seriam muito mais importantes do que aquelas executadas em seu exterior, afinal, “organizar e dirigir o interior de uma casa digna, risonha, aprazível, é tarefa que demanda uma inteligência altamente esclarecida, o gozo mais sabiamente cultivado, os hábitos de ordem mais metodicamente estudados e mais trabalhosamente contraídos”.<sup>357</sup> Valendo-se da máxima que afirma que “por trás de um grande homem há uma grande mulher”, o autor encerra suas orientações frisando a importância de um lar harmônico, de boa comida, do asseio, da decoração agradável e da subordinação da mulher ao “gênio” masculino.<sup>358</sup>

Até a coluna “A Mulher” redigida por Soledad Gustavo<sup>359</sup> em *A Luta*, adotava posicionamento semelhante, mas com algumas distinções, como sua afirmação de que a sociedade não veria a mulher como um “móvel de vitrina”, cuja única serventia seria desfilar em público ostentando sua riqueza. Considerando o trabalho “uma lei da natureza”, “base onde se assenta a higiene pública”, “sustentáculo da sociedade e o impulsor do progresso humano”,<sup>360</sup> o periódico não condenava o trabalho feminino, mas também não o incentivava. Seu texto deixa claro que o valoroso labor deveria ser executado por homens, enquanto que às mulheres caberia a contribuição ao seu descanso.

Todavia, se este ideal estava longe da realidade, não lhes restava alternativa a não ser submeter-se às regras do jogo, por mais desiguais e injustas que fossem. Para a colunista, o antagonismo dessa situação estava entre os discursos de exaltação da condição feminina e o seu jugo no ambiente de trabalho e em sua casa. Assim, a proposta defendida pela autora é a libertação feminina da exploração masculina e capitalista, para que ela possa, finalmente, cumprir seu destino: servir de apoio ao homem:

No entanto, que o tenha presente o homem, a mulher cedo ou tarde chegará a dignificar-se, ainda que não possa contar com o seu apoio dele, e isto será quando a mulher, fazendo-se superior às suas preocupações, deixe de ser pária, a escrava da

<sup>356</sup> *O Exemplo*, Porto Alegre, 9/1/1910, p. 1.

<sup>357</sup> *O Exemplo*, Porto Alegre, 12/6/1910, p. 1.

<sup>358</sup> *O Exemplo*, loc. cit.

<sup>359</sup> Não foi possível averiguar a biografia da autora.

<sup>360</sup> *A Luta*, Porto Alegre, 2/1/1907, p. 2

sociedade para se converter no que realmente é: o *factótum* de todas as ações do homem.<sup>361</sup>

Com o mesmo nome, mas em periódico diferente, a coluna “A Mulher” publicada em *A Democracia*, escrita por outra mulher, Maria de Oliveira,<sup>362</sup> colaboradora assídua do referido jornal, também aproveita para tecer sua opinião sobre a emancipação feminina. Criticando as reivindicações dos feministas,<sup>363</sup> que lutavam pela liberdade da mulher, pelo seu direito de ocupar os mesmos empregos que os homens e participar da política como eleitora e candidata, a autora rebatia uma a uma tais bandeiras, dizendo claramente não ser esse o papel da mulher. A missão feminina defendida por Maria de Oliveira seria muito maior do que o trabalho desempenhado pelos homens, já que a própria natureza a teria moldado para tarefas mais nobres, conforme argumenta nas linhas transcritas abaixo:

A natureza, sábia em tudo quanto faz, não a criou para os trabalhos, ofícios e cargos que ao homem pertencem. Sua estatura menos elevada, sua voz fraca, seu organismo delicado, como que mostram quão diversa deve sua ser função da do homem. O pudor, a graça, a poesia, a delicadeza e a modéstia são seus mais belos ornamentos; são como uma aréola que a circunda e embeleza. Nada há de mais antipático do que essas mulheres masculinas que, exercendo funções contrárias ao seu sexo, adquirem os modos, hábitos, gestos, andar e até o vestuário do sexo contrário.

Para a articulista, contrariar a função “natural” feminina provocaria a masculinização das mulheres, ideia que deve ter assustado muitas moças delicadas. Por conseguinte, pode-se supor que a crença de que o desempenho de outras funções que não as socialmente determinadas para as mulheres poderia provocar a sua descaracterização, tenha sido um grande entrave para o engajamento feminino em sua própria causa. Mas Maria de Oliveira não via ameaça apenas no trabalho feminino, mas também em sua entrada em outro reduto masculino: a política. Mesmo afirmando considerar a mulher tão desenvolvida moral e intelectualmente quanto o homem, a articulista insiste na diferenciação da mulher por sua “grandiosa missão”:

“Deve ser o anjo que inclina sobre o berço e sobre o leito da dor, o sorriso celeste que consola, o bálsamo que tira todo o veneno às feridas da existência”. É o lar, que ela deve perfumar com o aroma suavíssimo de suas virtudes, o único lugar apropriado para patentear não só seu espírito de ordem e economia como todos os

<sup>361</sup> *A Luta*, loc. cit.

<sup>362</sup> Não foi possível averiguar a biografia da autora.

<sup>363</sup> O artigo empregado a frente do substantivo chama atenção por estar no masculino (os feministas), levando a compreender que, neste período, as campanhas para a liberação da mulher era encabeçada por homens, enquanto que as maiores interessadas (ou pelo menos aquelas que tinham acesso à publicação na imprensa) redigiam textos conformadores.

seus dotes morais e intelectuais. É seu dever guardar com todo zelo esse recinto sagrado para que nele não penetrem os hediondos monstros da superstição e da ignorância. É sua missão criar, educar, esses seres tão belos, tão frágeis, tão delicados, que a natureza lhe confiou. Cobri-los com as asas protetoras de seu amor e inculcá-lhes na alma tudo quanto é belo, grande e generoso.<sup>364</sup>

Eis que, mais uma vez, se evidencia a nobre missão feminina: a responsabilidade sobre o lar e a criação dos filhos. Mas observemos as imagens explicitadas neste trecho: a mulher é um “anjo”, que com suas “asas protetoras” transmite o amor e ameniza sofrimentos, ela é a “guardiã” da família, zelando por um lar harmonioso e o afastamento dos males; já as crianças são “seres belos, frágeis e delicados”, que necessitam da proteção constante de outro ser tão puro quanto elas, ou seja, a mãe. Às mulheres não foram poupados elogios como protetora, consoladora, virtuosa, ordeira, econômica, moralizada, intelectualizada, educadora, amorosa, etc., com o objetivo de tornar inquestionável a permanência delas nas residências.

Em artigo posterior publicado no mesmo jornal em 2 de junho de 1907, Maria de Oliveira reforçava o conceito de permanência feminina nos lares, já que deveriam preparar-se para a maternidade. E esse preparo passava pelos estudos, para conhecer um pouco de arte, ciência (inclusive os “preceitos tão indispensáveis de higiene”) e pedagogia que lhes auxiliariam na criação dos filhos.<sup>365</sup>

Anterior à preocupação com a forma de educar a prole estava a de dotá-la de boa constituição hereditária, garantindo-lhe saúde física e mental. Portanto, o controle sobre o sexo do casal, com mais ênfase no sexo feminino, tornou-se crucial para assegurar descendência sadia e legítima, criada em um lar higiênico que lhe serviria de exemplo a ser reproduzido na fase adulta. Segundo Martha de Abreu Esteves, a sexualidade feminina não sofreu apenas interdições, mas principalmente tornou-se alvo de regulamentação, onde o prazer era permitido, mas com moderação. O receio dos médicos estava em as mulheres ultrapassarem o delicado limiar entre a busca pelo prazer sexual sadio e o promíscuo, que, na visão dos médicos, poderia levá-las à prostituição e ao onanismo a fim de satisfazê-lo. Tratando da regulamentação da sexualidade no casamento, Esteves afirma o seguinte:

Relações sexuais, sim, mas com uma condição: dentro do casamento, lugar privilegiado para o amor. O ato sexual sem essa condição era considerado leviano e doentio. Não mais existiriam proibições injustificadas, contudo, os indivíduos e principalmente as mulheres deveriam assumir suas responsabilidades nas relações sexuais e na escolha dos parceiros. Dessa forma, iriam adquirir uma prole saudável

<sup>364</sup> *A Democracia*, Porto Alegre, 9/5/1907, p. 2.

<sup>365</sup> *A Democracia*, Porto Alegre, 2/6/1907, p. 2.

e garantir sua “honra e futuro”, já que as opções indefinidas afetariam profundamente a sociedade.<sup>366</sup>

Voltando ao tema instrução feminina, Pepita,<sup>367</sup> autora da coluna “As Mulheres” em *O Exemplo*, recriminava as mulheres por passarem seus dias se preocupando em embelezarem-se para atraírem olhares cobiçosos e escutarem ao passarem: “é bela”, enquanto que deveriam lisonjearem-se por ouvirem: “é instruída”. A articulista argumenta, então, as benesses da instrução feminina, quebrando com sua imagem estereotipada de futilidades e enfeites, afinal, a beleza é transitória, enquanto a educação “dá-nos um passado bom e um futuro ótimo”. No entanto, já prevendo a pouca adesão à causa, Pepita teria como consolo a experiência e a demonstração da energia das mulheres que se propuseram a trocar “os espelhos pelos livros”.<sup>368</sup>

Também em *O Exemplo*, em 1902, Pery<sup>369</sup> teceu a defesa da emancipação civil feminina, adjetivada como justa e moral pelo articulista. Ainda em sua defesa, o autor condenou a submissão das mulheres ao gênero masculino e via na emancipação civil a “restituição dos direitos que lhe andam sequestrados”,<sup>370</sup> inclusive não discriminando a maternidade em função do Estado Civil da mãe. No entanto, ele é claro ao afirmar que sua proposta limita-se à emancipação civil, já que a emancipação política seria “subversiva e fundamentalmente anarquizadora para a sociedade”.<sup>371</sup> Apesar de demonstrar certo liberalismo em alguns aspectos, o autor mostrava-se horrorizado com a possibilidade de uma mulher ocupar altos cargos administrativos e jurídicos, como demonstra a seguir:

Até aqui muito bem porém, no dia em que a mulher deixar seu papel de mãe abandonando o lar carinhoso em troca de um lugar de promotor público ou de juiz (ah! esse dia Deus, não permita que chegue!) dar-se-á nos uma verdadeira calamidade.

Tudo pela emancipação civil e nada pela emancipação política da mulher.<sup>372</sup>

Respondendo ao texto de Pery em uma “Carta Aberta” enviada ao mesmo jornal, Tapyr<sup>373</sup> refutava os argumentos propostos pelo primeiro, iniciando por suas intenções, que para Tapyr não seriam diferente daqueles que proclamam a mulher como “[...] submissa ao homem simples máquina de procriação, serva adstrita aos serviços domésticos e aos cuidados

<sup>366</sup> ESTEVES, 1989, p. 54. Sobre outras recomendações médicas quanto ao sexo feminino ver: COSTA, J., 1983.

<sup>367</sup> Não foi possível averiguar a biografia da autora.

<sup>368</sup> *O Exemplo*, Porto Alegre, 4/12/1904, p. 1.

<sup>369</sup> Não foi possível averiguar a biografia do autor.

<sup>370</sup> *O Exemplo*, Porto Alegre, 25/11/1902, p. 1-2.

<sup>371</sup> *O Exemplo*, loc. cit.

<sup>372</sup> *O Exemplo*, loc. cit.

<sup>373</sup> Não foi possível averiguar a biografia do autor.

da prole [...]”,<sup>374</sup> como sendo essa a condição natural da mulher. Continuava sua crítica ao contestar a proposta de Pery pela concessão somente da emancipação civil da mulher, já que “[...] não se pode compreender uma conquista liberal senão com um passo dado para outra mais liberal ainda”.<sup>375</sup>

Tapyr utilizou trechos do texto de Pery para denunciar-lhe contradições e reforçar seu ponto-de-vista favorável à completa emancipação feminina. A igualdade entre os membros da sociedade reverteria o processo de deteriorização pela qual estaria passando, e que o autor explicava através da metáfora do organismo social: “A sociedade tal qual existe é um corpo doente, histérico. A saúde do corpo animal depende da regular função de todos os seus órgãos e a saúde da sociedade depende como a do animal deste mesmo fenômeno, e a sociedade tem insensível, inerte mais da metade de seus órgãos – as mulheres”.<sup>376</sup>

Contestando também a tarefa feminina de educar os filhos, Tapyr afirmava que

Ninguém ensina senão aquilo que sabe e a mulher acostumada a obedecer a vontade do marido, espelho dos caprichos paternos e das imposições do esposo ignorante de tudo quanto não seja as obrigações de esposa e de dona-de-casa só pode produzir homens sem virtude e sem moral na vida política e na ação administrativa como atualmente vemos em toda parte.<sup>377</sup>

A incoerência entre a educação que recebia e aquela que deveria dar aos seus filhos fica evidente nas palavras do autor, que também faz um jogo de ideias, pois se a mulher seria apta a educar as crianças com valores éticos e morais da sociedade da época, por que não seria ela própria capaz de aplicar esses valores na vida pública? Ou mesmo outras qualidades reputadas às mulheres, como o metodismo e a economia, poderiam, segundo o autor, ser de grande valia para a administração pública. Quanto a deixar o lar para dedicar-se ao trabalho, Tapyr avaliava que não seria um problema, já que muitas mães já o faziam, pois precisavam trabalhar para sustentar os filhos. Portanto, não haveria empecilhos para a plena emancipação feminina que não aqueles impostos por homens ameaçados em seu *status quo*.

Já o articulista A. Titus, num texto um tanto incoerente, denunciava a hipocrisia da posição sublime em que a mulher foi posta e afirmava com veemência ser a mulher frágil, mas porque assim a tornaram, atrofiada por preconceitos e tolices e submetida pela religiosidade e pelo matrimônio. Dando prosseguimento ao raciocínio, o autor clamava pela reabilitação feminina, tornando-a “altiva e independente, pronta para dar o braço ao homem e

<sup>374</sup> *O Exemplo*, Porto Alegre, 2/12/1902, p. ?

<sup>375</sup> *O Exemplo*, loc. cit.

<sup>376</sup> *O Exemplo*, Porto Alegre, 2/12/1902, p. ?

<sup>377</sup> *O Exemplo*, loc. cit.

coadjuv-lo nessa grande obra emancipadora que se chama regeneração!”.<sup>378</sup> Altiva, independente, livre de preconceitos, instr-da, mas ainda coadjuvante. Quanto ao termo “regeneração”, o autor não deixa claro em que sentido o emprega, supomos que se referia  regeneração social, mas não descartaremos um duplo sentido.

Logo apos definir o lugar da mulher (atras do homem), o autor nos surpreende com a condenação do casamento legal enquanto instituição, classificado como imoral e ridículo. Mas em que sentido? Onde estaria a imoralidade do casamento? Estaria no consórcio entre as partes em que uma delas assume uma posição subalterna? Se sim, o casamento pouco diferiria  proposta de coadjuvação do articulista.

Finalizando a matéria, A. Titus convocava as mulheres, principalmente as operárias, a libertarem-se, despirem-se de preconceitos e combatê-los, educarem-se livremente e fugirem de um destino de miséria e prostituição.<sup>379</sup>

Foi somente num texto de René Chaughi<sup>380</sup> que as mulheres conseguem algum alento. Iniciando sua argumentação pela descrição da função social feminina e a dominação que sofriam pelos homens no período pré-histrico, o autor traçou paralelos com o contexto da época e, levando-se em conta as concepções que então vigoravam, se propôs a questionar as verdades e rever conceitos. Principia com a discussão sobre a fragilidade e conseqüente inferioridade feminina e desferiu: a sociedade ainda segue a lógica das “feras”, em que a força muscular determina a capacidade de cada indivíduo e que também justificaria a submissão dos menos aptos. Ao mesmo tempo, reforçava que a fragilidade feminina foi conseqüência do modo de vida das sociedades arcaicas, rompendo, assim, uma verdade tida como absoluta:

Se a mulher é hoje mais delicada que o homem não é isso mais que a inevitável conseqüência duma longa divisão de trabalho dada entre os dois companheiros: a homem caçando e guerreando, a mulher cuidando da casa e da prole. Além disso, a força muscular não tendo importância na vida social moderna, não deve por este motivo ser considerada uma causa de desigualdade. Cada vez mais é a energia nervosa a vencedora: o cérebro pensando e atuando.<sup>381</sup>

A inferioridade intelectual feminina era um fato, mas para o autor essa situação decorria da falta de instrução, incentivo e respeito pelas mulheres. Chaughi afirmava que, quando estimulada e escutada pelo setor masculino, a mulher seria capaz de raciocínios tão elaborados e inventivos quanto os dele. Consolidando de vez sua argumentação favorável 

<sup>378</sup> *A Luta*, Porto Alegre, 15/5/1907, p. 4.

<sup>379</sup> *A Luta*, Porto Alegre, 15/5/1907, p. 4.

<sup>380</sup> Também grafado como Ghaughi.

<sup>381</sup> *A Luta*, Porto Alegre, 2/6/1907, p. 2.

igualdade (de fato) feminina, o autor encerrou seu texto da seguinte forma: “A crença que tem o homem da sua superioridade diante da mulher não obedece a mais sérios motivos. É uma mistura de erro geocêntrico e de desejo de dominação. Acima de tudo o desejo de dominação”.<sup>382</sup>

Alguns números depois, Chaughy voltou a causar polêmica ao criticar a instituição matrimonial, defendendo a tese de que esta se balizaria por um sentimento de posse do marido sobre a esposa, não sendo jurídica e moralmente possível o contrário. O autor definira as partes como o senhor e a serva, que viveriam um acordo em que, na maioria dos casos, não haveria amor, e sim uma “mera troca de desejos momentâneos ou pior talvez: de uma parte brutalidade, submissão da outra. Em matéria de casamento, a propriedade é o estupro”.<sup>383</sup>

Tal sujeição feminina à imposição violenta do comando masculino poderia ser revertida aos poucos, com aquelas que tinham a coragem de buscar seu próprio sustento através do trabalho, onde novamente acabavam subjugadas e exploradas por homens gananciosos e oportunistas. Outras viam na prostituição uma saída, mas encontravam mais abusos e o suicídio. Para o autor, todas essas agruras eram propositais, para evitar a emancipação feminina e ter que enfrentar uma concorrência “ombro-a-ombro”. Em outros momentos, ao invés das grosserias e imposições, os homens prefeririam o refinamento para rebaixar as mulheres ao ponto que lhes conviessem. Sem meias palavras, Chaughy dispara: “Não há que dissimular: no fundo o homem despreza a mulher e a polidez que diante dela afeta não é nada mais que uma abominável hipocrisia destinada a mascarar a condição de escrava em que é duramente mantida. Sob o verniz, o senhor é sempre feroz e covarde”. E quanto à explicação de por que dificultar a instrução feminina, o articulista dizia que “um escravo instruindo-se, torna-se um mau escravo”.<sup>384</sup>

Como podemos observar, a situação da mulher numa sociedade em constante mutação gerou muitas polêmicas, muito em virtude de sua inevitável conquista de liberdade, proporcionada por sua inserção no mercado de trabalho. Ainda assim, recaía sobre ela a inescapável função de mãe, já que mesmo para os mais liberais, a independência profissional e econômica das mulheres não as livrariam da exercer a maternidade, ainda hoje tão cobrada tanto de mulheres casadas, quanto das solteiras.

Sem autonomia para decidir sobre seu próprio corpo e sobre sua disposição de responsabilizar-se por uma vida até o final da sua, caberia a mulher instruir-se para cumprir

---

<sup>382</sup> *A Luta*, loc. cit.

<sup>383</sup> *A Luta*, Porto Alegre, 1/7/1907, p. 2.

<sup>384</sup> *A Luta*, loc. cit.

sua tarefa de modo satisfatório, segundo os padrões da época. Nesse sentido, deveria voltar todas as suas energias aos cuidados e ensinamentos aos filhos, prezando por dotar-lhes de boa índole e apego à ordem e ao trabalho. Estaria em suas mãos formar os homens e mulheres que, futuramente, encaminhariam o país rumo ao progresso.

#### 4.2 Todo o zelo para o “futuro da nação”

Ao abordar um tema como infância, nosso imaginário ocidental nos bombardeia com imagens, sentimentos e conceitos relacionados aos aspectos lúdicos, aos afagos, ao descompromisso, às traquinagens e, principalmente, à liberdade e à alegria. Com alguma dificuldade nos começa a parecer plausível que a associação das palavras acima com a infância nada mais é do que uma construção social muito recente na longa história humana. Mas não basta sabermos que a vida das crianças não *era* só risadas e algodão doce, também temos que ter em mente que este é um processo muito longo, o qual ainda não contempla grande parte das crianças da atualidade. Portanto, quando nos remetermos aos objetivos ocultos e às contradições entre as práticas e os discursos, estas não podem ser consideradas como próprias apenas daquela época, visto que muitas permanecem em nosso cotidiano.

Jurandir Freire Costa afirma que, até o século XIX, a criança ocupava um espaço secundário na hierarquia familiar, caracterizada pelo poder soberano do pai, administrador dos bens e da vida de seus entes.<sup>385</sup> Já Judite Maria Barboza Trindade relaciona os cuidados destinados às crianças, sobretudo, à caridade cristã, e não propriamente ao convencimento quanto à necessidade de tais desvelos.<sup>386</sup> Somente após essa data podemos falar de crianças como seres frágeis, necessitados de amor e cuidados especiais para gozar de uma infância feliz e se tornar um adulto responsável e ordeiro. Nesse momento, a criança é promovida pelos médicos-higienistas como o eixo principal da família, merecendo a dedicação de seus pais ainda no planejamento familiar, dedicação essa que deveria se estender até o início da vida adulta.

Dessa forma, afloraram iniciativas entre governos, médicos e setores organizados da elite visando proteger a infância, promovendo uma mudança no trato das crianças em todos os

---

<sup>385</sup> COSTA, J., 1983, p. 155.

<sup>386</sup> TRINDADE, Judite Maria Barboza. O abandono de crianças ou a negação do óbvio. In: **Revista Brasileira de História**. Vol. 19, nº 37. São Paulo: ANPUH, 1999. p. 40.

níveis sociais, contando, inclusive, com o amparo jurídico em casos em que a infância estivesse sob ameaça.

Assim como ocorrera com a mulher, os filhos da burguesia foram os primeiros a gozarem do novo status da infância, cercados de zelo e carinhos, acolhidos num núcleo que apostava em seu futuro promissor, oportunizando-lhes instrução, lazer e cultura. Porém, o mesmo não ocorreu com os filhos dos pobres, que viviam dia-a-dia a contradição das políticas de amparo à infância em choque com a realidade nas ruas e a necessidade do trabalho. Arlette Farge faz uma bela descrição dessa criança que as políticas públicas pouco contemplam:

Personagem investida de um papel essencial: a criança. Dos dez aos dezesseis anos, vive como adulto, embora conserve os prazeres e os jogos infantis. Ainda muito pequena é colocada como aprendiz de um ofício ou tem de ajudar os pais nas tarefas cotidianas; assim, conhece o ritmo do trabalho, seu rigor, suas imposições. Ainda depende da família, constitui um laço social suplementar entre os diferentes espaços em que os indivíduos se movem. Filha tanto do bairro como dos pais, a criança leva recados, presta pequenos serviços ou sob o olhar do mestre, conhece as agruras da condição de aprendiz. Percorre os espaços e as comunidades com espantosa mobilidade e participa realmente tanto da vida pública como da vida privada. Vizinhos, artesãos, comerciantes, curas ou diáconos a vêem crescer: ela pertence tanto ao bairro como à sua família.<sup>387</sup>

Essa criança que pertencia à comunidade onde vivia, que colaborava dentro de suas possibilidades ou necessidades para o sustento da família, que era cuidada por todos e via desde cedo a importância de adquirir um ofício, não condizia com o ideal médico-higienista de infância, ao mesmo tempo em que se enquadrava perfeitamente aos padrões comportamentais da classe em que estava inserida. Haveria possibilidade real de se operar uma mudança tão drástica como a proposta pelos médicos quando a realidade dos indivíduos impunha a autonomia das crianças desde cedo? Talvez sim, mas não sem o estigma que perseguia os frequentadores dos espaços públicos, como explica Trindade:

Esta é a criança das famílias, futuro cidadão das classes populares, que em grande número trabalha sem garantia de segurança ou salários. Agora, na passagem para o século XX, ela se auto-explica e/ou é explicada como “menor”. E, dada sua constante permanência nas ruas, como “abandonado”. Eis, portanto, completado o processo de metamorfose que transformou as crianças inocentes e desprotegidas em menores que devem ser salvos e formados para exercer seus papéis de futuros cidadãos.<sup>388</sup>

<sup>387</sup> Farge, Arlette. Família: a honra e o sigilo. In: CHARTIER, Roger. **História da Vida Privada**. vol. 3, São Paulo: Cia das Letras, p. 587-588, 1991 apud TRINDADE, 1999, p. 54-5.

<sup>388</sup> TRINDADE, 1999, p. 55.

A associação entre menores<sup>389</sup> como futuro da pátria e menores “abandonados” (ou simplesmente entregues ao ócio) com delinquência, provocou entre a elite a preocupação em evitar a última suposição, suscitando iniciativas que visavam a retirada dos jovens das ruas oportunizando-lhes educação e uma profissão, preparando-os para o futuro, tanto o seu quanto o da pátria. Conforme apontado no capítulo anterior e reforçado pelo estudo de Esmeralda Blanco Bolsonaro de Moura, a permanência dos jovens no espaço público não apenas infringia a moralidade e ameaçava a segurança dos pedestres, mas aqueles que a maior perigo se expunham eram os próprios jovens, que corriam o risco iminente “[...] da possibilidade de atropelamento, [...] à aprendizagem e prática da mendicância, vadiagem, prostituição, delinquência e criminalidade”.<sup>390</sup> Dessa forma, a preocupação com as crianças e adolescentes “de rua” não se resumiria apenas ao perigo social que representariam, mas também ao sentimento de proteção à infância, cujos esforços se concentrariam em garantir um futuro digno e promissor para os menores em condições sócio-econômicas desfavoráveis. De acordo com a representação de infância deste período, as mesmas características (fragilidade, inocência, docilidade, etc.) que justificariam a proteção e o afeto devotado às crianças também poderiam ser tomadas como indicativo de sua vulnerabilidade frente às atrações das ruas.

A autora, de forma contundente, demonstra como a configuração social dos elementos considerados “vadios” acaba por expor a fragilidade do sistema que os criou e que os exclui: “Denunciando os próprios mecanismos de exclusão que lhes deram origem, os personagens da rua projetam-se por entre fendas, como negação da ordem pública, do trabalho, da moralidade e da legalidade, enfim, da própria capacidade do Estado em exercer sobre a sociedade um controle eficiente”.<sup>391</sup> Ao mesmo tempo em que se sentia atingido por não controlar a crescente existência dos indivíduos “marginais”, o Estado valia-se de suas presenças para reforçar os mecanismos de controle social sobre o restante da população usando-os como anti-exemplo, ainda mais quando se tratavam de meninos e meninas “de rua”. Conforme Esmeralda de Moura:

---

<sup>389</sup> Esmeralda de Moura indica que o termo “menor” passa a ser utilizado na República Velha como uma referência à idade dos sujeitos, ou seja, aqueles que não haviam atingido a maioridade legal. A mudança de significado do termo ocorreu apenas na década de 1920, quando “menor” passou a designar uma condição “[...] de abandono e marginalidade, definidor da condição civil e jurídica [...]”. MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro. Meninos e meninas na rua: impasse e dissonância na construção da identidade da criança e do adolescente na República Velha. In: **Revista Brasileira de História**. Vol. 19, nº 37. São Paulo: ANPUH, 1999, p. 91.

<sup>390</sup> *Ibidem*, p. 86.

<sup>391</sup> *Ibidem*, p. 90.

[...] enquanto marginais, simbolizavam a negação dos valores estabelecidos, catalizadores que são de comportamentos e atitudes que não só não devem ser imitados, mas erradicados. Tipos de comportamentos que o Estado, ao voltar o olhar para as ruas e seus “marginais”, usa de forma ambivalente: esse mundo cheio de “desvios” legitima o controle social muitas vezes extremado que o Estado busca incidir sobre a sociedade e permite reforçar – num processo de mútuo esclarecimento – os padrões de comportamento tidos como socialmente aceitáveis.<sup>392</sup>

Uma das estratégias utilizadas para recuperar os jovens desocupados seria a sua inserção do mundo do trabalho, onde poderiam ser produtivos e ainda serem controlados por um aparato normalizador que impunha exigências para a sua permanência no ambiente laboral. Ocupados com um emprego legal sobraria pouco tempo para perambular pelas ruas cometendo delitos, até porque tal atitude seria determinante para a perda do trabalho.

Ao mesmo tempo em que traria o alento de retirar os jovens das ruas e da criminalidade, a sua inserção em fábricas expunha-os a outras ameaças tão danosas quanto às provocadas por seu abandono e incoerentes com a ideologia higienista de amparo e assistência à infância. Assim como seriam frágeis ante os perigos das ruas, também mostrar-se-iam indefesos num ambiente fabril opressor, competitivo, insalubre e extenuante, segundo nos assegura Moura:

São conhecidos os resultados extremos da inserção dessa mão-de-obra no trabalho industrial nas primeiras décadas republicanas: da negação do pleno direito à infância e à adolescência até a mutilação e a morte em acidentes do trabalho. [...] no caso de crianças e de adolescentes do sexo feminino, o trabalho nas fábricas e oficinas não exclui a imagem ameaçadora da possibilidade da prostituição. Ao contrário, vale lembrar que o questionamento ao trabalho feminino passa, na época, pelo argumento – denúncia talvez, – que insiste apontar a convivência nos estabelecimentos industriais como possível circunstancia coercitiva, senão facilitadora, da prostituição.<sup>393</sup>

O trabalho na indústria era daninho à integridade física dos jovens trabalhadores como também a sua sanidade moral, visto que estavam expostos ao mundo adulto, onde comentários e insinuações de cunho sexual eram frequentes, daí a preocupação de governos, juristas, médicos e imprensa com a honra tanto das meninas, quanto dos meninos, que ocupavam posição totalmente submissa no ambiente de trabalho. Da mesma forma, seu confinamento em um espaço com deficiente iluminação, arejamento e conforto, forçando-os a cumprirem longa jornada de trabalho executando tarefas incompatíveis com sua força física provocaria a deterioração do organismo, prejudicando sua vida adulta e a de sua

---

<sup>392</sup> MOURA, 1999, p. 90-1.

<sup>393</sup> *Ibidem*, p. 96.

descendência, bem como anularia qualquer perspectiva de ascensão profissional e, quiçá, social desses menores. Fica claro, portanto, que a preocupação dos grupos engajados na defesa da infância não era compartilhada pelos empregadores.

O jornal *A Luta* mantinha a coluna “Ecos das oficinas” em que denunciava a exploração, humilhação, condições de trabalho e reivindicações dos trabalhadores em empresas gaúchas.<sup>394</sup> Numa dessas colunas, assinada por Cecílio Dinorá, dedicou atenção especial às crianças operárias, que cedo entravam nas indústrias em função da pobreza da família, da incapacidade de trabalho dos pais (alguns por acidentes de trabalho) ou até mesmo sob o pretexto de aprender um ofício, o que de qualquer maneira os sujeitaria a um salário bem abaixo daquele ofertado aos adultos. Se a remuneração já não fosse suficientemente ruim, pior seriam as suas funções e as condições de trabalho, incompatíveis com o porte físico das crianças, o que despertava a indignação dos operários, como também dos higienistas:

E o patrão, de monstro que é, lento devorador de vidas, sem dó, sem sentir sequer um frêmito de consideração pelos coitadinhos necessitados, impõe-lhes o trabalho a executar, sem se importar se lhe é ou não superior às forças, se os gases que é a criança obrigada a respirar trazem algum prejuízo imediato ou futuro para aqueles débeis organismos; nada!<sup>395</sup>

A exploração do trabalho infantil, considerada criminosa pelos anarquistas, acabaria com qualquer perspectiva de futuro para essas crianças, condenados a doenças, ignorância e mais trabalho pesado: “É a triste condição dos pobresitos [sic] operários que, quando mal começaram a desabrochar para a vida, são atirados, pela necessidade de uns e pelo egoísmo de outros, à negrura duma oficina onde, ocupados num trabalho que lhes cansa e aborrece, sentem aos poucos fugir-lhes a alegria e com ela a vida se esvaír...”<sup>396</sup>

Tanta angústia com relação aos jovens trabalhadores não existia sem fundamento. Na mesma matéria, o articulista conta de uma visita feita à noite, na hora da saída dos operários, à Fundação Bins, onde sabiam que muitas crianças trabalhavam, algumas delas, conforme informado, não teriam mais de oito anos de idade. Os operários saíram ligeiramente e foram se dispersando pela noite fria, mas um menino chamou a atenção dos anarquistas por caminhar devagar, puxando uma das penas. Sua descrição física não deixa dúvidas do que se

<sup>394</sup> Segundo Bilhão (1999, p. 26-7), dentre as reivindicações dos operários gaúchos no período analisado, estão a liberdade de imprensa, reunião e associação, incorporação ao sistema eleitoral, instrução geral e profissional gratuita, redução da jornada de trabalho, proibição do trabalho de crianças e construção de moradias populares higiênicas e com aluguel acessível.

<sup>395</sup> *A Luta*, Porto Alegre, 3/9/1907, p. 2. Este artigo e o datado de 19 de julho de 1908, no mesmo jornal, que tratarei a seguir, também foram trabalhados por PETERSEN, 2001, p. 273-4, mas com uma abordagem distinta da aqui adotada.

<sup>396</sup> *A Luta*, loc. cit.

buscava exemplificar: “era magro, descorado, faces tismadas, lábios frouxos, olhos encovados, negros e vivos [...]”. O jovem operário que consumia sua saúde na fundição trabalhava para sustentar a família, já que o pai, desempregado, não o conseguia. Seu ordenado, assim como o de seus colegas de mesma idade, era bem inferior ao dos adultos, mesmo que a jornada de trabalho fosse idêntica, e ainda cumpriam suas tarefas sob o olhar implacável dos mestres. A perna que puxava ao caminhar era resultado de um acidente de trabalho, em que derramou estanho derretido dentro da bota, provocando graves queimaduras. Os dias em que ficou em casa se recuperando do acidente, teve descontados de seu salário, fato que impeliu-o a retornar ao trabalho mesmo ainda não totalmente recuperado. Ao chegar à casa do operário, Cecílio Dinorá se assusta com suas condições de habitação: uma velha casa de taboas alagada pelas chuvas que haviam atingido Porto Alegre.<sup>397</sup>

O caso deste jovem trabalhador vítima de acidente de trabalho estava longe de ser exceção. Incorporados a um ambiente incondizente com sua estrutura física, a ocorrência de ferimentos, amputações, queimaduras e fraturas eram previsíveis. Sobre esse assunto, Esmeralda de Moura afirma que os acidentes de trabalho eram “[...] justificados, no caso da mão-de-obra menor, pelo prisma da imprudência, do descuido, das brincadeiras de criança e adolescentes, e não pelo prisma das circunstâncias adversas que esses trabalhadores enfrentam no ambiente de trabalho, como fadiga excessiva e falta de aprendizado adequado – e, conseqüentemente, de experiência – para lidar com as máquinas”.<sup>398</sup>

O trabalho que deteriora os pequenos também foi tema de outro texto de Cecílio Dinorá sobre a Fundação Bins, também publicado em *A Luta* um ano depois. Agora esperando a saída das crianças para o almoço, puseram-se a observá-las. No pouco tempo destinado à refeição, os meninos ajeitavam-se pelas calçadas, retiravam seus míseros almoços que se restringiam a pão, pedaços carne cozida ou salame e queijo. Pouco interesse tinham pela conversa dos adultos que os interpelaram, com exceção de um, que mais uma vez, merece uma descrição física minuciosa: “[...] magro, esguio e feio [...]. Teria uns doze anos de idade. Através do carvão que lhe ensombrou o rosto, notamos a sua palidez doentia; um provável candidato à tuberculose”.<sup>399</sup>

A aparência física refletia a dureza de seu trabalho: um lugar abafado, quente, onde manuseava metal líquido. Para suportar tais condições, os jovens consumiam cachaça, ofertada pelo patrão. Não bastassem o local de trabalho insalubre e o incentivo ao consumo de

---

<sup>397</sup> *A Luta*, Porto Alegre, 3/9/1907, p. 2.

<sup>398</sup> MOURA, 1999, p. 98.

<sup>399</sup> *A Luta*, Porto Alegre, 19/7/1908, p. 2.

álcool, os meninos ainda tinham que conviver com as agressões praticadas por seus mestres ante qualquer erro ou descumprimento das regras da empresa. Quando perguntado por que aguentavam aquilo, o menino responde: “ – Que é que se vai fazer? A gente precisa...”<sup>400</sup>

Fosse por sua exposição a um ambiente de trabalho insalubre ou em decorrência da má alimentação e da falta de cuidados especiais, o fato é que a morte de crianças e jovens permaneceu constante neste início do século XX. Por isso, o elevado índice de mortalidade infantil configurava-se como uma apreensão constante por parte de governos, médicos e setores elevados da sociedade. Muitas vezes atribuído à exalação de miasmas das zonas alagadiças da capital, o aumento da mortalidade de crianças entre os meses de outubro e março despertou a atenção do jornal *O Independente*, que iniciou matéria dedicada ao tema com uma detida análise das condições sanitárias de Porto Alegre, consideradas excelentes, e remetendo a responsabilidade às propriedades privadas, focos de doenças no “tempo calmoso” por falta de higiene de seus proprietários. Sem arriscar palpites para o aumento da mortalidade, sobretudo por moléstias do aparelho gástrico, a matéria apenas lamentava as mortes, que por atingirem as crianças, ganharam um tom melancólico:

Mas, os obituários, publicados na imprensa diária, preocupam o espírito público ante essa exaustiva e lamentável mortalidade da tenra e inocente camada de seres humanos, que a impiedosa [sic] morte arrebatada do seio materno, à grandes pugilos, quando apenas os primeiros sorrisos de ternura infantil, como rósea aurora do amor nos desperta da existência, estão a pedir um terno beijo de carinhoso afeto àquelas de quem recebem o doce alento para o início da existência.

Outros, de um a três anos, cheios de vida e encanto no inefável gozo dos afagos paternos, são ceifados pelo traiçoeiro morbus, que, assim fazendo as suas indefesas vítimas, escarnece da ciência.<sup>401</sup>

A morte de crianças sensibiliza a qualquer um, pois nos remetem a seres indefesos e puros, que não mereceriam sofrer e deixar a vida de modo abrupto. De fato, o autor da matéria conseguiu transcrever esse sentimento. Porém, a pena não é a única causa de lástima pelo articulista, afinal, outros préstimos, além da vida, se perdem com a morte prematura:

A criança deve crescer, obedecendo à lei natural, para amar e ser amada, completando a felicidade dos seus progenitores e concorrendo para a grandeza da pátria.

E a nossa pátria e o nosso Estado, cujo solo reclama e carece de povoamento, devem concorrer eficazmente para remover as causas do grande mal devastador da infância, na capital.<sup>402</sup>

<sup>400</sup> *A Luta*, loc. cit.

<sup>401</sup> *O Independente*, Porto Alegre, 19/3/1911, p. 1.

<sup>402</sup> *O Independente*, loc. cit.

Neste processo de reconfiguração dos papéis sociais pelo qual passaram tantos indivíduos, ao mesmo tempo em que exerce um controle demográfico sobre a população, o Estado encontrou na instituição familiar (onde a mulher-mãe já estava conformada a sua nova atribuição naquele grupo, como vimos acima) um grande aliado para cumprir a tarefa de cuidar e proteger os infantes, mesmo que a educação ainda recaísse, em certo sentido, sobre o governo. Para Judite Trindade,

A família [...] tornou-se depositária de uma nova sociabilidade e se impôs transformações possibilitadoras do acolhimento da criança, que, a despeito de sua fragilidade, passou a ter direitos e a merecer cuidados especiais. [...] A nova “utilidade” da escola e da família faz parte do novo individualismo que se impõe, uma contradição aparente entre a sociabilidade pública da educação e a privada no interior da família.<sup>403</sup>

A preocupação com o crescimento e a educação das crianças proletárias ocupou as mentes dos homens instruídos de todas as classes sociais, mesmo que tal preocupação fosse motivada por aspectos diversos e levasse a conclusões distintas. Se o ideal (a mãe se encarregar dos cuidados com os filhos pessoalmente, em casa) não correspondia à realidade dos pobres, a saída foi ofertar alternativas que preenchessem a lacuna deixada pela mãe trabalhadora. Exaltando a fundação de escolas maternas, *A Democracia*, em agosto de 1907, destacou o pioneirismo neste serviço de Portugal, Inglaterra e França, frutos da iniciativa de senhoras da alta sociedade sensibilizadas com as cenas chocantes de crianças que vagavam pelas praças que eram constrangidas a presenciar diariamente das vidraças de seus palacetes.

Assim, na ausência da mãe, “obrigada a ir trabalhar longe de casa” pela “necessidade de ganhar o pão”, a escola acolheria seus filhos, evitando “maiores males”, como a “depravação resultante da ignorância e da ociosidade a que os deixava entregues”. Cumprindo o papel que caberia ao Estado, as damas da sociedade dedicadas ao assistencialismo contribuiriam não apenas no acolhimento dos menores, mas também para a sua educação: “O que primeiro se teve em vista foi dar alívio, segurança e liberdade de trabalho às mães de família. Depois tratou-se de desenvolver física e moralmente as crianças. Assim, foi para as pobres mães, que se abriram as primeiras salas de asilo ou ginásio, onde a infância de menos de sete anos adquire os primeiros rudimentos da educação”.<sup>404</sup>

Já Judite Trindade indica a Alemanha, em 1837, como pioneira na oferta de jardins de infância destinados à assistência às crianças desamparadas. Esta iniciativa seria inspirada no

---

<sup>403</sup> TRINDADE, 1999, p. 38.

<sup>404</sup> *A Democracia*, Porto Alegre, 12/8/1907, p. 3.

trabalho de Vicente de Paula, que passou, a partir de 1640, a dedicar-se ao amparo de mães e crianças abandonadas.<sup>405</sup>

Ainda segundo a autora, com o desenvolvimento capitalista e a crescente industrialização, surgem na América do Norte e Europa, durante o século XIX, as primeiras creches. No Brasil, as primeiras surgiram apenas no século XX, época de um acentuado ritmo de industrialização. Muito associadas à ocupação de funções nos setores produtivos por mulheres e sua consequente saída do lar, as creches, em sua origem, cumpriam uma função assistencialista, cujo maior interesse era o controle sobre as elevadas taxas de mortalidade infantil.<sup>406</sup> Mas ao mesmo tempo em que cumpria as tarefas da mãe com relação à prole, a creche não anulava a importância desta, já que os cuidados administrados na instituição deveriam ter prosseguimento em casa. Assim, as creches, além de se comprometerem em preservar a vida das crianças, educavam a elas e as suas mães, reforçando os laços de responsabilidade e afeto, conforme argumenta Judite Trindade:

Durante muito tempo serviram [as creches] primeiramente como instrumento de combate à pobreza e à mortalidade infantil. Paulatinamente, foram assumindo um papel coadjuvante na viabilização da inserção de mulheres-mães no mercado de trabalho urbano industrial. Seu surgimento acompanhou a estruturação do capitalismo, a crescente urbanização, a necessidade de reprodução da força de trabalho composta por seres capazes, bem nutridos, com noções de higiene e sem doenças. À creche cabia não somente guardar a criança, mas, sobretudo, aconselhar as mães sobre o cuidado para com os filhos, reforçando sua função de provedora de cuidados ao lar e aos filhos. Dessa forma, elas se ligaram estreitamente ao assistencialismo filantrópico.<sup>407</sup>

Numa ode à caridade, o jornal publicou a opinião de uma professora fluminense que ressaltava que o verdadeiro espírito da caridade não era dar esmolas, tampouco socorrer os menores envolvidos na marginalidade, mas evitar que crianças ociosas e órfãs chegassem a esse ponto, e nesse sentido, o melhor preventivo seria a sua proteção em instituições orientadoras, dando a esses jovens indivíduos as noções básicas de civilidade e moral. Seu público alvo seriam as crianças de 2 a 6 anos de idade e, em casos excepcionais, as maiores de 7 anos não contempladas com vagas no ensino regular.

Uma vez ultrapassada a idade de frequentar as escolas maternas, o destino ideal das crianças era a escola regular. Portanto, esta instituição também deveria adequar-se às diretrizes higiênicas e morais estabelecidas nos demais espaços sociais, entre eles o lar.

---

<sup>405</sup> TRINDADE, 1999, p. 51.

<sup>406</sup> A autora ainda indica a adaptação do leite de animais para o aleitamento de crianças como um dos fatores que contribuíram para o decréscimo da mortalidade de crianças no primeiro ano de vida. TRINDADE, op. cit., p. 52.

<sup>407</sup> Ibidem, p. 51.

Segundo Heloísa Helena Pimenta Rocha, a ordenação do ambiente escolar se baseou, além de valores como ordem, disciplina e vigilância, em novos conceitos arquitetônicos, que definiam o espaço físico a ser ocupado por cada estudante a fim de proporcionar aos ocupantes do prédio escolar arejamento, iluminação e uma distância confortável entre os indivíduos. A preocupação expressa do planejamento do prédio à disposição das classes tinha por finalidade oferecer às crianças um ambiente “sadio”, que em alguns casos, só era desfrutado na escola. Para a autora, “afastando-as [as crianças] das influências perniciosas, dos ares viciados, do desconforto e da precariedade dos seus lares, ele [o edifício escolar] educaria as crianças, conformando-as aos padrões de vida considerados civilizados”.<sup>408</sup>

Outros aspectos, não necessariamente relacionados com a aprendizagem conteudista, foram contemplados na elaboração do projeto arquitetônico das escolas. O ensino se estenderia por outras atividades executadas dentro ou fora do prédio, fornecendo aos alunos lições de civilidade e asseio, educando-os a organizarem seus pertences, a utilizarem as instalações sanitárias, a exercitarem o corpo e adotar uma postura correta ao sentarem-se.<sup>409</sup> Esses ensinamentos, distantes da realidade familiar da maioria dos alunos, eram vistos como complementares na formação do cidadão do futuro, o qual não necessitaria apenas de inteligência, mas também de atitudes condizentes aos padrões de civilidade. Assim, “à educação é, pois, atribuído um papel fundamental, dada a sua capacidade de disciplinar os indivíduos, pela introjeção de hábitos e pela vigilância sobre as suas condutas”.<sup>410</sup>

Os cuidados para com a saúde das crianças iam além de sua preservação de esforços físicos extenuantes e da educação regular, pois a ação higienista pretendia também controlar sua sexualidade desde os primeiros toques. O “vício” do onanismo entre crianças e adolescentes, afora ser tido como imoral, também representava uma ameaça à constituição orgânica dos jovens e à sua futura prole, pelo enfraquecimento de sua “semente”.

Por isso, segundo Foucault, surge ainda no século XVIII a “polícia do sexo”, amparada na necessidade de regular o sexo da população (inclusive das crianças e jovens) através de “discursos úteis e públicos”, evitando a ação proibitiva.<sup>411</sup> Em torno deste projeto, médicos e educadores unem esforços a fim de orientar (ou talvez doutrinar) a sexualidade dos colegiais, oriundos das classes mais abastadas, utilizando para tal iniciativa literatura

---

<sup>408</sup> ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. Prescrevendo regras de bem viver: cultura escolar e racionalidade científica. **Caderno CEDES**, Campinas, v. 20, n. 52, Nov. 2000. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-32622000000300005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622000000300005&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 19 Março 2010. doi: 10.1590/S0101-32622000000300005. p. 11.

<sup>409</sup> *Ibidem*, 11-2.

<sup>410</sup> *Ibidem*.

<sup>411</sup> FOUCAULT, 1988, p. 31.

especialmente elaborada para transmitir a seu público noções úteis para o trato higiênico de seu sexo.<sup>412</sup> Mas se o processo de disciplinação do sexo da criança tem origem na elite, não tarda para chegar às classes populares, o que ocorre no final do século XIX. Os dispositivos de sexualidade teriam sido estendidos aos pobres em virtude do incentivo à natalidade, da “moralização” desses indivíduos visando maior controle político e regulação econômica, e da intervenção médica e judiciária para coibir as perversões em nome do bem social e racial. Neste momento, os dispositivos de sexualidade se estenderam por toda a sociedade, nem sempre de forma homogênea e adotando os mesmos métodos e instrumentos, mas buscando a padronização das condutas e a disciplinação do sexo.<sup>413</sup>

Ainda para o autor, o controle sobre o sexo da criança não teria como interesse central a eliminação do “vício” da masturbação, mas a sua sublocação no território dos silêncios, onde poderia tornar-se mais um elemento constitutivo das relações de poder estabelecidas entre os agentes sociais, conforme expõe abaixo:

O “vício” da criança não é tanto um inimigo, mas um suporte; pode-se muito bem designá-lo como um mal a ser suprimido. O necessário fracasso, a extrema obstinação numa tarefa tão inútil leva a pensar que se deseja que ele persista e prolifere até os limites do visível e do invisível, ao invés de desaparecer para sempre. Graças a esse apoio o poder avança, multiplica suas articulações e seus efeitos, enquanto o seu alvo se amplia, subdivide e ramifica, penetrando no real ao mesmo ritmo que ele. Trata-se, aparentemente, de um dispositivo de barragem; de fato, organizaram-se, em torno da criança, *linhas de penetração* infinitas.<sup>414</sup>

Foucault destaca que tamanha preocupação com a sexualidade infantil estava sedimentada na campanha de melhoria e/ou preservação da raça, situação em que a precocidade sexual era vista como uma “ameaça epidêmica” que colocaria em risco a saúde dos indivíduos quando adultos e também “[...] o futuro da sociedade e de toda a espécie”.<sup>415</sup>

Tamanha responsabilidade atribuída às crianças e jovens justificava a elaboração de políticas específicas para estes grupos com a finalidade de conformá-los ao projeto higienista através dos princípios incorporados à sua educação. No entanto, mesmo que essa nova concepção de infância como futuro da humanidade atingisse todas as classes sociais, é inegável que a aplicação dos cuidados e da educação higiênica obteve maior êxito nas classes abastadas, cuja situação econômica favorecia a dedicação da mãe, a contratação de empregados para acompanhar todos os passos dos infantes, a oferta de educação de qualidade

---

<sup>412</sup> FOUCAULT, 1988, p. 35.

<sup>413</sup> Ibidem, p. 132-3.

<sup>414</sup> Ibidem, p. 50.

<sup>415</sup> Ibidem, p. 159-60.

etc. Para as crianças pobres restaram as instituições assistenciais<sup>416</sup> e o trabalho nas oficinas, que se não garantiam conforto e instrução, pelo menos as afastavam das ruas e do risco de delinquência. Se não pudessem contribuir com sua inteligência para o futuro da pátria, que pelo menos doassem sua força de trabalho. Dos males o menor.

---

<sup>416</sup> Dentre as instituições assistenciais existentes em Porto Alegre nesta época, podemos citar a Santa Casa de Misericórdia (Cf. WEBER, Beatriz Teixeira. **Caridade e Assistência Social**: instituições leigas de assistência no Rio Grande do Sul, 1880-1920, [s/d]. Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/download/jornadas/1/s9a3.pdf>. Acesso em: 17 de agosto de 2010.), o Orfanato Pão dos Pobres e o Asilo de Mendicância Padre Cacique, todos com caráter religioso. Outras instituições, como o Colégio Sévigné, se dedicavam a acolher órfãs e dar-lhes uma profissão (Cf. WERLE, Flávia Obino Corrêa. Práticas de gestão e feminização do magistério. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 35, n. 126, Dec. 2005. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-15742005000300005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742005000300005&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 17 de agosto de 2010. doi: 10.1590/S0100-15742005000300005).

## CONCLUSÃO

A História é uma área do conhecimento que proporciona múltiplas possibilidades de análise, de modo que, um mesmo tema possa receber as mais diversas abordagens e, ainda assim, carregar em si algo de original. Esse foi o intuito durante todo o desenvolvimento deste trabalho, apesar do tema (o discurso médico-higienista) e as fontes (a imprensa dos trabalhadores) já serem fartamente explorados pela historiografia tanto local, quanto mundial.

No que concerne ao discurso médico-higienista, o objetivo foi delinear os momentos em que este se dirige às classes populares, assim como estabelecer suas estratégias e, algumas vezes, suas incoerências. Incoerências estas que se destacam perante nossos olhos, mas que, talvez, para os observadores da época, não causassem surpresa. Como explicar que, num processo de avanço das conquistas femininas, quando estas já estão inseridas num mercado de trabalho e é crescente o seu reconhecimento como artífice nas lutas sindicais, sofram um processo reverso, que as impele novamente para a reclusão de seus lares, exercendo um papel coadjuvante no progresso social? E de que forma argumentar contra o trabalho infantil quando o chefe da família mal ganha para o seu próprio sustento, não restando-lhe alternativa a não ser explorar a força de trabalho dos filhos? Da mesma forma, como exigir que os cidadãos consultem-se com médicos se estes, em atendimento particular, cobravam elevadas taxas e, atendendo pela assistência pública, submetiam os doentes à longa espera para um atendimento frio e impessoal?

E apesar de tantas interrogações que nos levariam a crer no fracasso do projeto higienista, hoje podemos verificar o alto grau de inserção deste discurso entre a população. Ainda que não tenha sido plenamente incorporado pelos hábitos populares, alguns de seus pilares mais elementares, como a medicina alopática, a conscientização quanto à proteção à infância e o repúdio aos vícios sociais, encontram-se hoje assimilados pela população.

Outros pontos combatidos pelo moralismo incutido no projeto higienista, como a emancipação feminina, a relação entre cura e fé e a liberação sexual, hoje não representam mais a ameaça que imaginavam há um século. Diante da inevitabilidade de tais processos, coube ao poder disciplinar adaptar-se para manter-se no comando, pois, mesmo com tais concessões, ainda imperam normas que restringem sua difusão na sociedade. Ou seja, a mulher pode ser independente, desde que realizada no amor e com a maternidade; admite-se o auxílio da fé no processo de cura, mas a intervenção médica e farmacológica é indispensável; sexo fora do casamento e com vários parceiros é permitido, mas só com preservativo, que

mantém a saúde e evita a prole bastarda; além de tantos outros exemplos que poderíamos citar.

Assim, mesmo com algumas modificações das propostas originais, afirmamos o sucesso deste projeto em seu intuito de controlar comportamentos e consciências. Pudera, muitos foram os recursos utilizados para a divulgação do discurso médico-higienista entre a população, todos eles devidamente inseridos e respeitados nos muitos ambientes que compõem a sociedade.

Como já foi explicado ao longo deste trabalho, não pretendíamos analisar a recepção do discurso higienista entre os pobres, já que essa pretensão dificilmente se realizaria, pois demandaria um estudo das consciências e do imaginário popular da época. Ademais, a escassez de fontes que proporcionassem tal análise, em se tratando de classes populares, poderia inviabilizar o projeto.

Limitamo-nos, portanto, a estudar a forma como o discurso higienista foi divulgado, a que interesses atendia e o que buscavam mudar com as matérias impressas nos jornais dirigidos aos trabalhadores e às classes menos abastadas.

Estas foram as fontes privilegiadas neste estudo por considerarmos ser as que mais se aproximavam da realidade de seu público por serem produzidas por outros trabalhadores, também de origem humilde. Não desconsiderando o posicionamento político incorporado à linha editorial de cada periódico analisado, podemos supor que a linguagem e os temas abordados condiziam com aqueles reproduzidos entre o proletariado. Sabemos também que muitos dos debates e polêmicas difundidas por esses jornais acabaram tornando-se tema de conversas tanto nas fábricas quanto nas mesas de botequins. Portanto, apesar da parcialidade de suas posições, valorizamos os jornais como formadores de opinião e porta-vozes, algumas vezes, das reivindicações populares.

No entanto, um entrave à análise sistemática da imprensa popular é a inconstância de suas publicações e a fragmentação da sequência desta documentação no acervo dos arquivos. Muitos números destes jornais se perderam pela falta de conscientização quanto à importância de sua conservação, ou até pelo mau acondicionamento das fontes nas instituições que deveriam preservá-las.<sup>417</sup> Ainda assim, os números que resistiram ao longo dos anos nos

---

<sup>417</sup> Cheguei a essa triste constatação ao longo de dois anos de pesquisa, em que foram visitados três acervos, todos em Porto Alegre e abertos ao público. O primeiro foi o Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, referência no estado para a consulta de jornais. No entanto, as condições de preservação, de consulta e de trabalho dos funcionários são precárias, faltando materiais básicos e especialistas em restauração. Presenciei casos de desaparecimento de jornais, por furto ou por serem “guardados” em local desconhecido. Ali, em virtude do corte de gastos por interesses políticos, vemos o patrimônio, literalmente, se desmanchar em nossas mãos. Já no Núcleo de Estudos sobre Industrialização e Movimento Operário, pertencente ao Instituto de Filosofia e

proporcionam uma apreciação rica em vários aspectos atinentes aos trabalhadores porto-alegrenses.

Conforme foi proposto originalmente no projeto da dissertação, o discurso médico-higienista, principalmente seu viés moralista e conformador, apresenta-se claramente nas páginas dos periódicos, desde as grandes matérias até as notas informativas. Poucas foram as exceções, e ainda assim, tratavam-se de assuntos pontuais, não assumindo os jornais uma posição coerente frente aos temas abordados. Ou seja, de todos os jornais analisados, nenhum estava imune ao discurso médico-higienista que circulava em todos os níveis sociais, mesmo que, eventualmente, publicassem matérias contrárias às imposições comportamentais estabelecidas pela elite.

Mesmo constatando que a incidência do discurso higienista era grande entre a imprensa operária, não podemos desprezar os elementos de identificação de classe que acompanham o referido discurso. Esses elementos reforçam uma identidade vinculada a conceitos como ordem, laboriosidade, honra e colaboração de classe, a fim de estabelecer uma diferenciação com a burguesia.

Ao mesmo tempo em que a moral burguesa espraia-se entre o proletariado com a finalidade de controlá-lo, também é re-significada dentro desta classe, tornando-se um elemento de diferenciação das “classes perigosas”, associadas à ociosidade e marginalidade, estigmas dos quais queriam os proletários se libertar. Assim, a retidão moral foi uma reivindicação do proletariado enquanto característica desta classe, identificada como produtora, base da sociedade.

Apesar da aparente homogeneidade no posicionamento dos dirigentes tanto da burguesia, quanto do proletariado, fica evidente a não completa adesão da população, principalmente das classes populares e trabalhadoras, a esse novo sistema de valores. Observamos a resistência popular na insistência da população em buscar a cura com o auxílio de práticos e curandeiros, nas notícias de desordens promovidas por bêbados, prostitutas e vadios, pelas constantes campanhas moralistas veiculadas nos jornais, dando mostras de quanto o povo ainda “descumpria” em relação ao esperado dele. Ainda temos a expressão da resistência nos textos favoráveis ao amor livre, à liberdade de escolha do tratamento curativo

---

Ciências Humanas da UFRGS, a consulta aos periódicos é feita em micro-filmes. Porém, alguns estão deteriorados, com cortes e com pouca nitidez. O terceiro acervo foi o do Arquivo Histórico Municipal de Porto Alegre Moysés Vellinho, onde não apenas o local de consulta é apropriado, como os jornais, devidamente encadernados e catalogados, estão em ótimo estado de conservação. Em função disso, louvamos a iniciativa de Sílvia Petersen, que reuniu e scaneou todos os exemplares ainda existentes do jornal socialista *A Democracia* e organizou-os num CD, distribuído em arquivos do estado. Além de facilitar o trabalho dos pesquisadores, essa proposta colabora com a preservação dos originais, que podem ser retirados da consulta pública.

e à igualdade social entre homens e mulheres, brancos e negros. Foi através da resistência apresentada pelas camadas populares que o poder disciplinar pode encontrar formas de adaptação que minimizassem os conflitos e as desobediências.

Neste constante jogo de resistir e adaptar-se estabelecido por ambos os lados, vemos a modificação de algumas relações próprias a cada camada social, sem, contudo, descaracterizá-las, pois continuam elementos de identificação do grupo. Em outras palavras, a maleabilidade do poder (independente de que lado esteja) pode obter conquistas, mas não sem fazer concessões.

## FONTES PRIMÁRIAS

- Documentais:

CÓDIGO penal brasileiro de 1890. Disponível em: [http://www.ciespi.org.br/base\\_legis/legislacao/DEC20a.html](http://www.ciespi.org.br/base_legis/legislacao/DEC20a.html). Acesso em: 05 de maio de 2010.

DADOS Estatísticos e outros apontamentos sobre o município de Porto Alegre capital do Estado. Porto Alegre: Typografia do Jornal do Commercio, 1909.

LIGEIRA noticia sobre a Assistencia Publica em Porto Alegre. Porto Alegre: Typ. da Livraria do Comercio, 1905.

RECENSEAMENTO do Município de Porto Alegre [...]. Porto Alegre: Of. Tip. A Federação, 1911.

RELATÓRIO da Secretaria do Interior e Exterior do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Oficina do Jornal A Federação, 1900 a 1911.

RELATÓRIO e projeto de orçamento para o exercício de 1904 apresentado ao Conselho Municipal pelo Intendente Engenheiro José Montauray de Aguiar Leitão na sessão ordinária de 1903.

- Jornais:

*A Democracia*, Porto Alegre, 1905 a 1907.

*A Luta*, Porto Alegre, 1906 a 1909.

*Avante*, Porto Alegre, 1908.

*A Voz do Trabalhador*, Porto Alegre, 1912.

*Lúcifer*, Porto Alegre, 1911.

*O Bisturi*, Porto Alegre, 1910.

*O Exemplo*, Porto Alegre, 1902 a 1911.

*O Independente*, Porto Alegre, 1908 a 1919.

*O Inflexível*, Porto Alegre, 1919.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRÃO, Janete Silveira. **Banalização da morte na cidade calada**: a hespanhola em Porto Alegre, 1918. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

AMADO, Janaína. **A revolta dos Mucker**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2002.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalis. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

AZEVEDO, Aluísio. **O Cortiço**. 11 ed. São Paulo: Ática, 1981.

BAKOS, Margaret Marchiori. **Porto Alegre e seus eternos intendent**s. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

BILHÃO, Isabel Aparecida. **Rivalidades e solidariedades no movimento operário**: Porto Alegre 1906-1911. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

\_\_\_\_\_. **Identidade e trabalho**: uma história do operariado porto-alegrense (1898 a 1920). Londrina: EDUEL, 2008.

BOLTANSKI, Luc. **As classes sociais e o corpo**. Tradução de Regina A. Machado. 2ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

CABRAL, Oswaldo R. **Medicina, médicos e charlatões do passado**. 1 ed. Florianópolis: [s.n.], 1942.

CALHOUN, Craig. O nacionalismo importa. In: DOYLE, Don H., PAMPLONA, Marco A. (orgs.). **Nacionalismo no Novo Mundo**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

CAULFIELD, Sueann. **Em defesa da honra**: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940). Campinas: Editora da Unicamp, 2000.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril**: cortiços e epidemias na Corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

\_\_\_\_\_. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores da Belle Èpoque. 2ª ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. Viajantes italianos, saúde e imigração para o Brasil: Buscaglione, Lomonaco e Mantegazza. In: Juliane C. Primon Serres; Leonor Baptista Schwartsmann. (Org.). **História da Medicina**: Instituições e práticas de saúde no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Edipucrs, 2009, p. 241-260.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

COSTA, Nilson do Rosário. **Lutas Urbanas e controle sanitário**: origens das políticas de saúde no Brasil. Petrópolis, Vozes; Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, 1985.

CRESPO, Jorge. **A história do corpo**. Lisboa: Difusão Editorial, 1990.

ESTEVES, Martha de Abreu. **Meninas perdidas**: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Èpoque. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FOUCAULT Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

\_\_\_\_\_. **História da sexualidade I**: A vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Abulquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

\_\_\_\_\_. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

\_\_\_\_\_. **Ética, sexualidade, política**. Organização e seleção de textos: Manoel Barros de Motta; tradução: Elisa Monteiro, Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Porto Alegre**: guia histórico. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1988.

GILL, Lorena Almeida. Labirintos ao redor da cidade: as vilas operárias em Pelotas (RS) 1890-1930. In: **História UNISINOS**. Vol. 4, n. 2. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, jul./dez. 2000. p. 45-52.

HABERMAS, Jürgen. **Técnica e ciência como “ideologia”**. Tradução de Artur Morão. Portugal: Edições 70, 1987.

HERSCHMANN, Micael. A arte do operatório: medicina, naturalismo e positivismo 1900-1937. In: Herschmann; Pereira (org.) **A invenção do Brasil moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

HOCHMANN, Gilberto. **A era do saneamento: As bases políticas de saúde no Brasil**. São Paulo: HUCITEC, 1998.

IYDA, Massako. **Cem anos de saúde pública: a cidadania negada**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994.

JARDIM, Jorge Luiz Pastorisa. **Comunicação e militância: A imprensa operária do Rio Grande do Sul (1892-1923)**. 1990. Dissertação (mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 1990.

KORNDÖRFER, Ana Paula. **“É melhor prevenir do que curar”**: a higiene e a saúde nas escolas públicas gaúchas (1893/1928). 2007. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2007.

KUMMER, Lizete Oliveira. **A medicina social e a liberdade profissional: os médicos gaúchos na Primeira República**. 2002. Dissertação (mestrado em História) -- Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2002.

LUZ, Madel Terezinha. **Medicina e ordem política brasileira: políticas e instituições de saúde (1850-1930)**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

\_\_\_\_\_. **Natural, racional e social: razão médica e racionalidade científica moderna**. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

MARÇAL, João Batista. **A imprensa operária no Rio Grande do Sul (1873-1974)**. Porto Alegre: [s.e.], 2004.

MARTINS, Ana Paula Vosne. **Visões do feminino: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004.

MAUCH, Cláudia. **Ordem pública e moralidade**: imprensa e policiamento urbano em Porto Alegre na década de 1890. Santa Cruz: EDUNISC/ANPUH-RS, 2004.

MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro. Meninos e meninas na rua: impasse e dissonância na construção da identidade da criança e do adolescente na República Velha. In: **Revista Brasileira de História**. Vol. 19, nº 37. São Paulo: ANPUH, 1999. p. 85-102.

PEIXOTO, Maitê. **O quarto poder vermelho**: embates teórico e político-ideológico entre anarquistas e comunistas no contexto de formação dos partidos comunistas do Brasil. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2010.

PENNA, Belisário. **Saneamento do Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jacintho Ribeiro dos Santos Ed., 1923.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **A burguesia gaúcha**: dominação do capital e disciplina do trabalho (RS: 1889-1930). Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

\_\_\_\_\_. **Os pobres da cidade**: vida e trabalho – 1880-1920. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1994.

\_\_\_\_\_. **O cotidiano da república**: elite e povo na virada do século. 3 ed. Porto Alegre: Ed. da Universidade/ UFRGS, 1995.

PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. **Guia para o estudo da imprensa periódica dos trabalhadores do Rio Grande do Sul (1874-1940)**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1989.

\_\_\_\_\_. **“Que a união operária seja a nossa pátria!”**: história das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações. Santa Maria: Editora UFSM; Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001.

RAGO, Luzia Margareth. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

\_\_\_\_\_. **Os prazeres da noite**: prostituição e código de sexualidade feminina em São Paulo. 1890- 1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

RIBEIRO, Maria Alice Rosa. **História sem fim... Inventário da saúde pública**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993, p. 215.

ROQUETTE-PINTO, Edgard. **Rondonia: antropologia – etnografia**. 7 ed. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005.

ROSEN, George. **Uma História da saúde pública**. São Paulo: HUCITEC: Editora da Universidade Estadual Paulista; Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, 1994.

SAMPAIO, Gabriela dos Reis. **Nas trincheiras da cura: as diferentes medicinas no Rio de Janeiro imperial**. Campinas: Editora da Unicamp, CECULT, IFCH, 2001.

SANTOS, Luiz Antonio de Castro. O pensamento sanitaria na Primeira República: Uma ideologia de construção da nacionalidade. **Dados. Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 1983-210, 1985.

SCHMIDT, Benito Bisso. **O patriarca e o tribuno: caminhos, encruzilhadas, viagens e pontes de dois líderes socialistas – Francisco Xavier da Costa (187?-1934) e Carlos Cavaco (1878-1961)**. 2002. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade de Campinas, Campinas, SP, 2002.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARTSMANN, Leonor Carolina Baptista. **Olhares do médico-viajante Giovanni Palombini no Rio Grande do Sul: 1901-1914**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

SCLIAR, Moacyr. **Cenas médicas: pequena introdução à história da medicina**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/ UFRGS, 1987.

SCHONS, Carmem Regina. **“Adoráveis” revolucionários: produção e circulação de práticas político-discursivas no Brasil da Primeira República**. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em Letras. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2006.

SILVEIRA, Éder. **A cura da raça: eugenia e higienismo no discurso médico sul-rio-grandense nas primeiras décadas do século XX**. Passo Fundo: Editora Universidade de Passo Fundo, 2005.

SMITH, Anthony D. Interpretações sobre a identidade nacional (tradução de Janete Abrão). In: GUIBERNAU, Montserrat (dir.). **Nacionalisme. Debats i dilemes per a um nou millenni**. Barcelona: Proa, 2000.

SOIHET, Rachel. **Condição feminina e formas de violência**: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

TRINDADE, Judite Maria Barboza. O abandono de crianças ou a negação do óbvio. In: **Revista Brasileira de História**. Vol. 19, nº 37. São Paulo: ANPUH, 1999. p. 35-58.

VARGAS, Anderson Zalewski. Porto Alegre no início do século XX: imprensa, “ânsia de civilização” e menores de rua. In: GRIJÓ, Luiz Alberto; KUHN, Fábio; GUAZZELLI, César Augusto Barcellos e NEUMANN, Eduardo Santos (orgs.). **Capítulos de História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 247-272.

VINHOSA, Francisco Luiz Teixeira. **O Brasil e a primeira guerra mundial**: a diplomacia brasileira e as grandes potências. Rio de Janeiro: IHGB, 1990.

WEBER, Beatriz Teixeira. **As artes de curar**: medicina religião, magia e positivismo na república Rio Grandense: 1889-1928. Santa Maria: UFSM, 1999.

WITTER, Nikelen Acosta. **Dizem que foi feitiço**: as práticas de cura no sul do Brasil (1845 a 1880). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

## FONTES ELETRÔNICAS

CURY, Carlos Roberto. **Por um plano nacional de educação**: nacional, federativo, democrático e efetivo. Disponível em: [www.todospelaeducacao.org.br/](http://www.todospelaeducacao.org.br/). Acesso em 19 de abril de 2010.

LIMA, Nisia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. Pouca saúde, muita saúva, os males do Brasil são... Discurso médico-sanitário e interpretação do país. **Ciência Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, 2000 . Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-8123200000200007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-8123200000200007&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 25 de junho de 2009. doi: 10.1590/S1413-8123200000200007.

LIMA, Raquel Rodrigues. **Liceu Parobé**: um instituto de artes e ofícios. Disponível em: [www.ufrgs.br/propar/publicacoes/.../PDFs.../0\\_%20Raquel.pdf](http://www.ufrgs.br/propar/publicacoes/.../PDFs.../0_%20Raquel.pdf). Acesso em 23 de abril de 2010.

MARTINS, Angela Maria Souza. **Análise histórica da educação libertária no Brasil no início do século XX**. Disponível em: [www.histedbr.fae.unicamp.br](http://www.histedbr.fae.unicamp.br). Acesso em: 4 de março de 2010.

POGREBINSCHI, Thamy. Foucault, para além do poder disciplinar e do biopoder. **Lua Nova**, São Paulo, n. 63, 2004 . Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-64452004000300008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452004000300008&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 25 de novembro de 2009. doi: 10.1590/S0102-64452004000300008.

RENÉ CHAUGHY (verbete). In: [militants-anarchistes.info/spip.php?article2039](http://militants-anarchistes.info/spip.php?article2039). Acesso em: 15 de abril de 2010.

STAUDT, Sheila Katiane. A Porto Alegre do século XIX sob o olhar dos viajantes. **Revista eletrônica de crítica e teoria de literaturas**. Porto Alegre: UFRGS, vol. 3, n.1. jan/jun 2007. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/NauLiteraria/article/viewFile/4901/2814>. Acesso em: 17 de agosto de 2010.

WEBER, Beatriz Teixeira. **Caridade e Assistência Social**: instituições leigas de assistência no Rio Grande do Sul, 1880-1920, [s/d]. Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/download/jornadas/1/s9a3.pdf>. Acesso em: 17 de agosto de 2010.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. Práticas de gestão e feminização do magistério. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 35, n. 126, Dec. 2005. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-)

15742005000300005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 17 de agosto de 2010. doi: 10.1590/S0100-15742005000300005

### **ACERVOS CONSULTADOS**

- Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.
- Arquivo Histórico Municipal de Porto Alegre Moysés Vellinho.
- Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa.
- Núcleo de Estudos sobre Industrialização e Movimento Operário. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/UFRGS.